

LUCIANA MORETTI FERNÁNDEZ

Hiperterrorismo e mídia na comunicação política

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Departamento de Relações Públicas, Propaganda e Turismo da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências da Comunicação, sob a orientação da Professora Doutora Heloiza Helena Gomes de Matos.

São Paulo

2005

LUCIANA MORETTI FERNÁNDEZ

Hiperterrorismo e mídia na comunicação política

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Departamento de Relações Públicas, Propaganda e Turismo da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências da Comunicação, sob a orientação da Professora Doutora Heloiza Helena Gomes de Matos.

São Paulo

2005

Comissão julgadora

Aos meus pais, Manuel e Zaíra, que me ensinaram o prazer de aprender.

Ao marido Pablo, pela troca de idéias e por acreditar em mim.

Ao meu filhotinho Samuel, que veio no meio disto tudo para trazer alegria e carinho.

Às amigas Dani e Heloíza, pela paciência e pela amizade.

Resumo

MORETTI FERNÁNDEZ, Luciana. Hiperterrorismo e mídia: o terrorismo no processo de comunicação política. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação)-ECA/USP, São Paulo, 2005.

O terrorismo tem hoje uma estrutura reticular e hipertrofiada e é percebido como ameaça à segurança internacional. Entre suas características estão o potencial de destruição em massa e o uso estratégico da mídia como via de acesso ao sistema de comunicação política, onde concorre pela cristalização das idéias dominantes e pela conquista dos públicos. Este estudo tem como objetivos identificar as características do terrorismo contemporâneo, observar como utiliza a mídia para sua projeção na esfera de visibilidade pública e finalmente realizar um mapeamento do enquadramento que recebeu nas revistas Isto É, Veja e Carta Capital entre setembro de 1999 e outubro de 2004. Concluiu-se que o terrorismo utiliza a ameaça para se projetar no espaço midiático, que efetivamente concorre pelo debilitamento moral do inimigo e pela conquista de apoio público e recursos, e que é apresentado na mídia como uma forma de guerra assimétrica que revela um conflito ideológico bipolar entre o liberalismo ocidental e o totalitarismo do islamismo radical.

Palavras-chave: comunicação política, terrorismo, opinião pública, mídia, islamismo

Abstract

MORETTI FERNÁNDEZ, Luciana. *Hyperterrorism and media: the terrorism in the process of political communication*. Master's degree in Communication Science- School of Communications and Arts/University of Sao Paulo, Sao Paulo, 2005.

Terrorism nowadays has a reticular, hypertrophic structure and it is seen as an international security threat. Among its characteristics are the potential for mass destruction and the strategic use of the media as a means of propelling itself into the political communication system seeking to enforce its ideas and win over public opinion. The aim of this study is to identify the features of contemporary terrorism, observe how it uses the media to advance its ideas in the public arena and, finally, examine how Brazil's leading magazines *Isto É*, *Veja* and *Carta Capital* framed this issue between September 1999 and October 2004. In conclusion, terrorism uses threats to feature in the media, helping to morally weaken the enemy and win over public support and resources. The media, meanwhile, presents terrorism as a form of asymmetric warfare that highlights a bipolar ideological conflict between western liberalism and the totalitarianism of radical Islamism.

Key words: political communication, terrorism, public opinion, media, islamism

Índice geral

<i>Introdução</i>	9
<i>Parte 1 - Cronologia e fundamentação teórica: o terrorismo na comunicação política</i>	11
<i>Capítulo 1 - Das células hierarquizadas à hipertrofia reticular</i>	12
1.1 Definição e tipologia.....	13
1.2 Dos filósofos da bomba ao velho terrorismo.....	20
1.3 Transição à articulação estratégica	22
1.4 O retorno ao passado utópico e o apelo ao fundamentalismo	25
1.5 O novo terrorismo.....	27
<i>Capítulo 2 - O debate acadêmico</i>	32
2.1 Teorias sobre o novo terrorismo	37
2.1.1 A perspectiva do fanatismo de Walter Laqueur.....	37
2.1.2 O conflito bipolar entre o Islã e o liberalismo ocidental de Paul Berman	41
2.1.3 A perspectiva culturalista determinista de Samuel Huntington	43
2.2 Terrorismo e mídia pelos teóricos	44
2.2.1 Revisão de literatura sobre mídia e terrorismo	45
2.2.1.1 Estratégias e táticas terroristas.....	45
2.2.1.2 Responsabilidade da mídia	47
2.2.1.3 Recomendações	49
2.2.1.4 Cobertura midiática	49
2.2.2 A perspectiva normativa: o papel da mídia	52
2.3 Novas perspectivas	55
<i>Capítulo 3 - Estratégia no terrorismo contemporâneo</i>	62
3.1 Violência flutuante e hipertrofia.....	62
3.2 Principais tendências atuais	67
3.3 A eficácia estratégica do terrorismo.....	71
3.4 O terrorismo suicida como tática rentável.....	76
3.5 O bioterrorismo e o paradigma da catástrofe coletiva	78
3.6 Amplificação do risco.....	81
<i>Capítulo 4 - O terrorismo na esfera pública</i>	84
4.1 O ambiente.....	84
4.1.1 A natureza do espaço público contemporâneo.....	Erro! Indicador não definido.
4.2 A estrutura reticular dos públicos.....	91
4.2.1. A relevância da opinião dos públicos	94
4.2.2. O elitismo institucional na opinião pública	97
4.3 A dinâmica	100
4.3.1 O terrorismo no campo midiático	100
4.3.2 O terrorismo no sistema de comunicação política	104
4.3.3 A dimensão das negociações simbólicas	110

Parte 2 - Metodologia e pesquisa	117
Capítulo 5 - Metodologia	118
5.1 Justificativa metodológica	118
5.2 Hipóteses	123
5.3 Desenho da pesquisa	125
5.4 Protocolo de pesquisa	129
Tabela 5.a - Acontecimento selecionado para análise	131
Tabela 5.b - Revista	131
Tabela 5.c - Enfoque.....	132
Tabela 5.d - Causas.....	133
Tabela 5.e - Sentido.....	134
Tabela 5.f - Tratamento	135
Tabela 5.g - Crítica da mídia	136
Capítulo 6 - Análise dos dados	137
6.1 – O significado das cartas dos leitores	138
6.2 – O significado das peças jornalísticas	140
6.3 – Descrição dos resultados	141
6.3.1 – Variável Enfoque	141
6.3.2 – Variável Causas.....	149
6.3.3 – Variável Sentido	156
6.3.4 – Variável Tratamento.....	165
6.3.5 – Variável Crítica da mídia	170
6.4 - Análise dos resultados	172
Enfoque	172
Causas.....	174
Sentido.....	175
Tratamento.....	178
Parte 3 - Discussão final e conclusão	181
Capítulo 7 – Discussão final	182
7.1 - Sobre a hipertrofia do terrorismo dos dias atuais	182
7.2 - A dinâmica relacional e a mensagem persuasiva	183
7.3 - A estrutura reticular e o apelo ao fanatismo	184
7.5 - Quem precisa de identidade?	185
7.6 - A projeção irada no sistema político	189
7.7 - A luta pela cristalização de opiniões	191
7.8 - A cobertura na mídia brasileira	194
Conclusão	196
Sobre as hipóteses formuladas	197
Sobre as abordagens teóricas adotadas	206
Referências bibliográficas	209
Anexo 1 - Autores destacados	216

Introdução

Depois dos atentados terroristas de 11 de setembro contra as torres gêmeas em Nova Iorque, a cobertura esporádica do terrorismo foi suplantada por um debate contínuo que ganhou proporções especiais entre os estudiosos devido à natureza sem precedentes do acontecimento.

As principais teorias atuais sobre o terrorismo contemporâneo postulam que a acessibilidade cada vez maior às tecnologias da informação e de destruição em massa possibilitam que grupos cada vez menores ou até mesmo indivíduos venham a perpetrar atentados terroristas de grande impacto baseados nos mais diversos motivos e reivindicações. Nas últimas duas décadas, a preocupação dos analistas em relação à suposta irracionalidade do fanatismo religioso, mais especificamente do fanatismo manifesto no islamismo radical, tem aumentado gradativamente. Por outro lado, vários acontecimentos sem precedentes como os atentados com gás sarin perpetrados em Tóquio em 1995, o atentado perpetrado por indivíduos de extrema-direita na cidade de Oklahoma (Estados Unidos), que ocorreu no mesmo ano e que tirou a vida de mais de uma centena de pessoas, o impacto da estratégia de vingadores solitários como Theodor Kaczinsky, o Unabomber, e naturalmente os ataques da Al Qaeda e a ameaça do antraz fizeram aumentar as preocupações e questionamentos sobre fanáticos em geral e indivíduos revoltados e empoderados, de alguma maneira, com meios destrutivos.

Partindo da premissa de que o terrorismo é uma forma de violência política na medida em que pretende intimidar com o fim de influenciar acontecimentos, opiniões ou decisões, o presente estudo reúne as teorias formuladas pelos principais estudiosos do terrorismo e as teorias mais recentes sobre comunicação política com o fim de ampliar a compreensão de como a estratégia terrorista é facilitada pela permeabilidade da mídia nos países democráticos.

A Parte 1 foi dedicada à análise histórica e à fundamentação teórica do terrorismo e sua relação com a comunicação. O primeiro capítulo oferece uma perspectiva cronológica, que revela três ondas na história do terrorismo: o velho terrorismo dos filósofos da bomba e da dinamite, o novo terrorismo, que se revela menos tático e mais estratégico à sombra do

possível patrocínio estatal e o hiperterrorismo, uma versão hipertrofiada caracterizada pela irracionalidade e pelo grande potencial de destruição.

O capítulo 2 apresenta uma breve discussão do debate acadêmico atual sobre o assunto e as principais teorias sobre o terrorismo como manifestação atual do conflito no mundo.

O capítulo 3 descreve em profundidade a estratégia terrorista, discorrendo sobre as principais tendências no terrorismo contemporâneo, as razões que justificam sua eficácia estratégica e alta prevalência, o terrorismo suicida, o bioterrorismo e seus paralelos com o modelo de catástrofe coletiva e uma possível explicação para o grande impacto de sua mensagem persuasiva, baseada nas teorias da amplificação do risco.

O capítulo 4 trata de maneira específica sobre terrorismo e mídia. Tem como objetivo explicar como o terrorismo se projeta no espaço público e no sistema de comunicação política das sociedades democráticas. Através da intimidação e da exploração da sensibilidade da mídia ao seu valor noticioso inquestionável, o terrorismo e suas exigências projetam-se no espaço público, passando a existir como mais um ator no sistema de negociações políticas. Para dar sustentação a esse modelo o capítulo apresenta discussões em profundidade sobre a estrutura reticular dos públicos, o processo de formação e expressão das opiniões, o espaço público político e o papel da mídia.

A Parte 2 trata especificamente de questões metodológicas e da análise de dados propriamente dita. O capítulo 5 foi dedicado especificamente a questões metodológicas, expondo a abordagem teórica de base, as hipóteses, objetivos e as técnicas utilizadas. O capítulo 6 contém a análise das peças jornalísticas e das cartas de leitores analisadas, além da análise não sistemática de peças que representam as vozes da liderança terrorista, como declarações de Osama Bin Laden, textos do fundamentalismo islâmico, o Manifesto do Unabomber e outros.

A Parte 3 contém as conclusões e sugestões de novas vias de pesquisa em comunicação e terrorismo.

Parte 1

Cronologia e fundamentação teórica: o terrorismo na comunicação política

Capítulo 1 - Das células hierarquizadas à hipertrofia reticular

Os argumentos que fundamentaram a recente invasão do Iraque basearam-se em dois pólos opostos do desenvolvimento científico e tecnológico: a precisão cirúrgica da tecnologia bélica em contraposição aos avanços e ameaças de utilização das tecnologias de destruição em massa no contexto do que comumente se conhece como "hiper" ou "megaterrorismo". Sob o paradigma da guerra assimétrica, postula-se que o hiperterrorismo coloca o estado e a população civil das grandes cidades modernas em situação de extrema vulnerabilidade diante da possibilidade de que grupos cada vez menores ou até mesmo indivíduos cometam atrocidades em nome de seus interesses próprios ou coletivos.

Além de ressaltar a vulnerabilidade da urbe moderna e do Estado diante de pequenos grupos paraestatais e paramilitares, a tese do hiperterrorismo postula ainda que a aleatoriedade, a irracionalidade e a imprevisibilidade são marcas distintivas do terrorismo contemporâneo, que sob esse ponto de vista possui uma natureza qualitativamente diferente das modalidades tradicionais das células operacionais de violência política fortemente hierarquizadas do passado.

O terrorismo é, por natureza, brutal. Formalmente, é uma mensagem que precisa causar impacto para que seus efeitos psicológicos cheguem a seus públicos. As vítimas, freqüentemente caladas, são cada vez mais apenas meios para que os terroristas alcancem um determinado fim, que muitas vezes é a atenção da mídia mundial à sua causa.

A concorrência por acesso ao espaço público e midiático produz uma espécie de corrida por atrocidades que acabam por garantir a atenção dos meios de comunicação, dos mais tradicionais às novas mídias. A acessibilidade cada vez maior aos meios de comunicação não convencionais e de longo alcance, a possibilidade de formação de redes amplas e interconectadas em um mundo antes dividido por muros e cortinas de ferro, a disponibilidade crescente e a difusão cada vez mais rápida de informações e materiais que viabilizam as tecnologias de destruição em massa e o espetáculo cada dia mais dantesco dos formatos terroristas parecem evidências suficientes de que estamos

diante de um novo tipo de barbárie. Mas afinal o que era então o velho terrorismo e onde está a linha de corte entre o velho e o novo?

1.1 Definição e tipologia

O uso do termo terrorismo é controverso. Carregado de conotações negativas, é por vezes evitado e outras utilizado conscientemente com objetivos ideológicos ou para denegrir um indivíduo ou coletivo. Discernir quando atribuir a significação de violência ou libertação não é um problema apenas para o leigo, mas também para a opinião especializada.

As discussões sobre o que é ou não terrorismo podem levar a caminhos sem saída. Como todo fenômeno complexo e que pressupõe julgamento moral, o terrorismo é difícil de definir de maneira unânime e não há um conceito que satisfaça plenamente todos os teóricos e estudiosos. Além disso, a importância dos questionamentos sobre o que se entende por terrorismo vai muito além do debate acadêmico.

A falta de consenso sobre o entendimento desse problema de alcance internacional tem dificultado inclusive a abordagem da ONU diante de conflitos armados e do emprego sistemático do terrorismo. Em março de 2005, o secretário-geral da Organização das Nações Unidas, Kofi Annan, apresentou o mais amplo projeto de reforma da organização desde sua criação em 1945. Entre outros assuntos, Kofi Annan propõe que o terrorismo seja entendido como qualquer forma de violência contra civis orientada a intimidar governos, organizações ou povos (COSTAS, 2005, p. 94-95).

O entendimento que uma organização de cunho internacional como a ONU ou mesmo o entendimento que a opinião pública internacional tem do terrorismo podem incidir sobre as possíveis formas de se enfrentar o problema. Criada depois da Segunda Guerra mundial, a ONU desempenhou um papel importante na mediação dos conflitos entre as duas superpotências mundiais durante o período da Guerra Fria. Em 1974, a organização testemunhou e legitimou o célebre discurso de Yasser Arafat no qual o líder palestino defendeu que o apelo ao terrorismo era legítimo em casos de lutas de independência. É possível que a ONU tivesse apoiado os EUA na invasão do Iraque, em 2003, se seu entendimento geral do terrorismo fosse o que agora é proposto por Kofi Annan.

Embora abordar em profundidade a problemática das definições esteja além das possibilidades deste estudo, as linhas a seguir apresentam uma breve discussão sobre algumas tendências, com destaque para o elenco de características definidoras proposto por Wilkinson (1997) e que representa o ponto de vista adotado para a realização deste estudo.

Uma das razões que explicam a dificuldade de se definir e, portanto, compreender o terrorismo é o fato de o fenômeno ter assumido diferentes formas e significados ao longo da História. O terrorismo pode ser entendido de modo geral e atemporal como uma forma de manifestação premeditada e calculada de violência política, característica chave para que se possam compreender seus objetivos, motivações, propostas e críticas. É, ainda, uma forma de tentar obter poder para produzir mudanças políticas. Mesmo no terrorismo religioso ou no chamado "terrorismo de expressão"¹, é comum a presença de ideologias maniqueístas e messiânicas que justificam a destruição em pró da reconstrução de um mundo ideal, de uma nova ordem (HOFFMAN, 1998, p. 95).

O primeiro registro do uso do termo terrorismo remonta à época da Revolução Francesa, quando os revolucionários que controlavam o poder iniciaram uma onda de execuções de membros da aristocracia e de todos aqueles que estivessem contra o novo regime.

Utilizado inicialmente para designar a violência a serviço do Estado sob o reinado do terror de Robespierre e o Comitê de Segurança Nacional francês, o termo passou também a ser utilizado no século XIX para definir a violência política utilizada por grupos independentes que, ao contrário de servir ao poder vigente, tinham como objetivo derrubar o governo e minar o poder estatal. Esse tipo de violência "de baixo para cima" e que na literatura acadêmica é freqüentemente considerada como embrião das formas de terrorismo contemporâneas pode ser encontrado, por exemplo, no anarquismo (GEARSON, 2002, p. 11).

¹ Violência praticada por grupos ou indivíduos como meio de expressão e não como parte de uma campanha política estrategicamente elaborada.

A história mostra que a violência política exercida em nome do Estado costuma ser mais eficaz que a violência exercida por grupos rebeldes. O conceito de terrorismo comumente adotado no século XX, entretanto, designa grupos minoritários independentes, que utilizam a violência para conseguir objetivos políticos.

Do ponto de vista do paradigma jurídico, o terrorismo é definido com frequência como uma forma de violência motivada politicamente, praticada por grupos independentes ou agentes clandestinos e dirigida principalmente a alvos civis com o objetivo de causar impacto sobre o público. Essa é a perspectiva adotada, por exemplo, pelo governo norte-americano:

O termo 'terrorismo' designa violência premeditada, politicamente motivada e perpetrada contra alvos não combatentes por grupos independentes ou agentes clandestinos, geralmente com o fim de exercer influência no público. (UNITED STATES DEPARTMENT OF STATE, 2002, p. 17. Tradução nossa.)

A definição do terrorismo como violência política orientada a civis é uma das grandes fontes de controvérsia. De acordo com essa perspectiva, os Estados que praticam violência contra seus cidadãos também podem ser caracterizados como terroristas. Isto é o que poderia derivar da nova proposta de definição de terrorismo apresentada recentemente por Kofi Annan à ONU, o que abriria um novo capítulo de discussão com o questionamento do que poderia então ser considerado violência contra cidadãos.

Entretanto, o uso corriqueiro do termo raramente atribui o adjetivo terrorista ao poder vigente. Via de regra, utiliza-se o termo como reflexo de modelos de organizações terroristas. Terrorista é, portanto, aquele que pratica atos como os perpetrados pela ETA, pelo IRA ou pelos homens-bomba, por exemplo.

Sem a pretensão de oferecer um conceito definitivo, Wilkinson (1997 e 2000) descreve o terrorismo como uma forma de violência, não necessariamente politicamente motivada, mas que sim possui objetivos políticos, e que possui cinco características distintivas que permitem diferenciá-la de outros tipos de violência que não mantêm relação alguma com a política:

1. É premeditada e destinada a criar um clima de medo extremo;
2. É dirigida a coletivos mais amplos que o de suas vítimas imediatas;
3. Envolve ataques a alvos aleatórios ou simbólicos, incluindo a população civil;
4. É considerada pela sociedade na qual ocorre como algo "anormal", ou seja, algo que viola literalmente as normas que regulamentam disputas, protestos e manifestações de divergências; e

5. É utilizada principalmente, mas não exclusivamente, para influenciar o comportamento político de sujeitos diferentes e de diversas maneiras. Pode ser utilizada para obrigar oponentes a fazer concessões, como catalisador de conflitos mais gerais, para publicizar uma causa política ou religiosa, para estimular seguidores a realizarem atos violentos, como vingança e para desmoralizar e minar governos, instituições ou qualquer outro coletivo considerado inimigo. (WILKINSON, 1997, p. 1 e WILKINSON, 2000, p. 1).

De forma geral, partindo-se dessa definição pode-se entender o terrorismo como uma arma. As armas, como outros artefatos, possuem natureza instrumental e podem ser utilizadas para fins diversos, muitas vezes até mesmo para fins diferentes daqueles para os quais foram criadas. Sendo assim, o terrorismo pode ser entendido como um tipo de violência instrumental que pode servir a motivações políticas, ideológicas, libertárias, religiosas ou até mesmo à delinqüência comum, seja com fins políticos ou como forma de financiamento.

A história oferece um sem fim de exemplos de diferentes usos das técnicas e métodos que foram rotulados como terroristas. Como arma, foi utilizado tanto pelo Estado como por grupos independentes ou financiados por governos ou setores influentes. Em muitas ocasiões, o recurso terrorista foi utilizado massivamente a serviço do Estado para controle e coerção da população civil. Outra série longa de exemplos pode ser extraída a partir do estudo de grupos subestatais motivados pelas mais diversas causas e que agiram em contextos e momentos históricos diversos com o fim de disseminar o terror na sociedade.

Diante do impasse conceitual, a formulação de tipologias permite criar categorias de análise que possibilitam a operacionalização de variáveis e conceitos menos abrangentes, necessários para a compreensão do problema, mesmo que não exista consenso sobre a definição.

Assim, além das tentativas de definição, a literatura sobre terrorismo oferece também tipologias operacionais e que permitem concluir que não existe apenas um único modelo de terrorismo na sociedade. Uma das diferenciações básicas é a que divide o terrorismo entre terrorismo de Estado e terrorismo praticado por grupos independentes. Dados históricos revelam que o impacto do terrorismo de Estado no que se refere ao número de vítimas e conseqüências em longo prazo é muito maior que o impacto causado pelo "terrorismo a granel". Além disso, como ressalta Wilkinson (2000, p. 2), o terrorismo de Estado plantou os embriões, em muitas ocasiões, que posteriormente evoluíram para campanhas de terrorismo subestatal.

Outra categorização comumente utilizada, e que atualmente tem ganhado saliência, é a que diferencia o terrorismo doméstico do terrorismo internacional. O paradigma jurídico define como terrorismo internacional aquele que envolve cidadãos ou territórios de mais de um país (NACOS, 2003, p. 4; WILKINSON, 2000, p. 2). Essa definição, que inicialmente parece simples e eficaz, não é suficiente se pensamos em termos sociais mais amplos e em como as informações são disseminadas pelo sistema de mídia globalizado contemporâneo.

Com a ampliação vertical do lócus no qual o conhecimento é construído, disseminado e as opiniões formadas (tecnicamente denominado espaço público entre os teóricos da comunicação), cabe destacar que a divulgação de acontecimentos ou informações do exterior no espaço de cada nação torna esses elementos parte do sistema local. Assim, "tudo o que ocorre no cenário político de outras nações integra-se virtualmente em cada espaço público político nacional" (FERRY, 1998, p. 23, tradução nossa). Nessa mesma linha, Wilkinson (2000, p. 2) observa que as campanhas domésticas prolongadas quase sempre acabam por desenvolver uma dimensão internacional, seja pelo mero impacto no sistema globalizado de informação, seja pela ação estratégica orientada à captação de recursos financeiros, armamentos, apoio ideológico ou notoriedade no cenário mundial.

Além das categorias dicotômicas citadas nos parágrafos anteriores, outras formas de categorização e tipologias são utilizadas com frequência em diferentes estudos e abordagens sobre o terrorismo. O estudo das motivações ou orientações ideológicas subjacentes oferece outro sistema de categorias. Entre as principais motivações e orientações destacam-se o nacionalismo, separatismo, racismo/etnocentrismo, vigilantismo, ideologias radicais, fundamentalismo religioso, milenarismo e campanhas monotemáticas.

Os grupos nacionalistas e separatistas buscam a autodeterminação política. Talvez pelo apelo à identidade ou a causas políticas e socioeconômicas, os nacionalistas têm uma capacidade maior de manter campanhas e obter apoio do que os grupos fundamentados exclusivamente em ideologias. É o caso, por exemplo, da ETA (Pátria Basca e Liberdade) e do IRA (Exército Republicano Irlandês).

Ao contrário do terrorismo nacionalista, que não parece dar sinais de extinção, o terrorismo ideológico, entretanto, parece obedecer a ondas. Os estudos sobre o terrorismo das décadas de 1970 e 1980 entendiam o terrorismo como uma manifestação das lutas de libertação. Não obstante, o terrorismo ideológico que proliferou entre as duas guerras mundiais foi predominantemente fascista, com a atuação de esquadrões de higiene social (LAQUEUR, 2001, p. 121). Na Europa, essa vertente ideológica continua sendo responsável por grande parte da violência racista e xenófoba. Em regiões como Ásia e América Latina (por exemplo, os casos da Colômbia e Peru), o terrorismo de extrema esquerda ainda está presente. Vale a pena lembrar que a divisão do contínuo ideológico entre direita e esquerda no caso do terrorismo é meramente ilustrativa. Em geral, essa categorização ilustra a autodefinição dos grupos e facções, sem que se ajustem especificamente às definições de direita e esquerda.

As campanhas monotemáticas também estão imbuídas de objetivos políticos, mesmo quando parecem ocultos. De um modo geral, essas campanhas buscam obsessivamente a modificação de alguma prática em vigor. Um exemplo poderia ser o caso do Unabomber ou de campanhas contra o aborto ou contra o consumo de carne.

O terrorismo político-religioso é o responsável pela maior parte do terrorismo dos dias atuais devido basicamente à atuação dos grupos islamistas radicais. Entretanto, apesar da identificação quase imediata que hoje se faz entre terrorismo e fanatismo

religioso, somente uma pequena parte dos islamistas radicais efetivamente se lança em atividades terroristas, sendo os casos mais representativos os grupos Hezbollah, Hamas e Al Qaeda.

Mesmo vestidos com o manto da guerra santa, o terrorismo religioso pode ter fins claramente políticos. O vínculo entre terrorismo e fanatismo religioso não é privilégio do islamismo. Basta lembrar de casos nos quais o hinduísmo, o judaísmo e mesmo o cristianismo geraram facções extremistas violentas. Hoffman destaca como características gerais desse tipo de terrorismo a legitimação da violência em nome de preceitos religiosos, o sentimento de alienação, a existência de um movimento terrorista criado por ativistas e a preocupação pela eliminação de uma categoria de inimigos amplamente definida (HOFFMAN, 1998, p. 100). Essas características estão presentes, segundo Hoffman (1998), no terrorismo islâmico e judeu. No caso judeu, boa parte dos grupos terroristas inspiram-se nas palavras do rabino Meir Kahane (HOFFMAN, 1998, p. 100). Outros exemplos relevantes de terrorismo associado ao fanatismo religioso são o IRA e os Patriotas Cristãos, envolvidos no atentado de Oklahoma em 1995.

Nos últimos anos, especialmente depois dos ataques da seita Aum Shinrikyo no metrô de Tóquio em 1995, tornou-se comum o surgimento de discussões sobre o hiperterrorismo como uma nova categoria de violência internacional. Essa nova categoria é apresentada nos meios de comunicação e nos círculos de debate especializados como um tipo de terrorismo diferente do tradicional, com um altíssimo grau de incerteza e de aleatoriedade e com um potencial de impacto sem precedentes.

Extremamente distante da idéia da bala pré-destinada, o hiperterrorismo pode transformar qualquer pessoa em vítima a qualquer momento, em qualquer lugar, e provavelmente através do emprego de armas de destruição em massa como agentes químicos, radiológicos ou biológicos. Para alguns estudiosos, entretanto, o terrorismo contemporâneo não é irracional, aleatório e nem essencialmente diferente das formas tradicionais. Consideram tanto o terrorismo contemporâneo quanto o "tradicional" como formas de violência política que disseminam o terror para intimidar o inimigo e adotam diante do problema posturas menos alarmistas, mas ainda assim, cautelosas (GEARSON, 2002, p. 23; WILKINSON, 2000, p. 6).

1.2 Dos filósofos da bomba ao velho terrorismo

A Revolução Francesa trouxe o fim das monarquias absolutistas e o despertar dos nacionalismos à Europa. A noção de Estado e cidadania resultantes da identidade comum de um povo e não do direito divino levou ao surgimento dos Estados-nação. Durante a Revolução, o terror foi um instrumento tático do poder estatal e seu emprego, como nos dias atuais, foi deliberado, declarado e sistemático. Naquele contexto, o termo possuía uma conotação positiva de recurso ao assentamento da Revolução. Era um instrumento do governo, ironicamente associado à liberdade e democracia. Era tudo menos uma forma de violência deliberada e irracional e seu objetivo era criar uma nova sociedade melhor.

Paralelamente, as reações à Revolução Industrial e às mudanças socioeconômicas dela decorrentes no século XIX propiciaram o surgimento de um outro terrorismo, desta vez associado às lutas revolucionárias e antiestatais. O terrorismo anarquista da "propaganda pelos fatos" de Piscane, republicano extremista italiano que preconizava que a propaganda de idéias era uma quimera (HOFFMAN, 1998, p. 17) é considerado na literatura como o ponto de origem do terrorismo moderno (GEARSON, 2002, p. 11).

A primeira organização a colocar em prática as idéias de Piscane foi o Narodnaya Volya (Vontade do Povo), que praticou a escolha seletiva de indivíduos considerados autocráticos ou simpatizantes da autocracia, como o czar, a família real ou os membros do governo. Os alvos do terrorismo eram, naquele então, escolhidos por seu valor simbólico. Na ética do Narodnaya Volya, o pudor condenava, entretanto, a morte de inocentes e crianças.

A violência política dos anarquistas estava projetada para gerar publicidade, provocar repressão e assim minar a legitimidade de governos. Os objetivos consistiam em atingir alvos simbólicos e provocar impacto além das vítimas imediatas dos atentados. Seu fim último era promover mudanças políticas.

Com o anarquismo, o terrorismo deixou de ser monopólio estatal. O método foi eficaz na propagação do medo e na eliminação de chefes de Estado. Além de precipitar o início da queda do regime czarista, o Narodnaya Volya influenciou revolucionários no

mundo todo. Quatro meses depois do assassinato do czar Alexandre II, um grupo de radicais reuniu-se em Londres para uma "conferência anarquista" que aplaudiu publicamente o assassinato e o tiranicídio com fins revolucionários. Com sua aura de terror, o anarquismo articulado em torno de uma Internacional Anarquista pouca repercussão real teve no panorama político dos países por ele afetados (HOFFMAN, 1998, p. 20).

Ao longo das primeiras décadas do século XX surgem novamente exemplos de atividade terrorista com legitimação estatal, mais especificamente nas décadas de 1930 e 1940. Por volta de 1930 o significado do terrorismo havia mudado, agora com predomínio mais uma vez do terrorismo de Estado. O termo retoma suas conotações originais. Sob a égide dos regimes totalitários, surgiram gangues repressoras que agiam em defesa de uma forma de "higiene social", que era praticada com total conivência do Estado. O uso de esquadrões da morte à paisana perdura até hoje em algumas partes do mundo. Na literatura acadêmica, essa forma de violência é frequentemente denominada terror e não terrorismo para distingui-la da violência política praticada por atores diferentes do Estado.

Com a Segunda Guerra Mundial, o terrorismo volta a assumir a conotação revolucionária e de lutas de libertação que surge das lutas anticolonialistas na Ásia, Oriente Médio e África de 1940 e 50 e perduram até hoje. Embora em termos gerais para os teóricos o terrorismo não possua eficácia política propriamente dita, países como Israel, Chipre e Argélia devem sua independência em parte a movimentos nacionalistas que utilizaram o terrorismo como arma contra as metrópoles. É nesse contexto que surge a expressão "freedom fighter" (libertador), termo politicamente correto, imbuído da legitimidade política que a comunidade internacional conferiu a essas lutas independentistas. O debate sobre a linha de corte que separa o libertador do terrorista e sobre as circunstâncias nas quais os fins podem justificar os meios continua sem conclusão definitiva.

Os conflitos do auge da Guerra Fria ficaram marcados pela motivação ideológica e nas décadas de 1960 e 1970 o termo terrorismo continuou representando um instrumento da luta revolucionária. Alguns grupos marcaram época, como a Facção do Exército Vermelho, na Alemanha, e a Brigada Vermelha, na Itália, entre outros. Movimentos étnicos e grupos nacionalistas e separatistas que surgiram fora do ambiente

das colônias, bem como grupos radicais motivados ideologicamente como o ETA (Euskadi ta Askatasuna) e a FLQ (Front de Libération du Quebec) permanecem ainda ativos.

O terrorismo típico dos movimentos de libertação é o que a literatura acadêmica reconhece como o “velho terrorismo”. Pautado por motivações políticas e ideológicas bem específicas, seu discurso apresentava-se ao público como um tipo de luta romântica do mais fraco contra o mais forte pela libertação dos jugos opressores. O terrorismo era então praticado por organizações claramente identificadas, articuladas em células hierárquicas bem estruturadas e comandadas por líderes de lutas políticas. Seus alvos eram seletivos, seguindo-se a retórica da bala predestinada. O envolvimento de inocentes era considerado apenas um efeito colateral e não um fim em si mesmo.

1.3 Transição à articulação estratégica

O debate público e acadêmico sobre terrorismo tornou-se acirrado na década de 1970 quando se partia do princípio comumente aceito de que o terrorismo era basicamente a alternativa de combate de movimentos de libertação e revolucionários de esquerda, gerados em resposta à opressão e à exploração dos mais fracos (LAQUEUR, 2004, p. 1). As discussões transitaram, e ainda transitam, sobre as possíveis causas do terrorismo, suas raízes, sobre tendências de grupos específicos e suas causas e motivações, assim como sobre a maneira como se deve ou não enfrentar o problema.

A maioria dos conflitos armados significativos dos dias de hoje constitui-se em conflitos intra-estatais alimentados por rivalidades baseadas em diferenças de identidade. Sua origem pode ser buscada na história da rivalidade entre povos, mas também na estrutura e nas dinâmicas do sistema internacional criado no período posterior à Guerra Fria. A divisão do mundo em dois grandes blocos separados por uma cortina de ferro produziu uma vez mais fronteiras falsas, agrupando no mesmo território coletivos que não compartilhavam a mesma cultura e nem a mesma história.

De certa forma, o acordo tácito entre as superpotências manteve sob controle o surgimento de movimentos separatistas e conflitos étnicos. Não obstante, o desabamento da União Soviética e o fim da ordem bipolar acabaram por trazer à luz um novo problema de proporções internacionais. De um modo geral, esses novos conflitos

são intercalados com o uso massivo do terror, limpeza étnica e total desconsideração das leis internacionais humanitárias e de guerra (WILKINSON, 2000, p. 5).

Durante um curto período de tempo, o desmantelamento da União Soviética e o fim da Guerra Fria trouxeram esperanças de que o terrorismo tenderia à desapareição. Contudo, o número de atentados e o número de vítimas aumentaram nas últimas décadas. O terrorismo não só permaneceu vivo, mas mostrou-se tendente a um recrudescimento no período pós Guerra Fria.

Em primeiro lugar, durante aquele período articularam-se alianças insólitas entre grupos terroristas "de esquerda" que lutavam contra o capitalismo e contra o imperialismo do Ocidente. Assim, o Exército Vermelho Alemão aliou-se a nacionalistas palestinos e a fundamentalistas islâmicos; Muammar Gadhafi e grupos palestinos ofereceram apoio ao Exército Republicano Irlandês (IRA); na América Latina, grupos seculares apoiaram árabes religiosos e extremistas esquerdistas da Europa.

De um modo geral, os grupos antiocidentais e antiamericanos contaram com o apoio de redes articuladas no interior do bloco comunista. Para manter o acordo tácito entre as potências, Moscou pôde utilizar sua influência sobre os países comunistas e estados clientes como a Líbia para conter as ameaças contra o bloco ocidental capitalista evitando, assim, o confronto militar. Uma vez desmantelado o bloco soviético, grupos radicais passaram a utilizar o terrorismo em favor de suas próprias causas. Pela mesma lógica, durante os tempos da Cortina de Ferro, a ordem imposta pela Guerra Fria limitava as investidas violentas do bloco capitalista contra o comunista.

Em segundo lugar e como consequência do desmantelamento da ordem bipolar, ressurgiram os conflitos nacionalistas e religiosos afogados no passado. É na quebra do bloco soviético que estão as explicações para a guerra da Bósnia, Kosovo e para o conflito na Chechênia, por mais que nos dias atuais exista tendência a vincular esses conflitos ao problema do islamismo radical. De fato, os sérvios foram os primeiros a impor a ameaça terrorista internacional na guerra da Bósnia, quando seqüestraram membros franceses das Nações Unidas para impedir ataques aéreos da OTAN (NACOS 2002, p. 22 - 23).

As décadas de 1970 e 1980 testemunharam o fracasso e a derrota de muitos grupos terroristas em todo o mundo. Despido da roupagem ideológica das décadas anteriores, o terrorismo não podia mais ser explicado ou compreendido situando os fatos sempre em um dos dois pólos extremos de um contínuo. Paulatinamente o terrorismo passa a ser identificado com as lutas do conflito entre Israel e Palestina, com os ataques suicidas perpetrados por homens-bomba ou pelo seqüestro de vôos comerciais.

Do ponto de vista político, o debilitamento dos rótulos ideológicos fez com que as preocupações recaíssem sobre o possível patrocínio estatal de grupos independentes. O ataque a uma discoteca em Berlim, freqüentada por militares americanos, atribuído à Líbia, levou os Estados Unidos a responderem bombardeando Trípoli. A revolução iraniana de 1978-1979 possibilitou o ressurgimento do terrorismo xiita e a invasão do Líbano por Israel fez emergir a prática dos atentados suicidas. O assassinato de Rajiv Gandhi em 1991 pelos Tigres de Libertação do Eelam Tamil (LTTE) dá continuidade à prática e o terrorismo suicida é utilizado em contextos seculares e religiosos, na Chechênia, Sri Lanka, Iêmen, Líbano e Israel, embora os kamikazes japoneses já tivessem sacrificado suas próprias vidas no combate ao inimigo em tempos de guerra.

O surgimento dos homens-bomba por volta da década de 1980 introduz uma novidade real no panorama. Ao mesmo tempo, o financiamento do terrorismo por parte dos chamados Estados hostis passa a ser visto como uma nova forma de guerra assimétrica, capaz de desafiar a ordem vigente. As garantias da superpotência militar já não parecem ser mais suficientes. As manifestações cada vez mais variadas evoluem até compor o que Hoffman denomina de "zona cinzenta", esfera de negociações na qual convivem grupos de ideologias radicais, fanáticos religiosos e grupos economicamente motivados, como ocorre no crime organizado e no narcotráfico. Nessa zona cinzenta formam-se parcerias e alianças insólitas e que geralmente obedecem a motivações políticas e econômicas (HOFFMAN, 1998, p. 27 e 28). Essas alianças incluem também a vinculação com grupos religiosamente motivados.

1.4 O retorno ao passado utópico e o apelo ao fundamentalismo

A onda terrorista de maior prevalência na atualidade tem suas origens no islamismo radical, uma vertente armada e extremista do islamismo, que deve ser entendido aqui como uma ideologia e não confundido com a religião, o Islã. O fundamentalismo surgiu no final do século XIX no seio do protestantismo norte-americano como uma reação ao modernismo (DEMANT, 2004, p. 196). Na Europa da era moderna, o Iluminismo, a Revolução Científica e a Revolução Francesa abalaram gravemente a religião. Paralelamente, a consolidação da Revolução Industrial causou mudanças profundas nas estruturas sociais, o que produziu o rompimento de esquemas e valores tradicionais. A fé é abalada, escreve Demant (2004), precisamente no momento em que a turbulência e a imprevisibilidade são crescentes, ou seja, quando ela era mais necessária para apaziguar os ânimos.

Clérigos progressistas tentaram estabelecer a harmonia entre a fé cristã e a ciência, propondo que as escrituras sagradas fossem interpretadas de maneira alegórica e não literal. Deus passou a ocupar então uma posição distante, a do criador que se limitou a dar o sopro vital e que depois se tornou ausente do problemático e doloroso dia-a-dia das pessoas. Transformou-se em um Deus que já não era mais o timoneiro de seus fiéis.

As reações foram diversas e em muitos casos extremas, dividindo os fiéis entre o ateísmo, a fé no conhecimento observável, na ciência, na tecnologia ou nos deuses do Oriente. A certeza de pertencer a uma comunidade que compartilhava não apenas um espaço físico, mas também um imaginário, ficou para trás. A perda da certeza e do sentimento de amparo não foi bem equacionada por uma parcela representativa da sociedade, para quem a modernidade não representou nenhum tipo de melhoria ou emancipação, mas sim a decadência moral e dificuldades socioeconômicas. Eram os pequenos comerciantes, habitantes da zona rural cujo modo de vida tornou-se insustentável e populações geograficamente dispersadas a quem restou apenas uma posição periférica.

O desejo de volta a um passado utópico e a renúncia à modernidade erigiram entre os protestantes um apelo aos fundamentos da fé cristã, à interpretação literal e não

deturpada das escrituras, ao restabelecimento das virtudes e da moral, à crença no Juízo Final e à recuperação da vida familiar e de um estilo de vida singelo e trabalhador. Recusando sempre o secularismo, as seitas fundamentalistas cristãs ficaram marcadas pelo fervor messiânico e foram dividindo-se entre o isolamento e um proselitismo que posteriormente adotou caminhos mais ou menos agressivos (DEMANT, 2004, p. 198).

O fundamentalismo sunita, cujas bases foram consolidadas nos escritos do egípcio Sayyid Qutb (1965), parte do princípio de que o mundo islâmico caiu em uma decadência moral que deve ser remediada através do jihad² que estabelecerá o governo de Deus no mundo todo. As teorias de Qutb estão carregadas de universalismo. A idéia de que o Islã fornece a “base legal para o relacionamento entre a comunidade islâmica e outros grupos” estabelece que a doutrina islâmica é válida e deve ser aplicada a todos os povos.

Esta formulação legal é baseada no princípio de que o Islã – ou seja, submissão a Deus – é uma mensagem universal que toda a humanidade deveria aceitar ou com a qual se devem fazer as pazes. Nenhum sistema político ou poder material deveria colocar empecilhos ao modo de pregação do Islã. Deveriam deixar os indivíduos livres para aceitá-lo ou rejeitá-lo, e se alguém quiser aceitá-lo, não deveriam frustrá-lo ou combatê-lo. Se alguém o faz, então é dever do Islã combatê-lo até que seja morto ou declare submissão. (QUTB, 1965)

Para Qutb, essas bases sociais devem ser buscadas no alto Islã, nunca no misticismo ou em versões impuras e baseadas no engano. No fundamentalismo islâmico, o Islã é um desafio a qualquer sistema que se baseie no princípio de soberania humana. “Qualquer sistema em que as decisões finais recaiam sobre seres humanos e todas as fontes de autoridade sejam humanas deifica o homem, pois designa como senhores outros que não Deus”, escreve Qutb (1965).

A luta proposta por Qutb é impregnada de maniqueísmo, uma luta de purificação social, de diferenciação endogrupal e discriminação depreciativa do outro, baseada na eliminação do inimigo interno infiltrado e posteriormente do perigo externo, que poderia ser fonte de novas contaminações. Somente a aniquilação total do outro, ou seja, daquilo que é diferente, pode garantir o restabelecimento da ordem.

O estabelecimento de um domínio divino sobre a terra, e a abolição do domínio humano, a tomada da soberania dos usurpadores e sua devolução às mãos de Deus, a

² Luta em favor de Deus; aplicada tanto para busca do auto-controle quanto à islamização da sociedade e a luta armada contra os infiéis; quem participa é mujahid.

colocação em prática da Lei Divina (xaria³) e a abolição das leis humanas não podem ser realizadas somente através da pregação. Aqueles que usurparam a autoridade divina e oprimem as criaturas de Deus não desistiram de seu poder através da mera pregação; se assim fosse, a tarefa de estabelecer a religião divina no mundo teria sido deveras simples para os Profetas de Deus! Isto é contrário às evidências da História dos Profetas e da História da batalha pela verdadeira religião, difundida por gerações. (QUTB, 1965)

A interpretação literal das escrituras sagradas, a intolerância à diferença e o universalismo são fatores comuns a todo fundamentalismo religioso. Uma das características marcantes de toda comunidade fundamentalista é o fechamento em si mesma e a rejeição a formas de pensamento e de vida alternativos.

Esse fechamento minimiza as trocas do grupo com o resto do mundo e promove a simplificação de tudo aquilo que é estranho. Nesse cenário, a globalização desempenha o papel de catalisadora de questionamentos que desembocam em crises de identidade em sociedades que ainda permanecem às margens das maravilhas da modernidade e do liberalismo econômico. Para os teóricos (STERN, 2004; BERMAN, 2001; LAQUEUR, 2003, entre outros), o terrorismo político nutre-se da necessidade de purga de uma crise e frustração crônicas, da necessidade de destruir aquilo que incomoda. Segundo essa interpretação, as maravilhas do Ocidente apresentam-se ao mundo islâmico como tentações e, portanto, como a representação de Satã. A manutenção da ordem tribal e monolítica oferece, nesses casos, uma solução desejável tanto para quem deseja poder quanto para uma sociedade em crise.

1.5 O novo terrorismo

Embora, em certa medida, a Guerra Fria tenha sido um fator de controle do terrorismo, a origem do chamado "novo terrorismo" pode ser situada justamente no auge desse período. O dia 22 de julho de 1968 ficou marcado como um divisor de águas na história do terrorismo. O voo comercial da companhia El Al procedente de Roma com destino a Tel Aviv foi seqüestrado por três membros armados do grupo terrorista Frente Popular para Libertação da Palestina, uma das seis organizações pertencentes à Organização para a Libertação da Palestina (OLP).

³ Código legal islâmico que, para os muçulmanos, estabelece as regras que governam todos os aspectos da vida.

Naquele momento o seqüestro de vôos comerciais já não era nenhuma novidade, sendo o incidente a décima segunda ocorrência somente naquele mesmo ano. Não obstante, o seqüestro do vôo da El Al foi significativamente diferente de qualquer outro. Em primeiro lugar, os objetivos do seqüestro eram claramente políticos. Não se tratava de um simples desvio da aeronave como vinha ocorrendo desde 1959, mas sim de um processo claro de negociação de reféns civis em troca de prisioneiros palestinos mantidos em Israel. Em segundo lugar, a escolha da nacionalidade da aeronave era importante, por ser claramente um símbolo do estado de Israel. Finalmente, com a ameaça de destruir a aeronave e colocando assim em risco a vida de muitos inocentes, os terroristas conseguiram que as autoridades israelenses dialogassem diretamente com a organização.

Pela combinação de declarações políticas dramáticas, uso de alvos simbólicos e reconhecimento induzido por crise, os terroristas descobriram que detinham o poder de criar eventos midiáticos de grande impacto, principalmente quando houvesse o envolvimento de civis inocentes. (HOFFMAN, 1998, p. 68. Tradução nossa.).

Tradicionalmente, os estudos sobre terrorismo prestaram atenção principalmente às características e motivos dos grupos que o praticavam. A compreensão da "causa" permitia tanto ao observador como ao próprio grupo enquadrar o fenômeno e os acontecimentos em um contexto explicativo geralmente associado a problemas políticos, mesmo que as etiquetas pudessem ser trocadas para servir a diferentes pólos de um contínuo ideológico.

A preocupação pelo uso de novas técnicas, pelo aumento da capacidade destrutiva e por uma irracionalidade e imprevisibilidade cada vez maiores supôs um deslocamento do foco dos estudos para a tecnologia e para os efeitos, inaugurando uma era de preocupações sobre o suposto surgimento de um novo tipo de terrorismo. Contudo, ao longo da história houve mais de uma ocasião nas quais as incertezas sobre o futuro puderam incentivar a idéia de que a sociedade estava diante de algo novo e sem precedentes.

Em 1865, Alfred Nobel descobriu um tipo de mercúrio detonante que passou a ser fundamental na produção de explosivos. Na exploração de sua descoberta para fins comerciais, observou que o material explodia com facilidade, o que resultou em inúmeros acidentes. Na busca de uma solução, Nobel acabou por inventar a dinamite,

um explosivo sólido feito de plástico e relativamente seguro contra choques físicos e de temperatura.

No final do século XIX, a invenção da dinamite foi considerada um ponto de inflexão na história do terrorismo. À medida que pioravam os conflitos de classe e a revolta em alguns setores da população da Europa em consequência da Revolução Industrial, a dinamite foi aclamada como o grande dissolvente social, o elemento chave para a emancipação (LAQUEUR, 2001, p. 97). Não obstante, como observa Laqueur (2001), as primeiras bombas eram pesadas, grandes e sua construção era perigosa. Dessa forma, somente depois da miniaturização dos explosivos já no século XX é que se tornou possível perpetrar atentados terroristas em escala consideravelmente superior que antes.

A invenção do avião também trouxe uma nova dimensão às perspectivas terroristas. Seu potencial, bem como o do submarino, foi estudado por revolucionários russos e irlandeses, respectivamente, ainda antes da Primeira Guerra Mundial. Até mesmo a possibilidade de utilizar armas de destruição em massa já havia sido cogitada muito antes da queda do Muro de Berlim e do desmantelamento da antiga União Soviética, o que em tese deixou disponível um número razoável de cientistas desempregados que poderiam vir a se aliar às "forças do mal". Já em 1840 os "filósofos da bomba" discutiam sobre o emprego de tecnologias de destruição massiva, entre eles o revolucionário alemão Karl Heizein, que considerou a possibilidade de utilizar gases venenosos e mísseis balísticos (LAQUEUR, 2001, 12). Naquele então, tudo isso não passou de especulação.

Durante o período mais dramático da Guerra Fria, que recrudescer a partir da década de 1970, o mundo testemunhou uma onda sem precedentes de seqüestros de civis, utilização massiva de explosivos e o intrigante surgimento dos homens-bomba. A escolha cada vez mais freqüente de vítimas inocentes e uma espécie de "falta de ética" (que se pode também entender como a revelação de uma outra ética diferente daquela comumente partilhada) despertaram suspeitas e temores sobre as incertezas que esses novos inimigos trariam à luz, especialmente se pudessem contar com o patrocínio dos chamados "estados hostis".

Muitos dos grupos responsáveis por esses atos obtiveram apoio de Estados considerados suspeitos, entre eles a Líbia, o Sudão, Chipre e outros. Ainda no quadro da Guerra Fria, diversos Estados situados ao outro lado da Cortina de Ferro participaram das operações de financiamento de atos de violência orientados contra o mundo ocidental. Na África, guerras tribais estimulariam o tráfico de armas e a formação de grupos paramilitares. Na Europa, grupos separatistas como o ETA e o IRA radicalizavam suas posturas. No Oriente Médio, o fanatismo religioso estimularia o nascimento de facções religiosas extremistas.

Embora o terrorismo anticolonialista do pós-guerra tenha tido desde sempre uma orientação internacional, o seqüestro do vôo da El Al efetivamente supôs uma mudança estratégica e na forma de conceber o terrorismo por parte dos próprios terroristas. Essa mudança tática teve grande repercussão no entendimento público do terrorismo. Como observa Hoffman (1998, p. 68), foi a partir de então que os terroristas começaram a viajar freqüentemente de um lugar a outro para perpetrar ataques e foi também a partir de então que atentar contra civis inocentes e não apenas contra cabeças de Estado ou figuras políticas estrategicamente selecionadas tornou-se uma prática comum.

O foco na aleatorização das vítimas evidencia uma mudança na ética ou na prevalência de certos perfis protagonistas do terrorismo. Há cem anos atrás os terroristas típicos teriam desistido de cometer um atentado se descobrissem que sua vítima estava acompanhada da família ou de inocentes. Atualmente, o valor das vítimas inocentes é muito maior em termos de impacto, o que certamente pressupõe uma mudança ética. Com a aleatorização dos alvos, a aproximação das conseqüências ao homem comum aumenta o grau de incerteza e estende o risco de se tornar vítima a qualquer pessoa.

A inovação nos meios com a transformação de elementos neutros em armas, como ocorre no seqüestro de vôos comerciais, contribuiu para aumentar o potencial de ansiedade e a percepção de risco. A idéia tradicional que se tinha sobre o terrorismo baseava-se em atos realizados por grupos organizados em células operacionais que planejavam cuidadosamente seus ataques. Um elemento fundamental para essa concepção era o anúncio antecipado do ataque para a exploração tática do medo como método para alcançar objetivos, freqüentemente políticos, evitando assim o enfrentamento militar.

Nos tempos atuais, a diminuição da sensibilidade do público e o envolvimento cada vez menor em questões ideológicas conduzem à utilização de novos recursos que viabilizam a exploração do medo. O fator surpresa é, assim, um dos elementos chave.

Em resumo, no novo terrorismo a luta por mudanças é substituída pela ação estratégica articulada com metas de longo prazo muito mais abrangentes que a derrubada de governos geralmente almejada por grupos clandestinos movidos por fanatismo ideológico, sendo que o possível patrocínio estatal poderia conferir a grupos paramilitares força suficiente para declarar guerra a qualquer potência. ´

Na forma, o novo terrorismo caracteriza-se pela indefinição e imprevisibilidade, pelo potencial de destruição massiva, pela irracionalidade e banalização da vida, incluindo o uso do suicídio como exacerbação tática, e pela exploração do sentimento de vulnerabilidade extrema. No campo tático, é empregado como parte de estratégias abrangentes, abandonando os ideais de transformação política pela intimidação próprios do velho terrorismo.

De um modo geral, o terrorismo sempre foi uma resposta assimétrica ao poder legítimo e os terroristas sempre utilizaram recursos amplificadores e multiplicadores de força para a exploração do medo. A meta principal de gerar um clima terror além das vítimas imediatas das ações terroristas permanece presente. Cativar simpatizantes e provocar na oposição posições acirradas também persistem como objetivos centrais, como já foram no passado. Independentemente da adoção ou não de tecnologias de destruição massiva ou das táticas suicidas, a essência do terrorismo continua sendo a mesma que a do terrorismo tradicional: minar o inimigo por meio da intimidação e da exploração do medo, evitando ao máximo o confronto militar (GEARSON, 2002, p. 23).

Capítulo 2 - O debate acadêmico

Durante os anos 1980 e 1990 ocorreram mudanças políticas, sociais e tecnológicas em escala mundial que proporcionaram aos terroristas novas possibilidades de matar e provocar estragos em proporções que antes eram inimagináveis. Segundo Laqueur (2003, p. 10), essas novas circunstâncias resultaram do desenvolvimento simultâneo de três tendências não relacionadas. Por um lado, o progresso tecnológico tornou as sociedades atuais e as grandes urbes muito mais vulneráveis aos atentados. Ao mesmo tempo, as armas terroristas tradicionais tornaram-se cada vez mais letais em consequência do aperfeiçoamento dos explosivos. As armas nucleares, biológicas e químicas tornaram-se mais e mais acessíveis a grupos cada vez menores. E, finalmente, houve um despertar do fundamentalismo religioso em muitas partes do mundo, não apenas no mundo islâmico.

Embora ambos reconheçam a tendência à hipertrofia própria do terrorismo dos dias atuais, Laqueur e Wilkinson apresentam pontos de vista diferentes sobre a existência ou não de ruptura entre o velho e o novo terrorismo.

O terrorismo contemporâneo é percebido como uma forma de violência fundamentada na irracionalidade e com um grande potencial de impacto e destruição possível graças à combinação da tecnologia balística e de mísseis e à disseminação dos agentes químicos, biológicos, radiológicos e nucleares. Tudo isso, somado à aparência de irracionalidade dos motivos e ações, torna as organizações terroristas e seus métodos imprevisíveis, o que potencializa sua capacidade de produzir terror e conseguir notoriedade junto aos meios de comunicação e ao público em geral.

Os métodos não convencionais incluem desde os homens-bomba até o uso de agentes de destruição em massa. A discussão teórica sobre os objetos de ataque também aponta para uma mudança de foco segundo a qual os alvos, que também deixam de ser convencionais, tornam-se cada vez mais estratégicos. Alvos simbólicos como monumentos ou emblemas de poder e os sistemas de comunicação e infra-estrutura das grandes cidades modernas são candidatos a ataques.

Em reação a essa percepção de vulnerabilidade extrema, alguns estudiosos defendem a improbabilidade de que o terrorismo utilize armas de destruição em massa, apoiando-se em um grande número de argumentos conhecidos e amplamente discutidos. Entre as limitações óbvias e inerentes à natureza política da violência terrorista, são comumente citadas as dificuldades tecnológicas e financeiras para a pesquisa e desenvolvimento, o temor à retaliação, o medo à autocontaminação com agentes letais e as conseqüências indesejadas que surgiriam da sensibilização negativa da opinião pública (DOLKIN, 2003, p. 32).

A tese de que estamos diante de um novo terrorismo, com seus pilares na idéia de guerra assimétrica, na vulnerabilidade extrema do Estado e da população civil diante de um número pequeno de indivíduos fanáticos capazes de perpetrar atrocidades em defesa de objetivos particulares de qualquer natureza e não mais necessariamente políticos, é a tese que, de um modo geral, tem ganhado destaque nos últimos tempos entre estudiosos, como o historiador Walter Laqueur (LAQUEUR, apud CANZIAN, 2004, A 20).

Laqueur é um dos nomes que defendem que estamos diante de um novo tipo de terrorismo, que ainda pode se transmutar em uma versão hipertrofiada, a do mega ou hiperterrorismo (LAQUEUR, 2004; LAQUEUR, 2003, p. 8).

Existe muita confusão a respeito de todas essas denominações. Boa parte dos novos termos utilizados na atualidade refere-se, na verdade, a conceitos conhecidos já há tempos. Tanto o terrorismo como a guerra de guerrilhas sempre foram guerras assimétricas e a adoção de métodos cada vez mais exacerbados tem sido uma constante em conflitos bélicos e também no terrorismo. A corrida pelo impacto provoca a exacerbação dos meios e dos resultados e acaba servindo ainda como instrumento na concorrência por atenção dos diferentes públicos sensibilizados pelo terrorismo. Além disso, a obsessão pelo islamismo radical como causa do terrorismo atual faz com que se negligencie no debate um amplo leque de formas de manifestações terroristas que, embora não sejam novas, ainda persistem e não parecem mostrar sinais de extinção. A linha de corte, portanto, não parece nada clara.

Talvez um dos motivos da confusão seja a coexistência de várias formas de terrorismo, todas elas filhas de seu próprio tempo, e todas sujeitas à evolução e à adoção de novas táticas e formatos.

Para Laqueur (2004), os novos elementos relevantes no cenário do terrorismo são a facilidade de acesso às tecnologias de destruição em massa e a alta prevalência do fanatismo religioso e político como motivações. A esses elementos identificados por Laqueur (2004) e Wright (2004), soma-se ainda a acessibilidade cada vez maior às tecnologias da informação, com seu grande potencial para angariar adeptos.

Laqueur destaca que "o islamismo radical é a principal força de importância no terrorismo internacional" (LAQUEUR, 2003 p. 8), mas lembra que há apenas três décadas era praticamente irrelevante e que é possível que perca importância no futuro, já que mesmo o fanatismo passa por movimentos sinuosos e apresenta uma curva de intensidade variável ao longo dos tempos e gerações.

Para Wilkinson (2000, p. 7), contudo, a análise histórica não leva à conclusão de que estamos diante de um novo tipo de terrorismo. Algumas das principais organizações terroristas atuais surgiram na década de 1990 e conservam os métodos, organização e vínculos típicos da fórmula tradicional, como é o caso do Grupo Islâmico Armado (Argélia) e do Movimento dos Guerreiros Santos (HUM) da Caxemira.

Laqueur (2001, p. 38) concentra-se em grupos que praticam o terrorismo sistemático como arma principal e considera que o novo terrorismo caracteriza-se pela presença do fanatismo e pela ânsia de destruição e não de propaganda, o que pode ser verificado na escolha indiscriminada das vítimas e pela presença de elementos paranóicos tanto no terrorismo de esquerda como no terrorismo de direita⁴. O que importa neste caso, destaca Laqueur (2001), é que cada um desses grupos constrói sua identidade em torno da crença de pertencer a um lado ou a outro desse contínuo ideológico.

⁴ Vale a pena lembrar que não existe objetividade alguma nas classificações "direita" e "esquerda" neste caso, uma vez que os grupos de extrema esquerda optaram frequentemente por um nacionalismo extremo e os grupos de extrema direita pouco têm de conservadores, mostrando-se libertários e antiimperialistas em seus discursos.

Entre os teóricos que defendem a ruptura entre o velho e o novo terrorismo, a postura de Laqueur (2004) é das menos apocalípticas. Afinal de contas, por que em condições análogas alguns coletivos desenvolvem respostas terroristas e outros não? A disponibilidade instrumental por si só não parece ser suficiente e nem a injustiça social ou a opressão. O verdadeiro fundo do problema, para o historiador alemão, é a predisposição cultural e psicológica. A busca das causas do terrorismo deve incluir, assim, níveis de análise macro e micro-sociais, que permitam entender também as crenças, motivações e predisposições coletivas e individuais.

As discussões atuais sobre as causas do terrorismo gravitam em torno da tensão étnica e religiosa, globalização e antiglobalização, a pobreza e a opressão. A busca de um padrão social para o surgimento do terrorismo é inconclusiva, afirma Laqueur (2003, p. 21). Os grupos terroristas europeus de extrema esquerda estavam compostos principalmente de pessoas de classe média. No caso da extrema direita, como o terrorismo neonazista e carecas, predominam membros das classes baixas. O Sendero Luminoso, por outro lado, é eminentemente um movimento das classes pobres, um padrão que não corresponde aos Tigres do Tamil no Sri Lanka. Para Laqueur, essas discussões poderiam perder relevância quando o hiperterrorismo chegar.

Quanto menor o grupo terrorista, mais estrambótica será, possivelmente, sua doutrina, e maior a importância dos fatores psicológicos. (LAQUEUR, 2003, p. 11. Tradução nossa.)

O momento atual é de transformações globais profundas. E no futuro próximo, grupos cada vez menores de pessoas intensamente motivadas poderão atentar contra um número cada vez maior de vítimas. A hipertrofia do terrorismo é, portanto, um sintoma dos tempos atuais.

Sem identificar uma linha de corte que separe o velho do novo terrorismo, Wilkinson alerta para o fato de que a obsessão por uma modalidade específica impede o estudioso de permanecer atento às tendências gerais, às implicações estratégicas e ao potencial de impacto (WILKINSON 2002, p. 3) dessa forma de violência. Em última instância, para Wilkinson o terrorismo conserva suas essências de guerra psicológica com objetivos políticos, apresentando transmutações e não uma nova natureza qualitativamente diferente da tradicional (2000, p. 7). Para Wilkinson não parece existir ruptura entre o velho e o novo terrorismo, mas sim continuidade em um fenômeno que

existe desde a Antigüidade e que em cada momento apodera-se dos recursos e das formas de seu tempo.

Talvez ainda seja cedo para que haja consenso entre os estudiosos sobre o verdadeiro grau de ameaça do uso de agentes de destruição massiva no terrorismo. Alguns defendem, de fato, que o terrorismo contemporâneo é o resultado da evolução das estratégias, meios e metas, e que a natureza do terrorismo continua sendo a mesma de sempre: política e fundamentada na intimidação e na tentativa de fazer recuar o inimigo evitando ao máximo o confronto armado (DOLNIK, 2003, p. 23; WILKINSON, 2000, p. 7). A escolha de alvos aleatórios e simbólicos, incluindo civis, para criar um clima de medo extremo é inevitável dada a natureza psicológica da mensagem de intimidação e, mesmo que algumas organizações terroristas afirmem ser seletivas com seus alvos, as comunidades que vivenciam campanhas e ataques terroristas percebem o terrorismo como arbitrário e indiscriminado

Independentemente de possuir ou não uma natureza qualitativamente diferente da do terrorismo tradicional, o terrorismo contemporâneo mostra-se cada vez mais estratégico e articulado e o uso da mídia como instrumento tático é cada vez mais evidente. É a partir dessa constatação que Brigitte L. Nacos desenvolve seus estudos em comunicação política e terrorismo centralizado na mídia. Para Nacos, o papel da mídia é central na estratégia terrorista contemporânea e talvez seja esse um dos modelos recentes realmente capazes de amplificar os efeitos do terrorismo e, como consequência, um modelo a ser aprimorado (NACOS, 2003, p. 14).

Conhecedores das artes da persuasão e da sensibilização do público, os líderes das organizações terroristas estão utilizando com destreza cada vez maior o poder da comunicação, podendo chegar a causar impacto direto ou indireto no sistema político local e internacional. O principal exemplo que se conhece nesse sentido até o momento são os atentados de 11 de setembro, cuja repercussão percebe-se ainda nas agendas políticas e informativas não só dos Estados Unidos, mas também de muitos outros países.

2.1 Teorias sobre o novo terrorismo

O recente recrudescimento da violência islâmica fez surgir novamente no ambiente acadêmico teorias que vêm a luta contra o terrorismo dos dias atuais como uma guerra ideológica e bipolar nos moldes da Guerra Fria, com a variante de que agora o enfrentamento não é mais entre Estados, mas sim entre Estados e grupos paramilitares, freqüentemente patrocinados por nações inimigas ou associadas ao crime organizado.

Entre as principais teorias vigentes serão abordadas a proposta baseada em disposições individuais e culturais de Walter Laqueur (2004), a proposta liberal baseada na idéia de conflito ideológico bipolar de Paul Berman (2001) e a proposta culturalista que prevê um choque de civilizações defendida por Samuel Huntington (1993). Nos três casos, o terrorismo emerge como a manifestação atual do conflito internacional e é, em essência, diferente do terrorismo praticado ao longo da história, ou seja, as três teorias convergem para a idéia do surgimento de um novo terrorismo, embora cada uma delas aponte causas e soluções diferentes para o mesmo problema.

2.1.1 A perspectiva do fanatismo de Walter Laqueur

Em seu artigo *The Terrorism to Come* (O terrorismo futuro), Laqueur (2004) apresenta de forma sintética sua compreensão do problema do terrorismo.

Apesar de reconhecer que o atraso socioeconômico pode facilitar o surgimento de respostas violentas, Laqueur refuta a tese de que a pobreza, o desemprego, o atraso e a desigualdade estão nas bases do terrorismo. Estudos mostram que nos 50 países mais pobres do mundo praticamente não existe atividade terrorista (LAQUEUR, 2004). A correlação entre conflitos nacionalista, étnicos, religiosos e tribais parece ser muito mais palpável do que a correlação entre violência política e pobreza. Por outro lado, continua, seus ideólogos e muitos militantes terroristas provêm de classes abastadas, provando que a riqueza e o conforto não eliminam o terrorismo da sociedade. Para Laqueur (2004), as raízes do problema são culturais e intelectuais.

Laqueur (2004) alerta para a grande diversidade e multiplicidade que caracterizam os conflitos em todo o mundo. Não há soluções mágicas para o que o autor denomina “agressão flutuante” que, sugere, pode deslocar-se a qualquer momento para outras direções respondendo a novas estratégias ou motivações.

Apesar da grande prevalência do terrorismo islamista nos dias atuais, Laqueur lembra que, há apenas 30, anos eram outros modelos de violência política que se destacavam. Observa ainda que a probabilidade de que pequenos grupos ou indivíduos utilizem armas de destruição em massa amplia significativamente o leque de formatos e motivações que podem facilmente transcender a preponderância atual do islamismo radical.

Com base em lições da história e com o fanatismo como um dos principais fatores de causa do terrorismo, Laqueur (2004) acredita que é pouco provável que o fervor do islamismo radical dure para sempre, ficando sujeito à rotina, ciclos de gerações, mudanças políticas e a mudanças súbitas ou graduais de intensidade da crença religiosa. É provável que esse declínio advenha do aprendizado do fracasso ou ineficácia da estratégia terrorista.

A frustração e o fracasso podem também provocar dissidências no interior de grupos terroristas (o autor destaca que na última década morreram mais muçulmanos do que ‘infiéis’, por exemplo). O fracasso de experiências como a revolução iraniana levou alguns estudiosos a afirmar, há alguns anos, que o islamismo radical havia entrado em declínio. Para a maioria das sociedades muçulmanas, entretanto, o governo do Islã ainda é um sonho e o enfraquecimento de tais crenças é uma perspectiva de longo prazo. No curto prazo, adverte Laqueur (2004), o perigo permanece iminente e ascendente. O padrão, tipologia e locais de futuros ataques dependerão de onde o terrorismo poderá encontrar a debilidade do inimigo. Como exemplo, o autor oferece a penetração do islamismo radical nas instituições sociais do estado paquistanês, que se fundou como Estado secular, mas que hoje possui, nas suas madrassas, incubadoras prósperas do fundamentalismo.

Laqueur (2004) identifica a Europa como o campo de batalha mais vulnerável. A liberdade democrática facilita a penetração e atuação de radicais em suas missões de doutrinação. Além disso, a atuação em território ocidental possibilita um maior

conhecimento do inimigo e de suas debilidades, de maneira que os imigrantes radicados na Europa são instrumentos táticos em potencial.

O fenômeno da radicalização da segunda geração de imigrantes é apontado pelo autor como um fenômeno comum. Parcialmente integrada à nova sociedade, a segunda geração parece experimentar um recrudescimento dos ressentimentos e hostilidade causados pela integração incompleta e pela diferenciação. Essa radicalização causa temor nos não muçulmanos, que por sua vez podem desenvolver reações xenófobas ou racistas. Laqueur (2004) não questiona, entretanto, a possibilidade de que a sociedade receptora ofereça de antemão certo rechaço inicial ao recém chegado baseado na ameaça à estabilidade econômica e maior concorrência no mercado de trabalho, por exemplo. Para ele, esse terreno tumultuado é solo fértil para o enraizamento dos ativistas islamistas e ainda que o número de extremistas seja pequeno, é suficiente para o surgimento de atividades terroristas. E a disponibilidade e facilidade de acesso a armas de destruição de massa unidas ao fanatismo colocam em pauta o perigo iminente do hiperterrorismo.

As explosões que tiveram lugar no sistema metroviário de Londres em julho de 2005 foram perpetradas por terroristas londrinos, não por imigrantes, servindo talvez de exemplo para o fenômeno de radicalização da segunda geração descrito por Laqueur.

Para Laqueur (2004), o terrorismo é a manifestação contemporânea do conflito. Compara-o à guerrilha e sugere que suas características dependerão das motivações dos envolvidos e do contexto. O terrorismo contraria as regras do conflito bélico e ao mesmo tempo rejeita os conceitos do crime de guerra. Sem poder aderir às regras dos jogos de guerra, o terrorismo investe contra a fragilidade da população civil.

Os governos não podem reagir com soluções violentas que seriam consideradas bárbaras, mas aceitar a assimetria os deixa debilitados diante do terrorista. Se o grupo é pequeno (e não opta pela destruição em massa), possivelmente o problema da assimetria torne-se insignificante e os instrumentos legais civis sejam suficientes para combater o problema. Mas se a integridade da população civil estiver em risco, a defesa dos governos ficará limitada a normas e leis pertencentes a uma era que então fará parte do passado.

Destacando que o perigo terrorista não está na ideologia ou nos motivos de seus perpetradores, mas sim no uso de armas e na ameaça à segurança, Laqueur (2004) sugere que a resposta branda só é suficiente no enfrentamento de grupos pequenos (ou que não representam grandes ameaças). O uso da força massiva costuma ser efetivo, mas traz conseqüências. Assim, o governo só deve lançar campanhas terroristas se estiver disposto (e capacitado) a usar a força e o terrorista deve avaliar se realizar atos capazes de provocar retaliações importantes compensa.

Para o autor, as grandes potências sempre serão temidas, invejadas e possivelmente odiadas simplesmente pelo fato de que por ser potências ameaçam o mais fraco. A benevolência política pode despertar simpatia entre similares e rechaço profundo entre aqueles que não cultivam os mesmos valores. A benevolência de um é imperialismo para o outro.

Se não podem ser amadas, continua, é necessário que as potências sejam ao menos respeitadas. Como é possível ver nas declarações de bin Laden anteriores aos atentados de 11 de setembro, lembra Laqueur (2004), a motivação e a certeza de êxito estavam baseadas na falta de respeito e temor aos Estados Unidos.

As reações da opinião pública contra a resposta dos Estados Unidos ao 11 de setembro foram inflamadas, invocando a violação aos direitos humanos e às liberdades democráticas. Para Laqueur (2004), há motivos suficientes, entretanto, para que as medidas de combate ao terrorismo sejam ainda mais estritas (é provável que as reações da opinião pública fossem diferentes se as armas de destruição em massa fossem utilizadas ao menos uma vez).

Laqueur (2004) adverte que o risco do hiperterrorismo é iminente e real e que concentrar as atenções apenas no islamismo radical faz ignorar que o problema é bem maior. Na atualidade, pequenos grupos cuja motivação não precisa ser necessariamente política representam uma grande ameaça devido a seu grande potencial destrutivo. Apesar da existência das armas de destruição massiva, a decisão de uso dependerá sempre de nós, humanos. E no futuro as ondas de terrorismo poderão variar em intensidade e grau de êxito, mas não desaparecerão. Afinal, para Laqueur o terrorismo é a forma de manifestação contemporânea do conflito, algo inerente à natureza humana.

2.1.2 O conflito bipolar entre o Islã e o liberalismo ocidental de Paul Berman

Berman (2001) identifica o combate ao terrorismo pós 11 de setembro como um enfrentamento que segue o padrão dos conflitos armados típicos do século XX. Segundo observa Berman (2001, p. 1), a Primeira Grande Guerra supôs uma ruptura na crença no progresso e na racionalidade do mundo moderno, que passaram a ser vistos com horror. As reações antiliberais que surgiram na Europa disseminaram-se por todo o mundo ocidental e adotaram formas diversas, muitas vezes aparentemente opostas, como as reações comunistas, fascistas e totalitárias, cada uma lançando mão dos seus mitos e valores locais.

Movimentos antiliberais, de esquerda e de direita, opuseram-se radicalmente uns aos outros, embora lançassem mãos de idéias que caminhavam na mesma direção, marcada por uma visão de mundo maniqueísta, segundo a qual a sociedade adoece quando infestada desde dentro pelo mal, que recebe apoio de poderosas forças externas e que deve ser exterminado para libertar as pessoas de bem, mesmo que para isso sejam necessários banhos de sangue.

O ideal monolítico da sociedade purificada e imutável encontrou expressão em diversos movimentos nos quais a representação do bem foi projetada no proletariado, no povo ariano ou nos cristãos, enquanto que a solução definitiva apresentava-se tanto na forma da volta ao passado, quanto no salto para o futuro como, por exemplo, no estabelecimento no Terceiro Reich, na Nova Roma, no Reino de Cristo ou no Comunismo. Com o ideal apocalíptico da solução definitiva em mente, esses movimentos marcharam para guerras entre blocos, formados por redes internacionais de simpatizantes, adversários e aliados.

Para Berman (2002, p. 2), o lado liberal dessas guerras sempre adoeceu de divisões internas e da falta de certeza absoluta sobre si mesmo. As guerras do século XX foram guerras ideológicas, por tanto, em dois sentidos: liberais contra os antiliberais e ao mesmo tempo guerras uterinas representadas pelos questionamentos dos liberais

sobre si mesmos. Esses questionamentos, segundo Berman (2001, p. 2), fazem parte do liberalismo.

Da mesma forma que Laqueur (2004), Berman (2001, p. 2) vê no terrorismo a representação atual do conflito, que segue um padrão maniqueísta no qual o lado antiliberal (o mal) é representado hoje pelo fundamentalismo islâmico e pelo nacionalismo árabe radical. Para o autor, são eles os totalitários do século XXI, que iniciam a guerra ideológica que vai além da intervenção militar.

Berman (2001, p. 3) explica o conflito árabe-sionista com base nessa visão maniqueísta, marcada pela combinação, que ele denomina "letal", do desejo utópico de renovação e esterilização da sociedade com o medo das minorias diabólicas, que fatalmente representam risco de dinamismo e descaracterização do tradicional monolítico.

A causa do ódio aos EUA é o ódio ao dinamismo do liberalismo em si e seu êxito, que desperta a fúria e frustração dos antiliberais. Compreender o terrorismo como produto do mundo moderno possibilita, para o autor, observar uma série de verdades sobre a ira projetada contra os EUA:

As táticas terroristas evoluíram e hoje se caracterizam pelo ataque indiscriminado a civis inocentes. Essa tendência não se observa somente nos conflitos entre Israel e Palestina. Nos ataques contra americanos fora dos Estados Unidos, o foco também tem sido deslocado do militar para o civil. O mesmo pode ser observado ainda nos seqüestros e decapitações que vêm ocorrendo no Iraque.

Comparando-os com os nazistas e outros grupos totalitaristas, Berman (2001, p. 4) sugere que os grupos terroristas atuais matam pelo prazer de matar, movidos por idealismos e não por causas materiais. O objetivo é dizimar o inimigo.

O inimigo do liberalismo não é intangível. Existe fisicamente, está muito bem organizado e não está composto somente por meia dúzia de lunáticos. Trata-se de uma rede estruturada, que é a ala combatente do islamismo radical, e que é muito ampla.

Berman enxerga o problema do terrorismo como uma guerra ideológica. Para ele, o fato de que não se possa identificar o inimigo com um Estado não justifica a não

caracterização do conflito como uma guerra. Ele lembra que a maior parte dos conflitos importantes mais recentes foram conflitos civis, onde apenas um dos lados possuía um Estado.

A rede combatente do islamismo radical recebe apoio de empresários, clérigos e intelectuais e a captura de Bin Laden ou de militantes da Al Qaeda não significará o fim do terrorismo. Critica o governo Bush pela chamada à caçada a Bin Laden no estilo "velho-oeste", que contrasta com o entendimento mais profundo da natureza do inimigo refletido no discurso do presidente ao Congresso americano.

Em uma guerra ideológica marcada pela oposição do dinamismo ao monolitismo, da liberdade à verdade absoluta, da diversidade à pureza da sociedade imutável, as soluções apontadas por Berman (2001, p. 5) articulam-se em duas possibilidades: ou o islamismo e o nacionalismo árabe começam a atuar dentro dos limites de tolerância democrática, o que implicaria amplas mudanças em sua cultura política, ou devem ser aniquilados. Seria uma solução análoga à encontrada para os totalitarismos de meados do século XX: integração tolerável ou guerra total.

Berman (2001, p. 6) destaca ainda que alguns radicais poderão ser calados pela força, mas estamos diante de um problema de grandes proporções, caracterizado por movimentos de milhões que não podem ser domados pela força, mas somente pela persuasão. Seria necessário que líderes radicais adotassem novas posturas, como ocorreu no comunismo, depois das pressões de uma longa Guerra Fria, que levaria a críticas e a dissidências internas.

Berman (2001) defende, portanto, a retaliação bélica, uma vez que a guerra já foi declarada contra os EUA e contra o modelo democrático e liberal.

2.1.3 A perspectiva culturalista determinista de Samuel Huntington

A tese central de Huntington (1993) defende que o conflito ideológico que dominou o mundo durante o período da Guerra Fria está sendo substituído por um conflito essencialmente cultural. A definição de identidades em termos religiosos e étnicos produz polarizações entre grupos, já que as diferenças entre culturas são

profundas e baseiam-se em crenças e valores fundamentais. Por outro lado, o expansionismo do Ocidente e seus esforços em impor a democracia e o liberalismo como valores universais, o poder militar e seus interesses econômicos produzem rechaço nas outras civilizações. Assim, tanto as diferenças culturais como a incontestável supremacia militar, econômica e institucional do Ocidente são fontes de conflito.

Além de choques entre civilizações, Huntington (1993) prevê também conflitos entre Estados e grupos dentro de uma mesma civilização, ainda que provavelmente menos intensos. Prevê também que as regiões que albergam várias civilizações (ex-União Soviética e Iugoslávia, por exemplo), são candidatas à desintegração.

Huntington (1993) apóia-se na história para ilustrar seu raciocínio. Recorre a generalizações sobre exemplos de conflitos históricos e preconiza que o choque virá da civilização islâmica, que iniciará a luta por uma nova ordem mundial. Cita as cruzadas, choques entre árabes e grupos animistas da África negra, além de conflitos entre muçulmanos e asiáticos. “O islã tem fronteiras sangrentas” (1993), conclui.

Com o conflito claramente traçado entre o Ocidente e o “resto”, o Ocidente deve se preocupar em promover maior cooperação e união no seio da sua própria civilização, buscando principalmente a aliança entre Europa e América do Norte e a incorporação de regiões como a Europa Oriental e a América Latina.

Com uma visão determinista e fatalista, Huntington (1993) atribui à diversidade a causa de choques inevitáveis, desconsiderando completamente qualquer possibilidade de convivência plural. Desde uma postura universalista, é tendente a generalizações e sugere que o Ocidente deve se prevenir contra o choque, que será gerado no seio da civilização islâmica, cultivando alianças dentro da sua própria civilização, boas relações com outras civilizações e incentivando simpatizantes dos valores e princípios ocidentais. Na base de seu pensamento polarizado é possível identificar uma visão maniqueísta, segundo a qual há sempre uma civilização boa e outras que são ineficientes, inferiores ou dadas ao conflito.

2.2 Terrorismo e mídia pelos teóricos

2.2.1 Revisão de literatura sobre mídia e terrorismo

Os estudos acadêmicos sobre mídia e terrorismo gravitam quase sempre em torno de um questionamento básico: a mídia favorece e incentiva o terrorismo ou impõe obstáculos e impossibilita o terrorismo de um modo geral e a defesa das causas dos terroristas em particular?

Desse modo, a literatura acadêmica pode ser categorizada em torno de como as pesquisas abordam esse questionamento, quais são as bases implícitas e as perspectivas ideológicas subjacentes a essas abordagens, se apresentam ou analisam dados originais, bem como em torno das recomendações propostas.

Partindo dessas bases, David L. Paletz e John Boiney (1992) realizaram um estudo de revisão sobre as perspectivas acadêmicas a respeito da relação entre mídia e terrorismo. Estudos de revisão sobre terrorismo e comunicação de um modo geral e especificamente sobre mídia e terrorismo não são muito frequentes e, de qualquer modo, os materiais existentes adotam, via de regra, a perspectiva normativa.

Tratarei de resumir aqui de maneira sucinta e sem entrar nos detalhes de cada caso as principais conclusões apresentadas por estes dois autores a partir do estudo, que apesar de ter sido realizado em 1992, apresenta uma perspectiva abrangente sobre a pesquisa. Para obter mais detalhes sobre os autores e trabalhos incluídos em cada categoria de análise.

De acordo com Paletz e Boiney (1992), as discussões acadêmicas enquadram-se predominantemente em uma das quatro categorias a seguir: estratégias e táticas terroristas; responsabilidade da mídia; recomendações e estudos sobre a cobertura midiática e análises de conteúdo.

2.2.1.1 Estratégias e táticas terroristas

Esta ramificação da pesquisa representa uma tentativa de retratar a visão dos terroristas. Há pouquíssimos estudos empíricos que analisem a perspectiva dos terroristas, embora seu valor para a pesquisa seja incalculável. As limitações a esta abordagem são evidentes, mas pouco a pouco vão surgindo estudos valiosos como o trabalho recente de Jessica Stern (2004), *Terror em nome de Deus*, onde a pesquisadora

norte-americana e especialista em armas de destruição em massa e terrorismo apresenta os resultados da análise de documentos do FBI e entrevistas realizadas com terroristas em vários países.

De um modo geral, nesta categoria incluem-se estudos de pesquisadores que tentam identificar as perspectivas dos terroristas e compreender por que e como a mídia é utilizada por eles. Laqueur (1977) e posteriormente outros acadêmicos reiteraram a evidência de que o terrorista tem como alvo sociedades democráticas porque nelas a mídia é livre e tende naturalmente a dar cobertura aos atentados e à causa terrorista. Para Laqueur, *"o sucesso da operação terrorista depende quase que exclusivamente da quantidade de publicidade que recebe"* (LAQUEUR, 1977, p. 109). Wilkinson reitera que não existe terrorismo sem mídia na sociedade democrática contemporânea, sendo que a relação entre ambos é uma relação simbiótica (WILKINSON, 1997, p. 51). A seguir serão descritas as principais perspectivas identificadas por Paletz e Boiney (1992) nesta categoria.

Alguns estudiosos partem da premissa que o terrorismo é uma forma de comunicação. É o caso de Leeman (1986) e Weiman (1987) (apud PALETZ; BOINEY, 1992, p. 7). Leeman (1986) sugere que a base do terrorismo poderia estar nos valores que apóia e desafia, recomendando aos meios de comunicação que estejam atentos ao conjunto de valores implícitos nas histórias sobre terrorismo. Weiman (1987), por sua vez, classifica o ato terrorista como um novo tipo de evento midiático, do tipo coercitivo.

Outra perspectiva parte da análise comportamental dos grupos terroristas como melhor recurso para compreender suas motivações, táticas e como medem seu êxito. É o caso dos trabalhos de Picard (1986, apud PALETZ; BOINEY, 1992, p. 7). Na verdade pode-se dizer que há tantas motivações quanto terroristas. Uma vez mais vale a pena lembrar Laqueur (2004), que alerta para o fato de que na atualidade os grupos terroristas podem ser cada vez menores e até mesmo indivíduos isolados, com as motivações mais surpreendentes, podem perpetrar atentados de grandes proporções.

O uso da mídia pelos terroristas pode ser avaliado como atividade de relacionamento com a imprensa. Na busca de reconhecimento e publicidade, as organizações terroristas alimentam os meios de comunicação com boletins,

comunicados, manifestos, declarações em vídeo e áudio, concedem entrevistas e na atualidade desfrutam do amplo universo de recursos proporcionados pelas novas mídias. Destacam-se nesta subcategoria os trabalhos de Picard (1989) sobre as táticas empregadas, de Kramer (1990) sobre como o Hezbollah utiliza os meios de comunicação, de Livingston (PALETZ; BOINEY, 1992, p. 7-9), que alerta para a democratização e barateamento das tecnologias de vídeo, o que facilita a inserção de vídeos nos noticiários da TV.

Outro grupo de estudos concentra-se no êxito real obtido pelos terroristas. Alguns trabalhos apontam para o fato de que as atrocidades terroristas transformam-se em entretenimento e não causam verdadeiro impacto no público (DOWLING, 1986, apud PALETZ; BOINEY, 1992, p. 9). Outros estudiosos, em contraposição, consideram que a publicização dos atos violentos gera ansiedade no público, que pode chegar inclusive a ceder algumas liberdades em pró da segurança (Gerbner, Gross, Signorielli, Morgan, Jackson-Beeck 1976, apud PALETZ; BOINEY, 1992, p. 9). Embora se parta do princípio de que a mídia pode amplificar as repercussões do terrorismo, estudos empíricos que mostrem de que forma isso efetivamente ocorre são, entretanto, praticamente inexistentes.

2.2.1.2 Responsabilidade da mídia

Na literatura sobre mídia e terrorismo abundam os trabalhos normativos, que acusam a mídia e se concentram em como os meios de comunicação devem atuar em relação ao terrorismo. De acordo com os achados de Paletz e Boiney (1992, p. 10-16), de um modo geral, esses estudos concentram-se em dois pólos diametralmente opostos: os que atestam que a mídia atua como pró-terrorista e os que defendem que a mídia representa um obstáculo.

a. Estudos que apontam para a contribuição da mídia com o terrorismo

Grande parte da literatura normativa sobre a relação entre mídia e terrorismo acusa os meios de comunicação de incentivar o terrorismo ou dificultar a luta contra a violência política, seja ou não de uma maneira intencional (Schmid & De Graaf, 1982,

apud PALETZ; BOINEY, 1992, p. 10). Acusa-se a mídia de facilitar ao terrorista a consecução de suas metas e de causar danos colaterais ao abrir espaço para a cobertura da violência política, por exemplo amplificando os efeitos de incidentes concretos, dificultando a ação das forças de segurança, fornecendo aos terroristas informações valiosas, colocar em risco a vida de reféns e pressionar os decisores em favor das exigências dos terroristas.

Essa óptica considera a mídia como sujeito ativo e não como mero meio no processo informativo. Paletz e Boiney (1992, p. 16) criticam o posicionamento freqüente dos acadêmicos que se posicionam contra a mídia com base em anedotas recicladas e sem apresentar dados originais que contribuam para o enriquecimento da discussão. Basicamente denunciam que o debate que acusa a mídia de conivente permanece em um ponto sem saída que nada acrescenta para uma possível solução do problema.

b. Estudos que apontam para a contribuição da mídia como anti-terrorista

Embora sejam pouquíssimos os casos que se enquadram nesta categoria, existem trabalhos que posicionam a mídia como uma força que obstaculiza a compreensão pública do terrorismo. Paletz e Boiney (1992, p.12) destacam como principal representante desta linha Edward Herman (1982, apud PALETZ; BOINEY, 1992, p. 12), que defende a existência uma verdadeira "indústria do terrorismo", na qual estão envolvidos dirigentes, grupos de estudo, analistas e empresas de segurança privada. Para Herman (1982, apud PALETZ; BOINEY, 1992, p. 12), a confiança cega que a mídia deposita nas fontes oficiais resulta na disseminação desviada dos interesses dessa indústria. O autor defende, ainda, que a maneira como o terrorismo é definido no seio da indústria terrorista determina a percepção e as atitudes que o público terá em relação a grupos insurgentes e de libertação. Outros trabalhos concentram-se também em como a mídia modela a visão que o Ocidente tem do Oriente Médio (SAID, 1981; CHAFETS, 1985, apud PALETZ; BOINEY, 1992, p. 13).

Paletz e Boiney (1992, p. 12) destacam que enquanto a perspectiva que condena a mídia por incentivar o terrorismo conta com financiamento e conferências bem organizadas para projetar seus pontos de vista, a perspectiva que condena a mídia como

conivente com a visão institucional dominante conta com estudiosos independentes. Criticam ambas as perspectivas pela ausência de dados obtidos em estudos sistemáticos e, embora possam estar com a razão em algumas ocasiões, nenhum dos dois grupos realmente contribui significativamente com o debate sobre mídia e terrorismo.

2.2.1.3 Recomendações

Em termos gerais esta categoria reúne trabalhos que se preocupam em conciliar o direito público à informação, a segurança dos reféns, a necessidade pública de respostas de segurança e em prol do cumprimento das leis, a privacidade das vítimas e a necessidade de deter o terrorismo, discorrendo sobre diversos argumentos em prol e contra a censura. Estes estudos apresentam diretrizes, recomendações para treinamento de jornalistas, decisores, sistemas de controle informal, códigos de ética e legislação. As recomendações vão da auto-regulamentação ao controle formal, bem como a delegação da tarefa de controle a alguma instituição especificamente criada para tais fins. Além do foco na responsabilidade da mídia, alguns trabalhos propõem a aliança com outros participantes no processo.

2.2.1.4 Cobertura midiática

Nesta categoria encontram-se estudos que freqüentemente proporcionam dados originais. De um modo geral, são estudos que acabam por questionar de alguma forma se a mídia facilita ou dificulta a consecução de objetivos por parte dos terroristas. Alguns estudos avaliam o valor noticioso do terrorismo, enquanto outros provam que a cobertura não é representativa da prevalência e incidência do terrorismo por ator, tática, região e alvos. Hoje, mais do que nunca, o foco da cobertura midiática está no terrorismo internacional. Segundo Paletz e Boiney (1992, p. 17), os problemas regionais, a perspectiva das vítimas, o problema do terrorismo doméstico, do terrorismo de Estado e do terrorismo insurgente na América Latina, Extremo Oriente e África estão infra-representados e infranoticiados. Embora hoje exista grande preocupação com o hiperterrorismo, a maior parte dos incidentes relatados envolvem métodos tradicionais e uso de explosivos. E com exceção dos acontecimentos verdadeiramente espetaculares, a maior parte dos relatos consiste em breves pílulas.

Entre as subcategorias identificadas nos estudos cujo foco é a cobertura midiática estão os estudos de casos, estudos comparativos entre os diferentes meios de comunicação e a mídia no controle.

a. Estudos de casos

Em geral estes trabalhos preocupam-se pela influência da mídia no terrorismo e nas conseqüências dessa influência. Os dados reunidos por esses estudos apontam para provas de que a mídia auxilia ou não na causa terrorista e que fortalece os governos do Ocidente ao posicionar-se contra o terrorismo e os terroristas.

Um primeiro bloco de estudos aponta para um efeito de contágio entre cobertura e atividades terroristas e no terrorismo de um Estado para outro. Estudos como o de Midlarsky, Crenshaw e Yoshida (1980, apud PALETZ; BOINEY, 1992, p. 18) mostram que o contágio ocorre das unidades maiores e mais visíveis para as menores e menos respeitadas e que o processo se deve em parte pela contribuição da mídia. O estudo ainda sugere que existem diferenças no grau de contágio, dependendo da tática utilizada. Explosões e seqüestros são mais contagiosos que assassinatos, por exemplo.

Outros estudos sugerem que a cobertura midiática representa apoio para o terrorismo. Weimann (1983, apud PALETZ; BOINEY, 1992, p. 18) observou que, de certa forma, a exposição à mídia pode melhorar a avaliação que o público faz do terrorismo. Ao revisar o efeito de contágio Picard (1986, apud PALETZ; BOINEY, 1992, p. 19) não encontrou nenhuma relação de causa e efeito entre a cobertura e aumento da incidência do terrorismo. Em outro estudo realizado em 1990, entretanto, Weimann observou efeitos de agendamento, sendo que os sujeitos expostos à cobertura midiática do terrorismo tendem a considerar o assunto mais importante que os que não se submeteram à mesma exposição.

De modo geral, a maioria dos estudos de caso demonstra que a cobertura midiática não traz benefícios para o terrorismo. Ainda que os terroristas consigam captar atenção para suas causas e exigências, o êxito na obtenção de um tipo de cobertura que possa beneficiar suas estratégias é dúbio (KELLY, MITCHELL, NACOS, FAN e YOUNG apud PALETZ; BOINEY, 1992, p. 19). Em alguns casos, a cobertura

mediática prejudica claramente o perpetrador como demonstra Rapoport (apud NACOS, 1996) ao discutir o caso do Unabomber e de como foi capturado depois de conseguir forçar a publicação de seu manifesto em dois dos principais jornais norte-americanos.

b. Diferenças entre os meios de comunicação

Nesta subcategoria Paletz e Boiney concentram-se nos estudos que comparam a cobertura em diferentes tipos de mídia ou em mídia de diferentes regiões. Segundo Paletz e Boiney (1992, apud PALETZ; BOINEY, 1992, p. 20), os estudos analisados revelam que nem o terrorismo e nem os meios de comunicação são monolíticos, algo frequentemente ignorado nos estudos que responsabilizam a mídia. Existem diferenças na mídia entre formatos, sistemas de propriedade, países ou empresas. De forma análoga, tampouco existe um único terrorismo, mas sim muitos terrorismos e o grau em que os terroristas conseguem obter benefício da cobertura midiática pode oscilar em função de muitas variáveis, geralmente parcamente exploradas na literatura acadêmica.

Além disso, sugerem que os diferentes públicos também devem ser considerados, pois os próprios terroristas podem organizar seus espetáculos em função dos públicos que lhes interessam. Por outro lado, o impacto no público dependerá também de muitos fatores, sendo que o mesmo acontecimento violento pode intimidar alguns e provocar em outros impulsos de retaliação.

c. A mídia no controle

Nesta categoria os autores deste estudo de revisão incluem os trabalhos que consideram que a mídia é responsável pela transmissão do que se considera realidade. Um estudo conduzido por Picard e Adams (1988, apud PALETZ; BOINEY, 1992, p. 22) sugere que a mídia impressa transmite informações de forma neutra, não tendenciosa e que, portanto, não se presta aos interesses governamentais ou dos terroristas.

De um modo geral, os dados apresentados na literatura acadêmica em estudos de análise de conteúdo sugerem que a cobertura midiática não oferece muitos benefícios aos terroristas. Alguns dados mostram que o que sim pode ocorrer é que a mídia apóie os governos Ocidentais contra o terrorismo. Paletz e Boiney (1992, p. 22-23) alertam

para o fato de que tais estudos são limitados por sua própria metodologia e porque se concentram no conteúdo publicado, raramente comparando os dados obtidos com dados reais da opinião pública, entrevistas ou outros métodos experimentais.

No que concerne à literatura acadêmica como um todo, Paletz e Boiney (1992, p. 23-25) chamam a atenção para o fato de que a maioria dos trabalhos não apresenta dados objetivos, concentrando-se em apelos propagandísticos e exemplos tendenciosos. Muitas afirmações simplesmente não são documentadas e os argumentos freqüentemente carecem de verificação. As recomendações basicamente concentram-se em um excesso de responsabilização da mídia. Poucos trabalhos apresentam os pontos de vista dos terroristas ou seu raciocínio no que diz respeito às estratégias e táticas empregadas.

A verificação do impacto real sobre os públicos também é negligenciada. Como diagnóstico, pode-se dizer que faltam dados empíricos, rigor na pesquisa e riqueza nas abordagens. Como recomendações para a pesquisa acadêmica, os autores sugerem que se analise cuidadosamente a confiabilidade das fontes, que se realizem estudos comparativos entre diferentes formatos, que se observem as metas e estratégias dos terroristas, interesses estatais e as respostas ao problema. Estudos comparativos sobre a cobertura em diferentes tipos de regimes no mundo também podem revelar dados valiosos sobre os processos midiáticos, bem como sobre influência governamental, em suma, é necessário ampliar a pesquisa de forma que seja possível obter dados de todas as facetas do conflito.

2.2.2 A perspectiva normativa: o papel da mídia

A presença constante da temática da violência política na mídia transformou o terrorismo em um tema familiar, tanto que para alguns autores sua cobertura jornalística praticamente deu origem a um novo gênero na ficção televisiva e gráfica (Schlesinger et al, 1983; Alali; Eke, 1991, apud MCQUAIL, 1998, p. 358).

Como o termo terrorismo possui uma forte conotação negativa por estar associado a violência, morte, ameaças contra inocentes e comportamento anti-ético, é aplicado freqüentemente com fins ideológicos e como enquadramento de determinados

tipos de acontecimentos. A caracterização de grupos ou fatos como terroristas pode ser utilizada com objetivos persuasivos para deslegitimar grupos nacionalistas ou movimentos rebeldes e de resistência que utilizem métodos violentos. Em suas reflexões sobre a cobertura do terrorismo na mídia, McQuail destaca que os meios de comunicação raramente utilizam o termo terrorismo para designar a violência política estatal. Em geral, a designação "terrorista" é atribuída a grupos e frequentemente associada a coletivos étnicos ou a movimentos religiosos. É raro que seja aplicado de forma específica a um indivíduo ou à delinquência comum, ainda que na atualidade acontecimentos associados ao crime organizado tenham sido enquadrados no gênero "terrorismo".

O debate sobre como a mídia deve agir na cobertura de crises está repleto de controvérsias. As situações de crise tornam mais evidente o papel da mídia e o terrorismo é uma dessas situações. Existe diferenciação entre situações nas quais a segurança, a integridade do Estado e a manutenção da ordem são centrais, e as situações caracterizadas por delinquência comum, violência ou o simples desvio individual das normas convencionais. No primeiro caso, espera-se que os meios de comunicação apoiem as autoridades. No segundo caso, espera-se que haja consenso sobre os valores defendidos no sistema judicial e a ordem social, mas há muita divergência sobre até que ponto a mídia deve aceitar a responsabilidade de contribuir com a "vigilância" sistemática das normas e valores sociais (MCQUAIL, 1998, p. 349).

As divergências sobre a postura que a mídia deveria adotar são muitas. Defensores dos pontos de vista oficiais sugerem que os meios de comunicação ajudam os terroristas (ATWATER, 1987, apud MCQUAIL, 1998, p. 359). Alguns defendem ainda, aproveitando a expressão célebre de Margaret Thatcher, que a mídia proporciona ao terrorista o "oxigênio da publicidade", legitimidade ao permitir sua entrada no espaço informativo, debilitamento do poder e das forças de ordem ao potencializar o impacto dos atos terroristas com a veiculação dos fatos, além de incitar à imitação e colaborar com o terrorismo mediante o debilitamento do público pela intimidação e propagação do medo nas mensagens terroristas (MCQUAIL, 1998, p. 359).

Ainda que não haja estudos conclusivos que provem que a cobertura midiática do terrorismo produz tais efeitos, esses argumentos são suficientes para o estabelecimento de decisões baseadas no silêncio. Entre as soluções comumente

debatidas encontram-se a omissão total da cobertura dos fatos terroristas, cujo objetivo seria negar o "oxigênio da publicidade" a essa forma de violência política e a informação em defesa do interesse público. Neste caso, o debate gira em torno a diferentes possibilidades, que vão da neutralidade ao partidarismo.

A opção mais idealizada é a de fornecimento de informação neutra e para isso a mídia deveria comportar-se como observadora, transmissora e intérprete imparcial dos acontecimentos importantes. Outra postura possível seria a de participante ou advogada, que supõe assumir o compromisso com a vida política e social e exercer influência deliberada sobre os acontecimentos, o que pode ser traduzido em uma postura de defesa das vítimas, minorias e desvalidos. O terceiro modelo de compromisso poderia ser o de ator crítico, adversário e cão de guarda da coisa pública. A concepção da mídia como fórum de debate, por outro lado, posiciona os meios de comunicação como uma tribuna aberta a todas as vozes da sociedade e, nesse caso, deveria haver abertura também para a cobertura do terrorismo e espaço para o diálogo entre as partes. Por fim, pode-se adotar também a versão de custódia da coisa pública, da ordem, da moral e da conduta.

As categorias de concepção normativa do papel da mídia na sociedade relacionadas no parágrafo anterior correspondem a categorias citadas por McQuail (1998, p.135) como tipos de percepção que os próprios profissionais da mídia têm sobre seu papel social. Essas categorias refletem também o debate normativo sobre a postura que a mídia deveria tomar em relação ao terrorismo.

Apesar dos riscos de conivência e das críticas realizadas à cobertura midiática, os meios de comunicação também podem exercer um papel crítico que pode se materializar na criação de fama negativa para os terroristas, no oferecimento de um fórum pacífico para as discussões, na diminuição do grau de medo e tensão do público mediante o esclarecimento dos fatos e, de modo geral, na contribuição para a manutenção da lei e da ordem (Elliott, 1977; Kelly e Mitchell, 1981; Paletz et al., 1982; Curtis, 1984; Scanlon, 1989 apud MCQUAIL, 1998, p. 359). Sem esgotar a discussão no questionamento do papel da mídia como potencializador ou combatente do terrorismo, McQuail cita Schlesinger e colegas (1983), que destacam outras três perspectivas sobre o papel dos meios de comunicação. Para esses autores, a função da mídia pode ser de avaliação equilibrada do debate, reconhecimento da possível

legitimidade e coerção do Estado e uma perspectiva populista, que colocam as necessidades da lei e da ordem acima da legalidade, o que contribui ao apoio do terrorismo oficial e da guerra psicológica.

Para McQuail (1998, p. 361), as regras normais de equilíbrio informativo não são aplicáveis da mesma forma aos que se encontram fora da proteção da opinião pública e da lei, como é o caso do terrorismo. Como os atos violentos, o terrorismo é condenável do ponto de vista jurídico e geralmente rejeitado pela opinião pública. É possível que os líderes terroristas obtenham apoio para as suas causas, mas as atitudes específicas sobre a prática de atos violentos em si raramente dão origem à aceitação geral. A ausência de consenso sobre as regras jornalísticas a serem aplicadas nos casos de violência política faz com que os meios de comunicação adotem soluções particulares com o fim de apoiar as autoridades na luta contra o terrorismo. Isso significa, na opinião de McQuail (1998, p. 361), que a informação sobre o terrorismo é construída freqüentemente de uma maneira diferente de como se constroem as demais notícias. E existem, ainda, diferenças de formato, já que alguns são mais abertos que outros, como é o caso do documentário em relação à cobertura noticiosa.

2.3 Novas perspectivas

As teorias explicativas e prescritivas apresentadas até agora neste capítulo tratam do terrorismo contemporâneo como uma nova forma de terrorismo com potencial destrutivo muito maior do que o das formas tradicionais, mas não abordam um dos principais aspectos que caracterizam o novo terrorismo, que é o uso cada vez melhor articulado dos meios de comunicação e das tecnologias da informação.

O terrorismo contemporâneo desenvolve-se em uma espécie de zona cinzenta caracterizada pela formação de redes de relações diversificadas que incluem tensões e associações entre representantes de ideologias radicais, nacionalismos, lutas étnicas, fervor religioso, crime organizado e outras formas de fanatismo. A imprecisão das fronteiras nesse ambiente de tensões e redefinições constantes torna útil recuperar o conceito de sistema como conjunto de relações, uma vez que o objetivo deste estudo é observar o terrorismo no processo político e em especial sua relação com os seus públicos e com os meios de comunicação como campo social.

Não existe terrorismo sem mídia na sociedade democrática contemporânea, escreve Wilkinson (1997, p. 52). Mesmo que o terrorismo não seja uma arma eficaz para a derrubada de governos e para a conquista do poder, a violência política organizada tem se mostrado eficaz para a publicização de causas políticas e difusão de ameaças e intimidação. Wilkinson descreve a relação entre a mídia e o terrorismo como uma relação simbiótica (WILKINSON, 1997, p. 51), que nutre os editores e ao mesmo oferece à causa terrorista o oxigênio que tanto necessita.

Essa constatação está na base de um grande número de estudos que questionam o papel que a mídia desempenha na cobertura do terrorismo. Grande parte desses estudos concentra-se em uma perspectiva normativa, que busca encontrar o modelo ideal para essas relações.

Apesar da prevalência da abordagem normativa na pesquisa sobre mídia e terrorismo, a constatação da existência de simbiose pode também sugerir outras abordagens de estudo, como o modelo apresentado por Nacos (2003; 2004), que descreve como o terrorismo se projeta no sistema de comunicação política ao situar a mídia no centro de seus cálculos estratégicos. Nacos descreve um sistema no qual o terrorismo torna públicas suas exigências através das relações que estabelece com os três vértices do sistema de comunicação política, que são a mídia, os públicos e os governos. Dependendo das metas da organização terrorista, essas relações podem se estabelecer no âmbito local ou internacional. Diferentemente da proposta normativa, essa abordagem não pretende sugerir como deve ser a atuação da mídia, mas sim descrever o mecanismo pelo qual o terrorismo se projeta no espaço público.

A perspectiva de teor funcionalista proposta por Nacos pode ser complementada pelas abordagens fenomenológica e do construcionismo social. Wilson Gomes descreve os componentes do sistema de comunicação política como campos sociais vinculados por relações multidirecionais e multideterminadas. Trata-se de um sistema de equilíbrio dinâmico no qual se desenvolvem relações de tensão e alianças em função dos recursos que cada uma delas tem a oferecer. O terrorismo penetra nesse sistema associando-se a braços políticos formalmente estabelecidos na forma de partidos, a membros do público geral mediante o recrutamento de militantes, simpatizantes e financiadores e aos meios de comunicação através da produção de acontecimentos de alto valor noticioso, como atentados e ameaças.

Para o construcionismo social, não há realidade objetiva a ser descoberta. O conhecimento é construído a partir das relações sociais. Gergen articula seu entendimento sobre o conhecimento em torno de três pressupostos: a realidade é dinâmica, o conhecimento é somente uma construção social, baseado em comunidades lingüísticas e o conhecimento tem conseqüências sociais. O que determina se um conhecimento é válido ou não são suas conseqüências sociais. É comum a emergência de conflitos nas relações sociais. Frequentemente, esses conflitos estão marcados pela tentativa de impor uma visão das coisas em detrimento de outras, o que pressupõe impor a opinião própria e anular a do interlocutor.

O conhecimento que a maioria de nós tem sobre o terrorismo é construído a partir do conteúdo dos meios de comunicação. O entendimento das causas e conseqüências dos acontecimentos associados ao terrorismo é construído levando-se em consideração as discussões que povoam a mídia. A cobertura jornalística apresenta-se não como uma representação fiel da realidade, mas como a realidade em si tal e como ela é construída.

Com a mídia ao centro dos cálculos estratégicos, as campanhas terroristas são cuidadosamente orquestradas e exploram tanto o imediatismo que os meios eletrônicos e digitais oferecem quanto as possibilidades de representação de suas versões do problema. Os atentados de 11 de setembro foram um dos expoentes máximos desse cálculo midiático, sem precedentes em termos de impacto, mas não o único acontecimento terrorista a se utilizar do imediatismo da mídia e da audiência cativa.

Certos de que a propaganda negativa pode prejudicar gravemente suas causas, os líderes e os serviços de inteligência de movimentos terroristas bem estabelecidos e sofisticados e suas frentes políticas legitimadas, como os partidos Herri Batasuna e Sinn Fein, cuidam com bastante critério suas estratégias de comunicação local e internacional (WILKINSON, 1997, p. 59; NACOS, 2003, p. 4).

Como lembra Nacos (2003, p. 5), a captura de membros da equipe olímpica de Israel por representantes do grupo palestino Setembro Negro, durante as olimpíadas de Munique, em 1972, havia sido até então o único acontecimento terrorista transmitido a milhões de pessoas em tempo real. Estima-se que 800 milhões de pessoas em todo o mundo presenciaram o acontecimento através das telas de TV. Hoje, acrescenta, os

avanços tecnológicos nas comunicações, a maior disponibilidade de estações de televisão, computadores pessoais e telefones celulares colocam os eventos de 11 de setembro nos livros dos recordes como o evento terrorista de maior audiência na história.

Os ataques com antraz, por outro lado, embora não tenham se utilizado do imediatismo televisivo, foram estrategicamente iniciados junto às redações de grandes jornais, colocando uma vez mais a mídia no centro do cálculo. Acontecimentos históricos classificados como terroristas, como o uso de pulgas contaminadas durante a guerra pelos japoneses, o lançamento de corpos contaminados pela peste para o terreno inimigo utilizando catapultas ou a disseminação do vírus da varíola entre indígenas nos Estados Unidos e no Brasil para dizimação de populações nativas são, na verdade, acontecimentos de guerra e de conquista. Esses meios foram utilizados para matar e naturalmente devem ter disseminado o terror entre as vítimas, mas os ataques de antraz que se seguiram aos atentados de 11 de setembro foram praticamente simbólicos e sua verdadeira base foi a implantação do medo. Sua natureza, assim, foi simbólica e terrorista e a disseminação do medo a partir de um número tão pequeno de vítimas foi possível, novamente, graças ao posicionamento central da mídia na estratégia dos ataques e à percepção do risco amplificada.

O modelo de terrorismo produzido para criar impacto na mídia oferece resultados imediatos valiosos, podendo conferir à organização e aos líderes terroristas notoriedade e até mesmo legitimidade. É possível que venha a ser, assim, um modelo a ser aprimorado e imitado, de grande impacto e pouco risco.

Osama Bin Laden conseguiu notoriedade e legitimidade. Suas declarações foram esperadas com ansiedade e despertaram o interesse de milhões de espectadores. Segundo Nacos (2003, p. 8), nas dez primeiras edições posteriores aos atentados de 11 de setembro, Bin Laden foi capa da Newsweek três vezes e duas vezes da Time. O presidente Bush, compara a autora, foi capa da Time duas vezes e nenhuma vez na Newsweek. No período entre os atentados e o início da ofensiva no Afeganistão, Bin Laden recebeu mais atenção da TV americana que George Bush, que conseguiu somente um pouco mais de atenção nos meios impressos e rádio. Nacos (2003, p. 8) lembra que nesse período o presidente Bush fez 54 declarações públicas. As declarações de Bin Laden, entretanto, ficaram reduzidas a fitas de vídeo e declarações por fax,

enviadas de parapeiros desconhecidos. Escondido, em fuga ou a trabalho, Bin Laden não pôde aparecer em público, mas conseguiu garantir notoriedade e legitimação graças a uma estratégia bem orquestrada.

Além dos casos de terrorismo com objetivos claramente políticos, são vários também os casos do que alguns estudiosos denominam "terrorismo de expressão". O terrorismo de expressão pode ser definido como o terrorismo encaminhado principalmente à publicização do ponto de vista de minorias ou indivíduos sem que existam planos e objetivos políticos claros de sentar-se à mesa de negociações com as autoridades e decisores.

Um caso exemplar é o de Theodore Kaczynski, mais conhecido por Unabomber, pseudônimo que lhe foi atribuído pelo FBI por sua predileção por vítimas associadas a universidades e à indústria aeronáutica. Kaczynski matou 3 pessoas e feriu outras 23 utilizando cartas-bomba caseiras distribuídas pelo serviço comum de correios. No verão de 1995 o Unabomber colocou os editores de dois titãs da imprensa diária norte-americana em uma encruzilhada ao propor a restrição de seus atos terroristas se seu manifesto de 35.000 palavras (aproximadamente sete páginas completas) e três atualizações anuais fossem publicados em um meio de comunicação importante (HOFFMAN, 1998, p. 155; NACOS, 1994, p. XXIII).

Com seu manifesto o que Kaczynski queria era dar visibilidade aos seus pensamentos e estabelecer um diálogo público. Em síntese, seu manifesto era um apelo contra a modernidade e contra a tecnologia. Segundo o manifesto, a sociedade moderna priva o homem de sua autonomia por um sistema de obrigações que determina seu comportamento:

... o homem moderno é desprovido (de autonomia) por uma rede de regras e normas, e seu destino depende das ações de pessoas que lhe são alheias e cujas decisões ele não pode influenciar. Isso não é algo acidental e nem o resultado da arbitrariedade de burocratas arrogantes. É necessário e inevitável em qualquer sociedade tecnologicamente avançada. (THE Unabomber manifesto., 1995. Tradução nossa.)

Em setembro de 1995 o Washington Post e o New York Times, também por recomendação do FBI, concordaram em publicar trechos expressivos do manifesto pouco antes que o prazo proposto pelo Unabomber vencesse.

Desde o início, os dois jornais discutiram detalhadamente se deveriam publicar (o manifesto) sob ameaça de violência. Consultamos também os oficiais de segurança pública. Tanto o procurador geral quanto o diretor do FBI recomendaram que o documento fosse impresso em benefício da segurança pública e nós concordamos em fazê-lo. (GRAHAM e SULZBERGER, 1995. Tradução nossa.)

Neste caso, como observou David Rapoport em um editorial para a revista *Terrorism and Political Violence*, ficou claro que a publicidade obtida pelo terrorista pode ser uma arma de dois gumes e nem sempre funcionar a seu favor. No caso de Kaczynski, a publicação de seus escritos ajudou em sua captura.

A relação entre publicidade e terror é, na verdade, paradoxal e complicada. A publicidade concentra as atenções no grupo, reforçando sua moral e ajudando-o a atrair recrutas e simpatizantes. Mas a publicidade também é perniciosa para os grupos terroristas. Ajuda o público ultrajado a mobilizar seus vastos recursos e produzir informações das quais o público precisa para transpassar o velo do segredo necessário para todo grupo terrorista. (RAPOPORT, 1996, p. viii).

A relação entre mídia e terrorismo é uma relação simbiótica. Na era da mediocracia não existe impacto terrorista se não há cobertura midiática e o valor noticioso do ato terrorista em si é, ao mesmo tempo, inegável. Durante os dias de tensão em que o New York Times e o Washington Post oscilaram sobre a decisão de publicar ou não o manifesto do Unabomber, o editor da revista *Penthouse*, Bob Guccione, não se intimidou em publicar uma carta aberta na qual oferecia a Kaczynski muito mais do que ele havia pedido inicialmente. Guccione ofereceu nada mais nada menos que uma ou mais páginas não editadas na *Penthouse* todos os meses por um período de tempo indefinido.

Considere esse espaço uma coluna regular na qual poderá continuar a profetizar sua filosofia revolucionária, responder a críticas e interagir de modo geral com o público. Com certeza será melhor do que as três atualizações anuais solicitadas ao New York Times e outros. (GUCCIONE apud NACOS, 1994, p. xxv. Tradução nossa.)

Segundo Nacos, ceder às exigências de terroristas para publicação de suas demandas ou arcar com o peso da responsabilidade da morte de inocentes não é uma novidade para a imprensa. Lembra que em 1976 quatro jornais norte-americanos, entre eles o Times e o Post, publicaram a pedido do FBI e da FAA, declarações de croatas

que somaram 3500 palavras, o que equivale aproximadamente a 10 folhas em formato A4. Os objetivos dos terroristas eram os mesmos que os do Unabomber: obter publicidade na imprensa (NACOS, 1994, p. xxiii).

Uma vez projetado no sistema midiático o discurso terrorista tem a possibilidade de dar visibilidade às suas exigências e de competir pela imposição do significado dominante para o problema. Essa competição adota frequentemente a forma de discussão argumentativa, na qual a mídia apresenta os pontos de vista dos diferentes atores envolvidos. Segundo a teoria do enquadramento, a omissão ou a saliência de determinados aspectos do problema influenciam o processo de construção de conhecimento sobre o assunto em pauta. Sendo assim, a esfera midiática é cenário de uma competição acirrada pela cristalização do significado favorável para cada uma das partes e pela conquista de apoio dos públicos.

O terrorista tem por meta influenciar a opinião pública, pois é através da conquista de apoio de simpatizantes que se conseguirão alguns bens preciosos, como financiamento, recrutas ou o debilitamento do inimigo mediante a intimidação e disseminação do terror. No caso específico da onda de terrorismo islâmico dos dias atuais, a disputa simbólica estabelecida caminha cada vez mais em direção ao distanciamento entre o Oriente e o Ocidente, como será discutido mais adiante nos capítulos dedicados à análise do material publicado na mídia brasileira.

Capítulo 3 - Estratégia no terrorismo contemporâneo

3.1 *Violência flutuante e hipertrofia*

Com o fim da Guerra Fria e o desaparecimento da União Soviética, o temor a que os avanços científicos e tecnológicos unidos à disponibilidade cada vez maior de informações técnicas, à acessibilidade crescente a agentes químicos, radiológicos e biológicos e ainda ao renascimento do fanatismo religioso e político em épocas recentes fez surgir entre especialistas a idéia de que poderíamos estar, uma vez mais, diante de uma nova era, desta vez muito mais assustadora que as previsões anteriores: a era do hiperterrorismo.

Em um primeiro momento, essa idéia não conquistou o apoio unânime da opinião especializada. Enquanto boa parte dos estudiosos alertava para os riscos apocalípticos da destruição em massa (LAQUEUR, 2004; BERMAN, 2001; HUNTINGTON, 1993), outros argumentavam que havia um número considerável de impedimentos técnicos, logísticos, psicológicos e táticos para que um ataque desse tipo realmente pudesse ocorrer (MONTELEONE, 1999; DOLNIK, 2003, p. 32). Entre outros argumentos, partia-se do princípio de que a tecnologia de destruição em massa estava sob tutela da pesquisa bélica e, portanto, o acesso seria tudo menos algo simples.

Apesar de que os primeiros registros de uso de agentes biológicos em conflitos possam ser localizados já no Neolítico quando o homem aplicava às pontas de flecha curare e toxinas provenientes de anfíbios, a preocupação pelo desenvolvimento e a ameaça de uso de armas biológicas de destruição massiva esteve sempre relacionada à atividade de guerra. A complexidade de todo o aparato de pesquisa e desenvolvimento de armamentos pesados indicava que o risco de utilização estaria sempre associado a contendas entre Estados e não a empreendimentos levados a cabo por grupos independentes formados por poucos indivíduos ou por delinqüentes comuns. A preocupação pelo patrocínio estatal, portanto, era central.

Em 1995, entretanto, a seita messiânica japonesa Aum Shinrikyo (Verdade Suprema) conseguiu com certo êxito produzir e utilizar o gás sarin em um ataque terrorista perpetrado no metrô de Tóquio. A polícia japonesa encontrou na sede da seita

provas de produção rudimentar de armas biológicas. A partir desse momento, a ameaça ultrapassou os limites militares e a preocupação pelo uso de agentes de destruição massiva passou a associar-se também a outros tipos de violência.

O ataque com gás sarin no metrô de Tóquio supôs a materialização de terríveis ameaças que vinham conduzindo os estudiosos do terrorismo a alcinhar o terrorismo contemporâneo com o termo "hiperterrorismo" (GEARSON, 2002, p. 7).

Finalmente um grupo independente tinha conseguido agir sem o patrocínio de governo algum na defesa dos seus próprios objetivos. Seus motivos, apocalípticos, religiosos e racistas. Seus meios, um agente de destruição em massa, o gás sarin, conhecido também como gás dos nervos, um composto neurotóxico fluorado similar aos inseticidas organofosforados e que envenena pelas vias respiratórias e também por via cutânea. Segundo a Agency for Toxic Substances and Disease Registry (órgão americano para registro de doenças e substâncias tóxicas), um miligrama do composto é suficiente para provocar a morte de um ser humano adulto por asfixia (MEDICAL Management Guidelines for Nerve Agents, 2004).

Convencido de haver recebido a missão divina de liderar o exército de Deus, Chizuo Matsumoto, mais conhecido pelo pseudônimo espiritual Shoko Asahara, fundou a Aum Shinrikyo em 1987 com uma combinação de budismo e hinduísmo modulada por noções judaicas e cristãs sobre o apocalipse. A promessa de redenção apocalíptica seduziu um grande número de japoneses obstinados pelas exigências materiais e de carreira.

A seita cresceu em pouco tempo à espera do fim do mundo, que deveria ocorrer em algum momento entre os anos de 1997 e 2003. Através da expansão reticular que plantaria um quartel da Aum em cada país, os seguidores da seita poderiam evitar a terceira guerra mundial, que segundo Asahara seria a causa do apocalipse. Uma conspiração internacional formada pelos Estados Unidos, que de acordo com Asahara havia causado o famoso terremoto de 1995 no Japão, judeus e homens de finanças compunha a rede cujos tentáculos estavam infiltrados no governo do país. Como a maioria dos cultos messiânicos, a Aum sustentava o discurso maniqueísta que prevê uma divisão bipolar do mundo entre o Bem e o Mal, sempre com membros ocultos infiltrados na sociedade.

Asahara advertia que o apocalipse viria em um ataque norte-americano com gases venenosos e que o conflito armado ocorreria imediatamente depois. Era possível, contudo, impedir o fim do mundo se a organização agisse corretamente (HOFFMAN, 1998, p. 121 a 124). Aparentemente, a seita Aum Shinrikyo preparava-se para produzir setenta toneladas do gás sarin e para isso foram preparadas instalações para a produção industrial e os produtos químicos necessários foram adquiridos. Doze pessoas morreram e mais de 5000 ficaram intoxicadas e precisaram de atendimento médico por decorrência do ataque.

A discussão sobre a natureza do terrorismo contemporâneo revela a existência de diferentes pontos de vista entre os seus estudiosos. Boa parte dos acadêmicos considera que o terrorismo dos dias atuais é essencialmente diferente do terrorismo clássico e tradicional devido basicamente à substituição de uma série de elementos definidores por outros. O novo terrorismo estaria caracterizado então pela estruturação em redes dispersas transnacionalmente e que perderam a organização hierárquica do passado; pela operação transnacional baseada em objetivos privados e não mais pela atuação local fundamentalmente política; pela substituição da motivação secular pela motivação religiosa; pela substituição da "bala predestinada" pela aleatorização das vítimas e destruição em massa; pela substituição de profissionais bem treinados por amadores fanáticos; pela substituição da causa coletiva pela causa individual do líder carismático e, finalmente, pela substituição da racionalidade pela irracionalidade.

Diferentemente do período imediatamente posterior à Guerra Fria, que ficou marcado pela luta antiamericana e anticapitalista, os anos 80 e 90 revelaram a emergência e consolidação de operações terroristas fundamentadas total ou parcialmente no radicalismo religioso. De acordo com Wilkinson (2000, p. 5), no final da década de 1970 os grupos terroristas ativos possuíam metas seculares. Em comparação, na década de 1990, um terço dos grupos terroristas apresentava motivações religiosas, na maioria dos casos, baseadas em crenças islamistas. O fanatismo religioso é visto como um estado de risco principalmente para a realização de ataques suicidas e uso de tecnologias de destruição em massa. Vale lembrar, entretanto, que ataques suicidas de grande repercussão foram realizados também por grupos nacionalistas sem nenhum tipo de discurso religioso, como é o caso dos Tigres de Libertação do Eelam Tamil do Partido dos Trabalhadores do Curdistão.

Com o aumento da possibilidade de que qualquer indivíduo suficientemente irritado e medianamente dotado de informações técnicas e de um orçamento básico possa causar grandes estragos, é provável que as motivações terroristas sejam as mais diversas e que o fanatismo desempenhe, como sugere Laqueur (2004), um papel primordial. A questão central não parece ser, portanto, a substituição da motivação secular pela religiosa, mas sim a ampliação do espectro de motivações possíveis. Na atualidade, são freqüentes os casos de terrorismo centralizados em campanhas monotemáticas ou individuais, como os casos de assassinatos de médicos por grupos anti-abortistas nos Estados Unidos ou a manifestação de desagrado com a sociedade atual, que motivou, por exemplo, Theodor Kaczynski, o Unabomber.

Com respeito à substituição do profissional bem treinado pelo amador freelancer, a questão parece ser bem mais complexa. Depois de analisar documentos do FBI com depoimentos de terroristas membros da Al Qaeda, Jessica Stern descreveu o processo de recrutamento e a hierarquia que a rede utiliza para seus militantes. O processo de seleção é massivo e ocorre em campos de treinamento que abrigaram de 1989 a 2001 entre 70.000 e 110.000 muçulmanos radicais (STERN, 2004, p. 230). Desse total, apenas 5.000 destacaram-se física, espiritual e psicologicamente o suficiente para serem convidados para ingressar na Al Qaeda.

O programa de treinamento descrito por Stern divide-se entre básico e avançado, sendo que o segundo nível pressupõe a decisão do candidato de ingressar no programa de combate ou de treinamento para ações civis. O treinamento de combate incluía topografia avançada, operações militares, aulas de tiro com revólver e fuzil, entre outros assuntos. O treinamento para ações civis incluía terrorismo, falsificação de documentos, venenos e espionagem para driblar a polícia (STERN, 2004, p. 231). O aspecto mais importante da formação, destaca Stern, é o treinamento psicológico e a doutrinação religiosa, que recorrem à história e à lei do Islã para articular-se em torno da identidade grupal. Nos acampamentos ensina-se que o inimigo assusta-se gravemente com a atuação de grupos pequenos e os recrutas aprendem a operar em pequenas células.

Laqueur (2004) descreve o hiperterrorismo como uma forma de manifestação brutal que responde a uma violência flutuante, que hoje se concentra no islamismo radical, mas que em qualquer momento pode se articular em torno de outra ideologia ou conjunto de motivações. Chama a atenção para o fato de que no hiperterrorismo a

violência pode vir de qualquer lugar e não necessariamente de fanáticos religiosos, mas de qualquer pessoa. Para o historiador alemão, a origem do problema pode estar na predisposição cultural e psicológica. Laqueur (2004) reforça, por exemplo, que o hiperterrorismo ainda está por vir e que quando chegar não virá necessariamente do lado islâmico. Pode vir de qualquer lugar se for entendido como uma forma de terrorismo com capacidade de destruição massiva que pode ser adotada até mesmo por meros indivíduos suficientemente irritados. Laqueur destaca que há apenas 100 anos o problema religioso não tinha relevância alguma e que o fanatismo tende a obedecer a ondas intermitentes, sendo portanto otimista em relação à evolução do problema do islamismo radical (LAQUEUR, 2004, A 20).

Na base da aparente desorganização da organização terrorista contemporânea encontram-se redes de financiamento privadas que substituem a dependência do financiamento estatal. Por outro lado, sob a aparência amorfa e desestruturada, esses grupos encontram-se na verdade conectados em redes de comunicação transnacionais, que na atualidade têm se beneficiado da globalização das comunicações e das novas tecnologias da informação como meios de conexão entre os diversos núcleos. A facilidade de comunicação transnacional através de email, fóruns, chats e mais recentemente através dos blogs, possibilita a atuação além-território. Nesse sentido, a Internet e os meios de comunicação oferecem um espaço que viabiliza e facilita a superação dos limites territoriais e que pode servir como catalisador na formação de comunidades transfronteiriças baseadas principalmente na identidade grupal e metas que já não podem mais ser explicadas pela geografia ou pela política nacional.

Sendo assim, as mudanças percebidas nos métodos terroristas estariam mais relacionadas com as mudanças sociais e tecnológicas recentes, do que com uma reestruturação do terrorismo propriamente dita. Assim como outros grupos e setores se adaptaram a novos meios e formas de relações internacionais, grupos terroristas também se adaptaram para tirar proveito ou se esquivar de aspectos dessa nova conjuntura. Desse modo, seria mais adequado falar em terrorismo contemporâneo do que em novo terrorismo.

No que diz respeito à versão hipertrofiada, convém destacar que o hiperterrorismo ainda é apenas uma hipótese, ainda que possível, uma hipótese fundamentada na crescente hipertrofia simultânea de muitas das características

definidoras do terrorismo de todos os tempos, e não apenas no que concerne às armas utilizadas, ao fator surpresa nos ataques e à escolha de alvos civis.

3.2 Principais tendências atuais

Wilkinson (2000, p. 5) destaca cinco tendências principais recolhidas na literatura sobre o terrorismo contemporâneo em relação aos tipos de ataques mais comumente perpetrados.

A primeira dessas tendências de destaque é realização de grandes ataques com explosivos em centros urbanos. Nesse contexto, qualquer lugar, sejam centros urbanos, shopping centers ou monumentos, é transformado em campo de batalha. A escolha de lugares públicos como recurso à intimidação já tinha sido adotada anteriormente, por volta de dois mil anos atrás, pelos sicários, uma seita extremamente organizada que atuava como ramificação dos zelotes - partido judeu do tempo de Cristo, que se opunha à dominação romana por considerá-la incompatível com a soberania do Deus de Israel. A escolha dos alvos aparentava ser aleatória, ainda que os "inimigos" estivessem claramente identificados.

Os sicários atacavam em plena luz do dia, preferentemente em datas festivas e em locais que concentravam grande número de pessoas. Atacavam sorrateiramente, surgindo do anonimato da multidão, lançando mão da sica, uma espécie de adaga primitiva que levavam escondida sob suas túnicas para matar em uma versão com armas brancas do homicídio “à queima-roupa” (LEWIS, 2003; LAQUEUR, 2001; DOLNIK, 2003, p. 22; HOFFMAN, 1998, p. 89).

O fanatismo religioso combinando terrorismo político e certa esperança messiânica também tem suas raízes na Antigüidade, destacando-se como a característica principal de uma seita ainda mais conhecida que a dos sicários, os Assassinos. Como pequeno grupo, os Assassinos da Pérsia operaram entre 1090 e 1275 e dispersaram-se como uma rede submersa pela Síria para assassinar membros do governo e das cúpulas do poder. A surpresa também foi um fator estratégico entre os Assassinos, que andavam disfarçados de estrangeiros e até mesmo de cristãos. Utilizavam a adaga porque era uma arma segura e porque o assassinato era considerado um ato sacramental.

Os membros da seita dos Assassinos eram fanáticos e acreditavam no advento de novos tempos. Assim, lançavam-se em suas missões em atos heróicos, ao encontro da morte e do martírio (LAQUEUR, 2001, p. 40; LEWIS, 2001, p. 39). A proximidade do alvo colocava em risco a vida do atacante, o que pode ser interpretado como um embrião dos atentados suicidas do século XX (GEARSON, 2002, p. 14). Do ponto de vista histórico, a campanha terrorista dos Assassinos foi uma tentativa frustrada de uma pequena seita religiosa de defender sua autonomia em seu tempo. Apesar do fracasso, seus meios foram eficazes durante certo tempo e as lendas sobre o Velho da Montanha impressionaram profundamente seus contemporâneos e as gerações seguintes.

Como estratégia baseada no enfraquecimento da infra-estrutura do inimigo e não tanto na produção de vítimas e sangue, a segunda tendência contemporânea apontada por Wilkinson (2000, p. 5) é a projeção de atentados planejados para minar economias nacionais. Nesse tipo de ataques, os alvos podem ser centros financeiros e comerciais ou qualquer setor importante e estratégico para o inimigo. Um exemplo disso é a realização de ataques em lugares públicos frequentados por turistas com o objetivo de enfraquecer ou mesmo destruir a indústria do turismo. A Turquia e o Egito foram gravemente afetados por esse tipo de orquestração. Em outros casos, como o da Espanha, embora os atentados não tenham minado a indústria turística, as estâncias balneárias foram castigadas sistematicamente pelas "campanhas de verão" do bando armado ETA com o intuito de amplificar o impacto da propaganda terrorista.

A terceira tendência, bastante prevalente, é o uso da tática de seqüestro. A negociação baseada no aprisionamento de reféns oferece um grande potencial de barganha e de extorsão, que pode afetar famílias, empresas e governos. Seqüestros de cidadãos comuns, políticos e empresários são frequentes. Além disso, os seqüestros coletivos criam situações de grande tensão, podendo envolver um grande número de reféns e a combinação de diferentes métodos. Ao longo da história do terrorismo, vários incidentes graves envolveram um grande número de pessoas. Alguns acontecimentos marcaram época pela novidade estratégica, como o seqüestro do vôo da TWA em 1985, que durou vários dias durante os quais os seqüestradores foram liberando reféns não-americanos paulatinamente. Outros deixaram marcas pelo desfecho trágico, como o

seqüestro de 900 pessoas em 23 de outubro de 2002 no Palácio da Cultura em Moscou por terroristas chechênios, que deixou um saldo de 150 mortos e 550 pessoas hospitalizadas.

Outra tendência importante no cenário atual tem sido a adoção de táticas terroristas pelo crime organizado, às vezes em combinação com coletivos politicamente motivados, como ocorre na Colômbia, onde a guerrilha, grupos paramilitares e o narcotráfico são aliados. O aspecto instrumental do terrorismo possibilita sua utilização pelo Estado, lunáticos, grupos politicamente motivados ou por delinqüentes comuns. Essa tendência reflete o que Hoffman (1998, p. 27) descreve como "zona cinzenta", campo de fronteiras difusas no qual é possível observar as mais diversas formas de aliança com o terrorismo.

A última tendência mencionada por Wilkinson (2000, p. 5) e que tem ganhado muito destaque recentemente é o risco de utilização de tecnologias capazes de produzir um grande número de baixas em um único ataque. A atuação de homens-bomba resgatou dos princípios do primeiro milênio o inimigo não identificado, do inimigo comum e anônimo perdido na multidão. A ameaça da utilização de agentes biológicos, criados em laboratório ou não, letais ou apenas debilitantes, trouxe a ameaça do inimigo invisível, já não simplesmente do inimigo não identificado. Se o fato de não poder saber onde está o inimigo já é motivo de alarde, a certeza da invisibilidade do agente de destruição pode funcionar como um catalisador do pânico.

Embora a ameaça de utilização de armas nucleares seja muito mais antiga e ainda que o emprego militar de armas químicas e radiológicas seja muito mais comum e viável que o uso de agentes biológicos, o discurso contemporâneo vale-se dos símbolos de seu tempo. Assim, em contraposição à dificuldade de adquirir material atômico e de se produzir ogivas nucleares, tiras de teste comuns utilizadas para diagnóstico de doenças tornam-se embriões de armas de destruição em massa por conter amostras de vírus letais. Cepas de salmonela isoladas em tiras de diagnóstico foram usadas em 1984 pela seita dos rajneeshs para provocar um surto de salmonela em Oregon, nos Estados Unidos. Os alimentos servidos em um pequeno restaurante local foram contaminados sistematicamente até o ponto de provocar uma epidemia de salmonela. O motivo: retirar alguns eleitores de circulação para evitar problemas durante as eleições em um momento dado (MILLER, 2002, p. 19-42).

A possibilidade de que o vírus da varíola escape de alguns laboratórios contados no mundo, entre eles os laboratórios dos Estados Unidos, coloca em xeque a capacidade de qualquer sistema de saúde para enfrentar uma epidemia de uma doença erradicada para a qual ninguém dispõe de vacinas suficientes. Histórias terríveis sobre a contaminação das redes de distribuição de água com ratos e esquilos batidos no liquidificador, mesmo que sejam apenas lendas urbanas (afinal, poderiam vir a ser histórias verdadeiras a qualquer momento) contribuem para o imaginário atual de vulnerabilidade das cidades modernas. Sistemas de distribuição como as redes de água (STERN, 2005, p. 11) e os sistemas de transporte e seus nós de conexão como aeroportos e estações tornam-se canais chave para a propagação do terror invisível além de qualquer fronteira.

Embora a probabilidade de êxito no uso de agentes de destruição massiva tenha sido bastante baixa até o momento, seu potencial para causar danos é muito grande e seria imprudente desconsiderar o risco de que grupos ou indivíduos perpetrassem ataques desse tipo. O uso de agentes radiológicos combinado com explosivos (as chamadas bombas sujas), não obstante, não é tão complexo e improvável e pode constituir-se em uma ameaça mais imediata.

Ao elenco de tendências observadas por Wilkinson (2000, p. 5-6), cabe adicionar o crescente uso estratégico da mídia e seu potencial de imediatismo no terrorismo contemporâneo. A lógica do sistema informativo nas democracias torna a mídia extremamente vulnerável a acontecimentos que se caracterizam por um alto potencial de envolvimento e pelo inesperado. Nesse sentido, as organizações terroristas parecem possuir uma consciência cada vez maior do valor estratégico dos meios de comunicação. Os atentados de 11 de setembro são a demonstração mais exuberante da exploração do valor comunicacional no terrorismo. Como uma grande encenação muito bem orquestrada, o acontecimento midiático produzido alterou as agendas públicas e informativas e continua tendo repercussão nas mais diversas esferas da vida social.

3.3 A eficácia estratégica do terrorismo

Segundo o Departamento de Estado do governo americano, foram registrados 208 atos de terrorismo internacional no ano de 2003, o que representou um pequeno aumento em relação ao total de 198 atentados registrados em 2002 e uma queda de 42% em relação ao ano de 2001, que testemunhou 355 ataques. Os atentados de 2003 tiraram a vida de 625 pessoas e feriram 3646, um aumento significativo se comparado com o total de 2013 pessoas feridas no ano anterior. Embora o número de atentados tenha sido menor em 2003, o número de vítimas foi significativamente mais alto devido principalmente à escolha de lugares freqüentados por muitas pessoas, como locais de adoração, shopping centers, bairros comerciais etc.

A história mostra que o terrorismo funcionou como uma excelente arma a serviço de governos ditatoriais. A eficácia para as metas de grupos subestatais ou para a derrubada de governos, entretanto, não parece ser tão garantida. Apesar disso, o terrorismo tem sido a forma de violência política mais presente na atualidade (WILKINSON 2000, p. 4). Esse contraponto tem levado analistas a refletir sobre as vantagens do uso do terrorismo que possam justificar sua prevalência na sociedade.

Um dos elementos que melhor justificam o uso do terrorismo é a relação custo-benefício subjacente à decisão da prática desse tipo de violência. O terrorismo é um meio barato, rentável e que representa um grau de risco surpreendentemente baixo.

Apesar dos custos e riscos baixos, o terrorismo oferece a seus perpetradores um excelente potencial de benefício, que pode se materializar de diversas maneiras, seja na obtenção de notoriedade, publicidade massiva e força de negociação, seja na extorsão de grandes quantidades de dinheiro que podem ser utilizadas para a compra de armas ou para o financiamento de outras operações que façam parte de uma estratégia mais ampla.

Além dos fatores mais evidentes, como os mencionados anteriormente, seus líderes e estrategistas compreendem que, ainda que não seja uma arma eficaz quando utilizada isoladamente (operações atomizadas e não articuladas não representam ameaça estratégica), pode ser de grande eficácia quando empregada como parte de estratégias

mais abrangentes e de longo prazo em conjunto com outras táticas. Casos como o da Irlanda do Norte ou do País Basco oferecem exemplos nos quais a orquestração entre partidos políticos, veículos de comunicação e financiamento privado oferecem resultados consistentes e de fronteiras difusas. Em muitos casos, de fato, o potencial de criar agitação e desarticulação pode acarretar danos profundos e duradouros a processos de negociação ou à segurança, como ocorre no Oriente Médio.

O emprego cada vez maior da surpresa, somado às táticas suicidas e ao risco de uso de armas de destruição em massa representam, em termos psicológicos, um aumento no potencial de percepção de risco. A percepção do perigo como iminente desempenha um papel central na estrutura persuasiva da mensagem terrorista.

O atentado terrorista contém uma mensagem política e está projetado para causar impacto psicológico além de suas vítimas imediatas. Mesmo nos casos em que a organização terrorista anuncia antecipadamente seus atentados, ou parece optar pela escolha cuidadosa das vítimas, a sensação de insegurança nas comunidades que vivenciam diretamente a experiência terrorista é indiscutível.

A busca de envolvimento público como fator multiplicador do impacto das ações terroristas vem de longa data. Há mais de dois mil anos, fanáticos religiosos da seita judaica dos zelotes lançaram mão de suas adagas primitivas (sica) em uma versão milenar do assassinato a queima-roupa. Os zelotes surgiam do anonimato da multidão em lugares públicos e utilizavam suas adagas contra legionários romanos ou qualquer judeu considerado traidor. Assim,

... bem antes da CNN e da transmissão instantânea de imagens ao vivo via satélite, os dramáticos atos públicos de violência dos zelotes, da mesma forma que os atos terroristas dos dias atuais, eram projetados para que sua repercussão psicológica fosse muito além das vítimas imediatas do ataque e, portanto, para enviar uma mensagem poderosa para um público mais amplo, nesse caso o governo da ocupação romana e os judeus que colaboravam com os invasores. (HOFFMAN, 1998, p. 88).

A onda de seqüestros e os episódios de captura de reféns que assolaram as décadas de 70 e 80 também foram massivos principalmente por oferecer vantagens sobre outras práticas. Do ponto de vista econômico, a captura de reféns confere ao

terrorista maior poder de negociação. A cobertura dos meios de comunicação, por sua vez, pode chegar inclusive a potencializar aumentos no valor do resgate, como demonstrou Schmid em um estudo empírico sobre a cobertura do seqüestro do voo 847 da TWA com destino a Beirute (SCHMID, apud WILKINSON, 1997, p. 7).

Do ponto de vista psicológico, as situações de negociação com reféns são situações criadas artificialmente, com forte carga emocional e que representam ameaças reais à vida. Em termos gerais, a estruturação de situações extremas geradas por ataques aparentemente imprevisíveis contra vítimas aparentemente aleatórias constitui na criação de mensagens com significado político. A prática do seqüestro evoluiu da busca de cabeças premiadas de estadistas e personalidades públicas para categorias sociais mais amplas até chegar ao cidadão comum. Evidentemente, a reação da opinião pública a seqüestros de chefes de governo ou do exército não é a mesma que diante do seqüestro massivo de cidadãos comuns, como ocorre nos seqüestros de vôos comerciais.

Ao analisar o terrorismo utilizando a teoria dos jogos, Corsi estabelece distinções entre situações típicas que servem como heurísticos para a predição das respostas de medo e técnicas de negociação (CORSI, 1981, p. 50). Em termos psicológicos, quanto maior a ambigüidade da situação, maior a probabilidade de que as tentativas de compreensão levem a caminhos e representações mentais já previamente construídas e de fácil ativação. Nessas situações, as reações de medo, prejuízo, identificação de bodes expiatórios e até mesmo violência são normais e também as de ativação cognitiva mais fácil.

A tipologia descrita por Corsi (1981, p. 50) organiza-se em torno de dois eixos: o da especificidade do objetivo (intenção do terrorista de ameaçar uma pessoa ou propriedade em particular) e o da especificidade do alvo (lugar de ataque conhecido ou não). O cruzamento dessas dimensões gera uma matriz de probabilidades semelhante à matriz representada a seguir:

Objetivo	alvo	
	conhecido	desconhecido
Capturar (pessoa ou propriedade)	Tipo 1 Alvo capturado e mantido em lugar conhecido.	Tipo 2 Alvo capturado e mantido em lugar desconhecido.
não capturar (pessoa ou propriedade)	Tipo 3 Ataque contra alvo específico.	Tipo 4 Ataque contra alvo aleatório.

Tabela 3.1 - (CORSI, 1981, p. 51)

A situação hipotética, proposta por Corsi (1981), de captura de material radioativo por uma organização terrorista e sua armazenagem em lugar desconhecido é de grande ambigüidade (situação Tipo 2) e análoga à tese das armas químicas e biológicas em poder dos chamados "estados hostis", que serviu de justificativa para a invasão do Iraque pelos Estados Unidos. Quanto aos seqüestros de vôos comerciais, são um híbrido entre as situações Tipo 1 e 2. Os reféns capturados são mantidos no interior da aeronave e enquanto houver contato com os comandos de terra pode-se dizer que o cativo está localizado. Por outro lado, pode-se perder o contato com os comandos de terra ou o avião pode se dirigir a diferentes lugares a pedido do seqüestrador. O lugar torna-se, então, desconhecido. As negociações nesses casos oscilam entre a definição e a ambigüidade.

As situações Tipo 3 e 4, por outro lado, envolvem o ataque a pessoas sem captura. Ambas são situações de risco, mas não há dúvida de que a situação Tipo 4 é a mais ambígua. A tese da guerra contra o terrorismo prevalente na atualidade combina as situações Tipo 2 e 4, que são as de maior indefinição e, portanto, as que mais geram ansiedade e rumores. De um lado estão as armas de destruição em massa escondidas em algum lugar em mãos de chefes de estado lunáticos. Do outro estão os terroristas suicidas irracionais e fanáticos, dispostos a explodir em qualquer lugar, ferindo ou matando qualquer pessoa. Nas situações Tipo 1 e 2 a atenção e o temor concentram-se nas vidas dos reféns. Nas situações Tipo 3 e 4 o terrorismo busca gerar um clima de medo muito maior e geral na sociedade como um todo, disseminando a idéia de que certos grupos ou certos lugares são extremamente vulneráveis.

Do ponto de vista tático, a situação Tipo 1 é a pior para o terrorista, pois, ao estar localizado, sua vulnerabilidade é maior. A situação Tipo 4, por outro lado, é a mais rentável do ponto de vista do terror psicológico generalizado, cujos efeitos se estendem muito além das vítimas.

A eficácia estratégica do terrorismo pode ser interpretada nos termos já previstos pelo estrategista chinês Sun Tzu, que resumiu a eficácia do método em na bem formulada frase "mate um, amedronte dez mil" (SUN TZU, 2001). O objetivo poderia ser aterrorizar com o mínimo de estrago. Essa premissa, entretanto, vem sendo questionada atualmente pelos estudiosos do terrorismo, que identificam no modelo contemporâneo uma tendência à destruição pela destruição, como uma forma de guerra total.

3.4 O terrorismo suicida como tática rentável

Apesar de que os ataques da seita dos Assassinos eram perpetrados contra cabeças marcadas, sendo assim semelhantes aos atentados com "balas predestinadas", o fato de que ocorressem em lugares públicos e de que o assassino surgisse sorrateiramente do meio da multidão contribuíam certamente para semear o terror e amplificar a sensação de vulnerabilidade na população.

O historiador Bernard Lewis encontra na prática dos Assassinos o embrião do que futuramente viria a ser o terrorismo suicida (LEWIS, 2003, p. 143). Assim como os homens das adagas, os homens-bomba emergem em lugares públicos inesperadamente aproximando-se o máximo possível do seu alvo.

O comportamento altruísta enquadra-se no que os psicólogos sociais denominam comportamento pró-social, que em geral é definido como qualquer ação cujo resultado seja beneficiar ou promover o bem-estar do outro. Os biólogos e etólogos especificam que o comportamento é altruísta quando beneficia o outro em detrimento do próprio sujeito que realiza a conduta, o que significa que o sujeito agente necessariamente sofre alguma perda. O foco nos motivos pessoais que levam uma pessoa a sacrificar sua própria vida por ideais políticos ou religiosos, no entanto, é insuficiente quando se pretende compreender o terrorismo suicida. Segundo Laqueur, uma das características do terrorismo contemporâneo é que seus perpetradores muitas vezes não agem por motivação própria, sendo “o braço armado de um governo que não se sente forte o bastante para declarar guerra aberta a outro” (LAQUEUR, apud ESCOLAS DE TERROR, 2001).

Em seu estudo sobre a relação entre o terrorismo suicida e o uso de agentes de destruição em massa, Dolnik (2002) mostra que a maioria dos grupos que adotaram a tática de ataques suicidas tem, mesmo que encobertos sob o manto religioso, objetivos políticos. Os grupos e indivíduos com motivações meramente religiosas ou pessoais podem encontrar justificativas para atos suicidas, mas nesses casos, em geral, a destruição é encaminhada ao próprio grupo, como já ocorreu em seitas fanáticas que incitaram o suicídio coletivo. Os grupos motivados pela religião, política, ideologia ou quaisquer outros motivos e que praticam atos violentos contra terceiros tendem a lutar pela sobrevivência coletiva, mesmo

que para isso tenham que sacrificar alguns de seus membros (DOLNIK, 2002, p. 32). Nesses casos a prática do suicídio é apenas mais uma tática de combate.

A tática suicida mostra-se extremamente benéfica para a organização em termos estratégicos. O alvo e o lugar são desconhecidos e o perpetrador "desaparece", dispensando as necessidades de planejamento de rota de fuga e logística. Além disso, a relação custo-benefício do atentado suicida é extremamente positiva se pensarmos que o sacrifício de um único militante substitui o risco de sofrer várias baixas no momento do ataque ou de que uma vez capturado pelas forças de segurança, o mártir se converta em delator. Outra vantagem é que o atentado suicida viabiliza o uso de agentes de destruição em massa, eliminando a necessidade de roupas especiais, transporte em containeres e toda a aparatagem técnica que acabaria chamando a atenção. Como no jogo de xadrez, quem avança desprotegido no território inimigo são os peões, não os bispos, os reis ou as rainhas.

As metas da organização terrorista em si nem sempre coincidem com as metas pessoais que motivam o indivíduo a sacrificar sua própria vida. As razões que podem transformar alguém em soldado suicida vão desde compensações econômicas e proteção para os familiares ao desejo de se tornar mártir, de obter reconhecimento social ou até mesmo o puro desconhecimento de que se está em uma missão suicida. O recrutamento é realizado em sociedades nas quais a imolação é valorizada material, social e espiritualmente. Ser recrutado para uma operação suicida de combate ao inimigo é, em muitos casos, uma distinção notável.

A meta da organização que adota a tática do terrorismo suicida, entretanto, não é desaparecer, mas sobreviver. Para atingir seus objetivos, a organização adota práticas violentas, privilegiando as mais rentáveis e o máximo impacto, o que inclui os ataques suicidas. Em segundo lugar, o grau de ambigüidade da situação do atentado suicida é muito alto e, portanto, seu potencial estratégico para gerar terror é enorme. Os efeitos psicológicos, aliados às demais vantagens estratégicas citadas, são as grandes vantagens dos atentados suicida.

Em geral, as discussões sobre o terrorismo suicida giram em torno da irracionalidade de seus perpetradores, do fanatismo religioso e das possibilidades de uso de agentes letais massivos. Os motivos que levam algumas pessoas a agir como mártires são diversos, sendo uma decisão difícil de prever por depender, em última instância, de motivações individuais às quais não é possível ter acesso com estudos científicos. É na observação das tendências

estratégicas, entretanto, que o estudo do terrorismo obterá dados sobre possíveis modelos a serem aperfeiçoados e perpetuados.

Quanto mais impactante e bem-sucedida a operação terrorista, mais o próprio acontecimento reverte contra os interesses dos seus organizadores. Por que, então, o terrorismo continua avançando em vez de fenecer? Para Tuchman, o terrorismo causa euforia política inicial para seus autores e simpatizantes, difícil de ser neutralizada (TUCHMAN, apud ESCOLAS de terror, 2001). Nesse sentido, vale a pena prestar atenção ao domínio das técnicas simbólicas e psicológicas, que podem oferecer resultados imediatos bastante positivos para o terrorismo.

3.5 O bioterrorismo e o paradigma da catástrofe coletiva

Situações sociais inesperadas, diante das quais as decisões corretas e as ações a serem executadas não estão claramente definidas ou diante das quais os modelos de resposta existentes não são suficientes, caracterizam-se por um alto grau de ambigüidade e, como consequência, imprevisibilidade. Um dos efeitos das situações de emergência ou catástrofe é o surgimento de rumores, relatos que circulam com grande rapidez por vias informais e que complementam ou caminham paralelamente às informações veiculadas pelos meios de comunicação de massa.

Nos termos da psicologia social, as ameaças de utilização de armas de destruição em massa e bioterrorismo podem ser interpretadas sob o paradigma da catástrofe coletiva. De um modo geral, as catástrofes são acontecimentos súbitos, de consequências trágicas e calamitosas. Surgem a partir de acontecimentos negativos, imprevistos e brutais, que provocam perdas pessoais e econômicas importantes e que causam grande comoção social. Guerras e epidemias enquadram-se no conceito de catástrofe coletiva, assim como a ameaça de terrorismo biológico.

A base do paradigma de catástrofe está na surpresa, na ambigüidade e na sensação de perda de controle. A maneira como as ameaças do bioterrorismo foram apresentadas na mídia, por exemplo, é exemplar. De acordo com o paradigma de catástrofe aplicado a epidemias de doenças contagiosas (MORALES e HUICI, 2000, p. 262), o caso do terrorismo poderia ser analisado da seguinte forma:

1. *Imprevisibilidade e aleatoriedade*: Os atentados são repentinos. Ocorrem sem previsão alguma e em qualquer lugar. Os meios utilizados são diversos e os agentes letais podem ser disseminados através de redes de infra-estrutura que fornecem serviços a residências da população civil, como a rede de água, por exemplo. No caso dos ataques com antraz, realizados logo após os atentados de 11 de setembro, em Nova Iorque, foram utilizados os serviços de correios e envelopes comuns, iguais aos milhões de envelopes que circulam todos os dias em qualquer cidade.

2. *Letalidade*: Os ataques são violentos, podem atingir qualquer pessoa e são letais. Não é necessário explicar por que a ameaça do uso de agentes biológicos invisíveis e geneticamente manipulados é um multiplicador exponencial desta variável. Entre os agentes letais biológicos que podem ser utilizados em ataques terroristas encontram-se vírus altamente contagiosos ou letais como o vírus da varíola, da lepra, do tifo, da peste bubônica, da encefalite eqüina e do carbúnculo (antraz).

3. *Propagação*: A utilização de vírus de doenças contagiosas traz a ameaça de propagação em progressão geométrica, com índices de mortalidade sempre crescentes. Além disso, a idéia de que o terrorismo vem se tornando um problema mundial indiscriminado, uma espécie de praga associada à irracionalidade religiosa, também pode transmitir a noção de aumento progressivo e crença no contágio.

A informação sobre epidemias e ataques repentinos propaga-se da mesma forma que os rumores, seguindo uma lógica de contágio. A psicologia dos rumores de Allport e Postman sugeria que a circulação dos rumores obedeceria à relação direta de multiplicação da importância pela ambigüidade

Propagação do rumor = importância x ambigüidade (ALLPORT; POSTMAN, apud MORALES e HUCI, 2000, p. 262).

Rosnow (1991, apud MORALES; HUCI, 2000, p. 257) reformulou o modelo de Allport e Postman e chegou à conclusão de que os rumores circulariam em função de três fatores: incerteza geral, credibilidade do rumor e ansiedade.

Se aplicarmos a fórmula de Rosnow ao paradigma de catástrofe coletiva descrito nas linhas anteriores, podemos estabelecer a seguinte relação:

1. Incerteza geral = imprevisibilidade e aleatoriedade
2. Crença no rumor = a certeza da letalidade dos métodos empregados potencializa a credibilidade da mensagem
3. Ansiedade = a crença na propagação alimenta a ansiedade antecipatória

As reações mais comuns diante de catástrofes e eventos violentos imprevistos são as de comoção-inibição-estupor. Logo após o incidente, é comum observar os sobreviventes estupefatos, sem capacidade de reação, em um lento êxodo centrífugo, como descrito em Morales e Huici (2000, p. 265).

O sentimento de medo intenso não é suficiente para disparar uma das reações mais temidas, ainda que de baixa incidência, que é a reação de pânico coletivo. Em termos biológicos, o medo é um mecanismo adaptativo que garante a sobrevivência à medida que faz com que o indivíduo evite as situações que possam representar risco à sua vida. As reações de pânico coletivo, entretanto, são desorganizadas e desenfreadas. Envolvem medo intenso, contágio emocional, fuga massiva e desfechos negativos, podendo envolver violência ou até mesmo suicídio. Ao contrário do medo comum, é um comportamento não adaptativo, individualista e egoísta, típico do "salve-se quem puder".

Pelo menos 965 iraquianos morreram afogados ou pisoteados em um tumulto durante uma peregrinação xiita em Bagdá em 31 de agosto de 2005. A tragédia foi desencadeada pelo boato de que havia um homem-bomba entre as centenas de milhares de peregrinos que caminhavam rumo à mesquita de Kadhimiya. O clima de terror foi agravado pela detonação de foguetes e morteiros que mataram 7 pessoas perto da mesquita algumas horas antes. A polícia não encontrou explosivos no local (TUMULTO em ato xiita mata 965 em Bagdá, 01/09/2005).

O pânico em massa é muito pouco freqüente e sua ocorrência depende da convergência de quatro fatores: percebe-se que há apenas uma ou poucas vias de escape; a ameaça iminente faz com que a única opção possível seja a fuga; bloqueio total ou parcial da suposta via fuga e, finalmente, a impossibilidade de comunicação entre os que estão

bloqueados e o outro lado (Janis e cols., 1964; Turner; Killian, 1972, apud MORALES; HUICI, 2000, p. 258). Essas circunstâncias provavelmente tenham se dado no interior das torres gêmeas, o que justificaria os suicídios que foram exibidos nas telas de TV, e nessa ocasião não se tratava de cinema-catástrofe. De maneira mais geral, a ameaça de destruição em massa a partir de um ataque com armas biológicas não parece deixar muitas opções de rota de fuga.

Pode-se dizer que existe ao menos certo grau de isomorfismo entre o descrito até o momento e o hiperterrorismo. O uso de agentes biológicos modificados, o inimigo invisível e desconhecido e os ataques através dos sistemas e redes de comunicação respondem perfeitamente à estrutura de rumores vista anteriormente, garantindo a imprevisibilidade e a aleatoriedade, os altos índices de letalidade e a propagação rápida e eficaz.

O fato de que os envelopes contaminados tenham sido enviados aos meios de comunicação não é casual. O envolvimento direto da mídia foi um catalisador para a difusão da mensagem. O cálculo estratégico colocou a mídia no centro das operações terroristas e criou um excelente caldo de cultivo para o temor antecipatório à catástrofe coletiva e à perda de controle e de possibilidades de fuga. Somando-se às declarações de especialistas em epidemiologia e saúde pública sobre a incapacidade dos sistemas de saúde para lidar com possíveis ofensivas bioterroristas, os ataques de antraz foram decisivos para despertar a ansiedade pública até mesmo muito longe dos locais afetados⁵.

3.6 Amplificação do risco

A idéia do inimigo desconhecido, perdido na multidão, e a possível proximidade da vítima geram um grau de ambigüidade tão elevado que a reação natural é um profundo sentimento de insegurança e medo. As ameaças de ataques com agentes biológicos é praticamente uma hipérbole do terror baseado no inimigo invisível e desconhecido, que pode transformar qualquer um em vítima em qualquer momento, onde quer que seja. Se o surgimento do terrorista do anonimato é suficiente para semear o pânico, esse sentimento é maio ainda quando se trata de gases venenosos, cepas de vírus geneticamente fortalecidas ou águas propositalmente contaminadas.

⁵ Durante a crise do antraz logo depois dos atentados de 11 de setembro a mídia brasileira deu ampla cobertura enfatizando o risco de ataques bacteriológicos no país. O apelo ao rumor e ao medo generalizado foi criticado duramente nas reportagens da revista Carta Capital de 24 de outubro de 2001.

Tentando compreender por que os acidentes químicos e radioativos geram tanto terror no público, o sociólogo Kai Erikson chegou à conclusão de que tais acidentes devem ser interpretados como um *"novo tipo de problema"* (ERIKSON, apud SLOVIC, 2002, p. 425). Erikson concluiu que enquanto os desastres naturais, embora possam ser de enormes proporções, têm começo, meio e fim, os acidentes químicos e radioativos e outras catástrofes tóxicas parecem agir em progressão geométrica, como se não tivessem mais fim.

Para Slovic (2002, p. 425), os atentados de 11 de setembro extrapolam a capacidade de cálculo objetivo da análise de riscos, uma vez que são muitos os elementos multiplicadores e inovadores, no que concerne às combinações de armas e artifícios letais, que vão desde o uso instrumental de vôos comerciais até a contaminação de cartas com cepas fortalecidas de agentes altamente contagiosos como o antraz.

O risco pode ser definido como a probabilidade de ocorrência multiplicada pelo impacto do acontecimento (SUSSKIND, 1996, p. 130). Nas discussões sobre o hiperterrorismo, teóricos de diferentes procedências e especialidades discorrem sobre até que ponto o risco é real.

Alguns se concentram no fato de que a probabilidade de ocorrência de ataques de destruição em massa é muito pouco provável e que as conseqüências para seus perpetradores, assim como os riscos, tornariam qualquer ato dessa natureza inviável. Outros sugerem que há amostras suficientes de que pode ocorrer a qualquer momento, tomando por base eventos que serviram de prelúdio como os ataques com gás sarin no metrô de Tóquio em 1995, a contaminação de alimentos com salmonela no Oregon ou os próprios atentados de 11 de setembro (SILVA, 2001, p. 1520). Seja como for, no caso do hiperterrorismo o impacto é um fator multiplicador tão relevante que o risco só poderia ser considerado irrisório se a probabilidade de ocorrência fosse zero. E não é. O impacto em número de vidas ou conseqüências em progressão geométrica é muito alto.

As reações dos públicos podem ser intensas diante da possibilidade de risco e não necessariamente somente diante de fatos reais. O terrorismo conta, portanto, com a dimensão da percepção pública do risco, que muitas vezes tem pouca relação com as conclusões dos especialistas. A equação que permite o cálculo do risco é simples, mas o cálculo das variáveis e dos fatores que compõem cada variável não o é. Há sempre uma boa dose de subjetividade e

incerteza no processo de catalogação de conseqüências, de modo que o cálculo objetivo e exato do risco real é virtualmente impossível.

Diante dessa perspectiva, Slovic (2002, p. 425) lembra que o processo de decisão racional não ocorre independentemente do modo experimental, que é intuitivo e carregado de emoção. O ser humano não está desprovido de emoção e a experiência e os sentimentos têm um peso preponderante quando estamos diante de perigos graves. Slovic (2002, p. 425) reforça que estudos sofisticados de neurocientistas renomados como os de Antonio Damasio mostram que a argumentação lógica e o raciocínio analítico não podem ser eficazes a menos que sejam guiados pela emoção e pelo afeto (DAMASIO, apud SLOVIC, 2002, p. 425). O impacto do risco e do perigo no público, portanto, é tudo menos algo meramente racional por mais que as autoridades assim o façam parecer. E o problema, no que concerne às reações humanas, é que quando o risco é calculado do ponto de vista emocional o perigo tende a ser superestimado.

O cálculo das vulnerabilidades é essencial. E as sociedades contemporâneas, imersas em toda sua aparelhagem tecnológica, são extremamente vulneráveis. Slovic sugere que o problema do terrorismo seja, portanto, compreendido dentro do ponto de vista da teoria da amplificação social do risco, resultado de longos anos de estudos sobre percepção de risco (KASPERSON, apud SLOVIC, 2002, p. 426). De acordo com essa teoria, os acidentes (neste caso os atentados terroristas) podem ser vistos como ‘sinais’, de modo que seja possível explicar por que alguns acontecimentos têm um efeito de onda tão exacerbado, que repercute muito além das vítimas imediatas para atingir muitas mais. O raciocínio de base da teoria da amplificação do risco vem da física das ondas. A percepção do impacto é tanto maior quanto mais próximo o indivíduo está do acontecimento. Para Slovic (2002, p. 426), os atentados de 11 de setembro estão produzindo ondas de impactos em cascata. Quando as vítimas deixam de ser cabeças escolhidas para ser qualquer transeunte, a percepção do risco para o cidadão comum é bem maior.

A percepção do risco como algo real e próximo é o que garante ao ato terrorista impacto suficiente para que abra os canais de acesso para a mídia como veremos mais adiante.

Capítulo 4 - O terrorismo na esfera pública

4.1 O ambiente

"A história da comunicação é, em parte, a história da contínua expansão do espaço público. É, ao mesmo tempo, a história do conflito contínuo entre a autoridade estabelecida e os indivíduos e interesses coletivos que buscavam liberdade de expressão e de ação."

(MCQUAIL, 1998, p. 31)

Ao longo da História o lócus onde ocorrem as trocas que permitem a formação e expressão da opinião dos públicos sofreu alterações importantes que o tornaram quase irreconhecível à luz de seus próprios conceitos fundadores. Contudo, seu significado básico residiu sempre em seu potencial para a integração social baseado na comunicação (SPLICHAL, 1999, p. 6).

Pese à tendência à institucionalização visível em sua história evolutiva, o espaço público político sempre conservou em seu âmago certa informalidade derivada das formas de sociabilidade que lhe são intrínsecas, que são as redes de comunicação que formam os públicos (ESTEVEES, 2003, p. 27).

Três referências históricas são obrigatórias quando se analisa a evolução do conceito do espaço público político: a concepção grega clássica, a concepção burguesa de teor iluminista e a concepção contemporânea da sociedade de massa, que hoje evolui em direção ao conceito de sociedade em rede.

Na Grécia antiga, a *Ágora*, praça na qual se fazia o mercado e onde o povo se reunia em assembléia, foi o centro da vida pública. Nela discutiam-se os assuntos relacionados ao governo local e a participação nos assuntos públicos era marcada pela liberdade e igualdade, impossíveis de se obter no mundo da vida privada. Vale destacar, entretanto, que a igualdade que prevalecia na Grécia antiga já era válida apenas para os membros credenciados da sociedade. Mulheres e escravos não desfrutavam da liberdade da qual gozavam os homens e soldados, mas o raciocínio é válido no que concerne à forma de participação nos assuntos

públicos. Assim, na Grécia clássica, a sobreposição entre esfera pública e política era total (MONZÓN, 1996, p. 315; VAL CID, 1996).

O conceito burguês de espaço público, por outro lado, surge como resposta ao absolutismo e em perfeita sintonia com os ideais iluministas. A esfera racional política do Estado, a esfera pública, separa-se claramente da esfera privada, caracterizada pela opinião e pela moral (VAL CID, 1996). O espaço público assenta-se, assim, sob a prática da razão, do debate público crítico e da liberdade e separa o público do privado, a razão da opinião e a política da moral (MONZÓN, 1996, p. 315).

Em contraposição à esfera privada da opinião e da consciência individual, estabeleceu-se a esfera pública dominada pela razão do Estado. A crítica que emerge da discussão sobre assuntos de interesse público dá lugar à razão do público, os cafés, as tertúlias e os saraus serão os espaços deliberativos do qual surgirão os pedidos de prestação de contas ao poder.

A idéia de espaço público como espaço de debate racional estava fundamentada nos ideais políticos e democráticos do século XVIII, baseados nos direitos à liberdade de expressão e ao sufrágio universal. A esse interlúdio ideal de ilustração elitista seguiram-se as revoluções burguesas que dominaram a Europa no século XIX. A substituição do despotismo ilustrado pelos regimes modernos ocorreu paralelamente ao desenvolvimento da economia, da urbanização e da industrialização. A opinião pública marcada pelo elitismo, racionalismo e pela ilustração cede espaço a uma massa que engendraria em seu interior posições particulares e muitas vezes conflitantes e que, para Tocqueville, alterariam profundamente o conceito clássico burguês de espaço público.

Os ideais iluministas nasceram de uma sociedade não igualitária e pouco numerosa, que pouco tem de comum com a sociedade globalizada dos dias de hoje. Os primeiros teóricos da sociedade de massa viram no desenvolvimento da imprensa e da indústria o surgimento de um paradoxo de isolamento marcado pela vida em multidão. A sociedade de massa era concebida como um agrupamento disforme e desorganizado de indivíduos psicologicamente isolados e atomizados. Diversas concepções hoje já ultrapassadas surgiram no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX para explicar e descrever a sociedade de então, tais como as teorias psicológicas das massas e da mente grupal (Gabriel Tarde, Freud, LeBon, MacDougall), ou as primeiras teorias sobre a influência da mídia, como a teoria da agulha hipodérmica e as teorias dos efeitos ilimitados.

Paralelamente às teorias psicológicas desenvolveram-se também as teorias da sociologia de massa. A primeira etapa da sociologia de massa (século XIX) caracterizou-se por uma concepção dicotômica da sociedade que dividiu seus membros entre sábios e néscios, bons e maus, elite e populacho. A minoria, que correspondia às elites, estava composta por mentes informadas, ponderadas e racionais. A maioria, formada pela plebe, estava composta por uma horda de irracionais guiados pelos instintos e pela mediocridade.

A melhor concepção que se teve do ser humano na história foi a que se desenvolveu no auge do humanismo oitocentista. Ao longo do século XIX, entretanto, com o desenvolvimento do capitalismo e da urbanização, os conceitos de povo e cidadão são substituídos pelo conceito de massa. Para o credo progressista e o conservadorismo liberal do século XIX, as massas necessitavam das ciências sociais para sua adaptação às novas condições sociais e controle. Além da visão pedagógica cultivada pelo progressismo, as exigências de igualdade das massas passam a ser vistas como uma ameaça à ordem burguesa.

Mesmo depois da Segunda Guerra Mundial, a concepção da sociedade como sociedade de massa continua ainda presente em muitos autores. Essa concepção enfatiza o isolamento psicológico e social do indivíduo em multidão, o cultivo de relações impessoais, a homogeneização e a profunda sensação de insegurança, desamparo e de debilidade. A teoria crítica descreve bem essas dimensões.

A teoria da opinião pública caminhará em direção aos estudos de persuasão e propaganda, com uma forte preocupação pelo impacto dos meios de comunicação na sociedade. A opinião dos sábios ilustrados que teria deixado espaço a uma massa amorfa de opiniões atomizadas e desprovidas de razão dará lugar posteriormente à opinião de segmentos do público, dividido operacionalmente para o cumprimento dos objetivos metodológicos da pesquisa administrativa e das técnicas de persuasão.

4.1.1 A natureza do espaço público contemporâneo

O espaço público contemporâneo é diferente do clássico e do oitocentista, concebidos como espaços de discussão racional entre indivíduos críticos e livres praticantes do debate democrático. Gerado fundamentalmente pela atividade comunicacional e fortemente marcado pela presença mediatizadora da mídia, o espaço público contemporâneo projeta-se como um

campo que abriga uma vasta rede de negociações simbólicas. Como espaço simbólico, caracteriza-se não pela presença de indivíduos engajados em discussões racionais sobre os assuntos públicos ou políticos, mas pela presença de grupos diversificados e reduzidos, com alto grau de coesão interna e de diferenciação externa (SPLICHAL, 1999, p. 16). São grupos que, mais do que movidos por ideais políticos bem definidos, baseiam sua existência em questões pertinentes à identidade. O jogo de forças passa a ser, portanto, pelo domínio simbólico e pela possibilidade de elevar a voz ao domínio público.

Ferry (1998, p. 19) cita dois eixos centrais cuja evolução conceitual ao longo do tempo os tornou essenciais para a compreensão do espaço público contemporâneo. O primeiro desses eixos é o próprio conceito de público e, o segundo, a idéia de mediatização.

O conceito de público mudou profundamente desde o século XVIII, quando era compreendido como o corpo de cidadãos de um estado ou nação. A idéia atual de público transcende fronteiras e territórios e, para o autor, o público pode ser definido, grosso modo, como "todos os que são capazes de perceber e compreender as mensagens difundidas pelo mundo" (FERRY, 1998, p. 19).

A possibilidade de exercer influência direta sobre o espaço público, entretanto, não está ao alcance de qualquer cidadão. Para participar diretamente dos debates que permeiam o espaço público é necessário contar com um mediador ou porta-voz, que acaba representando uma espécie de passaporte para a entrada nesse espaço sem territórios de fronteiras definidas. O sistema de mídia funciona como mediatizador da comunicação nas sociedades, já que possibilita que fatos ou opiniões sejam levados ao conhecimento de públicos mais amplos que o grupo imediato das relações interpessoais. A função de mediação, entretanto, cede espaço a uma forma menos neutras, mas mais realista, que é a função de mediatização da realidade.

Outra característica distintiva do espaço público contemporâneo é a superação dos limites territoriais e sua configuração em rede. O espaço público atual não obedece às fronteiras nacionais das diferentes sociedades civis. Trata-se de um espaço público já globalizado, um espaço de comunicação das sociedades consigo mesmas e com outras sociedades no planeta. Até há pouco tempo, a superfície do globo era utilizada de acordo com divisões criadas pela natureza ou pela história, denominadas regiões e territórios. Essas regiões, de uma maneira generalizada, correspondiam à base da vida econômica, cultural e às

vezes também política. Hoje, depois das grandes transformações resultantes do desenvolvimento das tecnologias e das comunicações, a esse território se superpõe um território de redes, redes físicas que vão além dos territórios locais ou, como muito, nacionais.

A implantação definitiva das comunicações digitais veio acentuar ainda mais as tendências que as comunicações eletrônicas já haviam imposto à sociedade. O caminho à globalização, a concentração das redes e a homogeneização possibilitam a formação de outras idéias sobre o espaço público. Tanto no âmbito local como global, o equilíbrio entre a exposição crítica ou manipuladora na mídia é cada vez mais complexo e uma das principais conseqüências dessa crescente complexidade é a dispersão cada vez maior do espaço público (ZOLO, 1992 apud SPLICHAL, 1999, p. 15), dispersão promovida pelos próprios meios de comunicação.

Entretanto, essa dispersão pode ser mais estruturada do que parece à primeira vista. Ao perder as restrições territoriais, o espaço público também passa a ter uma configuração reticular e, apesar de intangível, ele ainda se constrói sobre bases materiais. As opiniões e as informações circulam em suportes físicos, sejam eles impressos, eletrônicos, fibras-ópticas ou ondas transmitidas por satélite. Nos níveis mais abstratos, a Física dá conta disso tudo.

Por analogia às redes de comunicação ou às malhas de transporte, o espaço público possibilita a integração social, ainda que para trafegar por essa rede seja necessário ir até as estações correspondentes e, de certa forma, ter em mãos o passe ou o ingresso necessário para poder circular. Do ponto de vista teórico, alguns coletivos estão previamente autorizados a fazer circular suas idéias pelo espaço público, como é o caso dos jornalistas, dos políticos e dos intelectuais. Além desses atores, outros, que trabalham nos bastidores, também fazem circular dados e pareceres através de relatórios técnicos, análises estatísticas e outros documentos. Do lado do público como um todo, as pesquisas de opinião oferecem uma espécie de "passaporte da alegria" para o cidadão comum, com duração ou extensão limitada aos eventos sobre os quais os políticos, a mídia ou o capital privado desejam conhecer a opinião do público e prever suas reações.

As tecnologias digitais e a popularização da Internet, entretanto, possuem potencial para alterar essas dinâmicas. Sem desconsiderar as limitações estruturais que na atualidade impedem que milhões e milhões de pessoas tenham acesso e saibam utilizar as tecnologias digitais, vale a pena destacar que algumas mudanças já são notórias. O advento recente dos

blogs (páginas web, normalmente individuais, atualizadas freqüentemente e compostas de pequenos trechos apresentados de forma cronológica inversa), por exemplo, possibilita a materialização de um novo espaço de opinião completamente aberto, onde cada um pode expressar o que pensa e da maneira que pensa. A teia eletrônica multiplica-se rapidamente no sentido horizontal, entre pares "eletrônicos" e membros de comunidades baseadas na identidade e objetivos específicos.

Enquanto esperam nas estações ou fora do circuito, os grupos que compõem o espaço social relacionam-se entre si. Como lembra Wolton (1998, p. 32), existe comunicação entre os pares em cada esfera do sistema de comunicação política, o que possibilita a sobrevivência do grupo ao garantir a articulação entre seus membros e ao evitar o isolamento. Esse mesmo raciocínio pode ser estendido ao espaço social. Ao discutir sobre o espaço público contemporâneo, Splichal (1999, p. 11) diferencia entre o espaço público político e o espaço público social (ver também Wolton). O espaço público social está intimamente relacionado ao espaço da sociedade civil. Existe um vasto universo além do sistema de comunicação política propriamente dito, através do qual o público é chamado a participar das decisões governamentais. Como lócus de discussão entre pares, a sociedade civil também é um lócus de formação de opinião e, como tal, análoga ao espaço público. Sob determinadas circunstâncias, o que acontece nessas instâncias pode influenciar a agenda e o ritmo do espaço público político (SPlichal, 1999, p. 25).

Na sociedade civil convivem organizações e grupos dos mais diversos tipos e que não têm fins políticos ou econômicos imediatos, embora todos eles estejam sob constante pressão das esferas econômicas e de decisão. É nesse meio que se formam e se fixam grupos que Splichal qualifica de grupos autogovernados, tais como minorias étnicas, associações profissionais, grupos religiosos, organizações não governamentais, ativistas ecológicos e um sem fim de outras agrupações e movimentos sociais, entre eles grupos terroristas. Como subsistemas do ambiente social mais amplo, esses grupos formam-se em torno de metas compartilhadas ou de uma identidade grupal comum e perseguem objetivos específicos. Em busca da consecução de suas metas, tais coletivos realizam trocas contínuas com o ambiente, que nem sempre é favorável aos seus objetivos. Nessas trocas com o ambiente, o surgimento de controvérsias é constante. Quando essas controvérsias ganham saliência por sua intensidade, impacto ou porque conseguem acionar os relés chave, seus temas podem ganhar acesso ao espaço público para tornar-se, assim, assuntos de interesse público.

Para Ferry (1998, p. 20), a extensão do espaço público nos últimos séculos não foi apenas horizontal. Além de ultrapassar as fronteiras nacionais, o espaço público expandiu-se também verticalmente. Nesse sentido, desempenha um papel importante na construção de identidades coletivas. Para exemplificar seu raciocínio, Ferry (1998) sugere que em sua dimensão vertical o espaço público pode resgatar o passado histórico e possibilitar a participação pessoal do indivíduo na história a partir do momento que o passado se converte em bem cultural.

Nessa visão tridimensional do espaço, é possível assimilar também outras identidades, conhecer outras culturas e estabelecer vínculos de identidade com pessoas distantes através da partilha de objetivos e valores comuns. Quando os acontecimentos ocorridos no exterior ou as informações sobre organizações ou sobre os diversos atores internacionais são divulgados pela mídia no espaço público de cada nação, esses elementos passam a fazer parte do sistema local. Assim, "tudo o que ocorre no cenário político de outras nações integra-se virtualmente em cada espaço público político nacional [...] e, através de cada um desses espaços, a opinião pública torna-se uma verdadeira investida" (FERRY, 1998, p. 23).

Mais ou menos nessa mesma linha, Splichal (1999) destaca que a dinâmica do espaço público contemporâneo está baseada fundamentalmente em relações de identidade, que se manifestam através de movimentos nacionalistas, étnicos, religiosos, ecológicos e muitos outros, resgatando uma vez mais a noção de rede:

Diante do estado não há um espaço público geral, único e homogêneo, mas sim uma rede de públicos específicos que conservam as fronteiras do público geral e possuem graus de coesão interna relativamente fortes, [coesão] baseada não em algum tipo de divisão do trabalho, mas sim em políticas de identidade específicas. (SPLICHAL, 1999, p. 25. Tradução nossa.).

Junto a essa tendência à aglutinação em torno da identidade, a tecnologia digital traz um potencial inovador aos processos de formação do espaço público. Em alguns setores, como é o caso do meio científico, as redes de comunicação interpessoais que utilizam recursos digitais já criaram espaços de construção próprios que acabam por funcionar como espaços públicos especializados. Esses espaços, livres de limites territoriais, materializam-se apoiados na estrutura tecnológica de redes transnacionais, possibilitando a conexão entre públicos que se relacionam fundamentalmente pelo cultivo de interesses comuns. Independentemente das controvérsias sobre a democratização do acesso, as novas tecnologias possuem potencial para modificar o panorama hegemônico das mídias de grande cobertura.

Na periferia do sistema de comunicação política formado pelas esferas informativa, política e das pesquisas de opinião descrito por Wolton (1998) distribuem-se um sem fim de manifestações autônomas pertencentes tanto às esferas nacionais como à internacional. Essas manifestações horizontais entre iguais, ou melhor, entre os não legitimados para participar diretamente do sistema político, engendram movimentos de opinião pública latentes e mais reais que o conglomerado estatístico das pesquisas.

Mas apesar das tendências globalizantes, as pessoas ainda conservam muitas de suas relações locais e imediatas e, ainda que o espaço público comunicacional seja hoje transnacional, a sociedade civil ainda se compõe de grupos e organizações locais cujo papel é crucial para a formação da opinião pública. Provavelmente seja necessário examinar cada fenômeno com o grau de especificidade necessário. Para Keane (apud BUCCI, 2002), por exemplo, o espaço público pode apresentar ao menos três níveis, que denomina micro, médio e macroespaços públicos.

Independentemente da complexidade do mundo contemporâneo, é importante ressaltar que o espaço público é e sempre foi de natureza comunicacional, sendo gerado por e para a comunicação. Nesse sentido, ainda que o público no sentido político clássico se desintegre e o espaço público perca sua dimensão tradicional de tribuna de discussão política, ainda é nele que se constrói e se expressa a opinião pública.

4.2 A estrutura reticular dos públicos

A organização de grupos terroristas em redes multicêntricas e sua atuação em âmbito internacional são facilitadas pela estrutura e organização dos públicos na sociedade contemporânea, na qual a realidade social pode ser descrita como uma realidade policêntrica propulsada pelo campo dos meios de comunicação de massa como um todo.

Gabriel Tarde (1992) foi o primeiro a realizar um estudo sociológico sistemático dos públicos, encontrando neles uma forma de sociabilidade própria do mundo moderno e destacando a importância da comunicação e da informação no seu processo de formação e

estruturação. Em contraste com as formas de relação social tradicionais, as formas de sociabilidade dos públicos apresentam duas características principais:

1. dispersão física, que possibilita a formação de redes sociais amplas sem que seja necessário o contato físico ou que os participantes se conheçam;

2. seu caráter simbólico, baseado na coesão interna pessoal fundamentada no interesse comum por assuntos mobilizadores da atenção e que possibilitam a convergência de juízos entre os membros do público.

De acordo com Tarde, (1992, p. 34), essa nova forma de sociabilidade tornou-se possível a partir de mudanças tecnológicas profundas na maneira como os fluxos de comunicação são processados na sociedade. O surgimento da imprensa, do telégrafo e do transporte ferroviário proporcionou uma maior velocidade aos fluxos de comunicação e as redes de relacionamento dos públicos estenderam-se pelo tecido social incorporando grupos e ultrapassando as barreiras territoriais.

A importância da forma de sociabilidade própria dos públicos está justamente no fato de que oferece bases de agrupamento cuja unidade interna é garantida por afinidades eletivas e pela partilha de identidade. Sendo assim, a projeção dos públicos pode contar com a garantia da homogeneidade, durabilidade, poder de influência e tolerância.

Como redes de comunicação, os públicos reservam um espaço especial a cada membro e às suas manifestações individuais. Como interlocutores, cada membro do público faz emergir sua individualidade como sujeito discursivo e destinatário das opiniões alheias.

No caso do terrorismo, a organização em redes aparentemente difusas deve ser compreendida não como uma abstração, mas sim como a formação de uma malha que é possível graças à infra-estrutura tecnológica que possibilita o fluxo acelerado de informações e imediatismo na comunicação como se observa nos dias atuais. Evidentemente, essa condição de aceleração e imediatismo possibilita a atuação terrorista de grupos minúsculos ou até mesmo indivíduos com motivações tão diversas quanto a história pessoal de cada um. Como veremos mais adiante, a estratégia terrorista estabelece uma relação simbiótica com a mídia, garantindo projeção dos atos mais excêntricos e mesmo de campanhas monotemáticas de vingadores solitários como o Unabomber, ou de pequenos líderes como Timothy MacVeigh, responsável pelo atentado na cidade de Oklahoma em 1995.

No que concerne à atuação sistemática de grupos que realmente representam ameaça à segurança, essa dispersão em redes pode não ser tão real e nem tão aleatória. Stern (2004) demonstra como o exemplo de rede terrorista dispersa por antonomásia, a Al Qaeda, está articulada em uma estrutura hierárquica e lógica, representando tudo menos aleatoriedade e irracionalidade.

A coesão interna dos públicos possibilita sua projeção como verdadeiros sujeitos sociais coletivos, com capacidade de intervenção sustentada em uma sólida base simbólica e racional. Quando conseguem se projetar no espaço público, os públicos ultrapassam seus próprios limites, constituindo-se assim em sujeitos agentes de mudanças na sociedade, o que é possível graças à sua interação com as diferentes instituições sociais.

As discussões dos públicos adquirem status de debate público quando atingem quotas significativas de publicidade. Sua projeção enfrenta, entretanto, assimetrias nas formas de participação. Essas assimetrias, segundo as quais algumas pessoas determinam quem e sobre o quê se poderá falar, existem também nas relações interpessoais. Na atualidade, as vozes tornam-se verdadeiramente públicas somente quando em torno delas articula-se a ação sistemática dos meios de comunicação, com sua capacidade singular de agendamento da vida pública.

Apesar dessas limitações, a concepção do espaço público não como estrutura, mas sim como processo através do qual os públicos aliam-se a outros cidadãos e não a indivíduos fantasmas, garante a integridade de seu papel na vida democrática. E justamente por conceber o público como um processo é que não existe garantia de que em todo momento adquira a força política necessária para sua projeção na agenda política.

O terrorismo encontra no sistema de mídia das sociedades democráticas uma oportunidade de projeção de suas exigências. A estrutura globalizada da mídia e dos grandes grupos empresariais midiáticos possibilita que essa projeção se estenda internacionalmente, sensibilizando opiniões no mundo todo. Uma vez que consegue encontrar uma posição no espaço público político e midiático, o terrorismo passa a fazer parte de um jogo de negociações simbólicas que no mundo da política corresponde, em última instância, à luta pela conquista de apoio e aliados.

4.2.1. A relevância da opinião dos públicos

A opinião pública entendida como opinião exposta e disponível socialmente, é construída e expressada na esfera de visibilidade pública e da publicidade social, correspondendo ao âmbito dos juízos de valor, teses e imagens públicas que povoam o espaço público. Diferentemente da opinião pública gerada nos debates racionais das elites ilustradas oitocentistas, a publicidade da opinião pública publicada advém exclusivamente de sua exposição e disponibilidade cognitivas. É, como denomina Gomes, a “opinião publicada” (GOMES, 2000).

Como lócus de construção e expressão de debates e opiniões, o espaço público contém, sugere Gomes, compilações informativas da atualidade:

A esfera da publicidade social é, antes de tudo, esfera de exposição, de mostra e de consumo de materiais de toda espécie, inclusive compilações informativas sobre a atualidade. Compilações que são transformadas, pela recepção, em insumos para o pensar, o dizer, o discutir, o conversar, em parâmetro para orientação das decisões e em disposições no campo cultural, econômico, político (GOMES, 2000).

É no espaço público, portanto, que os públicos buscarão a matéria-prima necessária para a formação de interpretações e teorias sobre o terrorismo contemporâneo, articulando a partir de então suas atitudes, juízos de valor e opiniões sobre os acontecimentos, suas causas, os responsáveis e as conseqüências.

A opinião publicada pelos especialistas, autoridades, profissionais da indústria informativa e mesmo por outros agentes credenciados é apresentada como pacotes de juízos de valor tecnicamente aceitáveis para o público geral. Cativar os formadores de opinião e colonizar a mídia com uma versão específica dos fatos significa impor uma tese em detrimento de outra, o que implica desqualificar outras versões sobre o mesmo tema, como será discutido mais adiante.

Com a publicação de seu manifesto no Washington Post e New York Time, Theodor Kaczynski queria projetar à esfera da visibilidade social sua rejeição ao modo de vida das sociedades tecnologicamente avançadas. Queria reconhecimento para poder proporcionar, a pessoas que como ele estivessem irritadas com a modernidade, as reflexões de um matemático pós-doutorado pela Universidade de Harvard.

A publicação das fatwas⁶ (decretos religiosos) convocando todos os bons muçulmanos de todo o mundo para a jihad é um chamamento para o incremento da estrutura reticular dos públicos do islamismo radical, onde quer que estejam. Os comunicados de Bin Laden apresentam conteúdos políticos revestidos de um estilo religioso que desconstrói as teses que justificam o intervencionismo americano no Oriente Médio. Ao mesmo tempo, as teses totalitárias publicadas nos comunicados explicam e justificam a agressividade do bom muçulmano, chegando para isso a violar os ensinamentos do Alcorão.

O sistema de produção das opiniões publicadas está organizado em torno dos opinadores profissionais e de um grande número de agentes que o sistema midiático admite como sujeitos de opinião. Esse grupo, descreve Gomes (2000), está formado por indivíduos que possuem competência específica ou que são autoridades morais sobre uma matéria dada, e também por agentes cujo reconhecimento advém da sua simples admissão ao mundo midiático. As fronteiras são difusas:

De um modo ou de outro, perde-se normalmente a distinção entre essas duas fontes de legitimidade, de forma que facilmente o reconhecimento social se converte em reconhecimento midiático e, ainda mais freqüentemente, o reconhecimento midiático se converte em reconhecimento social. (GOMES, 2000)

Em alguns casos o terrorismo conta com braços políticos formalmente estabelecidos e seus líderes utilizam plataformas formais para expressão, como é o caso de Gerry Adams, líder do Sinn Fein, braço político do IRA, ou Arnaldo Otegi, ex-membro da organização terrorista basca ETA e porta-voz do extinto Herri Batasuna. Nos primeiros momentos depois dos atentados de 11 de março de 2004 em Madri, Arnaldo Otegi participou das mesmas coletivas de imprensa e declarações em igualdade de condições que outros dirigentes e autoridades espanholas sugerindo que pela tipologia dos atentados a ação não teria sido executada pela ETA, mas provavelmente por grupos islâmicos. Sua opinião especializada em terrorismo foi tratada como referência legítima em meio à incongruência dos atentados.

As relações entre grupos armados, partidos políticos e mídia são comuns nas regiões castigadas por problemas separatistas e a formação de alianças com porta-vozes em cada instância é um meio de que cada um consiga ter sua versão disponível para os

⁶ Decisão jurídica tomada por um especialista chamado mufti.

públicos e, eventualmente, construir a opinião dominante. Quando os grupos terroristas não estão organizados em partidos políticos e não possuem um lugar garantido à mesa de negociações, ou simplesmente não desejam fazer parte de nenhuma mesa formal, a mídia é a plataforma de ação. Com suas ameaças, Bin Laden conquistou reconhecimento midiático e seu espaço como opinador, como agente social credenciado. O que ele tem a dizer é relevante no Oriente e no Ocidente. No mundo muçulmano, sua projeção pode ser uma vitória, mesmo que para a maioria das populações islâmicas o terrorismo seja condenável.

Embora Osama Bin Laden tenha um discurso claramente político, o problema da Al Qaeda e do islamismo radical esbarra na questão das identidades. Nas sociedades tradicionais, a identidade era definida como um atributo essencialmente fixo e predefinido, o que dava lugar a uma ordem fixa de papéis sociais e de uma visão unitária do mundo que determinavam o comportamento, a forma de apresentação, de ser e de pensar de cada indivíduo. A identidade era estável. Na atualidade, a identidade é permeável às mudanças no sistema de pensamento. Fragmentada e múltipla, sofre reconstruções constantes mediante o contraste com o que acontece no mundo.

As crises de identidade instaladas nas sociedades tradicionais e nas regiões do mundo periféricas às maravilhas da globalização são um catalisador para a adesão a discursos radicais e destrutivos. Os atentados de 11 de setembro vieram demonstrar ao mundo que, da mesma forma que os políticos não podem governar na contramão ou sem retrovisor, a opinião dos públicos, das sociedades tribais às mais desenvolvidas, é relevante mesmo que seja em condição e latência. Nos momentos de crise ou de decisão, o desconhecimento das opiniões latentes pode trazer surpresas.

Os debates, encenações e materiais disponíveis no espaço público midiático conduzem as opiniões e é nesse debate que se conquista a opinião politicamente influente. Através do reconhecimento midiático, agentes sociais conquistam sua parcela da opinião pública, obtendo reconhecimento político e exercendo, assim, influência sobre o agendamento.

4.2.2. O elitismo institucional na opinião pública

Durante os anos 80 e 90 predominam na comunicação os estudos de recepção fenomenológicos e etnometodológicos. As conclusões de tais estudos sugerem que os públicos processam as informações que recebem e produzem seus próprios significados, nem sempre correspondentes ao que parece ser dominante. A opinião pública se formaria em grupos diferenciados por padrões específicos de consumo e estratégias de decodificação da mídia. A atribuição de significados e, portanto, a construção da opinião, são flexíveis, talvez até demais segundo a interpretação culturalista. As teorias pós-modernas pecam, em parte, pelo relativismo extremo. Em comparação à abordagem dos usos e gratificações, a escola fenomenológica vislumbra um pluralismo que não se baseia na escolha daquilo que se quer consumir para satisfação própria, mas sim na adequação flutuante de extração de significado simbólico a partir da realidade midiática.

Em sua crítica aos modelos pós-modernos, Sampedro Blanco (1999, p. 141) destaca que as correntes teóricas dos efeitos limitados idealizam a capacidade de resposta do público. Com frequência, a expressão dos públicos é irracional e emotiva, não respondendo a qualquer posicionamento político claro. Apesar de ativa e seletiva, a participação do público não é essencialmente crítica, especialmente porque o conteúdo dos meios de comunicação de massas é analisado sob o prisma da realidade sociocultural de cada grupo, sem recolher as vozes silenciadas.

Como solução ao dilema pendular que caracteriza a contraposição das correntes defensoras da onipotência da mídia e do poder limitado dos meios de comunicação, Sampedro Blanco (1999) propõe a adoção do que ele denomina *paradigma institucional*. O contexto teórico de apoio desse paradigma, conforme indica o próprio autor, compõe-se da sociologia da estruturação (Giddens, 1995, apud SAMPEDRO BLANCO, 1999, p. 144), do neo-institucionalismo político (Hall; Taylor, 1996, apud SAMPEDRO BLANCO, 1999, p. 144) e da sociologia da comunicação de massas (Beniger; Herbst, 1990 e 1993, apud SAMPEDRO BLANCO, 1999, p. 144).

Aplicando as idéias de Giddens, Sampedro identifica duas premissas sobre os efeitos da mídia na opinião pública (SAMPEDRO BLANCO, 1999, p. 144). Em primeiro lugar, a opinião pública forma-se em contextos estruturais que não a determinam, mas que a condicionam. Em segundo lugar e como consequência, pode-se

dizer que as estruturas sociais e instituições midiáticas possibilitam a formação da opinião pública, mas a restringem com as limitações que impõem. A formação da opinião pública ocorre dentro de um contexto previamente estabelecido, que oferece inicialmente o material institucionalizado e as limitações que servirão de base para o processo.

De formulação recente, o *elitismo institucional* vem ganhando espaço na análise dos públicos por oferecer uma nova perspectiva, caracterizada pelos três pontos a seguir. O primeiro refere-se à confluência da tese elitista com a tese pluralista sobre os efeitos dos meios de comunicação. O público não é uma *tabula rasa* sobre a qual a mídia pode imprimir suas mensagens, mas também não realiza uma seleção racional dos conteúdos em benefício próprio, já seja do ponto de vista socioeconômico ou do entretenimento. A capacidade de influência na opinião pública é, assim, indireta. Em segundo lugar, a opinião pública é ao mesmo tempo agente e resultado das estruturas sociais. E para finalizar, o elitismo institucional resgata os estudos dos efeitos sob o prisma sociológico que conjuga as análises micro e macro. Este ponto é especialmente importante porque permite estudar no processo de opinião pública aspectos individuais e coletivos de maneira interrelacionada. Em sua dimensão hegemônica, o processo de formação da opinião pública faz da mesma resultado de fatores de interesse institucional externos ao indivíduo que se interrelacionam com fatores de cunho individual e micro-social.

Como conseqüência, os efeitos da mídia sobre a opinião pública ocorreriam em três âmbitos:

1. No nível ideológico, a mídia impõe um consenso ou a versão dominante sobre os públicos. Essa hegemonia da mídia sobre a opinião pública não é garantida. Renova-se constantemente pela incorporação de novos elementos. Se a mídia não atende às exigências ao menos de determinados grupos de interesse, o jogo de forças pode levar a um redirecionamento da maquinaria social que exigirá, possivelmente, ajustes mais significativos.
2. A mídia exerce efeitos sobre as demais instituições sociais, já seja no âmbito micro ou macro-social. A política, a economia, a ciência e até mesmo a religião foram alteradas pela lógica da mídia, transformando-se freqüentemente em espetáculo.

3. A mídia exerce influência sobre o indivíduo e a sociedade, incidindo sobre o conhecimento e comportamento do público, embora as pessoas não sejam nem totalmente independentes e nem completamente manipuláveis pela mídia.

Em termos gerais, o paradigma do elitismo institucional apresenta um teor crítico no sentido em que propõem Breton e Proulx, que afirmam que “uma análise crítica da recepção deve necessariamente articular os microprocessos de decodificação individual das mensagens com a macroestrutura da oferta, ela própria construída através de uma lógica de mercado e de indústrias culturais freqüentemente transnacionais” (BRETON; PROULX, 1997). Desse modo, a análise do processo comunicacional não se perde no reducionismo que considera o público como mero receptáculo dos conteúdos midiáticos, que poderiam ser manipuladores ou inoculadores de vacinas contra a persuasão, e que tampouco advoga por um processo de seleção racional de meios e conteúdos em benefício próprio.

As instituições que ditam a ordem são principalmente políticas e mercadológicas. De acordo com o poder econômico ou capacidade de penetração nas esferas de influência, determinados setores conseguem garantir seu espaço na mídia. A influência do público fica marcada por obrigar que os meios de comunicação utilizem determinadas fórmulas de eficácia que, por sua vez, respondem aos interesses institucionais.

Além da forma, o conteúdo também reflete os debates em pauta que respondem a preocupações reais e espontâneas do público em cada momento. A ressalva é que, mesmo assim, a mídia costuma beneficiar as elites. Ao abrir espaço para a cobertura do terrorismo, os profissionais da mídia atendem tanto às demandas da empresa na qual trabalham quanto às demandas de atenção do terrorista. Ainda que seja de modo involuntário, estabelece-se assim uma relação simbiótica entre a mídia e o terrorismo.

4.3 A dinâmica

4.3.1 O terrorismo no campo midiático

O medo que sensibilizou o mundo todo diante da ameaça de ataques biológicos com cepas de antraz desenvolvidas em laboratório, logo depois dos atentados de 11 de setembro de 2001, foi mais uma demonstração dos efeitos da incerteza e desorientação próprios das crises na mídia. Independentemente de onde se originaram efetivamente os vírus e os envios de envelopes contaminados, o episódio de bioterrorismo foi mais uma produção baseada no terror e no maior grau de ambigüidade possível: o inimigo invisível e de natureza desconhecida.

Do ponto de vista psicológico, o terrorismo é um assunto de alto potencial de envolvimento e que se caracteriza por um alto grau de saliência. Sua carga negativa natural faz com que seja capaz de ativar rapidamente certos tipos de representações mentais básicas, como todas as que estão relacionadas à segurança pessoal, à preservação da própria vida e à dicotomia entre o bem e o mal. A idéia de que qualquer um pode ser vítima de um atentado pode levar, por exemplo, à aceitação pelo público de medidas que limitem as liberdades públicas em pró da segurança, como a Patriotic Act do governo Bush. A necessidade de preservação da própria vida pode favorecer reações estereotipadas xenofóbicas e a simplificação da realidade construindo-se, por exemplo, a idéia de que o mal é infiltrado e nunca gerado no seio da sociedade que o vivencia.

Como nos contos de fada, todo gigante tem seus pontos fracos. O sistema midiático das democracias ocidentais é extremamente sensível aos acontecimentos de grande saliência e com grande potencial de envolvimento, fatores comuns aos eventos violentos e inusitados. A amplificação da percepção do risco provocada pela mensagem contida no atentado e nas ameaças terroristas produz não apenas o envolvimento dos diversos públicos, mas também a abertura dos canais midiáticos.

O seqüestro de reféns e a carnificina que ocorreram durante as Olimpíadas de Munique já anunciavam, no início da década de 70, a era do terrorismo ao vivo. Na manhã do dia 5 de setembro de 1972, oito terroristas do grupo palestino Setembro Negro invadiram as acomodações dos atletas israelenses em Munique e mataram dois deles a sangue-frio. Exigiam a libertação de 200 árabes presos em Israel e um avião para

sua própria fuga. A operação de resgate no aeroporto de Fürstenfeldbruck acabou em um banho de sangue. O saldo foi de vários mortos entre reféns, terroristas, atletas e um policial.

Depois de uma interrupção de 34 horas na programação do principal acontecimento esportivo mundial e da execução da marcha fúnebre para centenas de milhares de pessoas, o espetáculo olímpico prosseguiu. A preocupação com a segurança em eventos mundiais e de cobertura massiva, entretanto, nunca mais foi a mesma. Os líderes da organização Setembro Negro escolheram as Olimpíadas porque sabiam que obteriam facilmente a máxima atenção da mídia. Quatro anos depois, o venezuelano Carlos "o Chacal" utilizou também os meios de comunicação de forma consciente durante o seqüestro de onze ministros dos países da OPEP. E os atentados de 11 de setembro, além de utilizar a mídia, trouxeram também o imediatismo e orquestração da posta em cena e teatralização das grandes campanhas de lançamento.

Quase toda a informação que qualquer cidadão comum possui sobre o terrorismo, incidentes e atentados, bem como sobre os terroristas e seus motivos, é informação de segunda mão. Poucas pessoas efetivamente testemunharam acontecimentos terroristas e poucas tiveram contato direto alguma vez com membros de bandos armados. Em termos gerais, nosso conhecimento sobre o terrorismo é construído através do conteúdo veiculado pelos meios de comunicação, tanto informativos como de entretenimento. Além disso, esse conhecimento filtrado pode ser obtido quando a mídia efetivamente cobre o terrorismo, mas não quando a cobertura inexistente.

Mesmo que a violência política em si exista independentemente dos meios de comunicação, sua repercussão depende integralmente de sua projeção no espaço público informativo. Somente assim os atos de violência política são dados a conhecer internacionalmente e cobram a relevância necessária para que se articulem em torno deles processos de negociação mais ou menos imediatos. É nesse sentido que Nacos posiciona a mídia no centro da produção do acontecimento terrorista contemporâneo (NACOS, 2002; NACOS, 2003, p.3).

Boa parte da pesquisa em comunicação política postula que a mídia ocupa o centro gravitacional da vida política na atualidade. A mídia é, ao mesmo tempo, espaço e instrumento e seu controle é um bem extremamente cobiçado. Quem controla a mídia

tem a possibilidade de guiar as opiniões do público, que é quem tem oficialmente o poder para legitimar a política nas sociedades democráticas.

Um dos principais problemas dessa estrutura é que o conhecimento que o público obtém da vida política através da mídia é um conhecimento mediatizado, um símile da realidade produzido pelos meios de comunicação de massa através da construção do espaço público midiático. É a visão interpretada da fonte e das corporações midiáticas, no melhor dos casos plurais e livres. E certos tipos de informação, como as informações internacionais e as informações sobre o terrorismo, são obtidas quase integralmente através da mídia.

No sistema midiático atual, as informações internacionais são elaboradas e distribuídas por conglomerados empresariais que representam os sete países mais ricos (entre essas empresas destacam-se a CNN, a France Presse e a Reuters, por citar apenas algumas). Pacotões informativos previamente contratados substituem a testemunha jornalística. Na prática profissional, as rotinas de trabalho e a valorização do furo noticioso colocam em segundo plano a contextualização e a fundamentação da informação, embora a cobertura local sempre ganhará matizes próprios em resposta ao enquadramento que o próprio meio ou profissional darão ao material publicado. Esses matizes podem ser observados, por exemplo, no posicionamento dos conteúdos em favor ou contra a retaliação e a guerra total, assuntos que receberão diferentes graus de apoio dependendo do contexto e do repertório da recepção.

O resultado é um espaço público simplificado e interpretado, mas que ainda assim continua sendo o lócus de formação da opinião pública. E é nesse espaço que o terrorismo busca projeção. Independentemente de utilizar meios tradicionais ou de grande poder letal, toda organização terrorista compartilha uma meta central orientada à mídia: obter publicidade para cobrar existência no espaço público e emitir suas mensagens.

No seio do espaço público emerge o sistema da comunicação política. Esse sistema está constituído pelas três esferas sociais legitimadas a participar dos processos de decisão: a esfera governamental, a esfera informativa e a esfera da opinião pública, cujo passaporte para a visibilidade pública é garantido pelas pesquisas de opinião. Aqueles que possuem legitimidade para participar do processo político têm acesso ao

sistema de comunicação política. A maioria dos grupos sociais, entretanto, encontra barreiras que dificultam o acesso a esse sistema, e por isso lutam por espaço na mídia em busca de um porta-voz. Diante das barreiras existentes, o recurso à violência garante àqueles que adotam métodos de força acesso aos meios de comunicação e, através deles, ao sistema de comunicação política. Dessa forma, ainda que seus partidos sejam ilegais e ainda que não representem a maioria, o acesso do terrorista ao sistema fica garantido pela grande sensibilidade da mídia aos acontecimentos violentos e que produzem nos públicos uma maior percepção do risco.

A notoriedade e a publicidade não são fins em si mesmos, mas meios para atingir objetivos maiores. Sintetizando, a publicidade garante o acesso ao sistema de comunicação política, abrindo espaço para possibilidades de negociação ou influência. Além da notoriedade, as organizações terroristas buscam reconhecimento, seja em relação à identidade coletiva ou a objetivos políticos específicos e, finalmente respeito e legitimidade. Dessa forma, mesmo que sejam repudiados nas áreas de atuação, líderes de organizações terroristas podem vir a ser líderes respeitados entre seus pares e simpatizantes. Essa mesma lógica é comum também no mundo do crime organizado e no narcotráfico. Capos da máfia italiana e personalidades como o chefe do tráfico colombiano Pablo Escobar são exemplos de líderes que se tornaram queridos e compreendidos no âmbito local onde viveram ou no lugar onde nasceram.

Esses argumentos são a base do posicionamento da mídia no centro das atividades terroristas como meio para a obtenção de objetivos no curto e médio prazo. Embora nem todos os líderes terroristas tenham como meta conseguir notoriedade e legitimidade para ocupar um lugar nas mesas de negociação junto aos decisores políticos, a publicidade que obtêm em torno de suas campanhas ou personalidades pode fazer do modelo do terrorismo centralizado na mídia um modelo eficaz que garante acesso ao espaço público e, portanto, sua existência para o mundo todo. Em tempos nos quais se travam batalhas sangrentas em defesa da identidade, o modelo do terrorismo centralizado na mídia pode vir a ser um modelo a ser imitado tanto por aqueles que possuem metas políticas de médio e longo prazo como por indivíduos em busca de projeção e adrenalina.

4.3.2 O terrorismo no sistema de comunicação política

Para Apfelbaum (1973/83, p. 279) o poder expressa-se na relação de dependência quando uma das partes concentra os privilégios e estabelece os limites do outro. De acordo com seu raciocínio, as estruturas de poder existentes criam disparidades que negam força contratual ao subordinado. Nas relações assimétricas, os privilégios concentram-se em uma das partes e é sempre o grupo dominante quem estabelece os limites e define a natureza dos direitos e privilégios. O subordinado tem seus direitos e possibilidades de acesso arrebatados, tornando-se "invisível" ao sistema por carecer de existência autônoma ou por não deter nenhum tipo de poder contratual.

Sem possibilidades claras de acesso aos canais de expressão, certos coletivos subordinados não conseguem projetar suas vozes porque não dispõem de vias de acesso legítimas e acabam ocupando uma posição clara de marginalização ou inexistência completa no espaço público. Para Apfelbaum, o que torna o grupo subordinado diferente do grupo dominante é o grau de acesso que cada um deles tem ao sistema de decisões sobre as regras e valores que determinam o futuro e que são, assim, considerados legítimos para a sociedade (APFELBAUM, 1973/83, p. 278).

Assim, ainda de acordo com Apfelbaum, o processo de poder estabelece, estrutura, mantém e perpetua as relações complementares de dominação e subordinação. Em sociedades profundamente dependentes da informação e das comunicações como as sociedades contemporâneas, o controle dos instrumentos e o domínio das técnicas de comunicação proporcionam àqueles que o detém uma forma valiosa de poder que lhes permite exercer influência nas esferas política, econômica e cultural.

Situado na intersecção entre as três esferas legitimadas a participar do sistema de decisões sociais (mídia, governo e opinião pública), o sistema de comunicação política possui a função de promover trocas entre lógicas e discursos contrapostos. Cada uma dessas esferas possui certo grau de sensibilidade aos temas importantes para a sociedade e tenta dominar os assuntos políticos de acordo com sua lógica própria. De um lado estão os políticos, que nos sistemas representativos possuem a função de identificar problemas sociais e levá-los ao sistema de decisão. De outro lado está o público geral propriamente dito, que encontra nas pesquisas de opinião e no sufrágio o canal técnico legitimado para projetar suas preocupações e desejos ao sistema de decisões. A terceira

esfera, finalmente, é a dos meios de comunicação, dos quais se espera que representem a sociedade como um todo e que exerçam diversos papéis contrapostos.

No processo político, aqueles que estão legitimados para participar do sistema de decisão têm acesso direto ao sistema de três esferas da comunicação política. Os demais coletivos e grupos sociais conseguem obter acesso através de alianças com porta-vozes credenciados, como os jornalistas, especialistas e outros membros da sociedade legitimados, ou quando seus debates ganham importância e destaque por sua própria natureza. Como bens escassos, os canais de comunicação são cobiçados e a luta por seu domínio envolve tanto a posse desses canais como o impedimento de que outros, de outras "espécies" ou "estirpes", utilizem esses canais limitando assim o acesso aos demais.

O raciocínio passa a ser um tanto darwinista à medida que os mais fortes ou poderosos controlam os recursos necessários para a permanência na ordem do dia e aqueles que não conseguem desenvolver estratégias de acesso fenecem pela falta de recursos. Afinal de contas, a existência no espaço público midiático é marcada pela projeção de temas e vozes através do sistema de mídia. O próprio espaço público, como ambiente ecológico, é terreno de competições. Na atualidade, essas competições mostram-se cada vez mais características de lutas baseadas na manutenção da alteridade e da identidade grupal.

Aqueles que não possuem acesso direto ao sistema de decisões conseguem projetar suas demandas quando seus debates tomam dimensões significativas ou quando conseguem estabelecer alianças com porta-vozes credenciados que possam vir a exercer o papel de mediadores entre eles o sistema midiático. Determinados coletivos, entretanto, não chegam a obter acesso aos canais da mídia porque defendem discursos vetados. Outros talvez simplesmente acreditem que merecem um espaço mais amplo para suas demandas do que o espaço garantido pelos mecanismos tradicionais. Na busca de atenção, aqueles que recorrem à violência como meio de projetar suas demandas no espaço público conseguem obter acesso à esfera midiática e, através dela, ao sistema de comunicação política.

Através da mídia, o terrorismo pode obter atenção, reconhecimento e até mesmo certo grau de legitimidade e respeitabilidade. A mensagem de violência contida nos

atentados amplifica a percepção de risco nos públicos, polarizando as atenções e abrindo os canais da mídia, possibilitando assim o acesso da organização terrorista ao sistema de amplificação e distribuição dos meios de comunicação. Essa abertura provoca ao menos três conseqüências que favorecem em certo sentido a organização terrorista:

1. permite fazer circular a mensagem política do terrorismo pelo espaço público local e internacional, já que a atual estrutura das redes informativas distribui seus conteúdos além dos territórios e nações;

2. sensibiliza a opinião pública de duas maneiras básicas: semeando o terror, o que pode fragilizar e influenciar decisões da sociedade e governos, e projetando positivamente a imagem de líderes e da organização entre seus simpatizantes e redes de apoio;

3. de maneira direta ou indireta, a organização terrorista pode conseguir se projetar à "mesa de negociações políticas" ou ao menos às agendas de discussão.

Como um megafone, a mídia amplifica e lança a mensagem política do terrorismo no espaço público, o que funcionalmente equivale à introdução de seus atores e exigências no sistema de comunicação política e, em termos táticos, à consecução da primeira meta, que é a de passar a "existir" para a vida pública. Uma vez dentro do sistema, o terrorista pode perseguir outras duas metas principais, que são a obtenção de publicidade para sua causa e a obtenção de legitimidade. A publicização da causa ocorre naturalmente à medida que toda a sociedade demanda explicações das razões que talvez pudessem justificar e ajudar a compreender atrocidades e atos de extrema violência, como é o caso do ato terrorista. A legitimidade, entretanto, possui uma natureza dupla.

Para os adeptos e simpatizantes, a projeção da organização terrorista na esfera pública pode ser sinônimo de vitória e pode transformar seus líderes em heróis, facilitando assim inclusive a captação de seguidores e apoio. Para as vítimas e para o sistema que a partir desse momento encontra-se sob a pressão das ameaças, a legitimidade é dada pelo risco real de danos à vida ou ao patrimônio, ou seja, o discurso

é entendido como sério. A seriedade das ameaças confere ao líder terrorista ou à organização legitimidade para se expressar no espaço público.

O atentado terrorista e as ameaças de violência funcionam em termos psicológicos como bons exemplares do que poderia ocorrer caso as exigências apresentadas não forem atendidas. Do ponto de vista persuasivo, a mensagem terrorista é bem estruturada e oferece ao destinatário os elementos necessários para o êxito das mensagens baseadas no apelo ao temor: a exigência clara, a amostra do que pode acontecer caso as exigências não sejam atendidas e o caminho para evitar do castigo. Trata-se de uma mensagem muito clara e que não oferece alternativas para seu destinatário.

Para Nacos (2003, p. 5), o terrorismo contemporâneo posiciona a mídia no centro de seus cálculos estratégicos e a busca de atenção, publicidade e legitimidade são três metas comunicativas comuns às organizações terroristas. Essas três metas não são, segundo observa Nacos, um fim em si mesmas, mas sim instrumentos para a consecução de metas mais gerais ou principais (NACOS, 2003, p. 8), que podem ser:

1. Sentar-se à mesa de negociações junto às esferas de decisão, procurando assim introduzir suas exigências no sistema vigente.

2. Estabelecer suas próprias mesas de negociação, como é o caso das organizações separatistas, que buscam fundar um Estado-nação independente.

3. Ganhar notoriedade, o que pode facilitar a consecução de metas privadas da organização ou grupo. Isto pode ser observado com frequência no âmbito do crime organizado, por exemplo, onde a notoriedade confere poder aos líderes e à organização, facilitando suas bases de negociação com seus pares, sem que exista interesse de diálogo com o governo.

4. Abalar a ordem existente para substituí-la por outro tipo de estrutura completamente diferente, geralmente entendida como uma sociedade ideal.

Como produto informativo, o terrorismo tornou-se um assunto típico das notícias internacionais e até mesmo um gênero jornalístico (MCQUAIL, 1998, p. 358), sendo tratado como problema que pode afetar países diferentes daqueles onde as organizações armadas atuam.

A internacionalização do terrorismo, entretanto, vai além da perpetração de atos violentos em território estrangeiro, como entendido pelo paradigma jurídico (PATTERNS OF GLOBAL TERRORISM, 2002, p. xiii). O terrorismo torna-se de interesse internacional também quando ingressa no espaço público midiático internacional (FERRY, 1998, p. 20), que na atualidade é produzido a partir de conglomerados corporativos de organizações midiáticas multinacionais.

Os ataques terroristas quase sempre conseguem a atenção do sistema midiático local e, como conseqüência, dos decisores e da opinião pública locais. Mediante a incursão no sistema midiático internacional, entretanto, o problema passa a integrar os espaços públicos locais de outras nações e, no que concerne ao escrutínio moral emitido pela opinião pública internacional, torna-se um assunto com alto potencial de envolvimento.

A figura a seguir ilustra o posicionamento do terrorismo diante do que Nacos (2003) denomina triângulo da comunicação política:

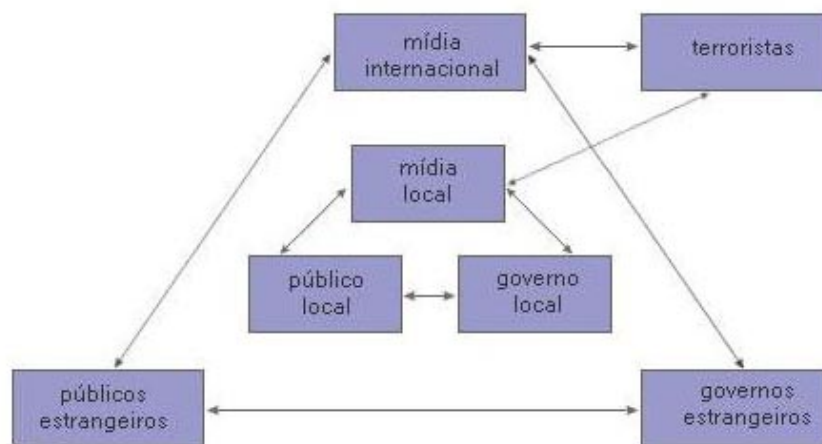


Figura 4.1 - Posicionamento do terrorismo no sistema de comunicação política internacional (NACOS, 2003)

Algumas organizações terroristas não possuem metas transnacionais e seu objetivo pode ser o de sensibilizar apenas o ambiente doméstico. Outras, entretanto, têm como objetivo claro sensibilizar a mídia internacional e, por conseguinte, a opinião pública global e os governos estrangeiros.

Existem muitos interesses envolvidos e nem todos os grupos armados têm por objetivo sentar-se à mesa de negociação junto aos decisores. Como destaca Brigitte L. Nacos, algumas organizações terroristas buscam estabelecer suas próprias mesas de decisões, como é comum no caso dos separatistas cujo objetivo é fundar seu próprio Estado-nação, como pode ser, por exemplo, o caso da Chechênia. Outros, continua, buscam destruir a ordem instituída e até mesmo abalar as relações internacionais. A Al Qaeda é um exemplo de organização que busca destruir a estrutura de poder vigente na esfera global e estabelecer novas relações diferentes das existentes (NACOS, 2003).

Os grupos armados separatistas que contam com partidos políticos formalizados dispõem de uma via de acesso direta às rodas de decisão política e legitimidade adicional proporcionada tecnicamente pelo sistema representativo democrático. Exemplos disso podem ser encontrados nos casos do IRA, através do Sinn Fein, e do grupo terrorista basco espanhol ETA, que contou com o braço partidário do Herri Batasuna até 2003, quando o partido foi declarado ilegal pela justiça.

Além da penetração na esfera política propriamente dita, os bandos terroristas têm por objetivo sensibilizar a opinião pública. Mais do que a intimidação do público alvo através de atentados e do envolvimento de vítimas, o terrorismo busca simpatia e apoio, muitas vezes na opinião internacional. A opinião pública internacional é extremamente dependente do sistema informativo midiático, mais do que a opinião local. A probabilidade de contato e experiência direta do público com o problema é menor quando o assunto é transnacional. A experiência local geralmente causa rejeição ao terrorismo pela ameaça de que inocentes tornem-se vítimas da violência política. As atitudes são específicas diante das situações que exigem avaliação e escrutínio pessoal e mesmo os separatistas ou aqueles que eventualmente podem apoiar as causas de determinado grupo terrorista nem sempre apóiam o recurso à violência, principalmente se tiverem experiências pessoais negativas a respeito. As declarações baseadas em justiça e na luta libertária constituem-se em um discurso propagandístico orientado à obtenção de apoio e simpatia.

Como a maior parte do público nunca presenciou diretamente um atentado terrorista e poucas pessoas efetivamente tiveram contato direto com membros e líderes de bandos armados, praticamente tudo o que se sabe sobre o terrorismo e suas causas provém da mídia. Para a maior parte do público do mundo todo o terrorismo existe, portanto, quando é coberto pela mídia. Os membros do grupo terrorista Setembro Negro responsáveis pelo massacre de 1972 em Munique optaram pelo seqüestro durante as Olimpíadas porque sabiam que isso lhes garantiria o máximo de atenção jornalística. E os primeiros envelopes de antraz que foram distribuídos logo após os atentados de 11 de setembro em Nova Iorque foram enviados diretamente às redações dos grandes jornais porque assim a repercussão imediata estaria garantida, mesmo que os envios fossem poucos e o número de vítimas insignificante.

Dado que a mídia não é um canal neutro, torna-se relevante compreender a maneira pela qual o terrorismo se utiliza do próprio funcionamento da maquinaria midiática para projetar-se no espaço público. Seguindo recomendações de Wilkinson, este estudo pretende afastar-se da obsessão pelos detalhes para concentrar-se em grandes linhas e tendências que permitem observar o caminho que o terrorismo vem tomando nos tempos atuais. No plano teórico, o que se pretende até aqui é entender o mecanismo pelo qual o terrorismo se utiliza dos meios de comunicação para interferir no processo político, prestando-se atenção, na medida do possível, à visão que o próprio terrorista tem da comunicação como um instrumento para atingir suas metas. No plano experimental, pretende-se analisar as negociações simbólicas que emergem do que foi publicado na mídia a respeito do terrorismo em um período dado a partir das teorias do enquadramento e construtivista.

4.3.3 A dimensão das negociações simbólicas

O modelo proposto por Nacos apresenta a limitação de concentrar o foco de análise da relação entre mídia e terrorismo no nível instrumental. O modelo trata de forma superficial a dinâmica das relações que se estabelecem entre os vértices do que a autora apresenta como “triângulo da comunicação política”, bem como as relações que se constroem no interior desses componentes. Partindo de uma concepção instrumental da mídia, o modelo não oferece indicações a respeito dos processos de negociação simbólica que emergem das transações que ocorrem entre os componentes do sistema.

Apesar dessas limitações, o modelo desenvolvido por Nacos é de grande utilidade ao apresentar de uma maneira estruturada o caminho através do qual o terrorismo obtém acesso ao espaço público, que é a partir de onde se produzirá sua projeção no centro das negociações simbólicas e a partir de onde poderá existir para o público de um modo geral.

Wilson Gomes (2004) parte de uma concepção sistêmica e construtivista da comunicação política, apresentando-a como um conjunto de relações dinâmicas e tensões entre esferas que se constituem em verdadeiros campos sociais. As esferas da visibilidade pública (mídia), do poder executivo e da decisão (política) e dos públicos são tratados por Gomes como campos sociais (GOMES, 2004, p. 55) porque em seu interior estabelecem-se relações hierarquizadas, multidirecionais e multideterminadas, que também estão baseadas em limitações e ganhos da mesma forma que as relações existente entre as esferas. Essa concepção proporciona uma visão tridimensional inexistente no modelo proposto por Nacos.

No início da década de 1990 o termo terrorismo passou a ganhar uma conotação até certo ponto difusa principalmente pela emergência das expressões "narcoterrorismo" e o chamado "fenômeno da zona cinzenta". O termo "narcoterrorismo", como descreve Hoffman (1998, p. 27), resgatou as teorias sobre o terrorismo e as máfias russas, somando-as ao tráfico de entorpecentes como forma de financiamento para as atividades ilícitas de intimidação política de grupos ou governos. Essas teorias identificam no terrorismo a última tentativa de regimes comunistas como União Soviética, Cuba, Bulgária e Nicarágua de minar a sociedade ocidental. Para Hoffman (1998), essas teorias desviaram a atenção oficial de uma tendência real que é a de formação de alianças entre organizações terroristas com facções criminosas. Exemplo vivo é o problema enfrentado pela Colômbia e Peru (HOFFMAN, 1998, p. 27). Essa tendência mostra que a obsessão por grandes conspirações de moldes ideológicos pode impedir a percepção da natureza variável do terrorismo nos dias atuais. O terrorismo passa a ser entendido como parte do "fenômeno da área cinzenta", que é descrito como a ameaça de grupos subestatais de origem variada à estabilidade dos Estados nacionais.

Nesse campo de fronteiras incertas estabelecem-se as mais insólitas e os mais variados tipos de associações entre representantes de ideologias radicais, nacionalismos, separatismos, lutas étnicas, crime organizado e fanatismos. O entendimento da natureza

contemporânea do público é crucial para a compreensão da extensão que esse fenômeno reticular pode tomar. O estabelecimento da indústria da comunicação e o impacto ainda incipiente das novas tecnologias na sociedade como um todo criam um ambiente sem precedentes para a formação de redes de públicos cada vez mais ramificadas, mas nem por isso abstratas ou intangíveis. Essas redes estendem-se para além das nações e dos agrupamentos territoriais, tornando a divisão do mundo em dois grandes blocos uma simplificação grosseira. Os interesses que poderão promover as associações entre indivíduos ou grupos poderão ser observados na forma de tendências se fatores humanos e sociais forem considerados. Já os motivos que levarão indivíduos a efetivamente participar de atos e organizações terroristas serão os mais variados, tão variados quanto os interesses e motivações de cada um.

Do ponto de vista macro, pode-se dizer, teoricamente, que a comunicação política emerge das trocas que ocorrem entre ao menos três esferas: a esfera política propriamente dita, que é a esfera do poder executivo e de decisão; a esfera dos meios de comunicação, que é a que controla a visibilidade pública e a esfera dos públicos. Pode-se dizer, ainda, que ao redor da comunicação política tece-se o que Gomes (2004, p. 139) descreve como uma rede de multideterminações recíprocas que constitui um verdadeiro sistema. Esse sistema não é simétrico e muito menos perfeito. É um sistema de acomodações, tensões e contrastes recíprocos entre esses três domínios. Essa "acomodação" é fruto de um longo percurso de ajustes e desencaixes, de um processo contínuo de adaptação no qual as esferas da política, dos meios de comunicação e dos públicos ensaiaram diversos modelos de relação. O resultado desse processo é um sistema de encaixes provisório e imperfeito, mas funcional.

Esse estado de equilíbrio provisório e dinâmico é produzido pela tensão constante entre as diferentes esferas, uma vez que no interior do sistema estabelecem-se relações orientadas por interesses específicos, o que sugere que cada domínio possui um recurso que é desejado pelas demais esferas. Essa orientação baseada em expectativas de ganhos produz interações assimétricas que dependem da força relativa de cada domínio, além de pressupor um esforço constante pela obtenção do que se quer do outro sem oferecer nada em troca.

Cada domínio tenta continuamente acumular recursos. Daí que a interface que coliga as esferas que compõem o sistema seja um jogo de encaixes, competição e

alianças. É o interesse no outro que permite a formação de um sistema, um sistema de recursos e interesses no qual o governo é detentor do poder, a comunicação é detentora da visibilidade pública e os públicos das opiniões, da força da multidão, dos investimentos privados e outros bens valiosos.

A atualidade é marcada por alterações profundas que Gomes descreve como cognitivas (2004, p. 113). Para Gomes, o fato de que nas democracias liberais a indústria do entretenimento e da informação tenham assumido o negócio da informação política tomando assim o lugar antes ocupado pela imprensa de opinião partidária e da imprensa oficial foi essencial para a formação de um fluxo acelerado, contínuo e multidirecional de informação política. Essa alteração é caracterizada pelo autor de cognitiva porque esse fluxo de informações possibilita a formação de um domínio veloz, multivariado, livre, intenso e de fácil acesso formado por repertórios de informação sobre política, assuntos públicos e opiniões. A importância desse domínio simbólico é fundamental para a construção do conhecimento, atitudes e opiniões, pois apresenta-se para o público como uma grande cena da qual todos somos espectadores e diante da qual podemos reconfigurar todos os dias nossas percepções, opiniões e disposições sobre a coisa pública depois de ler o jornal ou assistir aos noticiários.

As encenações que ocorrem na esfera da visibilidade pública não teriam sentido se não fosse pela existência do público. A comunicação política emerge das trocas entre as esferas que compõem esse sistema para o público, sendo um fenômeno de regimes democráticos onde os públicos são a fonte de legitimidade. A política midiática tem por finalidade, portanto, a conquista da atenção e apoio públicos. O terrorismo é entendido aqui como mais um dos atores no processo.

À política que emerge na esfera de visibilidade pública Gomes (2004, p. 114) refere-se como "política midiática". Para Gomes, os agentes dessa política de encenação pública procuram obter exposição favorável e ao mesmo tempo a exposição desfavorável de seus adversários. Trava-se assim na esfera pública midiática uma verdadeira luta simbólica pelo entendimento das coisas, suas causas, juízos morais e recomendações. Nos regimes democráticos, a esfera da política quer ainda utilizar a mídia para formar a opinião pública, obter votos ou legitimar-se no poder.

Aos olhos dos públicos essa encenação é como um espelho que reflete a vida política para o homem comum. O que ocorre nos bastidores das negociações não fica necessariamente explícito nesse espelho. O que é verdadeiramente relevante neste mecanismo é que essa encenação não é uma simples reprodução da política para o público ou a ponta do iceberg. Ela é "a esfera política no seu modo de existir para o cidadão e no modo como pode ser por ele experimentada" (GOMES, 2004, p. 114). Se há alguma outra forma, continua Gomes, ela não é experimentada pelo público.

É por isso, sugere Gomes, que é nessa encenação, nessa política publicada, que os públicos formam suas opiniões e atitudes em relação aos assuntos de interesse público. Para os agentes políticos, conseguir um papel nessa posta em cena é a garantia do reconhecimento público de sua existência. E essa dinâmica é crucial para o terrorismo, pois o valor noticioso do acontecimento terrorista necessariamente projeta o acontecimento, seus perpetradores, suas exigências e suas justificativas na mídia, que é a porta de acesso ao sistema de visibilidade pública.

O terrorismo contém uma mensagem política de intimidação e sua existência só se justifica pela possibilidade de tornar-se pública. Antes da era dos meios de comunicação de massa, o terrorismo recorria à perpetração de atentados em lugares públicos, dias festivos e momentos de aglomeração de multidões para que suas ações repercutissem além das suas vítimas. Era uma forma de garantir audiência. Assim faziam os Sicários, os Assassinos e o Narodnaya Volya, para citar alguns exemplos.

Hoje, a obtenção de cobertura midiática é crucial para a existência do terrorismo no espaço público. E apesar da grande sensibilidade da mídia ao acontecimento violento que coloca mesmo a população civil dos grandes titãs em risco, pode-se dizer que existe uma concorrência real pela obtenção de cobertura midiática. Num momento no qual atrocidades são apresentadas todos os dias, os formatos de intimidação tradicionais podem perder espaço e relevância. Talvez os criadores de atrocidades mais grotescas tenham uma garantia maior de acesso, ao menos pela novidade. Talvez essa dinâmica competitiva ajude a explicar a euforia com que terroristas inauguraram uma onda sem precedentes de emissão de cenas de seqüestros com decapitações e morte recentemente no Iraque.

Embora países como Israel, Chipre e Argélia devam sua independência em parte à atuação de grupos terroristas, não há dados que provem a eficácia estratégica do terrorismo no processo político. De um modo geral, a literatura aponta para uma maior eficácia do terror em nome do Estado e pouca eficácia do "terror a granel" (GEARSON, 2002, p. 15). Se isso é verdade, então por que o terrorismo continua existindo nos dias atuais?

As discussões sobre os motivos e causas que poderiam explicar a prevalência do terrorismo ganhou destaque na literatura acadêmica na década de 1970, quando os estudos sobre terrorismo começaram a ser sistematizados. Àquela época costumava-se entender o terrorismo como uma resposta revolucionária esquerdista à opressão e exploração. A associação entre terrorismo e movimentos de esquerda caiu em desuso, mas a vinculação causal entre pobreza e resposta terrorista continua presente nos debates atuais, como observa o historiador Laqueur (LAQUEUR, 2004). Entre os fatores tradicionalmente identificados como causas do terrorismo encontram-se, assim, a pobreza, o desemprego, o atraso e a desigualdade.

Mas ainda que o atraso socioeconômico possa facilitar o surgimento de respostas violentas, não existe tal relação causal. Estudos mostram que nos 50 países mais pobres do mundo praticamente não existe atividade terrorista sistemática. Por outro lado, continua Laqueur, ideólogos e muitos militantes terroristas provêm de classes abastadas, provando que a riqueza e o conforto não eliminam o terrorismo da sociedade. Para Laqueur, as raízes do problema são culturais e intelectuais. Laqueur, assim como outros acadêmicos, vêem no terrorismo a forma atual da manifestação do conflito, que tem por objetivo intimidar e deter o adversário ou o inimigo evitando ao máximo o risco de confronto bélico. O terrorismo é, portanto, uma forma de luta barata e acessível e a mídia tem o poder de amplificar os efeitos da ameaça muitas vezes sem que haja derramamentos de sangue.

O fanatismo de um modo geral e em suas mais diversas formas de manifestação constitui, para Laqueur, um dos pilares do problema. A aceleração dos fluxos de informação e a maior acessibilidade aos meios de comunicação próprias dos dias atuais possibilitaram o desenvolvimento de um ambiente multivariado e multidirecional favorável à manifestação de todo tipo de fanatismo, por mais singular que seja.

Em uma esfera pública povoada por grupos diversificados e de tamanho reduzido, cuja coesão interna baseia-se fundamentalmente em ideais pertinentes à identidade (Splichal 1999, p. 25), o jogo de forças passa a articular-se pelo domínio simbólico e pela possibilidade de elevar a voz ao domínio público. E nesse espaço público, lembra Gomes (2004, p. 115), a imagem que se constrói dos agentes políticos será tomada pelo público como sua natureza e caráter.

Mediante sua projeção na mídia e, por conseguinte no espaço público, o terrorista ganha existência no sistema político, mesmo que seu objetivo não seja sentar-se à mesa de discussões, como é o caso do terrorismo nacionalista-separatista, por exemplo, e sim lutar pela construção de uma nova ordem completamente diferente da vigente, como é o caso da Al Qaeda ou do chamado terrorismo de expressão e que podemos exemplificar com os atentados perpetrados pela seita japonesa Verdade Suprema no metrô de Tóquio, com as bombas da cidade de Oklahoma ou com o caso do Unabomber.

A definição dos grupos terroristas, sua caracterização, natureza, motivos, causas, caráter e legitimidade é construída no espaço público. Minha hipótese é que esse campo de batalha interessa ao terrorismo porque nele travam-se lutas nas quais pode haver ganhos reais, ainda que seja apenas no curto prazo. É nessa esfera dinâmica que alguns se definem como libertadores ou revolucionários, onde suas causas se apresentam como legítimas ou não, onde se justificam seu *modus operandi* pela situação de opressão, pela guerra santa, pela guerra justa, pela aceleração do advento do novo milênio ou pela destruição de uma sociedade perdida na libertinagem. É através desses construtos que o terrorismo dialoga com seus públicos, em alguns casos conquistando adeptos para sua causa, recrutando militantes e simpatizantes, pressionando dirigentes, intimidando coletivos ou causando repúdio na opinião pública.

O resultado nem sempre é positivo para o terrorista no cômputo político, mas certamente estar em cena significa existir e a partir de então tudo é possível. Talvez, para sua existência os palestinos precisem dizer publicamente que não foram dominados por Israel. Lobos solitários, por outro lado, só podem dar a conhecer ao mundo suas idéias vingadoras se contarem com a cobertura sistemática e massiva da mídia, o que de um modo geral ocorre somente quando seu discurso ganha visibilidade por causar estragos.

Parte 2

Metodologia e pesquisa

Capítulo 5 - Metodologia

5.1 Justificativa metodológica

Os meios de comunicação de massa controlam um dos recursos mais valiosos do sistema de comunicação política, o que torna sua posição relativa no conjunto extremamente forte. A mídia controla, destaca Gomes, a "esfera da visibilidade pública", que é o lócus onde circula tudo aquilo que chega ao grande público. Essa esfera de visibilidade é "percebida como um conjunto de quadros temporais que incluem tudo aquilo que existe e é relevante na atualidade" (GOMES, 2004, p. 144). É um mundo intangível, mas de importância capital para a situação do indivíduo na realidade.

Grande parte dos esforços da política destina-se a fazer com que contingentes numericamente relevantes pensem e sintam determinadas coisas a respeito de determinados objetos de atitude. E existe consenso entre os estudiosos da política e da comunicação sobre o fato de que em torno da configuração de opiniões e disposições afetivas articula-se uma sorte de luta simbólica pela imposição de uma opinião socialmente relevante. A comunicação de massa desempenha um papel central nessa competição, que pressupõe ainda, como sugere Gomes (2004, p. 358), a luta simultânea pela neutralização das opiniões opostas. Busca-se, em suma, a conquista de imaginários sociais e a imposição da opinião publicamente relevante pela organização do fazer ver, sentir e pensar. Os produtos da cultura e da comunicação de massa proporcionam o caldo de cultivo ideal para a configuração das opiniões públicas, de maneira que a luta simbólica ocorre na arena fornecida pelos meios de comunicação de massa.

A realidade social e o conhecimento que a sociedade adquire de seus movimentos no tempo e no espaço são construções sociais, que se nutrem em grande parte da realidade publicada pelos meios de comunicação. A mídia estabelece as condições da nossa experiência do mundo como um produto midiático e o terrorismo, principalmente o terrorismo internacional dos dias atuais, também é consumido pelos seus espectadores como um produto midiático (MORATÓ, 1996, p. 185).

Apoiando-se em achados da psicologia cognitiva e nas propostas da sociologia do conhecimento, estudos sobre os efeitos da mídia sugerem que o enquadramento que os meios de comunicação adotam para tratar dos assuntos que colocam em pauta exercem grande influência no processo de formação de opiniões. A "framing analysis" surge na década de 1970 da sociologia de Goffman e da sociologia da mídia de Tuchman e Gitlin, que se concentraram respectivamente em como o enquadramento influencia a produção de notícias e nas suas implicações ideológicas. De um modo geral, o enquadramento de um problema oferece um diagnóstico, uma avaliação e recomendações sobre como enfrentá-lo em um processo que envolve identificar o problema, suas possíveis causas, formular juízos sobre seus agentes causantes e propor recomendações que por sua vez implicam justificar os possíveis tratamentos que o problema deveria receber, assim como fazer previsões sobre os efeitos prováveis da intervenção.

A limitação do impacto do enquadramento apenas ao processo de recepção, entretanto, pecaria de reducionismo. De fato, a definição de pautas e focos é dinâmica, podendo variar de acordo com o contexto político. O enquadramento envolve seleção e saliência e encontra, descreve Entman em artigo de revisão publicado em 1993 no *Journal of Communication*, ao menos quatro posições no processo de comunicação.

Em primeiro lugar, é preciso contar com o enquadramento adotado pelo comunicador, que seleciona o que pretende destacar a partir de seus próprios esquemas, que organizam seus sistemas de crenças. A peça de comunicação em si, por sua vez, contém os enquadramentos, que se manifestam pela presença ou ausência de determinadas palavras, frases de efeito, imagens estereotipadas, fontes de informação que proporcionam blocos de reforço temático de fatos ou julgamentos. O receptor, por outro lado, é guiado por enquadramentos que orientam seu pensamento. Suas conclusões podem, portanto, não refletir o enquadramento proposto no texto ou as intenções do comunicador. A cultura, finalmente, é descrita por Entman como o repositório de enquadramentos comumente invocados, podendo ser entendida, sugere, como o "conjunto empiricamente demonstrável de enquadramentos comuns exibidos no discurso e no pensamento da maioria das pessoas em um agrupamento social dado" (ENTMAN, 1993, p. 53. Tradução nossa.).

O enquadramento exerce suas quatro funções em todas essas posições, que em resumo determinam seleção e destaque, o uso de elementos realçados na construção de argumentos sobre problemas e suas causas, avaliação e ou possíveis soluções.

O primeiro passo no processo de construção do conhecimento é identificar o objeto, algo que depende em primeiro lugar de sua percepção no todo. A saliência ou destaque de um elemento informativo aumenta, segundo Fiske e Taylor (FISKE; TAYLOR, apud ENTMAN, 1993, p. 53), a probabilidade de que essa informação seja percebida e processada pelo receptor. Esse aumento de probabilidade naturalmente não pressupõe garantias de que o receptor processará a informação da maneira como o comunicador prevê, uma vez que o processamento cognitivo envolve interação entre o receptor, com seus próprios esquemas, e o objeto de atenção.

O foco da atenção sobre os elementos destacados pelo enquadramento implica, ainda, a não consideração dos elementos omitidos. Mudanças na configuração do enquadramento (e, portanto, mudanças na interpretação dos fatos em sua apresentação) podem produzir alterações estatisticamente significativas na maneira como os públicos processam a informação. Para ilustrar seu raciocínio, Entman (1993) cita o clássico estudo empírico realizado em 1984 por Kahnemann e Tversky. Entman (1993) apóia-se também em outro exemplo relevante, como o experimento de Sniderman, Brody e Tetlock (1991), que demonstra como o enquadramento do problema dos direitos das pessoas portadoras de AIDS influencia as opiniões do público quando concentra o foco nos direitos civis ou em considerações específicas sobre saúde (ENTMAN, 1993, p. 54).

As implicações do enquadramento na comunicação política são evidentes, se considerarmos que boa parte dos esforços da luta política articula-se em torno de lutas de imagem e argumentação na arena midiática. O consenso fabricado para destacar determinados aspectos de um problema e omitir soluções alternativas é uma possibilidade real e que tem importância capital para a formação e articulação da opinião pública em torno de assuntos de interesse social como, por exemplo, o enfrentamento de conflitos internacionais. Carragee e Roefs (2004, p. 214) criticam o fato de que muitos estudos estabelecem uma relação imediata entre o enquadramento e os efeitos dos meios de comunicação e sugerem que os estudos sobre a construção social da realidade levem em consideração análises da hegemonia e do poder. Chamam a atenção, portanto, ao fato de que boa parte dos estudos aplica à pesquisa do

enquadramento conceitos e técnicas do agendamento temático, esquecendo que os discursos publicados são influenciados por fontes externas aos profissionais da mídia, elites, advogados e movimentos (CARRAGEE; ROEFS, 2004, p. 217).

O entendimento do terrorismo como uma manifestação de guerra assimétrica total contra os valores ocidentais baseada na irracionalidade e no fanatismo religioso serviu de enquadramento para a guerra contra o terror e de justificativa à recente invasão do Iraque. O foco na guerra justa para a exportação da democracia e dos valores ocidentais, com a conseqüente universalização dos valores norte-americanos, competiu na arena midiática com o foco libertador antiimperialista e da guerra santa islamista. A linha de corte entre as justificativas libertadora, religiosa, política ou humanitária é difusa e a disputa pública enfrenta a receptividade ou a resistência dos diferentes sistemas de crenças que em todas as partes do mundo orientam a configuração da opinião pública internacional.

De um modo geral, o que Entman sugere é que o enquadramento seja utilizado como paradigma de pesquisa como uma teoria geral do funcionamento e resultados de um sistema de pensamento e ação. O conceito de enquadramento proporciona uma definição operacional da noção de "significado dominante", central nas discussões sobre a polissemia e independência do público na decodificação de textos midiáticos (FISKE 1987, apud ENTMAN, 1993, p. 56).

Na perspectiva do enquadramento, o significado dominante consiste na interpretação do problema, suas causas, avaliação e solução proposta mais prováveis de serem percebidas, processadas e aceitas pelo público. Identificar o significado dominante ou preferencial equivale a sugerir um enquadramento particular da situação com maior apoio nas peças comunicacionais e que é, ao mesmo tempo, congruente com os esquemas mais comuns do público. Vale lembrar que o público não está tão bem informado em determinados assuntos e não possui experiência direta que lhe permita reenquadrar os fatos de maneira que o enquadramento fornecido pelos meios de comunicação acaba influenciando significativamente suas respostas aos conteúdos midiáticos (ZALLER, 1992; KAHNEMANN; TVERSKY, 1984, IYENEGAR, 1991, apud ENTMAN, 1993, p. 56). O terrorismo é um exemplo de assunto sobre o qual não se tem experiência direta e no qual o enquadramento midiático exerce grande influência.

A imprecisão na conceitualização do termo enquadramento e seu uso como sinônimo de outros conceitos como esquemas ou roteiros cognitivos, por exemplo, vêm dificultando os avanços da pesquisa em comunicação realizada sob esse prisma. De um modo geral, as críticas apontam para a fragmentação e imprecisão do conceito enquanto alguns estudos têm operacionalizado o conceito de enquadramento em combinação com outros tais como agendamento temático ou imprimação (IYENEGAR; KINDER, 1987, apud SCHEUFELE, 1999, p. 103). McCombs, Shaw e Weaver chegaram a sugerir que o enquadramento é uma extensão do agendamento temático, produzindo o que denominaram "agendamento de segundo nível" ao avaliar o impacto da saliência de determinados elementos na cobertura midiática sobre a interpretação que o público realiza dos conteúdos noticiosos (SCHEUFELE, 1999, p. 103).

No caso da comunicação política, Scheufele (1999) sugere que os estudos sobre os efeitos dos meios de comunicação de massa sobre o público sejam tratados sob o prisma da construção social da realidade, reconhecendo-se assim que a mídia exerce grande influência no processo de formação de opiniões ao enquadrar os assuntos de interesse público, mas sem negligenciar as limitações ao impacto impostas pelo processo de construção do conhecimento social realizado por cada indivíduo. A pesquisa sobre o impacto da mídia no público deve ser operacionalizada, portanto, em diferentes níveis de análise, entre eles a análise do enquadramento embutido nos conteúdos midiáticos, que em última instância proporciona indicadores sobre a abordagem que o grande público provavelmente adotará sobre os assuntos em pauta.

Em seu esforço por organizar os diferentes tipos de estudos baseados no enquadramento, Scheufele (1999) sugere a distinção entre os que consideram o enquadramento, seja midiático ou do público, como uma variável dependente ou independente. No nosso caso específico, a verificação empírica do impacto do tratamento que a mídia confere ao terrorismo ultrapassa as possibilidades e o escopo deste estudo. A literatura acadêmica oferece exemplos de estudos que compararam dados obtidos a partir da análise do conteúdo midiático e o impacto no receptor através de entrevistas em profundidade e estudos cuasi-experimentais (SCHEUFELE, 1999, p. 111).

O lócus do enquadramento como variável independente e que exerce influência sobre os públicos pode ser entendido de acordo com o modelo de pesquisa proposto por Scheufele e ilustrado na seguinte figura:

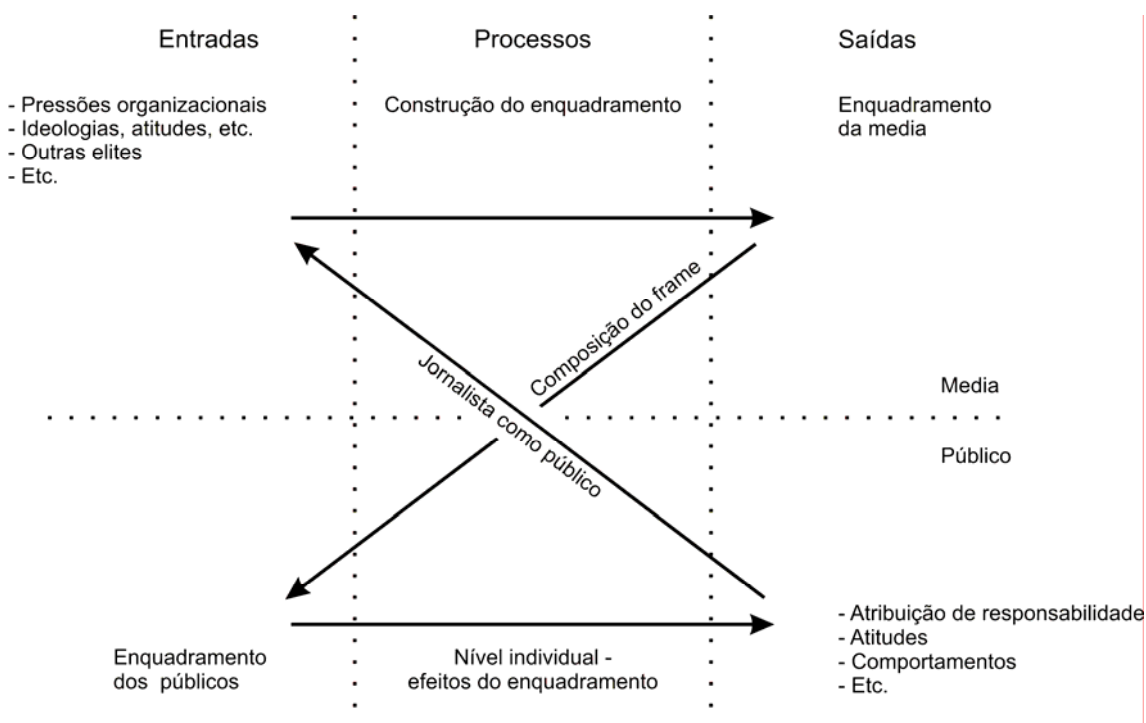


Figura 5-1. Modelo de desenho para estudo do enquadramento segundo Scheufele (1999, p. 115)

Sem a pretensão de oferecer as técnicas necessárias para a realização do estudo propriamente dita, o modelo proposto por Scheufele (1999, p. 115) é útil para uma compreensão geral dos possíveis focos para a análise do enquadramento na comunicação. A esse modelo de abordagem faz-se necessário adicionar então as técnicas que possibilitarão a operacionalização do desenho de estudo, que neste caso serão as técnicas da análise de conteúdo.

5.2 Hipóteses

Conforme o discutido no levantamento teórico realizado até o momento neste estudo e tomando como base também a análise exploratória do material publicado em três revistas semanais brasileiras (Veja, Isto É e Carta Capital), existe consenso entre teóricos e a mídia sobre a tendência à hipertrofia no terrorismo contemporâneo. Essa crença na hipertrofia está fundamentada, em parte, na constatação de que a democratização dos meios de destruição em massa e o acesso cada vez maior às

tecnologias da informação permitem que grupos cada vez menores ou simples indivíduos realizem atentados de grande impacto motivados pelas mais diversas razões.

Tal abertura do leque de motivações levou à formulação da hipótese de que o terrorismo contemporâneo é irracional e não obedece mais a motivos políticos. Diante desse panorama, cabe perguntar se ainda que as motivações sejam tão variadas quanto a criatividade humana, os objetivos finais do terrorismo não seriam realmente de natureza política. Partindo-se da premissa que o objetivo do terrorismo, mesmo quando perpetrado por um único indivíduo, é político na medida em que pressupõe a imposição de exigências mediante a ameaça, foram formuladas as seguintes indagações:

Hipótese 1: O terrorismo utiliza a força persuasiva da ameaça e da violência dos atentados para dar visibilidade pública a seu discurso de barganha através da mídia?

Hipótese 2: A mídia pode interessar ao terrorista por constituir-se em um campo de negociações onde é possível tentar impor uma versão de um problema em detrimento de outras, debilitando o inimigo através da intimidação, da conquista de apoio de frações do público e do fortalecimento da imagem da liderança?

Hipótese 3: O enquadramento que o terrorismo recebe na mídia depois dos atentados de 11 de setembro corresponde à tese descrita neste estudo como “tese do hiperterrorismo”?

Essas hipóteses foram formuladas partindo-se das seguintes premissas:

1. Por seu impacto sem precedentes, os atentados de 11 de setembro serviram de exemplo do que poderia ser a materialização de uma versão hipertrofiada do terrorismo.

2. Na forma hipertrofiada, o terrorismo caracteriza-se pelo grande potencial de destruição massiva, pela acessibilidade cada vez maior às tecnologias da informação e de destruição em massa e pelo aumento do fanatismo, possibilitando que grupos cada vez menores ou até mesmo indivíduos executem atentados de grandes proporções.

3. Existe consenso entre a maioria dos estudiosos do terrorismo em que o terrorismo contemporâneo caminha em direção à forma hipertrofiada, que é tratada aqui como “hiperterrorismo”. A mídia recorre a essas teorias para explicar os fatos.

4. A mídia controla a esfera de visibilidade pública onde são construídas as teses que servem de matéria prima para que os diversos públicos construam sua interpretação e adotem posturas sobre os assuntos de interesse público. É provável que exista correlação entre as teses explicativas publicadas na mídia e as teses formuladas pelos leitores.

5. Apesar de orientar-se pelo que é publicado na mídia, os públicos utilizam seu próprio repertório para construir suas interpretações. É provável que existam diferenças entre suas teses e as teses produzidas pelos meios de comunicação, mostrando traços emocionais que o discurso racional da mídia não utiliza.

5.3 Desenho da pesquisa

O objetivo geral desta pesquisa é verificar o enquadramento que o terrorismo recebeu na mídia brasileira entre o período marcado por uma onda de explosões em edifícios residenciais na Rússia no outono de 1999, que deixou um saldo de centenas de mortos civis, e setembro de 2004, que ficou marcado pelo seqüestro e massacre de reféns em uma escola em Beslan, na Ossétia do Norte.

Como objetivos específicos pretende-se:

1. Verificar o enquadramento que o terrorismo recebeu na mídia brasileira no período de 1999 a 2004, obtendo-se assim a perspectiva da mídia;

2. Verificar o enquadramento que os leitores das revistas selecionadas manifestam sobre o terrorismo nas cartas do leitor publicadas nesses mesmos veículos, obtendo-se assim a perspectiva dos públicos;

3. Verificar se o enquadramento oferecido tanto pelos profissionais da mídia quanto pelas cartas dos leitores corresponde à tese do hiperterrorismo.

Considerando-se que o que se sabe sobre terrorismo internacional depende quase exclusivamente do que é publicado na mídia, e que a encenação política que se desenvolve na arena midiática constitui-se na esfera política em seu modo de existir para os públicos (GOMES, 2004), este estudo trata o enquadramento midiático como

variável independente em relação ao provável enquadramento das opiniões dos públicos como variável dependente. Contudo, não se pretende dar às conclusões obtidas o status de relações causais que só podem ser estabelecidas mediante desenhos experimentais devidamente controlados e que, no caso da comunicação de massas, acabam pecando de falta de validade externa.

Para a análise do enquadramento do terrorismo na mídia optou-se por um desenho de análise transversal em série temporal interrompida de 5 anos com início em setembro de 1999 e término em outubro de 2004 (de 01/09/1999 a 06/10/2004), tendo como ponto de interrupção o mês de setembro de 2001. Além das matérias, reportagens e outras peças jornalísticas publicadas, foram consideradas também as cartas dos leitores em representação do enquadramento dado ao problema pelos públicos das revistas analisadas.

Foram analisadas três revistas semanais representativas do espectro da mídia nacional e pertencentes a diferentes grupos editoriais: Veja, Isto É e Carta Capital. Com o fim de potencializar as possibilidades de análise, foram utilizadas as versões online, uma vez que o formato eletrônico permite automatizar diversas operações de base necessárias para a pesquisa.

A série temporal estabelecida cobre um total de 732 edições online das três revistas mencionadas, sendo que foram analisadas 161 cartas de leitores e 84 peças jornalísticas. Considera-se como ponto de interrupção o mês de setembro de 2001 em razão dos atentados às torres gêmeas de Nova Iorque e que representam a primeira manifestação de grandes proporções do terrorismo da Al Qaeda, e que até o momento foi a principal aproximação efetivada do que poderia vir a ser um ataque hiperterrorista.

A escolha dos momentos de análise foi feita a partir da cronologia dos atentados terroristas de maior impacto publicada no Departamento de Assuntos Públicos do site oficial do governo dos Estados Unidos (Bureau of Public Affairs, <http://www.state.gov/r/pa/>). Foram escolhidos momentos representativos do que hoje se entende por terrorismo internacional de grandes proporções e que vitimaram mais de uma centena de inocentes (com exceção do caso dos ataques com antraz). Foram desconsiderados atentados representativos de conflitos marcadamente regionais tais como o conflito entre Israel e Palestina e o caso da Colômbia, por exemplo.

Para a obtenção da amostra foram selecionados ao longo da série temporal momentos de grande impacto que representaram pontos de inflexão no que tange ao terrorismo:

1. Onda de explosões de edifícios residenciais em Moscou no outono de 1999.
2. Atentados de 11 de setembro de 2001 em Nova Iorque, primeira manifestação de grande impacto da Al Qaeda, e edição de aniversário (setembro de 2002).
3. A crise do antraz e a ameaça do bioterrorismo em outubro de 2001.
4. Aprisionamento de reféns em um teatro em Moscou em outubro de 2002. A crise durou três dias (23 a 26 de outubro de 2002).
5. Atentado com explosivos em Madri em 11 de março de 2004.
6. Aprisionamento de reféns em escola na Ossétia do Norte em setembro de 2004.

Os momentos selecionados são amostras de diferentes manifestações terroristas com desfecho variado e que chocaram o mundo envolvendo diferentes regiões do planeta (Europa Oriental, América do Norte, Europa Ocidental e Oriente Médio). Nesse mapeamento, o bioterrorismo representa a manifestação mais extrema da ameaça invisível e sem fronteiras.

A aplicação de técnicas sistematizadas de amostragem probabilística ao longo do período foi descartada por não agregar valor especial aos resultados que poderiam ser obtidos através de uma análise de conteúdo fundamentalmente qualitativa sobre um tema ainda emergente. Antes de se optar pela análise de momentos específicos, foram ensaiadas três técnicas de amostragem (seleção exclusiva das edições com capa sobre terrorismo ao longo da série temporal escolhida, seleção baseada no critério de mês construído (RIFFE, 1993) e seleção a partir do resultado de buscas por palavras chave).

A seleção por capas mostrou-se inadequada por deixar de fora acontecimentos importantes como a tomada da escola em Beslan, por exemplo, uma vez que o acontecimento foi capa apenas em uma das revistas analisadas (edição da Veja de 08 de setembro de 2004).

A técnica probabilística de mês construído também se mostrou inadequada por deixar de fora edições imprescindíveis para alcançar os objetivos deste estudo, como as edições de cobertura dos atentados de 11 de setembro de 2001 em Nova Iorque.

O resultado dos ensaios por palavra-chave ou por período foi um volume extremamente grande de dados imbricados que possibilitariam uma manipulação quantitativa, mas exigiria um esforço que ultrapassa os escopos deste estudo para a realização de uma análise em profundidade séria e que pudesse produzir novos dados para o campo de estudo com o maior grau de objetividade possível. A solução encontrada foi examinar a edição de cobertura do fato em si e a edição imediatamente posterior.

As cartas dos leitores foram analisadas independentemente da edição e agrupadas inicialmente por revista. A vinculação das cartas a cada edição provou-se ineficiente, uma vez que essa estratégia proporciona um panorama muito variado de pequenas unidades atitudinais e opinativas cujos temas se repetem ao longo da série em momentos diferentes.

Com o fim de se ampliar a amostra e obter uma regressão à média que permitisse traçar um mapeamento mínimo da opinião publicada dos públicos das revistas, as cartas relacionadas ao tema foram colhidas ao longo de toda a série temporal, tendo-se em conta cada edição na qual o terrorismo foi capa e uma edição subsequente.

Foram consideradas unidades de análise reportagens, artigos, colunas, entrevistas, editoriais e qualquer peça jornalística publicada sobre o tema terrorismo, assim como as cartas dos leitores. Os critérios de seleção e de não seleção utilizados foram os seguintes:

Critérios de seleção: foram selecionados os conteúdos que discutem o terrorismo em si e em suas variantes, tais como bioterrorismo, mega ou hiperterrorismo, terrorismo internacional, ataques com armas de destruição em massa e terrorismo suicida.

Critérios de não-seleção: assuntos relacionados, mas que representam ramificações que em si mesmas constituem-se em tema de análise tais como a guerra contra o terror, guerra do Iraque, conflito entre Israel e Palestina e o Islã foram excluídos da amostra.

A técnica escolhida para a análise do enquadramento foi a análise de conteúdo, entendida aqui não como uma única técnica, mas como um “conjunto de técnicas de análise das comunicações” (BARDIN, 1977, p. 31), ou seja, um conjunto de instrumentos que possibilitam o estudo em profundidade dos conteúdos manifestos e latentes.

As categorias de análise foram estabelecidas inicialmente a partir do estudo de textos representativos das principais correntes de pensamento e abordagens teóricas a respeito do terrorismo contemporâneo: a versão culturalista e determinista do choque de civilizações, a versão liberalista do conflito ideológico bipolar entre o Islã e o liberalismo ocidental, a versão instrumental das relações internacionais que considera o terrorismo como uma forma de violência política, a versão esquerdista da guerra assimétrica, a versão fundamentalista da higiene e purificação social e a versão hipertrofiada do hiperterrorismo.

Para enriquecimento da análise, foram selecionados ainda textos representativos de algumas vozes de terroristas, como o manifesto do Unabomber publicado na grande mídia norte-americana, transcrições de vídeos de Osama bin Laden e textos de fundamentalistas religiosos como o egípcio Sayyid Qutb, o principal ideólogo do fundamentalismo islâmico. Apesar das limitações óbvias para a obtenção de material de primeira mão representativo das vozes da liderança terrorista, este esforço é uma tentativa de ampliar o escopo de análise com o fim de poder confrontar as formulações oferecidas na mídia de consumo também com focos minoritários e que eventualmente conseguem projetar seu entendimento do problema no espaço midiático tanto para o grande público quanto para a opinião especializada.

5.4 Protocolo de pesquisa

O protocolo utilizado na análise do conteúdo publicado foi criado a partir de categorias previamente definidas e baseadas no estudo teórico em profundidade do terrorismo e do impacto dos atentados de 11 de setembro no pensamento acadêmico. O rascunho do protocolo foi submetido a uma amostra extraída do material já previamente selecionado para verificar sua adequação. Algumas modificações foram necessárias, como a adição da dimensão meta-analítica, que surgiu da observação de críticas ao

desempenho da mídia em algumas peças. Somente depois de validado o protocolo foi aplicado ao total de unidades de amostra selecionadas.

A partir da observação exploratória não sistemática de exemplares da amostra foram estabelecidas 5 dimensões de análise: direcional, explicativa, ideológica, prescritiva e meta-analítica. Essas dimensões podem ser descritas brevemente da seguinte forma:

1. **Direcional**

Corresponde à variável Enfoque. Pretende identificar orientação e preocupação central do texto.

2. **Explicativa**

Corresponde à variável Causas. Pretende identificar as causas do terrorismo apresentadas nas peças analisadas.

3. **Ideológica**

Corresponde à variável Sentido. Pretende identificar o sentido atribuído ao terrorismo.

4. **Prescritiva**

Corresponde à variável Tratamento. Pretende identificar o posicionamento adotado na unidade de análise diante de valores que orientam a ação de enfrentamento ao terrorismo.

5. **Meta-analítica**

Corresponde à variável Crítica da mídia. Pretende identificar o que os veículos analisados pensam sobre o desempenho da mídia na cobertura do terrorismo. Essa dimensão de análise foi adicionada ao protocolo uma vez observada a alta frequência com que a auto-avaliação está presente nos textos da revista Carta Capital.

As tabelas a seguir descrevem de forma resumida as variáveis analisadas com suas respectivas definições nominais e operacionais.

Tabela 5.a - Acontecimento selecionado para análise

Variável	Valor	Definição nominal	Definição operacional
Acontecimento	Explosões de edifícios residenciais na Rússia	Onda de atentados com explosivos contra edifícios residenciais que ocorreram no outono de 1999, na Rússia.	Edições de setembro de 1999.
	11-S	Atentados suicidas contra as torres gêmeas de Nova Iorque em setembro de 2001.	Edições de 12/09/01, 19/09/01 e 26/09/01, e edições de aniversário dos atentados (11/09/02 e 18/09/02).
	Bioterrorismo	Crise diante de possível ataque bacteriológico e distribuição de envelopes com antraz.	Edições de 03/10/01, 07/10/01, 17/10/01, e 31/10/01.
	Seqüestro na Casa de Cultura de Moscou	Aprisionamento de reféns e morte em um teatro de Moscou em outubro de 2002.	Edições de 30/10/02 e 06/11/02
	11-M	Série de explosões em trens urbanos na cidade de Madri em 11 de março de 2004, poucos dias antes das eleições gerais na Espanha.	Edições de 17/03/04 e 24/03/04.
	Seqüestro de reféns em escola (Beslan)	Cobre a crise de seqüestro de reféns e morte em escola na Ossétia do Norte, Rússia, em setembro de 2004.	Edições de 8/09/04, 15/09/04 e 22/09/04.

Tabela 5.b - Revista

Variável	Valor	Definição nominal	Definição operacional
Revista	Carta Capital	Edição online da revista semanal Carta Capital.	Edições publicadas no site da revista www.cartacapital.com.br
	Veja	Edição online da revista semanal Veja.	Edições publicadas no site da revista www.veja.com.br
	Isto É	Edição online da revista semanal Isto É.	Edições publicadas no site da revista www.istoe.com.br

Tabela 5.c - Enfoque

Variável	Valor	Definição nominal	Definição operacional
Enfoque	Insegurança civil	Insegurança da população civil diante do terrorismo.	Peças que se articulam em torno do medo e da insegurança da população civil.
	Impacto humanitário	Impacto do terrorismo em termos humanitários.	Peças que se concentram nas conseqüências sociais e humanitárias (histórias das vítimas, impacto psicológico, aumento da xenofobia e do preconceito).
	Atribuição de responsabilidades	Quem ou o quê é responsável pelo terrorismo.	Peças que se concentram na discussão das causas, motivos e atores responsáveis pelo terrorismo.
	Conflito	Conflito entre indivíduos, grupos ou países que levam ao uso do terrorismo como meio de projeção.	Peças que se concentram no conflito subjacente ao terrorismo.
	Avaliação moral	Juízos de valor em torno do terrorismo, terroristas e suas causas.	Peças que se concentram em apresentar juízos de valor.
	Conseqüências	Impacto dos acontecimentos.	Peças que se concentram nas conseqüências políticas, econômicas e sociais (por exemplo, a terceira guerra mundial, impacto econômico e aumento da xenofobia).
	Desempenho da mídia	Avaliação do desempenho da mídia.	Peças cujo interesse central é discutir o desempenho da mídia.

Tabela 5.d - Causas

Variável	Valor	Definição nominal	Definição operacional
Causas	Imposição política	Imposição política por parte das potências.	Peças que identificam na política externa americana ou na imposição política das superpotências as causas do terrorismo.
	Atraso socioeconômico e político	Pobreza e ausência de estrutura social e política favorável às liberdades e ao desenvolvimento da sociedade.	Peças que identificam como causas do terrorismo a vigência de regimes políticos não democráticos, pobreza, opressão social.
	Causa política específica	Existem causas políticas específicas na base de atentados terroristas.	Peças que identificam como causas do terrorismo motivações políticas específicas como separatismo, nacionalismo ou campanhas monotemáticas.
	Anti-sionismo	Rejeição ao sionismo, movimento político e religioso judaico cujo objetivo é a manutenção do Estado de Israel na Palestina.	Peças que identificam como causas do terrorismo o anti-sionismo e o conflito Israel x Palestina.
	Intolerância e fanatismo religioso	Intolerância às minorias, à liberdade de pensamento e de culto. Fanatismo religioso.	Peças que identificam como causa do terrorismo a intolerância às minorias, às liberdades de pensamento e culto e o radicalismo religioso.
	Disposição individual/natureza humana	O terrorismo não é justificável. São motivações individuais e a natureza humana as causas que podem levar um indivíduo a adotar o caminho do terrorismo.	Peças que identificam como causas do terrorismo a predisposição individual (frustrações, insanidade, ódio) e a própria natureza humana, ressaltando que o homem é capaz de atentar contra seus semelhantes.
	Globalização e crise de identidade	A globalização e a imposição cultural exportam a muitas partes do mundo modos de vida impossíveis, gerando frustrações e crises de identidade.	Peças que identificam como causas do terrorismo o complexo e a crise de identidade das sociedades tradicionais e oprimidas.
	Não indica causa	Não indica causa específica.	Peças que não identificam as causas do terrorismo.

Tabela 5.e - Sentido

Variável	Valor	Definição nominal	Definição operacional
Sentido	Choque de civilizações	A fonte fundamental de conflito é de ordem cultural. O choque de civilizações dominará a política global.	Peças que tratam o terrorismo como manifestação de um conflito de ordem cultural e que opõem o Islã ao Ocidente.
	Conflito ideológico bipolar	O terrorismo é a manifestação do conflito ideológico existente no mundo hoje e segue o padrão dos conflitos armados mundiais do século XX. A guerra ocorrerá entre o mundo liberal e os totalitarismos.	Peças que tratam o terrorismo como a manifestação atual do conflito entre o mundo liberal e os totalitarismos, sendo o islamismo o principal exemplo atual de sistema totalitário.
	Violência política	O terrorismo é um meio de intimidação para obtenção de objetivos políticos.	Peças que tratam o terrorismo com uma forma de violência instrumental com fins políticos específicos.
	Guerra assimétrica	O terrorismo é um ato de guerra assimétrica (combate entre David e Golias), representando o recurso de luta de grupos militarmente inferiores contra as potências.	Peças que tratam do terrorismo como um ato de guerra, independentemente da avaliação moral que caracteriza a guerra assimétrica como justa ou não.
	Recurso para higiene e purificação social	O terrorismo é um instrumento de purificação social. Busca a destruição total para implantação de uma nova sociedade purificada.	Peças que identificam o terrorismo como meio de destruição total para purificação da sociedade. O lócus de controle é interno, ainda que o agente causador possa ser externo. A luta interna é necessária para a purificação. Essa perspectiva é freqüente em seitas messiânicas e movimentos fundamentalistas em geral, não necessariamente islâmicos.
	Hiperterrorismo	O terrorismo é uma manifestação violenta hipertrofiada que pode surgir em qualquer lugar, pelos mais diversos motivos e atingir qualquer um. Sua causa não é necessariamente política e nem ideológica, podendo depender da simples predisposição individual. A globalização e a acessibilidade crescente às tecnologias da informação e aos meios de destruição em massa tornam a população civil das urbes modernas extremamente vulneráveis ao hiperterrorismo.	Peças que identificam o terrorismo como uma forma de violência hipertrofiada, que pode ter origem em qualquer lugar, em pequenos grupos ou mesmo indivíduos.
	Nenhum sentido ideológico	Nenhum sentido ideológico.	Peças que não atribuem ao terrorismo nenhum sentido ideológico.

Tabela 5.f - Tratamento

Variável	Valor	Definição nominal	Definição operacional
Tratamento	Unilateralismo	O direito de autodeterminação justifica que um país tome decisões unilaterais e rejeite as recomendações de organizações internacionais.	Peças que se posicionem em relação ao unilateralismo (apoio = 1; omissão = 0; crítica = -1).
	Universalismo	Existem valores universais que podem ser adotados por todas as sociedades e culturas. O modo de vida ocidental, seus valores morais e a democracia devem vigorar em todas as partes do mundo.	Peças que se posicionem em relação ao universalismo de valores (apoio = 1; omissão = 0; crítica = -1).
	Isolacionismo	Os países devem dedicar-se a seus assuntos internos e eximir-se de intervir em assuntos externos.	Peças que se posicionem em relação ao isolacionismo (apoio = 1; omissão = 0; crítica = -1).
	Supremacia cultural	Existem culturas superiores a outras e é legítimo impor os valores de uma sociedade a outra.	Peças que se posicionem em relação à supremacia cultural (apoio = 1; omissão = 0; crítica = -1).
	Retaliação	A retaliação em resposta a ataques terroristas é legítima.	Peças que se posicionem em relação à retaliação (apoio = 1; omissão = 0; crítica = -1).
	Imperialismo	Política de expansão e domínio territorial e/ou econômico de uma nação sobre outras.	Peças que se posicionem em relação ao imperialismo (apoio = 1; omissão = 0; crítica = -1).
	Redução das liberdades civis	O combate ao terrorismo e o aumento da segurança exige a redução de liberdades civis.	Peças que se posicionem em relação à redução das liberdades civis (apoio = 1; omissão = 0; crítica = -1).

Tabela 5.g - Crítica da mídia

Variável	Valor	Definição nominal	Definição operacional
Crítica da mídia	Elogia	O desempenho da mídia é avaliado positivamente.	Peças que elogiam o desempenho da mídia.
	Crítica	O desempenho da mídia é avaliado negativamente.	Peças que criticam o desempenho da mídia.
	Não se manifesta	Sem avaliação	Peças que não avaliam o desempenho da mídia.

Capítulo 6 - Análise dos dados

A série temporal analisada abre-se com uma onda de atentados a bomba em edifícios residenciais que marcou o outono de 1999 em diversas cidades russas, produzindo centenas de vítimas fatais. No dia 4 de setembro de 1999 um caminhão-bomba explodiu diante de um complexo de apartamentos na base militar de Buynaksk, Daguestão, acabando com a vida de 62 pessoas e ferindo 174. Nos dias 8 e 13 de setembro, outra série de explosões destruiu dois prédios de apartamentos em Moscou, matando mais de 200 pessoas e ferindo outras duas centenas.

Os dois incidentes foram similares. Os explosivos foram instalados no piso térreo de cada edifício e detonados por relógios na manhã. Três dias depois um carro-bomba vitimou mais 17 pessoas e feriu mais de 500 no sul do país. O "Exército para Libertação do Daguestão" assumiu a responsabilidade pelos atentados de Moscou. As suspeitas recaíram sobre grupos insurgentes da Chechênia e Daguestão. Em resposta aos atentados, as tropas russas invadiram a Chechênia em outubro em campanha para eliminar os "terroristas estrangeiros" do norte do Cáucaso. Chechênios e simpatizantes de outras regiões da Rússia enfrentaram os exércitos de Moscou com apoio de extremistas islamistas, incluindo Osama bin Laden.

Entre setembro de 1999 e setembro de 2001, a cobertura do terrorismo nos veículos analisados foi esporádica e discreta, com maior destaque para os conflitos entre Israel e Palestina e para o problema da Colômbia associado ao narcotráfico. O terrorismo internacional tal como se conhece hoje praticamente não habitou o espaço midiático das revistas semanais brasileiras analisadas.

Os atentados de 11 de setembro representaram um corte claro nessa tendência da cobertura midiática. Os acontecimentos que removeram as torres gêmeas do horizonte de Manhattan ganharam cobertura massiva, merecendo até mesmo uma edição especial de dia seguinte da revista *Isto É*, no dia 12 de setembro. O fundamentalismo islâmico, a ameaça de utilização de tecnologia de destruição em massa, o mundo muçulmano e questionamentos sobre a política externa americana povoaram a mídia.

No total, foram analisadas 161 cartas de leitores e 84 peças jornalísticas, sendo que somente uma pequena peça publicada na revista *Veja* referia-se à onda de atentados de 1999 na Rússia. Todas as demais peças, incluindo as cartas de leitores, foram publicadas depois do dia 11 de setembro de 2001.

A revista *Carta Capital* não publica cartas em seu site, portanto não foi possível analisar as opiniões dos seus leitores. Foram analisadas, assim, 102 cartas publicadas na *Veja* e 59 cartas publicadas na *Isto É*. No que concerne às peças jornalísticas, não foi feita distinção de gênero ou formato, sendo que foram analisadas 38 peças publicadas na revista *Veja*, 16 peças da revista *Carta Capital* e 30 da revista *Isto É*. Como o número de peças analisadas de cada veículo é diferente, os dados discutidos nesta seção referem-se à frequência relativa (em porcentagem).

Nos parágrafos a seguir serão discutidos e comparados os achados correspondentes a cada dimensão de análise.

6.1 – O significado das cartas dos leitores

Embora sejam previamente selecionadas de acordo com os critérios editoriais dos veículos analisados, as cartas dos leitores são o que mais se aproxima à voz dos públicos. Ainda que a análise das cartas não permita realizar generalizações sobre o que o público de um modo geral opina sobre o terrorismo, o estudo de seu conteúdo permite obter um mapa das preocupações, teses e opiniões publicadas que povoam as mentes das pessoas que decidiram e puderam se pronunciar.

Nos moldes oitocentistas, a opinião pública era considerada o resultado de um debate racional ilustrado. As vozes dos públicos nem sempre se apresentam, entretanto, coerentes e fundamentadas na razão. Ao contrário do que se poderia supor de acordo com a tradição racionalista, o pronunciamento de opiniões é resultante de um processo de elaboração cognitiva e expressão que, segundo a psicologia contemporânea, inicia-se na identificação de emoções, e não na elaboração racional do pensamento.

A análise das cartas dos leitores permite observar ao mesmo tempo expressões carregadas de emoção e religiosidade, assim como relatos argumentativos racionalmente estruturados e informados. Trata-se de um panorama muito diversificado, povoado de

mensagens pacifistas, de tolerância, de condena moral, pedidos de justiça, busca de explicações etc.

Ainda acho que vidas são vidas, que seres humanos são seres humanos. Ainda penso que a vida vale mais do que retaliar. Continuo a acreditar que os seres humanos podem um dia voltar a se reconhecer como gênero. (Isto É, 26/09/2001)

As diferentes raças, homens, mulheres, crianças, anciãos estão se esquecendo do verdadeiro significado da expressão "ser humano". É preciso ensinar-lhes novamente o significado do Deus Uno. Devemos respeitar as religiões de todos os povos, devemos reaprender a amar o próximo, como a Deus. Cada um deve procurar Deus dentro de si mesmo. (Veja, 19/09/2001)

Sou brasileiro de origem, americano de coração. São 37 anos nesta terra. Com isso aprendi a ser patriota como todos os americanos. Ainda bastante traumatizado, espero com muita ansiedade pela retaliação contra esses terroristas, que realmente feriram lá no fundo do coração toda uma nação, para não dizer todo o mundo. Realmente, nunca pensei que pudéssemos ser tão vulneráveis. Mas, analisando esse ataque tão covarde, chego à conclusão de que ele só aconteceu por sermos uma nação extremamente democrática. Se não, vejamos: eles entraram no país como residentes, turistas etc., usaram nossas escolas para aprender a pilotar e utilizaram nossos aviões como armas. Então, chego à seguinte pergunta: em que outro país eles conseguiriam tanto apoio para que tudo desse certo como deu? (Veja, 26/09/2001)

A opinião é uma manifestação comportamental e circunstancial. Sua natureza é volátil e instável, diferente da atitude, que é mais duradoura e universalista. Junto com o repertório próprio de cada pessoa, as emoções modulam o processo de formação de opiniões. Essa modulação torna-se patente, por exemplo, quando se observa seletivamente as respostas aos atentados de 11 de setembro (Nova Iorque), 11 de março (Madri), e o massacre na escola russa de Beslan durante o seqüestro levado a cabo por terroristas chechênios. Grosso modo, observa-se que em muitas cartas o massacre da escola e os atentados de Madri despertaram sentimentos de desamparo, repúdio à intolerância e perda da fé na humanidade. O número de cartas preocupadas por assuntos políticos foi irrelevante.

Somos tão desenvolvidos mas, ao mesmo tempo, tão primitivos e ignorantes. Não há paz no mundo porque o homem traz em suas entranhas um instinto perverso de chamar a atenção a qualquer custo, ainda que para isso tantos inocentes sofram com a sua insanidade. A vida que nos é confiada, com tanta simplicidade, de repente é sugada sem qualquer explicação plausível, apenas porque alguns lunáticos decidem que tem de ser assim, em nome de ideais loucos, de objetivos obscuros, de fins incertos. (Isto É, 24/03/2004)

No caso dos atentados de 11 de setembro e da crise do antraz, entretanto, outros fatores aparentemente entraram em jogo. Em várias ocasiões uma espécie de complexo veio à luz quando o sofrimento do povo americano despertou em algumas pessoas a necessidade de comparar a tragédia de Nova Iorque com o sofrimento gerado pela miséria e pela violência urbana crônicas no Brasil.

A mídia está superexplorando o antraz. E o pior é que isso é exatamente o que querem os companheiros de Laden: segundo Ken Alibek, ex-vice-diretor de uma agência soviética que produzia essa bactéria, matar está apenas em quinto lugar na ordem de prioridades dos terroristas, sendo que a primeira é provocar pânico e medo. Claro que o assunto deve ser abordado, mas não de forma tão alarmista, mesmo porque nosso país não é alvo do terror. Por sinal, deveríamos ter mais preocupação com outro pó branco, já que no Brasil há muito mais violência e mortes causadas pelo tráfico de drogas que por atos terroristas. (Veja, 31/10/2001)

6.2 – O significado das peças jornalísticas

As peças que compõem a cobertura da mídia foram analisadas à luz da teoria do enquadramento, partindo-se do princípio de que o conhecimento que o público brasileiro tem sobre o terrorismo quase sempre provém do que é publicado nos meios de comunicação. Sendo assim, supõe-se que o enquadramento dado ao problema servirá ao público de insumo para a compreensão, elaboração de teses e de opiniões. Supõe-se ainda que exista correlação, ainda que não relação causal direta, entre o que é publicado na mídia e as teorias formuladas pelos públicos sobre o terrorismo internacional contemporâneo.

De um modo geral o que se observou foi uma grande predominância da preocupação por entender quem ou o quê está por trás da onda de terrorismo que assola o mundo nos dias de hoje. Grande parte do esforço da mídia concentrou-se em descrever os fatos e tentar conhecer os atores envolvidos, mas a análise profunda e realmente capaz de informar ficou prejudicada pela produção de um jornalismo que pretende ser imparcial e objetivo.

A explicação do terrorismo em si reproduz uma visão belicista e maniqueísta de um mundo dividido em um conflito ideológico de grandes proporções. A discussão fundamentada na idéia de um conflito dessa natureza pressupõe a abordagem de temas de base que aparecem no debate tanto como causas como possíveis soluções para o

problema. São temas que podem ser observados ao longo de um eixo bipolar, tais como Universalismo x Relativismo, Supremacia cultural x Multiculturalismo, Unilateralismo x Multilateralismo, Isolacionismo x Intervencionismo, entre outros.

A análise do material publicado na mídia revelou que esses temas são abordados principalmente pela reprodução das declarações de fontes e atores envolvidos no problema e, eventualmente, mediante a crítica por parte do próprio veículo. A não ocorrência de determinados temas revelou-se altamente informativa quando os resultados obtidos na dimensão Tratamento foram confrontados com os dados obtidos na análise das dimensões Causas e Sentido.

As páginas a seguir oferecem uma descrição detalhada dos resultados obtidos durante a análise de cada uma das variáveis.

6.3 – Descrição dos resultados

6.3.1 – Variável Enfoque

A variável Enfoque foi utilizada para identificar a orientação e a preocupação central do texto, proporcionando indicações sobre os aspectos do problema que receberam maior destaque e que serviram de fio condutor para a elaboração do conteúdo de cada peça. A identificação do enfoque adotado em cada caso foi realizada com base no conteúdo total de cada unidade analisada.

Os valores estabelecidos para a variável Enfoque foram Insegurança civil, Impacto humanitário, Atribuição de responsabilidades, Conflito, Avaliação moral, Conseqüências e Desempenho da mídia.

A categoria **Insegurança civil** reúne as peças cuja preocupação central é a insegurança do cidadão comum diante da ameaça terrorista. Fatores como o medo de ataques de destruição em massa e atentados suicidas, insegurança das grandes cidades e do sistema de transportes e a vulnerabilidade das pessoas comuns foram classificados como Insegurança civil.

A categoria **Impacto humanitário** reúne as peças cuja temática principal são histórias de testemunhas e vítimas, por exemplo, ou o impacto do terrorismo sobre a vida das pessoas. A exploração do medo e as temáticas relacionadas à segurança e à

manutenção da vida em si não foram classificadas como Impacto humanitário, mas sim como Insegurança civil.

A categoria **Atribuição de responsabilidades** reúne as peças que discorrem sobre quem ou o quê provoca o terrorismo. Explicações sobre o fenômeno do terrorismo em si, peças biográficas que tratam sobre personalidades da política, governo e terroristas foram classificadas sob esta categoria, assim como todas as peças que discorrem sobre as causas do terrorismo.

A categoria **Conflito** reúne as peças cujo pano de fundo é a descrição dos conflitos que engendram o terrorismo. Peças que discutem a questão do Oriente Médio, as desavenças entre os Estados Unidos e outras regiões subjacentes à política intervencionista e expansionista ou os conflitos étnicos e nacionalistas que estão nas bases do terrorismo chechênio, por exemplo, foram classificadas sob a categoria Conflito.

A categoria **Avaliação moral** cobre todas as peças cuja preocupação central é emitir juízos de valor. Juízos de valor sobre o terrorismo como forma de intimidação política ou de luta foram classificados sob esta categoria, assim como as peças que julgam os atores envolvidos no problema.

A categoria **Conseqüências** reúne as peças que discutem o impacto do terrorismo de um modo geral, seja diretamente na população afetada ou indiretamente através do impacto gerado, por exemplo, pelas ações de retaliação. As peças preocupadas pelo risco da eclosão da terceira guerra mundial foram classificadas sob esta categoria, assim como as peças que tratam de forma específica o impacto econômico e político do terrorismo.

A categoria **Desempenho da mídia**, finalmente, cobre as peças cuja preocupação central é meta-analítica, ou seja, peças que discutem principalmente a atuação da mídia na cobertura do terrorismo. Esta categoria foi encontrada basicamente na revista Carta Capital e nas cartas de leitores das revistas Veja e Isto É.

O quadro comparativo a seguir apresenta os resultados obtidos nas revistas e cartas analisadas:

	Insegurança civil	Impacto humanitário	Atribuição de responsabilidades	Conflito	Avaliação moral /Prescritiva	Consequências	Desempenho da mídia
Cartas - Veja	6,9	7,8	26,5	5,9	22,5	15,7	14,7
Veja	21,1	10,5	23,7	26,3	2,6	15,8	2,6
Isto É	23,3	13,3	26,7	20	0	16,7	0
Cartas - Isto é	1,7	11,9	37,3	8,5	22,0	13,6	5,1
Carta Capital	6,3	12,5	25	12,5	6,3	6,3	31,3

Tabela 6.1 - Resumo dos resultados obtidos na variável Enfoque

Atribuição de responsabilidades

A categoria de maior prevalência tanto nas peças quanto nas cartas analisadas é a Atribuição de responsabilidades. A maior prevalência dessa categoria sobre as outras indica preocupação por compreender os autores, as causas e motivações que conduzem à execução de atos terroristas. A curiosidade e a necessidade de compreensão são duas reações comuns no processamento cognitivo, uma vez que a atenção é captada, principalmente diante da novidade. A crueza e a aparente irracionalidade desesperada típicas do espetáculo terrorista são impactantes e produzem no público demandas por explicações.

A preocupação pela atribuição de responsabilidades é sensivelmente maior entre as cartas publicadas pela revista Isto É (37,3%) do que entre as cartas publicadas pela revista Veja (26,5%). A carta a seguir exemplifica a preocupação pela atribuição causal e de responsabilidades, mostrando-se ainda crítica em relação ao papel da política externa americana:

Sabe-se que guerrilha e terror se combatem com assistência à população, programas de desenvolvimento social: educação, saneamento e infra-estrutura. Por favor, fale mais sobre a alternativa de os Estados Unidos "bombardearem" o Afeganistão com alimentos, infra-estrutura e educação, curando uma chaga de origem econômica, mais que ideológica, na face deste pequeno planeta. Parabéns pelo artigo. Insista no tema, por favor (Veja, 03/10/2001).

A atribuição de responsabilidades nem sempre está orientada ao posicionamento político dos atores. Várias cartas vêm na natureza humana ou na falta de evolução espiritual as causas do terrorismo:

Não há razões que justifiquem tal barbaridade. Mas existe uma causa: a falta de evolução espiritual de pessoas que só buscam a vingança, o poder. Conseqüentemente, receberão o troco, gerando quem sabe mais guerras e mais atraso na conquista da paz mundial (Veja, 19/09/2001).

No caso das peças produzidas pelas revistas, a categoria Atribuição de responsabilidades foi a de maior prevalência na revista Isto É (26,7%), recebendo atenção em 23,7% dos casos na Veja. A revista Carta Capital optou por um enfoque bastante diferente, dedicando 31,3% das suas peças à Crítica da mídia.

Avaliação moral/prescritiva

A categoria Avaliação moral/prescritiva apresenta-se em segundo lugar em prevalência entre as cartas, mostrando que depois da curiosidade por compreender o que provoca o terrorismo, os leitores cujas cartas foram publicadas preocupam-se em manifestar juízos de valor sobre o problema. O mecanismo de avaliação subjacente à expressão de opiniões é patente, assim como a necessidade de ensaiar recomendações sobre como enfrentar o problema. Nesta categoria, os resultados são praticamente idênticos para as cartas das duas revistas (22,5% na Veja e 22% na Isto É).

A carta a seguir apresenta-se, por exemplo, carregada de juízos de valores sobre os acontecimentos, os atores e até mesmo sobre as reações do público.

Acho que muita gente neste mundo ficou louca e o resto vive de soberba e hipocrisia. A maioria das manifestações que tenho visto dá a sensação de euforia, alguns até de felicidade, porque humilharam o país mais poderoso do mundo, os Estados Unidos. Não sou seu defensor, a mim o que importa são as pessoas que morreram. O ser humano. Estamos na vida para criar um mundo melhor, não como fazem alguns irresponsáveis, que gozam com a dor alheia. (Veja, 19/09/2001)

Os métodos também são alvos de avaliações morais, como mostra a carta a seguir, em resposta aos ataques com antraz:

O antraz é um soldado cruel e covarde. Cruel porque atinge de maneira atroz. Covarde porque não mostra a cara. (Veja, 31/10/2001)

Entre as revistas, Carta Capital é a que dedica um maior número de peças à categoria Avaliação moral/prescritiva (6,3%), enquanto a revista Veja dedica 2,6% e Isto É, 0%.

Conseqüências

A preocupação pelas Conseqüências é o terceiro enfoque mais freqüentemente adotado pelos leitores, ocorrendo em 15,7% das cartas publicadas na Veja e em 13,6% das publicadas na Isto É. Entre as preocupações manifestadas nas cartas destacam-se o temor à intensidade da retaliação americana pelos atentados de 11 de setembro, o possível advento da terceira guerra mundial como conseqüência e a crescente escalada de intolerância no mundo.

E agora? Sabemos que tudo será diferente a partir dessa data, o mundo mudará. Podemos estar à beira da III Guerra Mundial. Infelizmente, mais uma vez, pessoas inocentes pagam por atos desconexos de um povo que não tem muito a perder, que festeja a morte de "irmãos" como se estes tivessem realizado a maior obra humana. Que Deus nos proteja. E que o presidente americano tenha calma e bom senso ao "revidar" a esses atentados. (Veja, 19/09/2001)

Em alguns casos, as preocupações pelas conseqüências são específicas, incluindo o impacto econômico e social que qualquer conflito envolvendo grandes potências pode ter nas regiões periféricas:

Os EUA estão prontos para ressarcir o mundo pelos prejuízos, pelas perdas e danos econômicos e sociais que certamente todos os demais países sofrerão, inclusive o Brasil, e que nada têm a ver com o notório desequilíbrio de Bush? (Isto É, 18/09/2002)

O temor ao acirramento dos conflitos e à escalada de terrorismo está, também, entre as principais preocupações relacionadas às conseqüências:

Somente os desinformados podem acreditar que uma reação violenta vá intimidar ou dizimar fanáticos suicidas. Os sensatos sabem que, pelo contrário, este tipo de resposta somente irá aumentar o número de "inimigos do poder estabelecido" e acirrar suas ações terroristas. (Isto É, 26/06/2001)

Entre as revistas, a prevalência da preocupação pelas conseqüências do terrorismo como enfoque é muito similar entre as revistas Veja (15,8%) e Isto É (16,7%), ocorrendo em apenas 6,3% dos casos na Carta Capital.

Insegurança civil

Na categoria Insegurança civil, a diferença entre os leitores das revistas Isto É e Veja é significativa, representando 6,9% das cartas publicadas pela Veja e apenas 1,7% das cartas publicadas na Isto É.

A humanidade está em perigo. O país que todos achavam capaz de se defender e também a seus aliados foi pego completamente desprevenido. Se não houver uma revanche à altura, todos estarão vulneráveis ao desvario de fanáticos. Será que serão necessárias medidas extremas? (Veja, 19/09/2001)

O temor à destruição em massa também é outra das preocupações dos leitores:

O precoce século XXI está, pela rapidez dos acontecimentos, formando sua personalidade. O pânico causado pela bactéria invisível do antraz é tão preocupante quanto saber da existência do devastador arsenal atômico mundial.(Veja, 31/10/2001)

A prevalência do enfoque baseado na insegurança civil acusa uma vez mais proximidade entre as revistas Veja (21,1%) e Isto É (23,3%), e distância entre as duas e a revista Carta Capital (6,3%).

Impacto humanitário

A categoria Impacto humanitário ganhou maior destaque nas cartas publicadas pela Isto É (11,9%) do que na Veja (7,8%). No que diz respeito às revistas analisadas, a categoria Impacto humanitário apresenta um padrão semelhante ao enfoque dedicado à Atribuição de responsabilidades, como é possível observar no gráfico comparativo entre os três veículos. Estas duas categorias são as que mais aproximam as três revistas entre si. O impacto humanitário foi o enfoque central em 12,5% das peças da Carta Capital, 13,3% das peças da Isto É e 10,5% das peças da Veja.

Conflito

A categoria Conflito recebeu mais atenção das revistas do que do público. Enfoque baseado no conflito apresentou uma prevalência de 5,9% entre os leitores da Veja e 8,5% entre os leitores da Isto É. No caso das revistas, o conflito subjacente ao terrorismo recebeu atenção central em 12,5% das peças publicadas na Carta Capital, em 20% das peças da Isto É e em 26,3% das peças publicadas na Veja.

Desempenho da mídia

Na categoria Desempenho da mídia as diferenças entre as revistas é grande, sendo que 14,7% das cartas selecionadas para publicação na Veja dedicam-se exclusivamente a comentar a atuação da mídia e praticamente todas elas elogiam a revista. O número de cartas que criticam a atuação dos meios de comunicação não é significativo.

A revista Carta Capital dedica a grande maioria das suas peças (31,3%) a criticar a atuação da própria mídia na cobertura do terrorismo e assuntos correlatos. Essa preocupação meta-analítica não foi identificada na revista Isto É e revelou uma prevalência de apenas 2,6% no caso da revista Veja. Os comentários da revista Carta Capital vão da crítica à cobertura exagerada e pouco realista, como no caso da crise do antraz, à crítica editorialista que acusa os editores das demais revistas de participar abertamente da guerra protagonizada pelos Estados Unidos. A incidência de críticas nos editoriais da revista é alta.

Corte para as páginas mais cotadas da imprensa brasileira no fim de semana passado. A leitura revela que o Grande Irmão do Norte e seu presidente contam com algo além, bem além, da solidariedade da maioria dos editorialistas e colunistas verde-amarelos. É dedicação pronta e irrestrita, adesão comovida, apoio total. Não ficaríamos surpresos se alguns tomassem em armas e partissem para a cruzada.(CARTA, 2001)

De um modo geral predomina na mídia a preocupação por identificar as causas (ou causantes) do terrorismo. A revista Veja confere um destaque levemente maior à perspectiva do conflito, embora discuta mais ou menos nas mesmas proporções as causas do problema. As três publicações apresentam, assim, três tendências de enfoque diferentes: Carta Capital concentra-se em criticar o papel da própria mídia, destacando-se as acusações à mídia brasileira de participar abertamente da cruzada antiterrorista do governo Bush; a revista Isto É opta por concentrar sua cobertura na atribuição de responsabilidades e, praticamente na mesma proporção, na insegurança civil, privilegiando assim uma cobertura impactante; e a revista Veja concentra-se principalmente na apresentação do problema sob a perspectiva do conflito entre o sistema democrático-liberal e os totalitarismos do mundo islâmico, ao mesmo tempo em

que dedica mais ou menos a mesma proporção de peças à atribuição de responsabilidades.

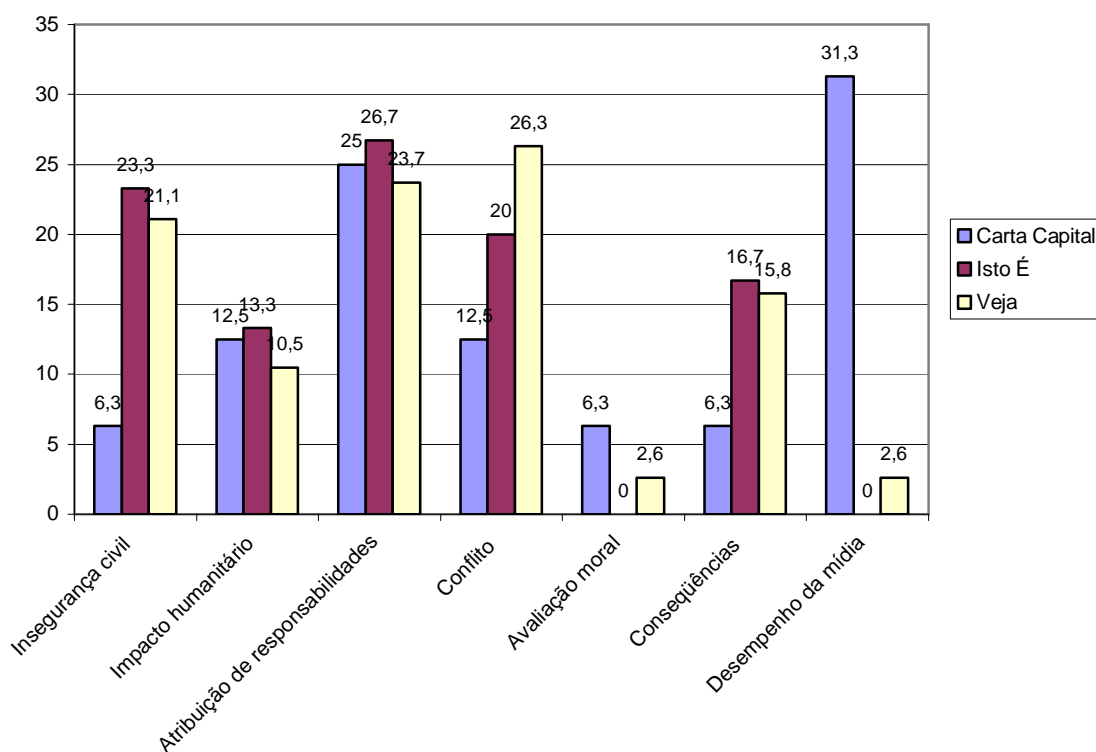


Figura 6.1 - Enfoque das peças publicadas por revista

No caso das cartas dos leitores, pode-se concluir que o público demanda explicações sobre o que são os atentados, quem são os atores e quais são os motivos que levam à realização de atos percebidos freqüentemente como irracionais e aberrantes, para os quais não parece haver justificativa suficiente. Seguindo-se à necessidade de compreensão, observa-se o desejo de opinar, condenar os responsáveis e de oferecer soluções, assim como a preocupação pelas conseqüências e impacto que o terrorismo e as respostas anti-terroristas terão no mundo e para cada um de nós.

A atribuição de responsabilidades oscila entre o fanatismo marcado pela intolerância religiosa e a política externa americana, no caso dos atentados perpetrados pela Al Qaeda. No caso dos conflitos étnicos e nacionalistas da Chechênia, o público considera responsáveis os terroristas e o fanatismo, citando em certas ocasiões a

desigualdade que em geral afeta a sociedade mundial. Em nenhum momento as cartas mostram-se condescendentes com a prática do terrorismo, mesmo que se identifiquem como causas a opressão e a pobreza.

O gráfico a seguir apresenta os resultados obtidos da análise do Enfoque das cartas dos leitores nas revistas *Veja* (em azul) e *Isto É* (em verde):

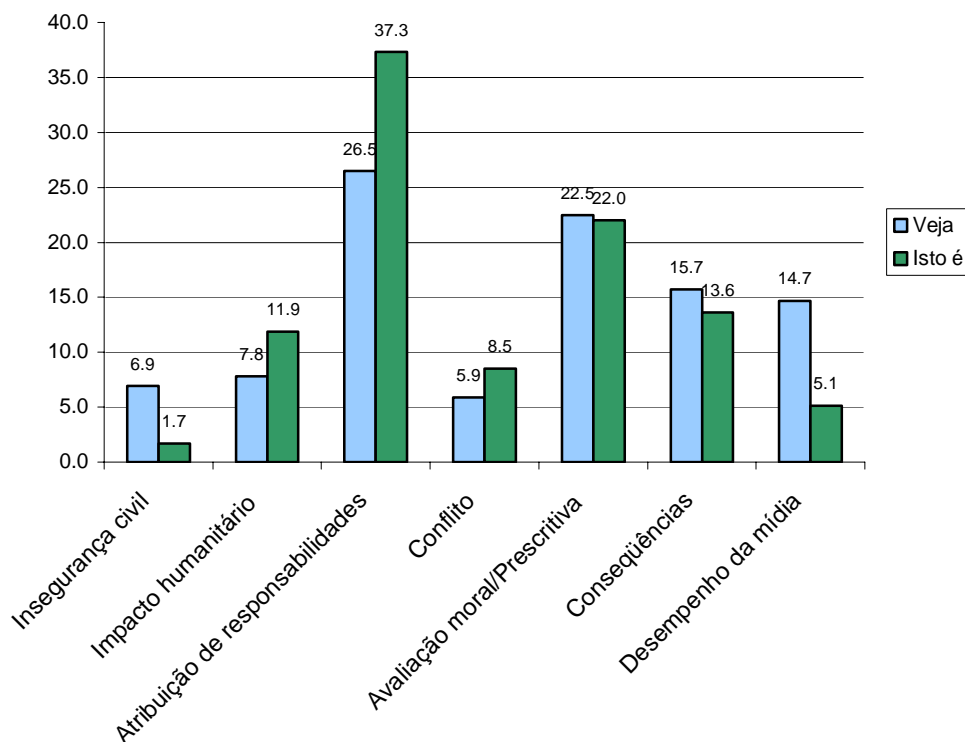


Figura 6.2 - Enfoque das cartas dos leitores

6.3.2 – Variável Causas

A variável Causas permitiu fazer um breve mapeamento do que é apresentado como as causas do terrorismo. Foram criadas 9 categorias a partir da análise exploratória dos textos publicados na mídia e textos teóricos e uma categoria guarda-chuva que permitisse classificar todas as peças que não indicavam causas para o terrorismo.

De um modo geral, as categorias utilizadas são autoexplicativas, sendo necessário fazer apenas alguns esclarecimentos referentes à aplicação de cada uma delas. A categoria **Imposição política** permite classificar as peças que atribuem às potências a culpa por causar as irritações e o desespero que motivam o terrorismo. Nessa categoria foram incluídas peças que apontam como causa do terrorismo o imperialismo americano, seu intervencionismo na política externa e ao mesmo tempo o isolacionismo próprio do governo conservador, a opressão econômica e a imposição cultural, entre outras. No caso específico da cobertura do conflito da Chechênia, a categoria Imposição política foi utilizada para classificar as peças que atribuem à política russa a culpa pelo recurso ao terrorismo.

A categoria **Atraso socioeconômico e político** permite agrupar as peças que atribuem à pobreza, aos atrasos socioculturais e à ausência de regime democrático a responsabilidade pelo terrorismo.

Em **Causas políticas específicas** foram agrupadas as peças que identificam como causas do terrorismo problemas políticos pontuais como o conflito entre Israel e Palestina, os conflitos étnicos, o nacionalismo e o separatismo.

A categoria **Globalização e crise de identidade** representa uma linha de discussão teórica atual e que aparece nos meios de comunicação como explicação para o problema terrorista. Sob esta categoria foram classificadas as peças que consideram que a globalização econômica e cultural leva a outras partes do mundo modelos de vida incompatíveis com a realidade local, o que gera nas populações autóctones aspirações que não podem ser materializadas. Segundo esta tese, o posicionamento periférico às maravilhas da globalização acaba gerando desconforto, dúvidas e frustrações que, levadas ao extremo, despertam ódio e desejos de destruição.

O **Anti-sionismo** é um tema que frequentemente aparece na motivação de grupos terroristas dos mais diversos tipos, não sendo, portanto, privilégio do terrorismo palestino ou islâmico, e que poderia ser explicado pela política de Israel e pelo apoio bélico americano no conflito. O discurso anti-judeus aparece, por exemplo, no imaginário da seita O Contrato, A Espada e o Braço do Senhor (CSA), que acreditava em uma conspiração entre humanistas, comunistas e sionistas, afirmando que os judeus eram descendentes diretos de Satã e que confabulavam ao lado do Anti-Cristo, cujas

forças se estendiam ao FMI e às Nações Unidas (STERN, 2004, p. 11). A CSA planejou o envenenamento das redes de abastecimento de água das grandes cidades com cianeto e pretendia acelerar a chegada do juízo final. A idéia de conspiração entre o governo e sionistas aparece também no discurso da Aum Shrinrikyo, que também pretendia acelerar a chegada do Apocalipse através de ações terroristas de destruição massiva. Além desses dois exemplos, o anti-sionismo é também tema central no discurso da Al Qaeda.

Sob a categoria **Fanatismo religioso/radicalismo islâmico** foram classificadas todas as peças que de um modo geral identificam como causas do terrorismo o islamismo, o fanatismo religioso em si e a intolerância religiosa.

A **Identificação entre Igreja e Estado** é um traço característico do mundo islâmico, onde o Estado não é laico e não existe separação entre religião e política. Essa ligação entre religião e política é identificada por especialistas como um atraso no desenvolvimento social do mundo muçulmano e é freqüentemente apontada como causa do terrorismo.

A categoria **Ódio ao Ocidente e antiamericanismo** reúne dois temas que estão presentes nas explicações teóricas do terrorismo islâmico e também no discurso da Al Qaeda. O antiamericanismo é um tema recorrente na história e o ódio ao Ocidente é apontado como resultado do complexo de inferioridade que teoricamente o mundo não-ocidental teria da liberdade e do modo de vida praticado no Ocidente.

A **Disposição individual e a natureza humana** também são freqüentemente apontadas como causas do terrorismo. Entre os teóricos, Laqueur (2003) sugere que fatores individuais são determinantes para explicar por que em situações análogas algumas pessoas repudiam o terrorismo e outras o praticam. As peças que identificam como causa do terrorismo a irracionalidade, crueldade e fanatismo, sem especificar a tendência religiosa foram classificadas sob esta categoria.

Excluindo-se a categoria **Não indica causas**, sob a qual foram classificadas todas as peças que não sugerem quais são as causas do terrorismo, duas categorias aparecem com maior freqüência entre as causas apontadas nas cartas dos leitores de um

modo geral: política externa americana e fanatismo religioso/radicalismo islâmico. O gráfico a seguir apresenta um resumo comparativo dos resultados obtidos a partir da análise das cartas dos leitores:

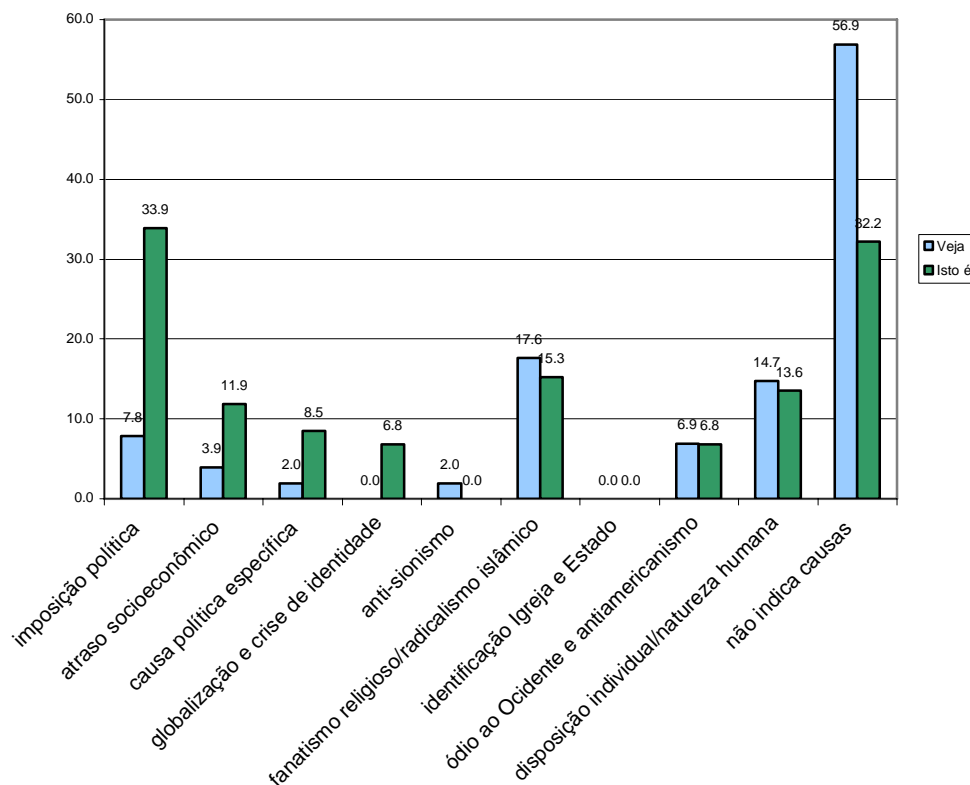


Figura 6.3 - Atribuição causal nas cartas dos leitores

A diferença na frequência de aparição do tema Radicalismo islâmico entre as cartas publicadas nas revistas Veja (17,6%) e Isto É (15,3%) é pequena. Já no que diz respeito ao tema Imposição política, a diferença é considerável, sendo que 33,9% das cartas publicadas pela Isto É apontam a política externa americana como causa do terrorismo, enquanto somente 7,8% das cartas publicadas pela Veja mencionam o tema.

A diferença de posicionamento nas cartas publicadas nas duas revistas quanto às causas do terrorismo é relevante na maioria das categorias estudadas. De um modo geral, a concentração dos temas que apontam para problemas socioeconômicos e para a estrutura política e econômica mundial (esquerda do eixo de categorias) é maior na revista Isto É do que na revista Veja. A categoria Atraso socioeconômico é mencionada em 11,9% das cartas da Isto É e em apenas 3,9% das cartas da Veja. A atribuição causal à globalização e à crise de identidade que aflige as culturas tradicionais não aparece nas cartas da Veja e está presente em apenas 2% das cartas da Isto É.

Depois da Imposição política e do Fanatismo religioso, a categoria mais presente nas cartas dos leitores e com resultados muito próximos nas duas publicações analisadas é a Disposição individual/natureza humana. Essa categoria ocorre paralelamente ao fanatismo religioso principalmente nas cartas dos leitores da Veja e sua concentração é maior na edição de cobertura do caso do seqüestro na escola de Beslan, cuja capa é de forte apelo humanitário.

Categorias muito específicas e que exigem um conhecimento técnico do problema como o anti-sionismo e a identificação entre Igreja e Estado no Islã praticamente não apresentam um número significativo de ocorrências nas cartas.

A comparação entre as peças publicadas nas revistas Carta Capital, Isto É e Veja revela disparidades na importância dada a cada fator analisado como causa do terrorismo. Enquanto a revista Carta Capital apresenta uma tendência maior em concentrar as causas do terrorismo em fatores externos ao mundo islâmico, as revistas Veja e Isto É apresentam um padrão de concentração nas categorias que situam a causa do problema no mundo islâmico. Com frequência relativa sempre significativamente maior na Veja seguida da Isto É, destacam-se como causas do terrorismo o fanatismo religioso/radicalismo islâmico (65,8% na Veja, 53,3% na Isto É e 12,5% na Carta Capital), o ódio ao Ocidente e antiamericanismo (42,1% na Veja, 20% na Isto É e 6,5% na Carta Capital) e a disposição individual e a natureza humana (13,2% na Veja, 3,3% na Isto É e zero na Carta Capital). A identificação entre Igreja e Estado é mencionada apenas nas peças da revista Veja (15,8%).

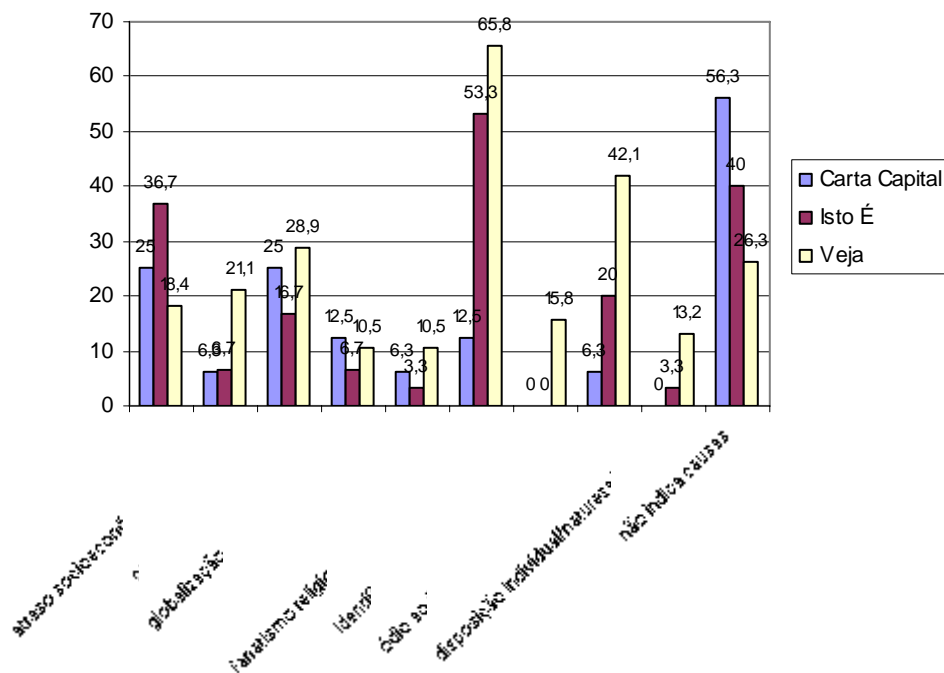


Figura 6.4 - Atribuição causal nas peças publicadas por revista

As categorias situadas à esquerda do eixo no gráfico seguem um padrão diferente do observado à direita do eixo. A categoria Causa política específica aparece em 25% das peças na Carta Capital, em 16,7% na Isto É e em 28,9% na Veja. Globalização e crise de identidade é apontada como causa em 12,5% na Carta Capital, 6,7% na Isto É e em 10,5% na Veja. O Anti-sionismo é destacado em 10,5% das peças da Veja, 6,3% na Carta Capital e em 3,3% das peças da Isto É. O Atraso sócio-econômico ganha maior destaque na revista Veja (21,1%) e a Imposição política das potências (principalmente norte-americana) ganha maior destaque na Isto É (36,7%) do que nas demais revistas.

A maior frequência relativa da revista Veja em praticamente todas as categorias pode estar relacionada ao fato de que somente 30% das peças não se manifestam quanto às causas do terrorismo. O panorama é significativamente diferente na Carta Capital, onde 56,3% das peças não se interessam por identificar as causas do terrorismo, assim como 40% das peças publicadas na Isto É. A aparente omissão da busca das causas do terrorismo na Carta Capital é coerente com outros fatores, como a cobertura significativamente menos massiva do que nas outras duas revistas, o menor número de

capas dedicadas ao terrorismo internacional e a predominância de peças com preocupação meta-analítica, cujo interesse principal é criticar a atuação da mídia no que concerne à cobertura de acontecimentos terroristas.

Prevalência de fatores políticos e causas externas ao mundo islâmico

De um modo geral, observa-se uma prevalência maior em fatores políticos e externos ao mundo islâmico na Carta Capital, como política externa americana, causa política específica e a globalização. A responsabilidade pelo problema é depositada, portanto, na política adotada pelos Estados Unidos e nas mazelas da globalização.

Prevalência de fatores políticos e culturais próprios do mundo islâmico

A revista Veja dá maior destaque a fatores políticos e culturais do mundo islâmico, concentrando-se principalmente no fanatismo religioso, no ódio ao Ocidente e antiamericanismo e no atraso socioeconômico e político, que representa principalmente a ausência de democracia e pobreza, além de discutir com maior destaque que as outras duas revistas fatores como o anti-sionismo e identificação entre Igreja e Estado (esta categoria é ignorada na Isto É e Carta Capital), ódio ao Ocidente e antiamericanismo e fanatismo islâmico. Para a revista Veja, o problema é engendrado no próprio mundo islâmico, revelando-se resultante de fatores políticos, culturais e históricos. O ódio ao Ocidente e o antiamericanismo são, acima de tudo, uma resposta irada e enraizada na inveja às liberdades democráticas e à prosperidade do Ocidente.

Combinação de política das potências e fundamentalismo islâmico

A revista Isto É, finalmente, oferece um misto de responsabilização à política externa americana e ao fundamentalismo islâmico, apresentando menor frequência relativa em praticamente todos os demais fatores em comparação com as demais revistas, com exceção do fator ódio ao Ocidente, ao qual confere maior destaque que a revista Carta Capital. Os causantes do problema são os islamistas, mas a política externa americana contribui para o desenvolvimento do antiamericanismo e do antiocidentalismo.

6.3.3 – Variável Sentido

A variável Sentido representa a dimensão ideológica do significado atribuído ao terrorismo. As concepções utilizadas como valores para a variável foram identificadas a partir das principais teorias vigentes sobre a natureza do terrorismo e recomendações de como combatê-lo. Foram utilizadas, portanto, teorias prescritivas. Todas elas partem do princípio de que o terrorismo é a forma atual de manifestação do conflito no mundo. Ideologia é entendida aqui como conjunto de idéias próprias de um grupo ou uma época e que traduzem uma situação histórica dada.

A categoria **Choque de civilizações** pode ser classificada como culturalista na medida em que situa a cultura no centro da análise e representa a tese de que o conflito na era pós-Guerra Fria será de ordem cultural. Célebre e controversa, a tese elaborada por Samuel Huntington sugere que as diferenças culturais são tão profundas que poderão produzir um choque entre o Ocidente e outras “civilizações”, como a islâmica e a confuciana, por exemplo. Como solução, Huntington propõe que o Ocidente intervenha promovendo uma maior cooperação e união no seio da sua própria civilização, principalmente entre a Europa e a América do Norte; incorporando ao modelo ocidental sociedades como as da Europa Oriental e América Latina, que possuem culturas próximas à ocidental⁷; promovendo e mantendo relações cooperativas com a Rússia e o Japão; evitando conflitos locais e guerras entre civilizações; limitando a expansão do poder bélico das nações islâmicas e confucionistas e apoiando em outras civilizações grupos simpatizantes dos valores e interesses ocidentais (HUNTINGTON, 1993), entre outras medidas.

Criada a partir das idéias de Berman (2001), a categoria **Conflito ideológico bipolar** representa a tese liberalista. Segundo esta tese, o problema do terrorismo internacional possui os mesmos moldes que os conflitos bélicos do século XX. A dicotomia da Guerra Fria é substituída por uma bipolaridade ideológica marcada pelo conflito entre o liberalismo ocidental e os totalitarismos, que na atualidade assumem a forma do islamismo. Para Berman (2001), o século XX ficou marcado pela luta contra regimes totalitários que em cada momento assumiram os mitos de sua época, destacando-se primeiramente a onda do nazismo, depois a do comunismo e finalmente o

⁷ É interessante notar, por exemplo, que no texto de Huntington a América Latina aparece como um híbrido que não é reconhecido como ocidental.

fundamentalismo islâmico. Como solução para o problema do radicalismo islâmico, Berman (2001) propõe as mesmas medidas que foram utilizadas contra o nazismo e o stalinismo. Os movimentos radicais devem ser aniquilados ou, se transformados em formas de manifestação aceitáveis e civilizadas, incorporados ao modelo de participação democrática talvez como organizações políticas formais. Em qualquer caso, como a natureza do conflito é ideológica, qualquer solução diferente do enfrentamento bélico passa necessariamente pela persuasão. As peças que apresentam o terrorismo como uma reação violenta e totalitária às liberdades individuais, à democracia e ao liberalismo econômico foram classificadas sob esta categoria.

A categoria **Guerra assimétrica** apresenta o terrorismo como o recurso do mais fraco contra o mais forte. Utilizando uma metáfora, a concepção da guerra assimétrica é a de uma luta desigual como a de David e Golias. Nesta categoria foram classificadas as peças que apresentam o terrorismo como uma reação ao imperialismo americano ou à política opressora da Rússia nos conflitos do Cáucaso, bem como as peças que reforçam a idéia de assimetria e que se concentram na vulnerabilidade das potências e das cidades modernas diante do terrorismo. O conceito Guerra assimétrica não pressupõe aqui a idéia de guerra justa.

A categoria **Higiene e transformação social** representa as concepções que apresentam o terrorismo como uma forma de eliminar da sociedade o inimigo oculto infiltrado, bem como as suas fontes de apoio externas. Trata-se de uma visão maniqueísta baseada na idéia de que a sociedade precisa ser purificada mediante o extermínio do mal infiltrado, presente em muitas seitas milenaristas que apelam à violência.

A tese que defende que o terrorismo atual apresenta-se sob uma forma hipertrofiada é representada pela categoria **Hiperterrorismo**. Nesta categoria foram classificadas as peças que consideram o terrorismo uma forma de violência irracional e imprevisível, fruto do fanatismo, bem como as peças que se concentram nos riscos de destruição em massa e no potencial de impacto.

Estas seis categorias permitem reunir praticamente todo o espectro de sentidos atribuído ao terrorismo nas peças estudadas. Algumas peças dedicam-se exclusivamente a analisar o impacto ou personalidades e, portanto, não apresentam um sentido claro para o terrorismo. Todas essas peças foram classificadas sob a categoria **Nenhum**.

De um modo geral, não há um padrão comum às perspectivas adotadas pelos veículos analisados. As revistas diferem significativamente no que diz respeito ao sentido dominante e, no caso específico da Veja, não parece haver uma linha claramente predominante como ocorre na Carta Capital e na Isto É.

Ausência de sentido ideológico

Enquanto Veja e Isto É optaram por realizar uma cobertura massiva do terrorismo e suas implicações, a revista Carta Capital optou principalmente pela via meta-analítica, como ficou claro na análise do Enfoque. Cinqüenta por cento das peças publicadas na Carta Capital não adotam um conceito ou sentido específico para o terrorismo, tendo sido classificadas, portanto, sob a categoria Nenhum. A diferença entre Carta Capital e as outras duas revistas é significativa, já que somente 20% das peças da Isto É foram classificadas sob a categoria Nenhum e apenas 7,9% das peças publicadas na Veja.

Hiperterrorismo

O Hiperterrorismo, onde o foco está freqüentemente associado ao fanatismo religioso e à irracionalidade de suas causas e perpetradores, é a categoria utilizada com maior freqüência nas peças produzidas pela revista Isto É (43,3%). A perspectiva da revista Carta Capital é significativamente diferente, já que apenas 12,5% das peças atribuem ao terrorismo o significado da hipertrofia. Veja dedica a esta perspectiva 23,7% das suas peças.

A categoria Hiperterrorismo é a segunda mais destacada pelos leitores, com maior prevalência entre as cartas publicadas pela Veja (32,4%) do que pela Isto É (25,4%).

Em muitos casos, o sentido Hiperterrorismo advém da preocupação pela inauguração de uma nova era de violência com grande potencial de impacto:

Esse atentado marca o início de uma nova era para a humanidade. A tragédia ocorrida nos Estados Unidos não encontra paralelo na história mundial, pelo momento, pelas conseqüências e pelos desdobramentos que podem ocorrer em todos os níveis: políticos, econômicos e sociais. O que aconteceu hoje é só o começo. (Veja, 19/09/2001)

Guerra assimétrica

Exceto pelas categorias Violência política e Higiene e transformação social, as peças da revista Veja apresentam-se distribuídas de forma bastante equitativa entre as demais categorias analisadas. A concepção do terrorismo como Guerra assimétrica é a que predomina nas peças das revistas Veja (26,3%) e Carta Capital (18,8%), sendo também a segunda categoria mais frequente na revista Isto É (13,8%) depois do Hiperterrorismo.

A análise da categoria Guerra assimétrica revelou grandes diferenças na atribuição de sentido ideológico entre as cartas publicadas nas revistas Veja e Isto É. A idéia de que o terrorismo é a arma do mais fraco contra o mais forte em uma luta de David contra Goliath (Guerra assimétrica) é a versão que prevalece em 47,5% das cartas publicadas pela revista Isto É. Em contraposição, o terrorismo é apresentado como uma forma de guerra assimétrica em somente 17,5% das cartas dos leitores da Veja. É importante ressaltar, neste ponto, que a categoria Guerra assimétrica pode assumir uma direção avaliativa positiva (condescendência e avaliação positiva do recurso ao terrorismo em situação desesperada por parte do mais fraco) ou negativa (rechaço e avaliação negativa do recurso ao terrorismo).

De um modo geral, o que as cartas mostram é que grande parte dos leitores vêm no terrorismo uma declaração de guerra, ao mesmo tempo em que apresentam uma atitude geral antibelicista, mas que em determinados casos se transforma em opinião favorável à retaliação nos moldes militares. Em grande parte das cartas observa-se uma inclinação a atribuir a responsabilidade pelo conflito aos Estados Unidos.

É assombroso os atentados que ocorrem no mundo. Mas, mais assombroso é o governo americano que, com sua prepotência, destrói nações, dizima povos. Enfim, comete barbáries em países pobres, sem que ninguém o condene por esses crimes. Até quando o mundo vai se humilhar diante do poder ditador dos Estados Unidos? (Isto É, 24/03/2004)

A humanidade foi atingida duramente em seu princípio fundamental. O atentado ao coração financeiro do capitalismo foi um golpe terrível nos detentores do poder mundial. Para nós, simples mortais, é mais um desrespeito à vida, como vem ocorrendo no Oriente Médio, no Afeganistão e como houve no Vietnã. Acredito que a posição autoritária e prepotente do presidente americano estimulou esse terrível episódio, que deve ser condenado por todos. Para nós, simples mortais, foi um golpe no direito de viver e ser feliz. (Veja, 19/09/2001)

Algumas cartas não atribuem à violência terrorista um teor fundamentalmente cultural ou ideológico, colocando ênfase no conflito internacional subjacente ao modelo de concentração de recursos que afeta o mundo todo:

A importância da Conferência de Durban, na África do Sul, paradoxalmente, está sendo resgatada pelo recente fato trágico sucessivo que evidencia o perigo da intolerância e da falta de diálogo no cenário internacional. Nada justifica os atos de crueldade e terror presenciados ao vivo e em cores. Mas quem verificou o desprezo para o diálogo em Durban saiu com a triste impressão de que as grandes potências, principalmente os EUA, não estavam dispostas a enxergar as mazelas da globalização e a buscar uma saída racional e diplomática para problemas lá questionados e agora evidenciados. Quando se fecha a porta para o diálogo abre-se espaço para atos irracionais e violentos. Nova York, a cidade mais multicultural e simpática dos EUA, não merecia ser alvo desta estratégia de ignorância. Contudo, em nenhum outro lugar a humanidade seria tão atingida como lá. É lamentável esta tragédia na capital da globalização, mas, antes de uma retaliação necessária, convém não esquecer da importância do restabelecimento do diálogo internacional e do reconhecimento do fato de que milhões de seres tão humanos quantos os dos EUA estão morrendo, silenciosamente, na periferia global como consequência da ordem excludente atual, uma tragédia tão terrível que não comove mais a mídia. (Isto É, 19/09/2001)

Insanidade

O foco na insanidade também está presente em um grande número de cartas, que consideram o terrorismo e o radicalismo islâmico como uma manifestação da irracionalidade, rejeitando qualquer tipo de justificativa:

Tão insano quanto os terroristas é quem acredita que esses ataques monstruosos são uma maneira justa de protestar contra as ações de qualquer governo. Estranhas pessoas essas que se dizem importar com o destino da humanidade. Rezam de manhã e à noite sacrificam vítimas inocentes em nome de uma causa que ninguém consegue definir qual é. (Veja, 24/03/2004)

Os atentados de 11 de março em Madri, o seqüestro de Beslan e a crise do antraz geraram a grande maioria das cartas onde o público manifesta uma decepção profunda e perda de fé na humanidade:

É lamentável que estejamos passando por tudo isso em pleno século XXI. O terror não obedece uma lógica plausível, ele é contra a vida e tudo que ela representa. Portanto, tentar classificar atos como esse como político, ou seja lá o que se disser sobre essa insanidade, só demonstra toda nossa incompreensão para com a raça humana. O que fica de lição sobre episódios como esses é que estamos vulneráveis a uma lógica maniqueísta e que a cada dia que passa a humanidade perde um pouco de sua ternura e o mundo vai se tornando um lugar extremamente difícil de viver. (Isto É, 24/03/2004)

As demais categorias aparecem com frequência muito menor do que o Hiperterrorismo e a Guerra assimétrica nas cartas dos leitores.

Conflito ideológico bipolar

O Conflito ideológico bipolar entre o liberalismo e os totalitarismos é a terceira categoria mais freqüente para os leitores da Veja (9,8%) e a quarta para os leitores da Isto É (6,8%). Esta categoria ganha na revista Veja praticamente o mesmo destaque que a categoria Hiperterrorismo, com ocorrência em 23,5% das peças analisadas. O terrorismo é tratado sob o prisma do Conflito ideológico bipolar em 10% das peças analisadas da revista Isto É e 6,3% das peças da Carta Capital.

Choque de civilizações

A idéia de conflito cultural do Choque de civilizações aparece em 15,8% das peças da Veja, em 6,7% da Isto É e está ausente na Carta Capital. Entre as cartas, o terrorismo como manifestação de um choque de civilizações é a quarta categoria para os leitores da Veja (4,9%) e a terceira para os leitores da Isto É (5,1%).

Violência política

A concepção do terrorismo como violência política ocorre em 6,3% dos casos na Carta Capital e em 8,7% dos casos na Isto É, mas está ausente na Veja. Entre as cartas dos leitores, aparece em apenas em 2% dos casos nas cartas da Veja e 3,4% na Isto É.

Em resumo, observa-se uma grande diferença na posição dos públicos das duas revistas a partir das cartas publicadas. A grande maioria das cartas publicadas na Isto É revela uma concepção do terrorismo como forma de guerra assimétrica. Isso significa que o terrorismo é interpretado como uma declaração de guerra e, ao mesmo tempo, que se trata de uma guerra desigual, de grupos militarmente inferiores contra as grandes potências. A responsabilidade por essa guerra é atribuída tanto aos Estados Unidos, por suas imposições políticas, econômicas e culturais, quanto ao ódio que as regiões periféricas do globo nutrem contra a maior potência mundial, sem que haja consenso sobre os motivos desse ódio.

Os leitores da Veja, entretanto, mostram uma tendência maior a considerar o terrorismo em sua forma hipertrofiada, embora a frequência de aparição do hiperterrorismo seja praticamente a mesma que a de ausência de sentido específico. Todas as demais categorias aparecem com uma frequência muito menor na Veja, de modo que é possível afirmar que as cartas publicadas revelam uma tendência clara a entender o terrorismo como Hiperterrorismo.

Nas entrelinhas dessas duas tendências majoritárias observa-se que o público identifica três culpados para o terrorismo: o fanatismo religioso islamista, a imposição política das potências e a condição selvagem da espécie humana. Pode indicar uma perspectiva intuitiva, baseada em mitos e na comoção.

O gráfico a seguir apresenta uma comparação entre os resultados obtidos a partir da análise das cartas dos leitores das revistas *Veja* e *Isto É*:

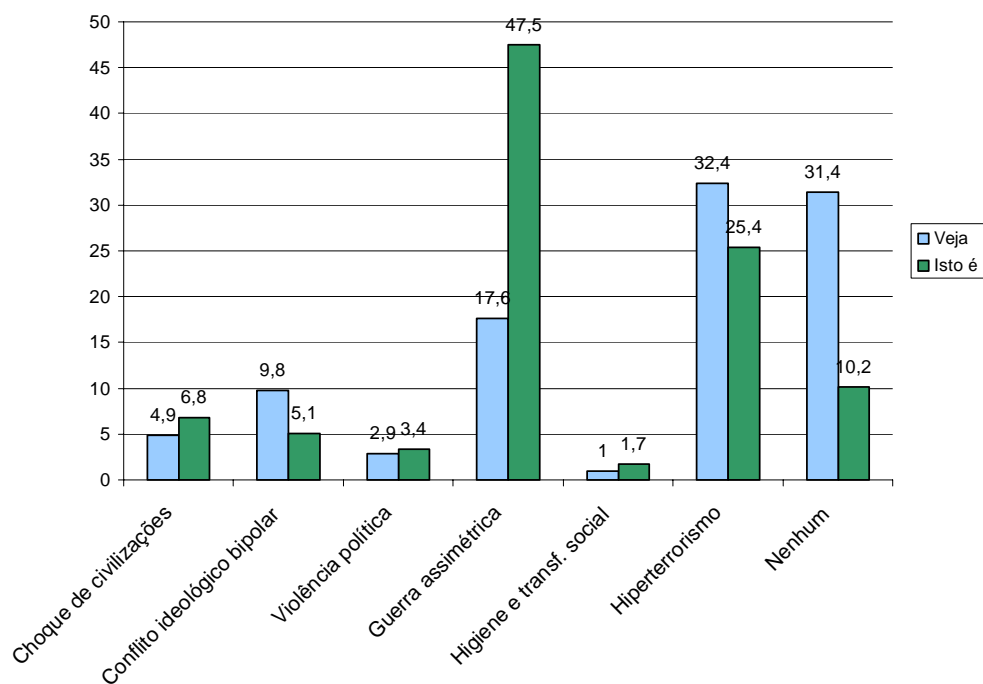


Figura 6.5 - Sentido atribuído ao terrorismo nas cartas dos leitores

Entre as revistas, pode-se concluir que *Veja* e *Isto É* compartilham a idéia de que o terrorismo contemporâneo é a manifestação do conflito nos dias atuais, sendo que *Isto É* adota a forma hipertrofiada e concentra o foco no fanatismo religioso e na irracionalidade, enquanto *Veja* defende principalmente a idéia de que os atentados de terrorismo internacional são atos de guerra.

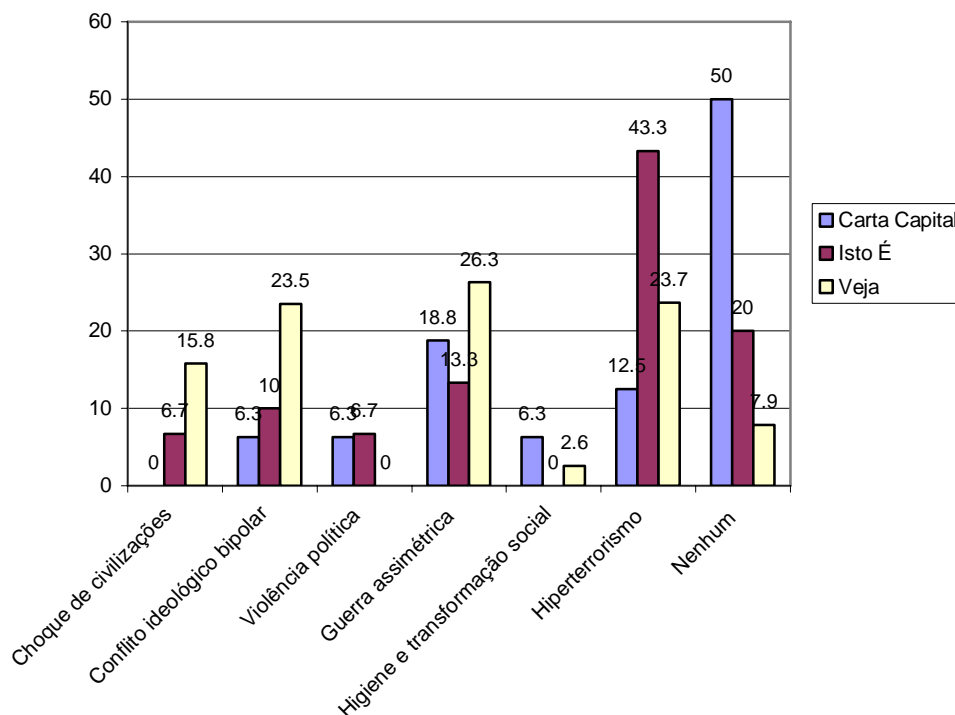


Figura 6.6 - Sentido atribuído ao terrorismo nas peças publicadas por revista

Veja apresenta maior tendência à visão maniqueísta do bem contra o mal, dividindo-se entre a explicação culturalista ou ideológica e política, enquanto que a revista Isto É apresenta maior tendência a concentrar sua opinião em torno da assimetria do conflito entre a potência americana e a periferia do mundo, ao mesmo tempo em que destaca a tendência à hipertrofia, o que compõe uma cobertura que se poderia caracterizar como apelativa. Nas entrelinhas dessas tendências centrais, a revista Veja opõe com maior facilidade o Oriente contra o Ocidente, o Islã e o islamismo contra o liberalismo e a democracia revelando um posicionamento de corte liberal conservador.

A tendência na revista Carta Capital é oposta, privilegiando a explicação na assimetria em primeiro lugar, identificando a hipertrofia ao mencionar o fanatismo religioso em segundo lugar e depois praticamente igualando as demais teses, dedicando aproximadamente 6% de suas peças à idéia de conflito bipolar, à noção de violência política e à noção de higiene e transformação social.

6.3.4 – Variável Tratamento

As categorias utilizadas para medir a observar a variável Tratamento representam temas que estão na mira do debate público como fatores que podem propiciar o terrorismo ou servir de solução ao problema. Por este motivo, estas variáveis podem assumir valores positivos ou negativos em eixos bipolares e foram contabilizadas unicamente quando sua utilização era clara e explícita. Nos textos produzidos pelas revistas, estas variáveis aparecem com grande frequência com um tom avaliativo neutro, o que reflete a busca da neutralidade que a imprensa deve manter segundo a teoria que a concebe como um espelho fiel da realidade.

Optou-se por utilizar os adjetivos com conotação negativa porque são mais informativos no contexto analisado, já que a maioria das peças da mídia se limita a mencionar os fatores que são motivos de crítica por parte de algum coletivo e praticamente em momento algum se registra a ocorrência de prescrições positivas (por exemplo, critica-se facilmente o universalismo de valores mas raramente prescreve-se o multiculturalismo de forma explícita).

A categoria **Unilateralismo**, oposta ao Multilateralismo, reúne fundamentalmente as peças que discorrem sobre a política externa americana em relação à comunidade internacional. No caso das peças relacionadas aos conflitos do Cáucaso, esta categoria foi utilizada para classificar as peças que discorrem sobre a posição unilateralista do governo russo.

A categoria **Universalismo**, oposta ao Relativismo, foi utilizada para classificar as peças que se pronunciam em relação à existência ou não de valores universais aplicáveis a todas as culturas e sociedades.

O **Isolacionismo** foi utilizado por oposição ao Intervencionismo, e uma vez mais é uma categoria que discute fundamentalmente a política externa americana, questionando se os Estados Unidos devem intervir nos problemas de outros países ou se devem dedicar esforços exclusivamente aos interesses nacionais. Essa discussão é frequente entre os setores mais conservadores e mais liberais da arena política americana, que por vezes consideram que por ser a maior potência econômica do mundo o país possui obrigação moral de agir em pró dos menos favorecidos.

A categoria **Supremacia cultural** é oposta ao Multiculturalismo e reúne as peças que discutem se existem culturas superiores que devam suplantar outras, inferiores.

A categoria **Retaliação** permite observar o que se pensa a respeito da reação dos afetados contra o terrorismo. Esta categoria guarda-chuva poderia também ser analisada de maneira mais específica, separando-se a reação à retaliação em casos específicos, ao combate ao terrorismo de um modo geral e à guerra preventiva nos moldes traçados pelo governo de George Bush depois do 11 de setembro. Esse grau de especificidade, entretanto, supera as possibilidades deste estudo, de maneira que o que se analisou foi, de um modo geral, a reação às medidas de combate e reação ao terrorismo.

A categoria **Imperialismo** é auto-explicativa e reúne as peças que discorrem sobre o aspecto imperialista da política americana.

Finalmente, a categoria **Redução das liberdades civis** é avaliada como medida interna de combate ao terrorismo e que tem gerado discussões incandescentes por tocar um dos pilares da sociedade ocidental e liberal, que são as liberdades individuais.

Temas criticados nas cartas dos leitores

Com exceção da categoria Redução das liberdades civis, que não aparece nas cartas de nenhuma das duas revistas, e da categoria Isolacionismo, cuja frequência de aparição é levemente inferior na revista Isto é, todas as demais categorias observadas são criticadas com uma frequência significativamente menor nas cartas publicadas na revista Veja.

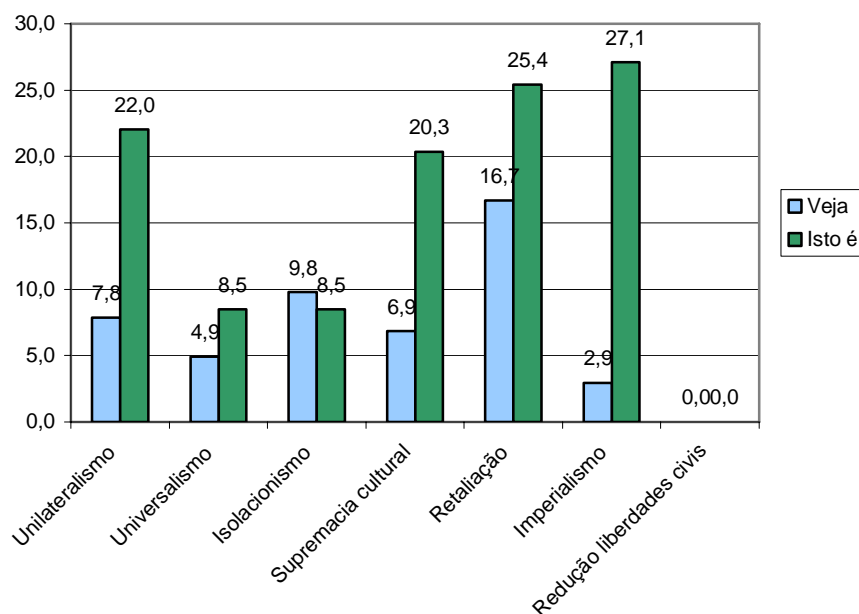


Figura 6.7 – Temas criticados nas cartas dos leitores por revista

Os três tópicos mais criticados pelos leitores da revista Isto É são o imperialismo norte-americano (27,1%), a retaliação como intervenção bélica (25,4%) e o unilateralismo (22%), o que mostra uma grande preocupação por aspectos da política internacional. É interessante notar que as diferenças entre as duas revistas nessas três categorias é extremamente grande, com valores muito mais baixos para a revista Veja. Nas categorias Universalismo e Isolacionismo, a diferença entre as duas revistas é muito menor.

Os dois temas mais criticados nas cartas publicadas na revista Veja foram a Retaliação (16,7%) e o Isolacionismo (9,8%), com valores praticamente idênticos para Unilateralismo (7%) e Supremacia cultural (6,9%). O imperialismo é criticado em apenas 2,9% das cartas publicadas na Veja.

Temas defendidos nas cartas dos leitores

As cartas dos leitores foram muito mais incisivas nas críticas do que na defesa dos temas analisados. As categorias Unilateralismo, Isolacionismo, Imperialismo e

Redução das liberdades civis não foram abordadas pelos leitores, representando 0% das cartas tanto na revista Veja quanto na Isto É.

A categoria Universalismo de valores foi defendida em 5,1% das cartas da Isto É e em 0% das cartas da Veja. Já nas categorias Supremacia cultural e Retaliação, a diferença de posicionamento entre as duas revistas não é significativa. A supremacia cultural foi apoiada em 2% das cartas da Veja e em 1,7% das cartas da Isto É e a retaliação recebeu apoio em 5,9% das cartas da Veja e em 5,1% das cartas da Isto É.

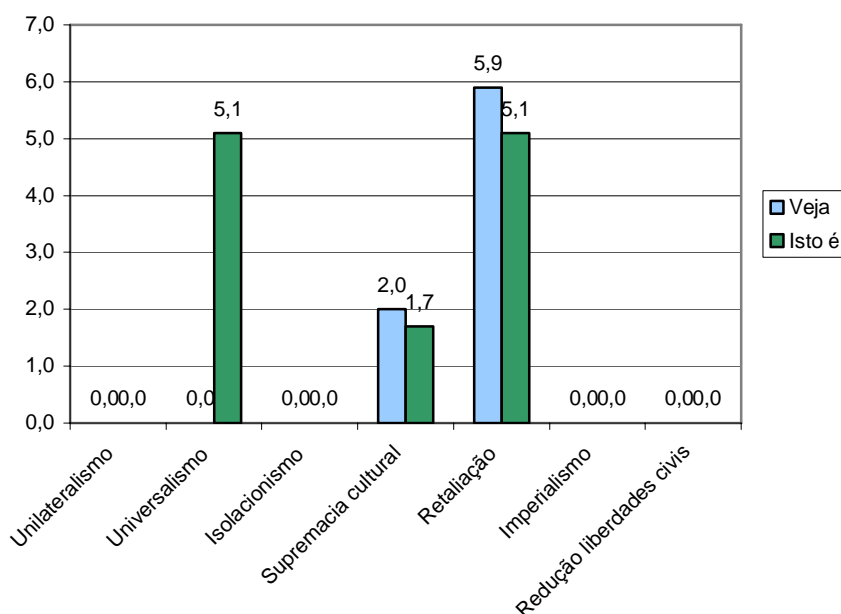


Figura 6.8 – Temas apoiados nas cartas dos leitores por revista

Temas criticados nas peças produzidas pela mídia

De um modo geral e com exceção do tema Isolacionismo, a crítica aos temas analisados é maior na revista Carta Capital do que nas revistas Veja e na Isto É, que apresentam valores muito próximos e às vezes idênticos.

O tema mais criticado e com altíssima prevalência na revista Carta Capital foi a Retaliação (93,8% na Carta Capital, 16,7% na Isto É e 15,8% na Veja). O Unilateralismo, o Imperialismo e a Supremacia cultural são os três seguintes temas mais criticados na Carta Capital.

Na revista *Veja* o Unilateralismo e a Retaliação foram os temas mais criticados, com frequência de 15,8% nos dois casos. O terceiro tema mais criticado foi o Isolacionismo, com 13,2% de prevalência. Os demais temas receberam um número muito menor de críticas, com prevalência de 2,6% para o Universalismo e para a Supremacia cultural, 5,3% para o Imperialismo e 7,9% para a Redução das liberdades civis.

O conteúdo da revista *Isto É* apresentou uma tendência similar à da *Veja*, com 23,3% de prevalência para o Unilateralismo, 16,7% para os temas Isolacionismo e Retaliação, 10% para a Supremacia cultural, 6,7% para a Redução das liberdades civis, 3,3% para o Universalismo e 0% para o Imperialismo.

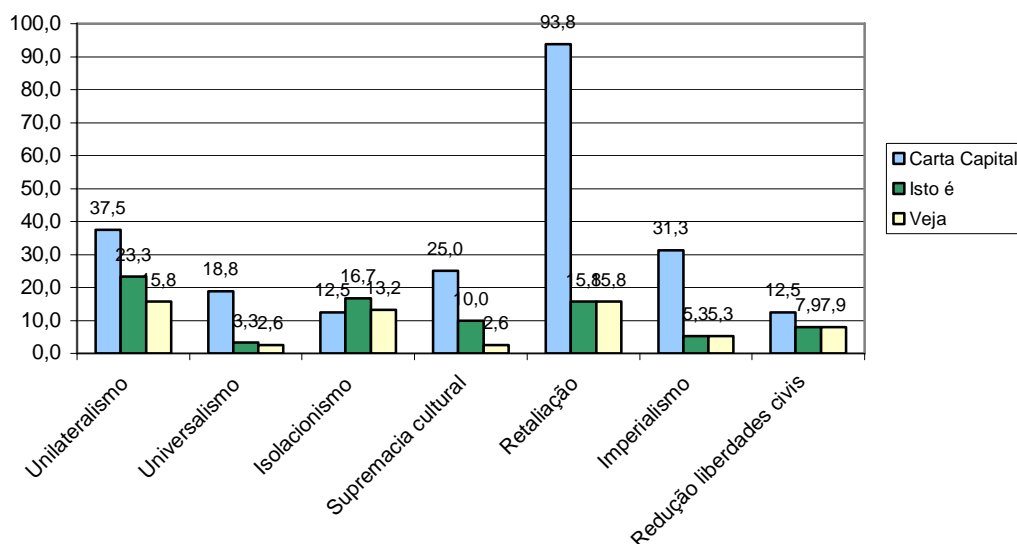


Figura 6.9 – Crítica ao posicionamento político por revista

Temas defendidos nas peças produzidas pela mídia

O mapeamento dos temas que receberam apoio mostra diferenças muito evidentes entre as três revistas, com incidência de apoio explícito muito mais evidente por parte da *Veja*.

Os temas Unilateralismo, Universalismo, Supremacia cultural, Retaliação, Imperialismo e Redução das liberdades civis obtiveram uma frequência relativa de 0% na revista Carta Capital, que manifestou seu apoio unicamente ao Isolacionismo, o que representa uma crítica ao intervencionismo, neste caso especificamente ao intervencionismo norteamericano.

Na revista Isto É, os temas Unilateralismo, Supremacia cultural, Imperialismo e Redução das liberdades civis também obtiveram prevalência de 0%. Diferentemente da Carta Capital, Isto É manifestou seu apoio ao Universalismo de valores (3,3%), ao Isolacionismo (3,3%) e à Retaliação (6,7%).

No caso da revista Veja, somente os temas Isolacionismo e Imperialismo obtiveram frequência relativa nula (0%). A Supremacia cultural recebeu apoio em 13,2% das peças analisadas, o Universalismo e a Retaliação em 10,5% das peças e o Unilateralismo e a Redução das liberdades civis em 5,3% das peças publicadas.

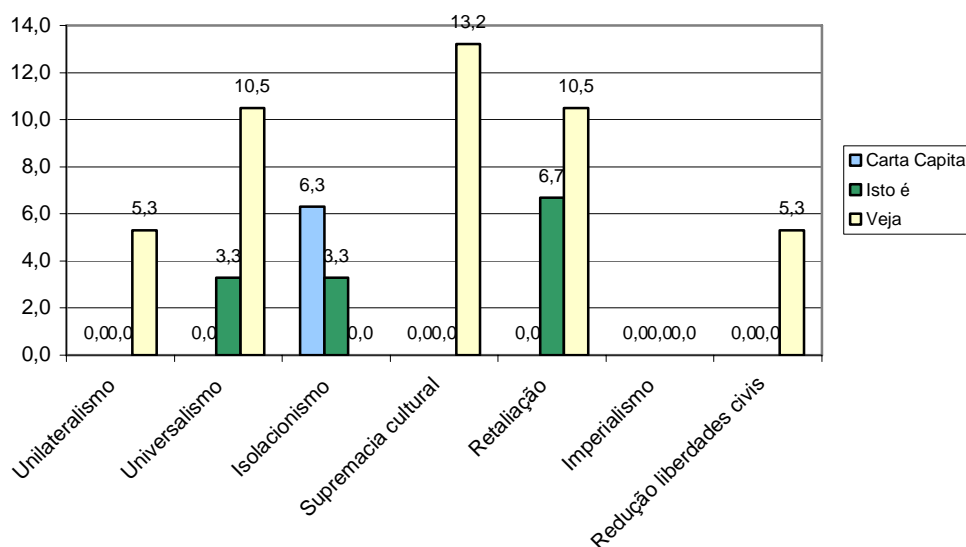


Figura 6.10 – Apoio ao posicionamento político por revista

6.3.5 – Variável Crítica da mídia

A variável Crítica da mídia representa uma dimensão meta-analítica, já que permite observar em que medida os próprios meios de comunicação são questionados pelos públicos e pelos veículos estudados. As categorias utilizadas foram Elogia, Crítica e Não se manifesta. São categorias auto-explicativas.

A grande maioria das cartas dos leitores publicadas não avalia especificamente a mídia. Entre as cartas que avaliam o desempenho dos meios de comunicação ou das revistas para as quais foram enviadas, a concentração de elogios é extremamente superior na revista Veja, com 32% de cartas elogiando o veículo em comparação com 5,9% na revista Isto É.

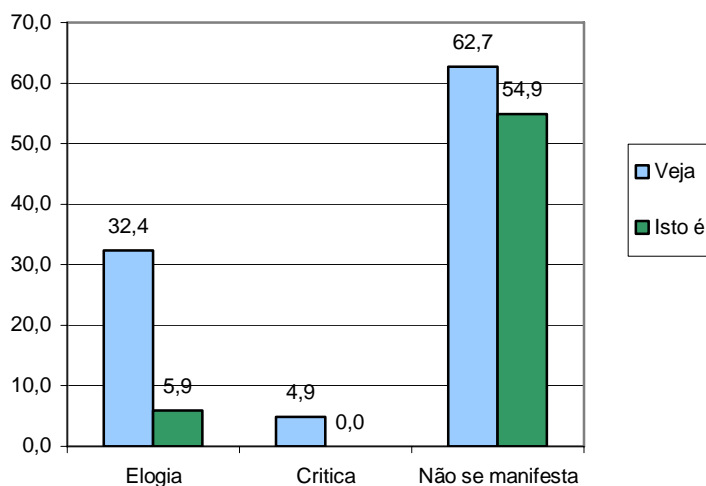


Figura 6.11 - Crítica da mídia nas cartas dos leitores

A atuação da mídia no que diz respeito à cobertura do terrorismo nos momentos analisados é criticada principalmente pela revista Carta Capital (37,5%), com prevalência também de 12,9% na Veja e ausência absoluta (0%) na revista Isto É.

A grande maioria das peças simplesmente não submete a mídia a avaliação de nenhum tipo, sendo elogiada em 6,3% das peças analisadas da Carta Capital e em 3,2% das peças analisadas da revista Veja.

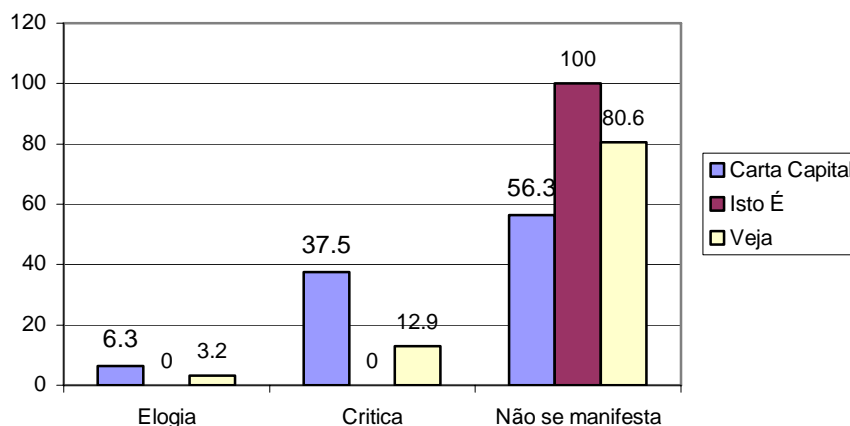


Figura 6.12 - Crítica da mídia nas peças publicadas por revista

6.4 - Análise dos resultados

Os parágrafos a seguir oferecem uma discussão analítica dos resultados encontrados em cada variável.

Enfoque

A grande maioria das cartas dos leitores mostra uma preocupação clara pela atribuição de responsabilidades (26,5% das cartas publicadas na Veja e 37,3% das cartas publicadas na Isto É) buscando, portanto, determinar quem é o culpado. O segundo enfoque dominante é a avaliação moral e prescritiva. A posição das revistas analisadas é semelhante no enfoque predominante, já que de um modo geral predomina, no conjunto, a preocupação pela atribuição de responsabilidades (25% na Carta Capital, 26,7% na Isto É e 23,7% na Veja). Nas demais categorias analisadas, a disparidade entre as três revistas é significativa, sendo que existe mais proximidade nos enfoques adotados pela Isto É e Veja. Na Carta Capital, predomina o enfoque na crítica ao desempenho da mídia (31,3%), categoria ignorada pela Isto É (0%) e tratada em apenas 2,6% das peças da Veja.

Gergen (1999) sugere que muitos dos obstáculos tradicionais ao diálogo construtivo estão enraizados nas tradições de intercâmbio vigentes, que pressupõem a existência de uma única verdade, de uma lógica universal válida para todos e na necessidade de se ter sempre um ganhador e um vencedor em cada transação. Nessa tradição mais individual do que grupal, observa-se também uma tendência a considerar as pessoas moralmente responsáveis por suas ações, o que pressupõe que os acontecimentos são sempre intencionais.

A grande predominância da preocupação pela atribuição de responsabilidades nas cartas dos leitores mostra a prevalência dessa tendência. Muitas cartas indicam de forma clara e argumentativa as causas e os responsáveis pelo terrorismo e pela violência no mundo, mostrando tendência à generalização dessas premissas. E de um modo geral, observa-se que essa responsabilização oscila entre mitos familiares, como a miséria, a desigualdade socioeconômica e o imperialismo americano, e uma novidade que nem sempre é fácil equacionar, a do islamismo radical.

Pouco conhecido e menos ainda compreendido no momento em que a grande maioria das cartas dos leitores foi publicada em razão dos atentados de 11 de setembro, o islamismo foi quase sempre identificado como fanatismo ou como uma deformação do homem como ser racional e superior. A necessidade de expressar um discurso racional e objetivo é traída pela dificuldade de tratar certos elementos sobre os quais não se dispõe de informação suficiente. Grande parte das cartas publicadas em resposta ao seqüestro e massacre em Beslan, em 2004, mostrou decepção em relação à espécie humana. O terrorista do Cáucaso é visto como fanático, doente e sanguinário, e não há nada que o governo russo tenha feito que possa justificar essa deformação do homem. Quando a discussão envolve os Estados Unidos, entretanto, os temas políticos e sociais surgem ao mesmo tempo em que os questionamentos sobre o fanatismo ideológico e religioso.

O problema da atribuição de culpa é que na medida em que se encontram os defeitos no outro se inicia a construção de um muro que divide o certo do errado. O outro é construído como um objeto de crítica e sujeito a correção. Entre grupos, ocorre uma polarização de posições de maneira que todas as partes buscam culpar o outro, negando a culpa e as responsabilidades, projetando no outro a origem do problema. Tem sido assim no debate que rodeia o conflito entre Israel e Palestina e tem sido assim na

questão do terrorismo internacional envolvendo o islamismo. Afinal, o Ocidente está corrompido e é moralmente condenável porque está repleto de tentações. Os Estados Unidos são o símbolo da prepotência e da deformação moral, responsáveis pela miséria no mundo. O excesso de liberdade no Ocidente é contraposto ao totalitarismo dos fundamentalistas; o consumismo é contraposto ao modo de vida singelo e fundamentado nas virtudes morais; o poderio militar e o intervencionismo são contrapostos à militarização da sociedade e ao sacrifício da própria vida.

Diferentemente das cartas dos leitores, a cobertura da mídia apresenta uma distribuição mais equilibrada no que diz respeito aos enfoques adotados. As revistas *Veja* e *Isto É* aproximam-se em termos de distribuição, com prevalência entre 20% e 25% para Atribuição de responsabilidades, Conflito e Insegurança civil.

Ao contrário do que se poderia esperar intuitivamente, a preocupação pela insegurança civil não está entre os principais tópicos de preocupação para os leitores brasileiros, representando apenas 6,9% das cartas da revista *Veja* e 1,7% das cartas da *Isto É*.

Causas

Apesar da preocupação pela atribuição de responsabilidades nas cartas de um modo geral, a identificação de causas específicas foi um problema para o público, principalmente para os leitores da revista *Veja*. Mais da metade das cartas publicadas na *Veja* abstiveram-se de identificar as causas do terrorismo (56,9%). Concentraram as responsabilidades principalmente no fanatismo religioso e no radicalismo islâmico (17,6%) e na disposição individual (loucura) e na natureza humana (14,7%). No âmbito político, a principal causa apontada foi a imposição política (política externa americana, 7,8%) e no plano cultural, o ódio ao Ocidente e o antiamericanismo (6,9%). Dessa forma, observa-se entre as cartas dos leitores publicadas na *Veja* uma concentração de fatores que responsabilizam o fanatismo religioso e o complexo cultural do mundo islâmico. O fator Atraso socioeconômico é considerado causa do terrorismo apenas em 3,9% das cartas da *Veja*.

Entre as cartas publicadas na *Isto É*, a abstinência em identificar as causas do terrorismo é menor do que na revista *Veja*, responsabilizando claramente a política externa americana (33,9%) e depois o fanatismo religioso (15,3%) e a disposição

individual (13,6%). Outros fatores praticamente desconsiderados nas cartas da Veja estão presentes na Isto É, configurando um panorama que responsabiliza principalmente a globalização econômica e a política norte-americana por uma situação de atraso socioeconômico, um complexo de identidade e um acirramento das diferenças culturais que culminam no terrorismo.

Carta Capital concentra a grande maioria de sua cobertura em criticar a atuação da mídia, de modo que 56,3% de suas peças não indicam causas específicas para o terrorismo. A política externa americana e causas políticas específicas aparecem como causas do terrorismo em 25% dos casos, seguidos pela globalização e crise de identidade e fanatismo religioso com prevalência de 12,5%. O atraso socioeconômico e político, o anti-sionismo e o ódio ao Ocidente e o antiamericanismo aparecem, em média, em 6% das peças.

Para Isto É, a principal causa do terrorismo é o radicalismo islâmico (53,3%), seguido da política externa americana (36,7%) e finalmente do ódio ao Ocidente e antiamericanismo (20%). Apesar da prevalência significativa do tema “imposição política - política externa americana”, a atribuição causal aponta fundamentalmente para o islamismo, concentrando o problema na religião, já que a prevalência das demais categorias estudadas é muito menor.

No caso da Veja, a principal causa apontada é o radicalismo islâmico (65,8%), seguido do ódio ao Ocidente e antiamericanismo (42,1%), causa política específica (21,2%) e imposição política - política externa americana (18,4%). Observa-se, portanto, uma concentração em fatores religiosos, políticos e ideológicos (radicalismo islâmico, ódio ao Ocidente e antiamericanismo e atraso socioeconômico e político), com prevalência muito menor em fatores que apontam para a disposição individual (13,2%) e com prevalência significativa em fatores políticos específicos como a identificação entre Igreja e Estado no mundo islâmico (15,8%). O problema é apresentado, portanto, como um problema político fundamentado em diferenças culturais e ideológicas.

Sentido

A comparação desses resultados com os obtidos na análise do sentido atribuído ao terrorismo pode ser reveladora. As cartas publicadas na Veja apresentam uma tendência clara em interpretar o problema nos moldes da hipertrofia do hiperterrorismo.

Excetuando-se as cartas que não apresentavam nenhum sentido específico para o terrorismo como, por exemplo, as cartas dedicadas unicamente a elogiar a cobertura realizada pela revista, a grande maioria (32,4%) identifica no terrorismo uma forma de violência com alto potencial de impacto, associada fundamentalmente ao radicalismo e fanatismo religioso. O segundo sentido com maior prevalência entre os leitores da *Veja* identifica o terrorismo com a guerra assimétrica (17,6%), já que os atentados em território estrangeiro foram considerados atos de guerra de nações e grupos militarmente inferiores contra os Estados Unidos e, de uma forma mais geral, contra a democracia ocidental (em 9,8% das cartas observa-se a identificação do terrorismo com um conflito ideológico bipolar entre os totalitarismos do mundo islâmico e a democracia ocidental).

Para os leitores da *Isto É* o panorama é um pouco diferente, com predominância significativa para a identificação do terrorismo com uma forma de guerra assimétrica (47,5%), seguida pela identificação com o hiperterrorismo (25,4%). Tanto para os leitores da *Veja* como da *Isto É*, portanto, o terrorismo é uma forma de guerra, fundamentada em fervor religioso, e assimétrica porque aproveita a vulnerabilidade das sociedades democráticas para infiltrar seus agentes e desmoralizar a população e o governo. A natureza do conflito, entretanto, é identificada principalmente com o choque inevitável de culturas, com 6,8% de prevalência para a categoria Choque de civilizações, seguida por 5,1% de prevalência para a categoria Conflito ideológico bipolar.

Apesar dessa partilha de significados, as duas revistas apresentam tendências inversas entre as duas categorias. As cartas publicadas da *Veja* destacam o aspecto da hipertrofia, com um tom drástico e fatalista coerente com a alta prevalência do tema Insegurança civil nas peças publicadas pela revista (21,1% das peças da *Veja* privilegiam o enfoque da insegurança civil).

O posicionamento das revistas no que diz respeito ao sentido atribuído ao terrorismo é variável, mostrando uma vez mais proximidade maior entre *Veja* e *Isto É* do que entre essas duas revistas e *Carta Capital*. Da mesma forma que a *Veja*, *Carta Capital* identifica o terrorismo principalmente como guerra assimétrica (18,8% na *Carta Capital* e 26,3% na *Veja*) e depois com o hiperterrorismo (12,5% na *Carta Capital* e 23,7% na *Veja*), ainda que na revista *Veja* o conceito Conflito ideológico bipolar esteja muito próximo do Hiperterrorismo (23,5%). As duas primeiras categorias são também

as duas mais destacadas na Isto É, embora a prevalência do sentido Hiperterrorismo (43,3%) seja muito maior do que a prevalência da idéia de guerra assimétrica (13,3%).

Comparando as cartas com o material publicado na revista, observam-se diferenças significativas e inversões. Os leitores da Isto É parecem muito mais preocupados pelo aspecto bélico e assimétrico do terrorismo do que com sua tendência à hipertrofia, embora a revista tenha privilegiado claramente o hiperterrorismo em comparação com os demais sentidos.

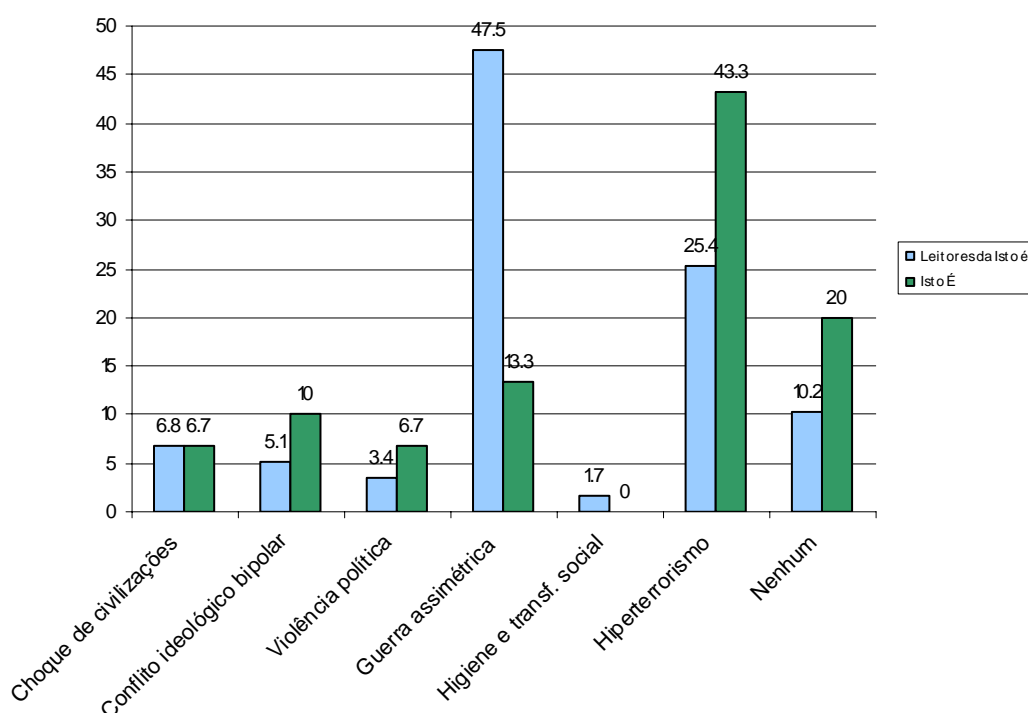


Figura 6.13 – Sentido atribuído ao terrorismo nas cartas dos leitores e peças publicadas na revista Isto É

De acordo com as cartas publicadas na Veja, entretanto, parece haver maior acordo entre a revista e seus leitores, já que as cartas acompanham a mesma tendência que as matérias na maioria das categorias, com exceção clara para o hiperterrorismo, que está mais presente nas cartas dos leitores do que no material produzido pela revista.

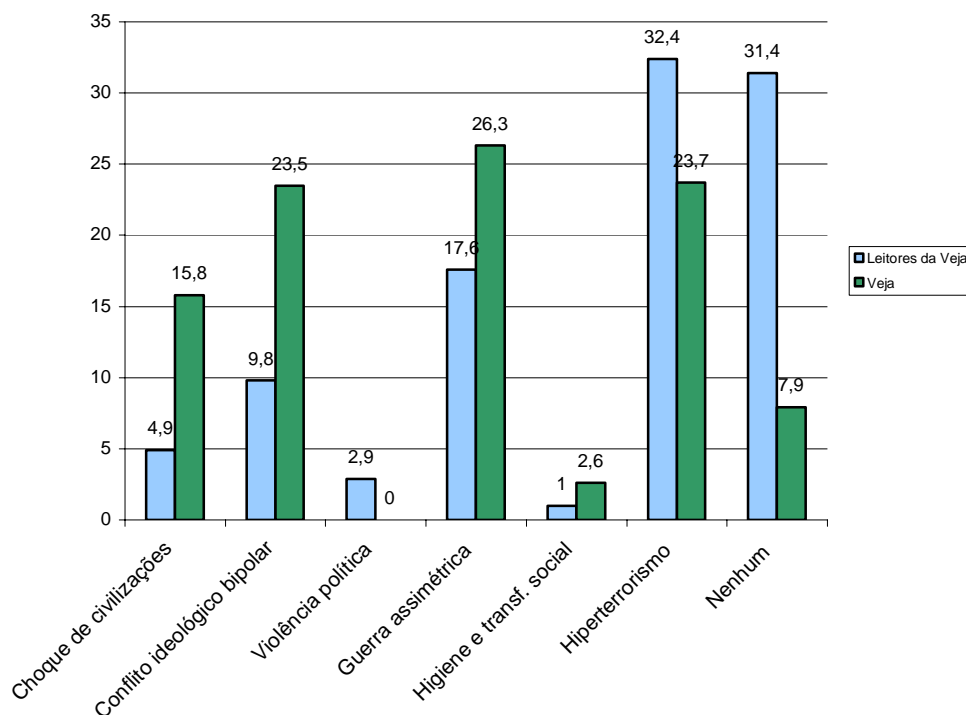


Figura 6.14 – Sentido atribuído ao terrorismo nas cartas dos leitores e peças publicadas na revista Veja

Tratamento

A variável Tratamento revela diferenças importantes entre o processo de construção dos relatos jornalísticos e o processo de construção e expressão da opinião dos públicos. Imparcialidade e objetividade são valores cultivados no jornalismo e comumente considerados parâmetros de qualidade. Essa forma de avaliar o papel do jornalismo é filha de seus valores fundacionais e da idéia de uma imprensa livre e fiel à realidade, uma imprensa que presta serviços de mediação no debate público e que fundamenta seus relatos na verdade e na argumentação racional. Uma vez mais, trata-se de um ideal cujas raízes encontram-se no realismo e no racionalismo.

Os ideais racionalistas e realistas estão também nas bases das cartas dos leitores, mas nelas a estrutura do relato não está tão formalizada, de maneira que as variações de intensidade e de concentração em torno de determinados tópicos é visível. As cartas são argumentativas e prescritivas, além de incisivas nas críticas.

À primeira vista não existe um padrão na manifestação das opiniões dos leitores em relação aos temas analisados, embora seja possível observar uma maior concentração nos temas que são mais familiares, como o Imperialismo e a Retaliação. Os leitores da Isto É manifestam mais ou menos o mesmo nível de crítica aos temas Unilateralismo (22%), Supremacia cultural (20,3%), Retaliação (25,4%) e Imperialismo (27,1%). O Universalismo (8,5%), o Isolacionismo (8,5%) e a Redução das liberdades civis (0%) foram menos criticados. Apenas três desses temas foram defendidos pelas cartas dos leitores, e em proporção inferior à crítica (Universalismo, 5,1%; Supremacia cultural, 1,7% e Retaliação 5,1%).

A partir desses dados pode-se dizer que as cartas publicadas na Isto É mostram um leitor que critica fortemente o unilateralismo e o imperialismo americano e que possui uma concepção do terrorismo que se divide entre duas facetas do mesmo problema, de um terrorismo hipertrofiado, para o qual é possível identificar como causas a disposição individual e o fanatismo religioso, e um terrorismo que é uma declaração de guerra do mais fraco contra o mais forte, coerente com uma atribuição causal que reconhece a incidência de fatores socioeconômicos como a política externa americana, o atraso socioeconômico e o impacto da globalização, por exemplo.

A distribuição das críticas entre os leitores da Veja é mais equitativa do que a distribuição observada entre os leitores da Isto É, com exceção do tema Imperialismo americano, que foi criticado em apenas 2,9% das cartas (Unilateralismo 7%, universalismo 4,9%, Isolacionismo 9,8%, Supremacia cultural 6,9%, Retaliação 16,7%). Entre os temas analisados, somente a Retaliação (5,9%) e a Supremacia cultural (2%) foram defendidas nas cartas dos leitores da Isto É, mas em proporções muito inferiores às críticas.

O leitor da Veja mostra-se, portanto, levemente crítico da retaliação e do isolacionismo americano, seguidos do unilateralismo e da idéia de supremacia cultural, o que em termos gerais equivale a criticar levemente o conservadorismo da política externa dos EUA. É um leitor preocupado fundamentalmente com os sinais de hipertrofia no terrorismo, mas que também crê que se trata de uma guerra cujo conflito subjacente é de natureza ideológica ou cultural, cujas causas estariam principalmente no radicalismo islâmico e na disposição individual ao fanatismo e à irracionalidade. É um leitor que critica muito pouco o imperialismo, o unilateralismo e o isolacionismo, que

não tem muita certeza a respeito da retaliação e que em apenas 4,9% dos casos é contrário à existência de valores universais válidos para qualquer cultura e situação.

No que diz respeito ao posicionamento das revistas em relação aos temas discutidos nos parágrafos acima, Carta Capital apresenta uma postura eminentemente crítica, desqualificando a retaliação em 93,8% de suas peças, o unilateralismo em 37,5%, o imperialismo em 31,3% e a supremacia cultural em 25% dos casos. O único fator que recebeu apoio explícito da equipe de Carta Capital, ainda que pequeno, foi o isolacionismo, com prevalência de 6,3%.

Veja e Isto É apresentam resultados parecidos na crítica dos temas analisados. Ambas realizam uma crítica explícita muito leve, criticando principalmente o unilateralismo e o isolacionismo. Veja destaca-se mais do que a Isto É no apoio explícito a determinados temas, como a supremacia cultural (13,2% na Veja, 0% na Carta Capital e Isto É) e universalismo (10,5% Veja, 3,3% Isto É e 0% Carta Capital), por exemplo, sendo ainda a única das três revistas analisadas a apoiar o unilateralismo (5,3%) e a redução das liberdades civis no combate ao terrorismo (5,3%).

A principal conclusão a respeito do posicionamento das revistas Veja e Isto É é que realizam uma crítica explícita muito leve aos temas analisados, limitando-se principalmente a contrapor as posições adotadas pelos atores envolvidos no conflito. Sob a aparência de uma cobertura objetiva e imparcial, a decantação por um lado ou outro do contínuo ideológico é resultado basicamente da seleção ou não de determinados tópicos e fontes, bem como da seleção de uma explicação ou outra para o problema (por exemplo, pelo destaque ou não da existência de um conflito ideológico ou cultural de base entre o Ocidente e o Islã).

Parte 3

Discussão final e conclusão

Capítulo 7 – Discussão final

Ao longo deste estudo foram abertas várias frentes de discussão em torno do terrorismo na tentativa de apresentar uma visão abrangente do problema. Os parágrafos a seguir foram dedicados ao encerramento e à articulação dessas discussões com o fim de conduzir o leitor até a conclusão que será apresentada mais adiante.

7.1 - Sobre a hipertrofia do terrorismo dos dias atuais

O terrorismo é um meio de imposição de demandas através da intimidação e guerra psicológica. Para surtir efeito, necessita audiência. Quanto mais estapafúrdio na forma, mais evidente é que receberá da imprensa e dos públicos a atenção requerida. E em sua forma hipertrofiada, pulveriza o medo sobre as populações afetadas e sobre seus espectadores mais distantes, produzindo assim um efeito amplificador de propagação de ondas de terror.

A prevalência no imaginário das pessoas de que o mundo enfrenta hoje uma nova era de terrorismo irracional, imprevisível e sem precedentes, que busca causar impacto através do ataque a vítimas aleatórias, em qualquer parte e utilizando meios de destruição massiva, contribui para que a amplificação do medo e o envolvimento do público em debates sobre o assunto aconteçam até mesmo em regiões onde a ocorrência de atentados é muito pouco provável.

Na atualidade, o terrorismo apresenta-se com tendência à polarização em praticamente todas as suas dimensões. O acúmulo de tendências à máxima aleatoriedade no que diz respeito aos motivos, perpetradores, vítimas e meios produzem uma configuração hipertrofiada que virtualmente poderia se materializar em ataques hiperterroristas de grande impacto.

Tendo em vista que oscilações ao longo do contínuo das dimensões que definem um acontecimento como terrorista sempre ocorreram, a denominação “terrorismo contemporâneo” parece suficiente para descrever o terrorismo dos tempos atuais como um terrorismo que sofreu e continua sofrendo transmutações, um terrorismo que é novo na medida em que se manifesta com determinada configuração durante um dado período

e situação, mas que responde a transformações e não a rupturas e que poderá, no futuro, obedecer a outros movimentos em resposta a novos momentos e contextos.

7.2 - A *dinâmica relacional e a mensagem persuasiva*

No passado, a descoberta da dinamite, o aprimoramento dos explosivos, a corrida armamentista e mais recentemente a democratização das tecnologias de destruição em massa abriram novos caminhos para o terrorismo. Na atualidade, talvez o principal fator capaz de catalisar novos formatos e tendências no terrorismo seja a acessibilidade cada vez maior à tecnologia da informação e a articulação cada vez mais precisa com o espaço midiático de um modo geral.

O terrorismo é um ato violento, criminoso, político e às vezes até mesmo uma tática de guerra, mas suas bases sempre foram disseminar o medo e intimidar a partir de um ato exemplar que garanta eficácia persuasiva à sua mensagem com o menor custo possível, evitando o enfrentamento bélico.

A mensagem terrorista ativa emoções fortes que podem ir do medo à indignação e compaixão pelas vítimas, além de despertar nos públicos a curiosidade por compreender o que são e o que pode motivar tais atos. A predominância do enfoque na atribuição de responsabilidades observada nas cartas dos leitores analisadas neste estudo é reflexo dessa necessidade cognitiva de conhecimento das causas e responsáveis.

A partir da captação da atenção mediante a ativação de emoções, inicia-se o processo de elaboração cognitiva que depois de ativar estruturas de significados desembocará na formação de atitudes e opiniões. Captar a atenção dos meios de comunicação e dos públicos é a primeira meta comum a qualquer ato terrorista. No espaço público midiático, as exigências terroristas são dadas a conhecer, seus perpetradores obtêm reconhecimento e travam-se negociações simbólicas cujo objetivo é impor uma versão de um problema ao mesmo tempo em que se desqualifica qualquer outra interpretação possível.

À luz da teoria transacional, os atores políticos competem na arena midiática pela dominação simbólica e pela imposição de significados. Essa competição pressupõe cativar as diferentes parcelas dos públicos, dos decisores aos cidadãos comuns que, nos regimes democráticos, são a base de legitimação dos processos de decisão política.

As relações que se estabelecem entre as diferentes partes que compõem esse sistema de interações vão da cooperação ao conflito, criando um jogo de tensões constante pelo estabelecimento do consenso e pela cristalização das opiniões dominantes. Nessa arena, o enquadramento que a mídia proporciona aos problemas oferece aos públicos insumos para a construção de crenças, juízos e opiniões, que em boa medida poderão orientar o entendimento e o comportamento de cada um de nós diante de novos acontecimentos e situações.

A mídia é a infra-estrutura necessária para que essas negociações ocorram com a visibilidade pública suficiente para que seus conteúdos efetivamente passem a fazer parte das agendas públicas e, eventualmente, das agendas políticas. Concorre-se, portanto, pela atenção dos meios de comunicação, pela imposição do enquadramento dos assuntos em pauta e pela conquista dos públicos.

7.3 - A estrutura reticular e o apelo ao fanatismo

A crescente acessibilidade às armas de destruição em massa possibilita que no terrorismo dos dias atuais qualquer indivíduo suficientemente irritado e medianamente empoderado e informado execute atos de grande impacto. Ao mesmo tempo, a democratização da tecnologia da informação possibilita que lobos solitários, fanáticos carismáticos ou líderes com boa capacidade de articulação utilizem as redes de comunicação para potencializar o trabalho de base necessário para a formação de redes de militantes, simpatizantes e patrocinadores.

A organização de redes terroristas requer eficiência, o que exige dispor de recursos, entre eles recrutas e financiamento. Conflitos por recursos e poder político podem mobilizar apoio se contarem com um forte apelo para o imaginário dos seus públicos. É por isso que líderes carismáticos freqüentemente recorrem à retórica religiosa e às mazelas do fanatismo para criar redes de pessoas dispostas a lutar por uma causa.

Nas sociedades tribais, a identidade era algo estável e previamente definida de acordo com o contexto em que vivia cada indivíduo. Não havia dúvidas sobre o que se devia ser e como se devia agir em cada circunstância. Na atualidade, a identidade precisa ser reconstruída a cada instante em resposta ao fluxo constante de informações provenientes de outros modos de vida e de outros lugares do mundo. A religião é um

recurso rápido para a afirmação de identidade quando os valores são colocados em xeque ou quando outros modelos sociais e de vida são apresentados como possíveis. A religião e a ideologia vão além do material e servem-se às ilusões e ao fervor mais facilmente do que o mundo observável. O vazio emocional é utilizado por líderes que precisam de redes de recrutas capazes de se sacrificar por um ideal.

As metas finais de conquista podem ser diferentes para o lobo solitário vingador, o religioso messiânico, o articulador de campanhas monotemáticas, o líder político ou o combatente de conflitos de base ideológica. Em todas essas modalidades, entretanto, o fanatismo é um fator comum.

Vingadores como o Unabomber ou Timothy McVeigh podem semear o pânico e causar grandes estragos, mas não representam ameaça estratégica e podem ser neutralizados com a ajuda do sistema penal. Líderes messiânicos como Shoko Asahra podem causar danos mais representativos, já que efetivamente mobilizam grupos maiores cujos membros podem se inflamar mais e mais em um fenômeno de fanatismo coletivo. Além disso, o messianismo está frequentemente associado ao milenarismo, o que em si mesmo pressupõe a elaboração de objetivos destrutivos mais gerais que possibilitem a antecipação do Apocalipse. É possível que as armas de destruição em massa sejam especialmente atraentes para quem queira provocar o fim do mundo ou acabar com a humanidade.

As teorias abordadas neste estudo têm em comum o fato de considerar que o terrorismo é a manifestação do conflito nos dias atuais. A perspectiva de Laqueur (2004), que apresenta um tom mais individualista e micro-social que as perspectivas de Berman (2001) e Huntington (1993), por exemplo, parte do princípio de que existe uma carga de agressão flutuante na sociedade que pode ser canalizada de diferentes maneiras em cada momento. O fundamentalismo islâmico é apenas uma delas.

7.5 - Quem precisa de identidade?

Gergen (1999) qualifica a sensação de alteridade (distância ou separação do outro) como um resultado inevitável da convivência social (GERGEN, apud SCHNITMAN, 1999, p. 29). Segundo descreve Gergen, geramos sistemas de avaliação moral e realidades no interior de grupos específicos, por exemplo, no contexto religioso. Com o apoio implícito ou explícito de interlocutores, formulam-se as idéias do que é

certo e real, bem como da identidade pessoal de cada um. E o estabelecimento do que é válido e real necessariamente promove a desqualificação daquilo que não o é:

Ao mesmo tempo, todas as construções do mundo e suas formas associadas de vida relacional criam um exterior desvalorizado, um local que não é nós, nem aquilo em que acreditamos, nem a verdade, nem o que é bom. Essa desvalorização deriva-se, de uma forma importante, da estrutura da linguagem a partir da qual construímos nossas realidades. A linguagem é, essencialmente, um meio diferenciador no qual cada palavra separa o que é nomeado ou indicado do que não o é (o que é ausente, contrário). Dessa forma, toda vez que declaramos qual é a questão ou o que é bom, utilizamos palavras que privilegiam determinados “existentes” ao mesmo tempo em que empurram o ausente e o contrário para as margens. Uma ênfase na base material da realidade suprime ou desvaloriza o espiritual; uma ênfase no mundo tal qual o mesmo é observado sutilmente acaba com as crenças naquilo que não é visto ou que é intuitivo, e assim por diante. Na verdade, para cada realidade há alteridade. (GERGEN, apud SHNITMAN, 1999, p. 29)

Vários fatores identificados por Gergen (1999) como secundários intensificam o problema da diferença. O primeiro deles é a tendência geral de se evitar o que é diferente, especialmente quando parece antagônico e causa, assim, dissonâncias com o modo de vida ou sistema de crenças em jogo. A evitação do outro e a redução drástica das oportunidades de intercâmbio criam uma situação de polarização onde as explicações sobre o outro se tornam cada vez mais simplificadas. Como consequência, os questionamentos sobre si mesmo também se tornam menos frequentes. A polarização negativa das explicações sobre o outro promove um acúmulo e lentamente o outro passa a ser “inferior, estúpido, malvado” (GERGEN, apud SCHNITMAN, 1999, p. 30). Esse mecanismo isolacionista e simplificador foi identificado nas bases do terrorismo religioso contemporâneo (BERMAN, 2001; STERN, 2004).

O terrorismo religioso surge da dor, da perda e da impaciência com um Deus que reage lentamente às nossas súplicas, que não responde. Seus adeptos muitas vezes lembram-se saudosos de tempos mais simples, quando a diferença entre o certo e o errado era clara, quando havia heróis e mártires, quando a história era simples, quando a vizinhança era pequena, quando nos conhecíamos uns aos outros. Quando o mundo exterior, com seu cosmopolitismo vulgar, não nos humilhava nem ameaçava nossos filhos. Quando não invejávamos os outros nem sabíamos de sua existência. É para achar um propósito claro num mundo confuso, com demasiadas alternativas. É para purificar o mundo. (STERN, 2004, p. xi)

A colonização do imaginário e a imposição cultural promovidas pela mídia globalizada desempenham um papel central no problema se consideramos que os meios de comunicação podem levar a qualquer parte do mundo modelos de vida que não são possíveis. O fundamentalismo é um fenômeno do mundo moderno, uma reação à modernidade e à constante necessidade de redefinição que ela impõe. O pensamento

fundamentalista oferece uma alternativa composta por regras bem definidas, um movimento orientado não à conquista de um mundo novo, mas sim de um passado idealizado e utópico.

A crença generalizada de que a democracia, o liberalismo econômico e os direitos individuais são universalmente desejáveis leva à conclusão de que a crise de identidade produzida pela globalização nas sociedades tribais alimenta frustrações que, na forma dos radicalismos, estão entre as causas do terrorismo.

Considerar o modo de vida Ocidental consumista e marcado pela corrupção moral não é privilégio do mundo islâmico. Em uma carta aberta publicada pelo Institute for American Values em defesa da guerra justa e em apoio à retaliação americana pelos atentados de 11 de setembro distingue-se entre os verdadeiros valores americanos, os valores fundacionais dos Estados Unidos, e os valores que comumente identificados como próprios da sociedade americana. Entre os signatários da carta encontram-se membros renomados da sociedade americana, entre eles acadêmicos mundialmente conhecidos.

QUEM SOMOS NÓS? O que valem os? Para muitas pessoas, incluindo muitos americanos e vários signatários desta carta, alguns dos valores por vezes identificados como americanos são indesejáveis ou nocivos: o consumismo como meio de vida; a idéia de liberdade como ausência de regras; a noção de individualidade baseada na auto-realização e na soberania total, sem que se reconheça a dívida para com os outros e a sociedade; o debilitamento do casamento e da vida familiar, bem como um imenso aparato de entretenimento e comunicações que glorifica e difunde implacavelmente tais ideais, independentemente de que sejam ou não bem recebidos em todos os cantos do mundo. (WHAT are we fighting for: a letter from America, Fevereiro de 2002, tradução nossa)

O Institute for American Values define-se como organização não partidária cuja missão é contribuir intelectualmente para a renovação do casamento e da vida familiar, assim como com as fontes de competência, caráter e cidadania. Tem como objetivo estabelecer uma ponte entre a academia e o governo, levando aos políticos, formadores de opinião (mídia), decisores (governo) e sociedade civil (opinião pública) novos dados e informações de utilidade. Em resumo, exerce atividade organizada de lobbying. Outras organizações semelhantes, como Christian Coalition of America, Cato Institute, The Heritage Foundation, The Hoover Institution e The American Conservative ajudam a compor o panorama de organizações conservadoras que exercem grande influência na mídia, no governo e na opinião pública nos Estados Unidos.

A ideologia de extrema direita que essas instituições compartilham caracteriza-se por posturas extremas em diferentes dimensões políticas e sociais, confere destaque à proteção da comunidade e, nas formas mais extremas, origina duas linhas de radicalismo: o puritanismo (fechamento da comunidade) e libertarianismo (minimalismo estatal). Ambas as ramificações geraram em seu seio organizações terroristas.

O caso da seita O Contrato, A Espada e O Braço do Senhor (CSA) desmantelada em 1985 na região rural de Arkansas, nos Estados Unidos, é um exemplo de terrorismo puritano. Tendo aguardado pelo fim do mundo durante muito tempo, os membros da CSA pretendiam apressar a chegada do Messias e do juízo final contra pecadores não arrependidos. Entre suas metas políticas estavam “a lavagem racial dos Estados Unidos, derrubar o governo de ‘ocupação sionista’, substituindo-o por um governo cristão, destruir instituições multinacionais como as Nações Unidas e o Banco Mundial (...) e interromper a criação de uma nova ordem mundial baseada em ‘humanismo’ e ‘materialismo’” (STERN, 2004, p. XIV).

O libertarianismo esteve presente nas motivações do atentado de Oklahoma (1995) e nas investidas do Unabomber, que culminaram em sua captura em 1996, dezoito anos depois de enviada sua primeira carta-bomba. A proposta do Unabomber era estratégica e abrangente, nos moldes característicos do terrorismo contemporâneo:

... as duas principais tarefas para o presente são promover a tensão e a instabilidade na sociedade industrial, assim como desenvolver e propagar uma ideologia que se oponha à tecnologia e ao sistema industrial. Quando o sistema estiver suficientemente tenso e instável, a revolução contra a tecnologia se tornará possível. O padrão seria similar ao das revoluções francesa e russa. (THE Unabomber Trial, 1995. Tradução nossa.)

Kaczynski não propunha a criação de um tipo específico de sociedade, mas queria garantir a destruição da estrutura moderna:

A maioria das revoluções tem duas metas. Uma é destruir a sociedade antiga e a outra é instaurar uma nova forma de sociedade conforme visualizada pelos revolucionários. Os revolucionários franceses e russos falharam (felizmente!) na criação do novo tipo de sociedade com o qual sonharam, mas tiveram grande êxito na destruição da sociedade anterior. Não temos ilusões sobre a viabilidade de criar uma nova forma ideal de sociedade. Nossa meta é simplesmente destruir a forma de sociedade existente. (THE Unabomber Trial, 1995. Tradução nossa.)

7.6 - A projeção irada no sistema político

Ao contrário da destruição pura e simples proposta pelos libertários, o discurso islamista radical sim propõe o estabelecimento de uma nova forma de organização social, teocrática e baseada no emprego da xaria.

A fatwa (forma de decisão jurídica de acordo com a lei islâmica) pronunciada por Osama bin Laden em 1998 (anterior aos atentados no Quênia e Tanzânia atribuídos ao líder da Al Qaeda) convocando o povo muçulmano para a guerra contra os Estados Unidos apresenta argumentos claramente políticos, embora retoricamente fundamentados na religião. Como motivos para declarar guerra aos EUA, Osama bin Laden menciona a ocupação de terras sagradas por soldados americanos (a mera presença de soldados é considerada em si um sacrilégio), a ocupação pela aliança sionista e cristã (a declaração é contra os sionistas e não contra os judeus, já que o Islã sempre teve tolerância para com os povos do livro), insistindo em que o sionismo é abrangente, desafia o dhimmi⁸ (tradicionalismo) e fere o nacionalismo, e por último o embargo econômico e a fragmentação do mundo islâmico mediante a criação de “Estados de papel” (para o pensamento fundamentalista o Estado em si é ilegítimo e somente um governo do Islã para o mundo todo seria possível) (BIN LADEN, 1998).

A Al Qaeda faz uma proposta global, ainda que outros textos fundamentalistas sejam menos ousados. O fundamentalismo islâmico apropria-se indevidamente das passagens do Alcorão, adaptando-as retoricamente ao seu discurso. A transformação do suicídio em martírio e a instituição do Islã pela força são dois exemplos de violação das regras islâmicas, já que atentar contra a própria vida é um sacrilégio e a conquista do mundo por imposição religiosa não é permitida porque a conversão deve ser um ato de fé. Faz-se assim necessário expandir as bases políticas que permitirão que os não-muçulmanos se convertam, criando-se todo um sistema de regras culturais e sociais que sirvam de referência para os muçulmanos e para que seus líderes políticos possam exercer o poder nos moldes que lhes convêm.

Nem sempre terroristas libertários e lobos solitários têm a mesma destreza que o Unabomber para obter acesso à mídia de massas e dar visibilidade a seus discursos (em 1995 Theodore Kaczinsky, o Unabomber, conseguiu impor ao Washington Post e ao

⁸ Segurança e liberdade de religião garantida a monoteístas não-muçulmanos.

New York Times a publicação de seu manifesto). De um modo geral, esses discursos fluem de maneira mais informal e hoje contam com a Internet para sua cristalização em um submundo de redes de adeptos, militantes e patrocinadores.

As motivações e os formatos, nesses casos, são tão variados e numerosos quanto as mentes humanas. Quanto menor o grupo, mais imprevisíveis são suas motivações e movimentos. "O comportamento dos pequenos grupos sociais é tão previsível quanto o das partículas minúsculas da física", diria Laqueur (LAQUEUR, 2003, p. 323). Mas as metas daqueles que recorrem ao terrorismo para projetar suas exigências são, apesar de tudo, políticas.

Os terrorismos islâmico, étnico e nacionalista contam com possibilidades muito maiores de impacto do que o terrorismo de indivíduos irritados, talvez porque realmente representam facções radicais armadas de lutas levadas a cabo por coletivos já estabelecidos na sociedade, mesmo que essas lutas em geral sejam travadas de acordo com princípios democráticos. A associação entre esses grupos extremistas e partidos políticos formaliza possíveis e valiosas vias de acesso às mesas de negociação política. O mesmo ocorre com a associação a grupos midiáticos e veículos de comunicação de massa.

Osama bin Laden inaugurou uma nova era de ousadia sem precedentes, ainda que suas incursões à esfera de visibilidade pública não representem uma verdadeira ruptura. Somente entre os meses de setembro de 2001 e setembro de 2003 bin Laden publicou 11 vídeos através dos quais expôs seu discurso à comunidade islâmica e internacional através da rede Al Jazeera. Ainda que se trate de peças propagandísticas previamente preparadas e produzidas originalmente em árabe, sua exposição pública ajudou a construir para o líder da Al Qaeda legitimidade suficiente para que suas palavras interviessem até mesmo no processo eleitoral, como ocorreu em outubro de 2004 durante as últimas eleições americanas e na política externa da Espanha em abril desse mesmo ano, quando se pronunciou afirmando que os atentados de 11 de março em Madri haviam sido uma forma de castigar o governo espanhol por suas ações no Iraque, Afeganistão e Palestina.

Muito já se discutiu sobre como a mídia deveria se comportar diante dos acontecimentos terroristas. As propostas prescritivas vão da sugestão de silêncio,

partindo-se do princípio de que o terrorismo feneceria sem o “oxigênio da publicidade”, por utilizar a frase célebre de Margaret Thatcher, ao reconhecimento da necessidade de informar e cumprir, assim, o papel público informativo da imprensa.

Atualmente, a liderança terrorista e a mensagem persuasiva dos atentados e ameaças ocupam um espaço praticamente formalizado nos meios de comunicação, de forma que a cobertura do terrorismo tende praticamente a se transformar em um gênero jornalístico (MACQUAIL, 1998, p. 358). O debate midiático atual concentra-se principalmente no terrorismo internacional nos moldes do radicalismo islâmico e nos conflitos do Oriente Médio e Cáucaso. Casos regionais são tratados quase sempre isoladamente.

7.7 - A luta pela cristalização de opiniões

Em entrevista concedida à revista Carta Capital em 13 de março de 2002, Ahmad Yassin, então líder espiritual e fundador do Hamas, aponta três objetivos do Movimento de Resistência Islâmica: acabar com a ocupação e, portanto, libertar o povo palestino; criar o Estado palestino e realizar eleições; e transformar o Hamas em um partido político. A forma de governo proposta seria o Estado islâmico com sistema de consulta (shura⁹), que Ahmad Yassin identifica com a democracia ocidental.

Yassin explica que os objetivos do Hamas são os mesmos que os da Autoridade Nacional Palestina, os meios é que são diferentes. Para Yassin, o caminho da negociação está fadado ao fracasso quando as diferenças de força são tão grandes.

Eles (a Autoridade Nacional Palestina) querem negociação e nós pensamos que as negociações não têm êxito porque somos fracos e eles fortes... O invasor é sempre mais forte e o invadido mais débil. (YASSIN, 2002)

A postura de Yassin é defensiva e condiciona o reconhecimento do Estado de Israel ao reconhecimento do Estado palestino: "Se eles reconhecerem nosso direito, nossa presença, nossa terra e nossa nação, os reconheceremos" (op cit).

⁹ Consulta. Na teoria política islâmica, o governador constrói um consenso não-comprometedor de suas decisões, interpretado como “democracia” por modernistas.

O termo suicídio é substituído por martírio, que é definido como uma operação de defesa em uma guerra considerada de libertação, de dignidade e de direitos do homem, não de religião:

Se alguém toma a minha casa, minha terra, me humilha, me mata, me persegue, a mim, a meu irmão e a meu pai, estou preparado para morrer contra isso. (YASSIN, 2002)

O fato de optar por considerar que a morte pela detonação de um cinto de explosivos fixado ao próprio corpo é uma operação de martírio em missão de libertação e não suicídio em uma operação terrorista pode ser explicado pelo enquadramento dado ao problema. O significado dominante de um problema depende da interpretação construída, das causas identificadas, da avaliação realizada e das soluções propostas.

Segundo a visão construtivista, a luta pela imposição e cristalização dos significados dominantes pressupõe justificar a própria posição e anular o outro, seja desqualificando-o ou simplesmente ignorando as alternativas possíveis.

Na perspectiva Ahmad Yassin, a mídia é vista como facilitadora do sionismo. O ex-líder do Movimento de Resistência Islâmica acusa os meios de comunicação de utilizar um enquadramento deturpador do Hamas:

A imprensa no mundo é parcial, favorece Israel e obscurece o Hamas em particular. Distorce suas atividades, seu trabalho e o seu papel. Acreditamos que a mídia mundial está relacionada com o sionismo. Quem disser algo contra os judeus ou Israel logo o mundo se levanta para defendê-los. Quem exalta os judeus é levantado ao céu. (YASSIN, 2002)

A discussão que se estabelece nos meios de comunicação é resultante do jogo de tensões entre os atores sociais que conseguem projetar seus discursos na esfera de visibilidade pública. A observação do debate sobre terrorismo internacional no conjunto das peças analisadas neste estudo apresenta uma perspectiva dialógica enraizada no realismo e no racionalismo. Essas duas orientações supõem um desafio para o reconhecimento do outro e manutenção da alteridade (GERGEN, 1999, p. 31).

Na perspectiva racionalista, as pessoas envolvidas na discussão são concebidas como sujeitos independentes e que raciocinam de forma ideal em direção a objetivos

claros. Na perspectiva realista, existe a tendência a postular uma única realidade ou sistema de trocas objetivo.

Na situação ideal, deveria ser possível, a partir dessas perspectivas, localizar uma única lógica mais adequada (procedimento racional) para a resolução das diferenças entre as partes concorrentes. (GERGEN, 1999, p. 31)

Boa parte das reportagens analisadas, principalmente na Veja e Isto É, tende a realizar um debate argumentativo e objetivo no qual a discussão fica limitada ao confronto entre as proposições emitidas por cada uma das fontes consultadas, sem que se ofereça uma interpretação em profundidade do que tudo isso significa. A argumentação é, segundo sugere Gergen (1999), o exemplo mais extremo de orientação racionalista-realista do diálogo. Nessa forma de discussão, as partes fazem declarações através das quais os pontos de vista expostos são atacados ou defendidos. Com o objetivo de convencer o interlocutor, o estilo argumentativo possui fins abrangentes e potencialmente universalistas.

Em entrevista concedida à revista Carta Capital, Ahmad Yassin atribui a responsabilidade pelo problema palestino a Israel e o termo “terrorista” é rejeitado, de modo que os militantes do Hamas são respeitados como soldados dispostos a morrer pelo reconhecimento de sua nação e seu território:

O palestino que se defende torna-se um terrorista e o israelense que vem com seus tanques e aviões aparece como vítima? (...) Não somos terroristas. (YASSIN, 2002)

A descrição “objetiva” e definitiva de um problema ou situação geralmente diminui as possibilidades de apresentação de alternativas, criando-se uma tendência à polarização das posições. Quando o atentado terrorista é descrito como ato de guerra, estabelece-se a tipologia do problema e conseqüentemente as vias de ação. Quando se estabelece o consenso de que a base do problema é um conflito bipolar real no qual os interesses (também considerados reais e objetivos) de uma parte são definitivamente opostos e incompatíveis com o do outro, poucas vias ficarão livres para o diálogo.

7.8 - A cobertura na mídia brasileira

De um modo geral, tanto as cartas dos leitores quanto a cobertura das revistas analisadas apresentam-se nos moldes das tradições racionalista e realista, concentrando-se na apresentação de argumentos que se opõem uns aos outros.

A análise de conteúdo revela que no enquadramento do terrorismo internacional nos veículos analisados predomina a idéia de que o terrorismo é uma declaração de guerra assimétrica do mundo islâmico contra o modelo liberal-democrático ocidental, uma guerra que segue os mesmos padrões das guerras do século XX e que revela um conflito ideológico.

Paralelamente a essa concepção predominantemente ideológica, a mídia revela também uma tendência a enquadrar o problema como um conflito cultural de grandes proporções, nos moldes de um choque de civilizações. Existe uma grande preocupação pela atribuição de responsabilidades e as causas são situadas dentro e fora do mundo islâmico. De um modo geral, os leitores oscilam entre a responsabilização da política externa americana, o fanatismo religioso e a irracionalidade humana. Entre as revistas, observam-se tendências à responsabilização principalmente do mundo islâmico, tanto do ponto de vista político quanto cultural (Veja) e uma combinação entre a política externa americana e o problema religioso (Isto É) e um mix de problema político, política externa americana e as mazelas da globalização (Carta Capital).

A concentração do debate na atribuição causal propicia a polarização do diálogo, com afastamento cada vez maior das partes, embora essas linhas gerais estejam permeadas por peças que procuram tratar em profundidade o mundo islâmico, sua diversidade cultural e seus problemas. Mesmo assim, predomina a atribuição causal interna ao mundo islâmico.

Os resultados obtidos são coerentes com o pensamento teórico abordado neste estudo. Apesar do destaque dado ao problema religioso, o terrorismo atual é compreendido principalmente sob o prisma geopolítico, como sugerem Wilkinson (1997, 2000) e Nacos (2003, 2004), entre outros. O terrorismo é, acima de tudo, um problema político.

Quanto ao sentido ideológico atribuído ao problema, o mapeamento realizado revela a tendência a adotar as perspectivas teóricas propostas por Berman (2001), Huntington (1993) e Laqueur (2003; 2004).

A tese do choque de civilizações e do conflito ideológico bipolar são criticadas fortemente principalmente pelas correntes de pensamento de esquerda e culturalistas. Said critica fortemente as idéias de Huntington acusando-as de reducionistas, monolitistas, tendenciosas e de alimentar a guerra total entre blocos de todos contra todos, servindo aos interesses da política externa norte-americana como um administrador de crises e não como um estudioso das civilizações ou reconciliador.

Segundo Said, para a maioria das sociedades muçulmanas os EUA são uma potência arrogante conhecida pelo generoso apoio financeiro a Israel e a muitos regimes árabes opressores e que pouca disposição mostra para o diálogo com populações e movimentos seculares que enfrentam problemas reais. Nesse contexto, o anti-americanismo não é sinônimo de ódio à modernidade ou inveja à tecnologia mas sim uma reação a uma história de intervenções concretas, depredações específicas, sanções e apoios a regimes opressores.

A pedra angular de Huntington é a idéia de conflitos incessantes que ocupam o espaço político desocupado pelo conflito bipolar ideológico da Guerra Fria. De fato Huntington finaliza seu ensaio sugerindo como o Ocidente deve manter sua primacia explorando os conflitos internos do outros, apoiando grupos simpáticos aos valores e interesses ocidentais.

As reações ao terrorismo atual e principalmente ao 11 de setembro são variadas e não há consenso sobre como enfrentar o problema. O pano de fundo das teses predominantes na análise realizada sugere que o enfrentamento do terrorismo deve ser feito com mão dura e nos moldes bélicos, já que o problema é visto sob o prisma da guerra. Essas posturas são freqüentemente criticadas pelo pensamento de esquerda e culturalista, embora essas discussões acabem muitas vezes em um relativismo extremo do qual é impossível sair sem ferir algum dos lados.

Conclusão

Este estudo tem como objetivos identificar as características do terrorismo contemporâneo, observar como os terroristas utilizam a mídia para sua projeção na esfera de visibilidade pública e finalmente realizar um mapeamento do enquadramento que recebeu nas revistas Isto É, Veja e Carta Capital entre setembro de 1999 e outubro de 2004.

A parte 1 foi dedicada à cronologia e ao entendimento do terrorismo como fenômeno contemporâneo. O levantamento histórico revelou que o terrorismo evoluiu de um modelo tático que buscava a promoção de mudanças imediatas no cenário político a um modelo estratégico mais preocupado por objetivos a longo prazo e caracterizado por alianças com diversos atores sociais. Essa mudança na trajetória do terrorismo iniciou-se em 1968 com o seqüestro do voo da El Al por terroristas palestinos. Embora o seqüestro de aviões já fosse naquele então uma prática freqüente, o incidente representou um divisor de águas na história do terrorismo por apresentar um modelo no qual o envolvimento dos meios de comunicação e a negociação de vidas inocentes em grande número mostraram-se eficazes. Os teóricos passaram a se preocupar pelo patrocínio estatal de grupos independentes e posteriormente pelo potencial letal do terrorismo, principalmente depois do desmantelamento da União Soviética. A acessibilidade aos meios de destruição em massa e às tecnologias da informação configuram hoje as principais condições que, unidas ao recrudescimento do fanatismo, anunciam a possível ocorrência de atentados hiperterroristas.

Nesse panorama são freqüentes os questionamentos sobre a natureza do terrorismo contemporâneo e sobre o papel do fanatismo religioso e da frustração individual. Esses questionamentos colocam em pauta a dificuldade de se prever os motivos que podem levar pequenos grupos ou indivíduos a realizarem atos terroristas de grandes proporções. A análise realizada neste estudo permitiu concluir que mesmo quando a motivação é mística, o terrorismo tem objetivos políticos na medida em que busca dar visibilidade a uma causa e, em diferentes graus, obter poder ou desestruturar a ordem vigente. O estudo dos casos de terrorismo de expressão do Unabomber e de Timothy McVeigh e do terrorismo religioso das seitas Aum Shinrikyo e O Contrato, A

Espada e o Braço do Senhor, assim como da Al Qaeda, provou que o terrorismo tem objetivos políticos.

De um modo geral, o terrorismo não possui eficácia política a curto prazo. Entretanto, o terrorismo persiste porque provoca euforia entre seus simpatizantes e porque possui eficácia estratégica ainda que seja no âmbito da publicidade. A articulação cada vez mais precisa com os meios de comunicação e com as tecnologias da informação deram ao terrorismo a possibilidade de se estender em uma estrutura reticular ampla e transnacional.

Conceitos típicos dos estudos em comunicação como o conceito de público e de espaço público mostram-se úteis neste contexto e surgem novas perspectivas teóricas que reúnem estudos em terrorismo, ciências políticas e comunicação. O campo da comunicação política proporciona um modelo e possibilidades de abordagem inovadoras no estudo do terrorismo, uma perspectiva que pode ser complementada pela fenomenologia e pelo construcionismo social.

As conclusões obtidas ao longo do estudo são discutidas a seguir.

Sobre as hipóteses formuladas

No início deste estudo foram formuladas três perguntas a modo de hipótese. As conclusões a respeito das hipóteses formuladas são apresentadas a seguir:

Hipótese 1: O terrorismo utiliza a força persuasiva da ameaça e da violência dos atentados para dar visibilidade pública a seu discurso de barganha através da mídia?

Sim. A estrutura da mensagem terrorista está fundamentada na ameaça, através da qual propõe uma forma de barganha. O atentado é apresentado como amostra paradigmática do que poderia ocorrer caso as exigências impostas não forem atendidas. Oferece-se primeiro um problema real (o atentado), o que garante a atenção desejada, confere gravidade ao problema e seriedade à ameaça. Esse mecanismo é explícito nas declarações de Bin Laden.

As Brigadas de Abu Hafs al Masri prometeram em seu último comunicado referente às explosões de Kerbala e Bagdá no dia 2 de março de 2004 que se preparavam para novas operações e cumprimos nossa promessa: o esquadrão da morte conseguiu penetrar nas profundezas da Cruzada européia, atingindo um dos pilares dos Cruzados e seus aliados, a Espanha, com um golpe doloroso. Faz parte de um velho ajuste de contas com o Cruzado Espanha, aliado da América em sua guerra contra o Islã. (¿QUIÉN os protegerá de nosotros?, 2004. Tradução nossa.)

A barganha continua por parte de Bin Laden com uma proposta de trégua depois do atentado de 11 de Madri, que serviu como amostra do tipo de punição que os aliados poderiam sofrer por apoiar os Estados Unidos na ocupação:

A declaração de trégua começará com a retirada do último soldado de nosso território e a porta permanecerá aberta durante três meses a partir da data dessa declaração. (BIN Laden: 'El 11-M es la respuesta a las acciones de España en Irak, Afganistán y Palestina', 2004. Tradução nossa.)

Uma vez conseguida a atenção, inicia-se o processo de imposição discursiva. O fato em si (o atentado) é enquadrado de acordo com a perspectiva do emissor e as causas são apresentadas como proposições objetivas, como verdades irrefutáveis. Uma vez que o problema é colocado dessa forma sobre a mesa, tenta-se conseguir o máximo possível cedendo o mínimo necessário (ou nada).

O presidente Bush e os líderes em sua esfera são um grande perigo para o mundo, e os sionistas são os mais perigosos, e insistimos que continuaremos lutando contra eles. (BIN Laden: 'El 11-M es la respuesta a las acciones de España en Irak, Afganistán y Palestina', 2004. Tradução nossa.)

Esse mecanismo foi observado nos casos comentados neste estudo, mostrando que tanto grupos com aspirações políticas quanto indivíduos suficientemente irritados podem utilizar magistralmente a mídia para simplesmente projetar sua voz, como foi o caso do Unabomber, ou para interferir no processo eleitoral e até mesmo abalar a ordem mundial, como foi o caso da Al Qaeda.

Ambos são exemplos típicos do terrorismo contemporâneo. O primeiro representa o caso do lobo solitário, que por dispor de conhecimentos técnicos suficientes para produzir bombas rudimentares foi capaz de intimidar a população norte-americana até o ponto de conseguir impor a publicação de seu manifesto contra a sociedade tecnológica em dois titãs da imprensa dos Estados Unidos, o Washington Post e o New York Times.

O segundo representa o caso mais extremo de terrorismo desestabilizador da ordem geopolítica vigente, o de uma rede dispersa de militantes fanáticos e armados, liderados por um homem carismático que utiliza o poder aglutinador da religião para ocupar um vazio de identidade presente hoje em sociedades que ficaram às margens do processo de globalização econômica e cultural. Osama bin Laden e a Al Qaeda colocaram em xeque a calmaria ocidental provando que todo gigante tem seu ponto fraco. O ataque ao coração do liberalismo ocidental utilizou-se da permeabilidade própria das sociedades democráticas, que possibilita a infiltração imperceptível do inimigo.

O ápice das atividades de Kaczinsky deu-se em 1995, um ano chave na história do terrorismo. Nesse ano os ataques com sarin no metrô de Tóquio provaram que não era necessário dispor de apoio estatal para produzir e utilizar armas de destruição em massa. O episódio de Tóquio mostrou ainda que as entrelinhas do fanatismo religioso, por mais irracional que possa ser uma seita milenarista, podem estar repletas de fatores políticos, xenófobos e racistas. O impactante atentado que ocorreu também nesse mesmo ano na cidade de Oklahoma mostrou que o inimigo nem sempre é um infiltrado, mas que pode ser gerado no seio da própria sociedade e contra seus pilares fundacionais. Afinal, a destruição da tradição americana, a violação dos direitos dos seus cidadãos e o empobrecimento da população eram os elementos contra os quais o Movimento da Milícia do qual Timothy McVeigh participava lutava.

A calmaria de uma nova ordem mundial de felicidade econômica e política pós-Guerra Fria ficou abalada pela constatação de que o ovo da serpente havia vingado. Osama bin Laden havia sido criado no calor da política externa intervencionista americana. O ressurgimento do antiamericanismo muitas vezes manifestado gratuitamente levantou questionamentos sobre a idoneidade de se governar sem usar espelho retrovisor. As correntes de opinião invisíveis que se formam nos públicos podem ser traiçoeiras.

Hipótese 2: A mídia pode interessar ao terrorista por constituir-se em um campo de negociações onde é possível tentar impor uma versão de um problema em detrimento de outras, debilitando o inimigo através da conquista de apoio de frações do público e do fortalecimento da imagem da liderança?

A resposta é sim. A base do terrorismo consiste em provocar temor e intimidar com o menor custo possível. A utilidade dessa tática já havia sido esclarecida na Antigüidade por Sun-Tzu em seu tratado de estratégia, A Arte da Guerra. Mate um, amedronte dez mil. É a exploração da propagação do medo através dos canais de comunicação que diferencia o emprego da violência com fins terroristas da violência cujo objetivo é apenas provocar mudanças pontuais. A necessidade do terrorismo surge quando seu perpetrador percebe que a publicidade pode ser um valor agregado para a causa em jogo. E a transformação do terrorismo de uma técnica em estratégia, incluindo a exploração cada vez mais articulada das relações com a mídia, é uma das grandes diferenças entre o antigo terrorismo e o terrorismo contemporâneo, engendrado no período de recrudescimento da Guerra Fria. A idéia central é que não existe terrorismo sem um meio de amplificação da mensagem.

Discursos como os de Theodore Kaczynski e de Timothy McVeigh obtiveram projeção nos meios de comunicação. Mas não é necessário ter as artimanhas de Kaczynski e convencer o FBI e os meios de comunicação sobre a necessidade de publicar suas palavras. De um modo geral, a curiosidade que a violência terrorista desperta é suficiente para atrair a atenção da mídia e as indagações sobre o que motivou o acontecimento. A partir daí a causa terrorista está em pauta e tanto os objetivos como os perpetradores do ato terrorista ganham existência no espaço público.

Por mais que se tente realizar uma cobertura midiática discreta, o assunto vai ganhando espaço nas agendas públicas, principalmente se os atentados são de grandes proporções ou se surgem ondas de ataques sistemáticos como os que o mundo vem assistindo desde o final da década de 1990.

Para além dos caminhos tradicionais como entrevistas ou declarações à imprensa, o terrorismo vem utilizando cada vez mais recursos acessíveis da tecnologia da informação para tornar público seu discurso. As seqüências de vídeos protagonizadas de Osama bin Laden, militantes chechenos e as cenas de decapitações que povoaram as

telas de TV mostram que o terrorismo vai desenvolvendo seus próprios órgãos de imprensa e comunicação. E ainda que esses materiais sejam vetados nas redes formais dos grandes conglomerados de mídia multinacionais, o terrorismo pode ainda recorrer à Internet tanto para a publicação de conteúdos quanto para a articulação de redes de militantes pelo mundo afora.

Bin Laden deixou claro que apesar de liderar uma suposta rede de fanáticos seus objetivos são políticos, conquistando reconhecimento suficiente para fazer pronunciamentos como mais um ator político e como se fosse o porta-voz oficial do Islã. Em suas declarações, bin Laden adota o enquadramento da guerra santa, um enquadramento bélico e religioso que cultiva o ódio ao inimigo e ao mesmo tempo a união de seus militantes através de elementos aglutinadores da identidade cultural, como a religião e a história.

A invocação das cruzadas é o grande recurso de incitação ao ódio utilizado por bin Laden em um discurso beligerante cuja retórica ajusta-se até mesmo para adequar às suas necessidades os ensinamentos do Alcorão. Mas seu discurso é apenas uma das vias de persuasão, já que a modelagem dos esquemas mentais que enquadram o mundo de uma forma e inviabilizam outra ocorre em várias frentes ao mesmo tempo, dos livros de história aos grafismos públicos, escolas, programas de televisão ou gritos de guerra.

Pela conquista de apoio mundial e pelo recrutamento dos muçulmanos do mundo todo, a mensagem do islamismo radical concorre pela cristalização do sentido dominante na arena midiática. Sem a força da intimidação, qual teria sido o espaço de bin Laden e seus seguidores para alimentar a agenda midiática? O atentado terrorista literalmente arromba as portas do sistema de agendamento dos temas em debate nos meios de comunicação. Essa projeção no sistema de comunicação política é prova de sua permeabilidade às correntes sociais que de uma forma ou de outra ganham força suficiente para alcançarem visibilidade.

Vocês são os soldados de Deus, as flechas do Islã e a primeira linha de defesa da Nação. Eles (os americanos e seus aliados) agruparam-se para combater a Nação do profeta Maomé. (BIN Laden amenaza a España en un nuevo mensaje atribuido al líder de la red terrorista Al Qaeda, 19/10/2003. Tradução nossa.)

O debate que se instala na mídia revela discursos argumentativos que procuram esclarecer a existência de um problema específico que é causado por um único agente, o outro. O resultado da acumulação de virtudes de um lado e de qualidades desprezíveis no outro produz um panorama polarizado que os meios de comunicação acabam incitando através da adoção da objetividade e da imparcialidade.

Qualquer governo formado sob a guarda da ocupação será um governo colaboracionista, assim com o de Mahmud Abas (ex-primeiro ministro palestino). Temos que lutar até que seja criado um governo islâmico (no Iraque). (BIN Laden amenaza a España en un nuevo mensaje atribuido al líder de la red terrorista Al Qaeda, 19/10/2003. Tradução nossa.)

A mesma estrutura maniqueísta desse chamado é utilizada com escárnio para debilitar a imagem de George Bush:

Nunca pensei que o comandante chefe de um país abandonaria 50.000 pessoas nas duas torres deixando que enfrentassem sozinhas os acontecimentos aterradores quando mais necessitadas estavam, e considerasse que era mais importante se interessar pelo que uma garotinha contava sobre sua cabra do que pelos aviões e o ataque contra as torres. ('CUANDO ustedes minan nuestra seguridad, nosotros minamos la suya'. 02/11/2004. Tradução nossa.)

Deixando claro que sua luta é política, Bin Laden interfere diretamente no processo eleitoral, dirigindo-se diretamente ao povo americano:

A segurança de vocês não está nas mãos de Kerry, nem de Bush e nem da Al Qaeda. A segurança de vocês está nas suas próprias mãos. (BIN Laden entra en campaña y dice a EEUU que su seguridad 'no está en las manos ni de Kerry ni de Bush. 30/10/2004. Tradução nossa.)

A luta pela imposição de um enquadramento do problema que justifique o terrorismo encontra-se também nas declarações de Ahmad Yassin em entrevista à Carta Capital em 13 de março de 2002:

O palestino que se defende torna-se um terrorista e o israelense que vem com seus tanques e aviões aparece como vítima? (...) Não somos terroristas. (YASSIN, 2002)

Essa luta pelo enquadramento dos problemas e pelo convencimento dos públicos só é possível através da projeção de atores e temas no espaço midiático. A articulação estratégica junto aos meios de comunicação oferece ganhos reais ao terrorismo, mesmo que nas populações afetadas o repúdio possa surgir em consequência da exposição

pública ao perigo real. Entretanto, a existência e portanto qualquer possibilidade de negociação só são possíveis quando se ganha visibilidade pública. E isso só é possível quando se consegue a cobertura sistemática dos meios de comunicação de massa.

Hipótese 3: O enquadramento que o terrorismo recebeu na mídia depois dos atentados de 11 de setembro corresponde à tese descrita neste estudo como “tese do hiperterrorismo”?

Não. O conceito Hiperterrorismo está presente na grande maioria das peças publicadas na revista *Isto É*, mas de um modo geral, o sentido mais frequentemente atribuído ao terrorismo tanto na mídia quanto nas cartas dos leitores é o que identifica o terrorismo como uma forma de guerra assimétrica. No caso da revista *Veja*, por exemplo, o material submetido a análise divide-se de maneira bastante equitativa entre Hiperterrorismo, Guerra assimétrica e Conflito ideológico bipolar.

A categoria Hiperterrorismo aparece com alta prevalência na amostra analisada devido principalmente ao destaque dado ao fanatismo islamista. Pode-se dizer que o terrorismo é apresentado ao público como uma declaração de guerra assimétrica, uma guerra de regiões periféricas do globo contra a potência americana. Segundo o enquadramento oferecido pela mídia, essa guerra está protagonizada por militantes fanáticos e depauperados, que rejeitam o modo de vida Ocidental e suas liberdades principalmente porque não podem usufruir desses valores. É uma guerra ideológica encabeçada por líderes com aspirações totalitárias e teocráticas contra o sistema democrático, as liberdades individuais e o liberalismo econômico. Daí que uma porcentagem menor dos textos faça referência a um choque de civilizações inevitável, fundamentado em um conflito cultural de grandes proporções.

A prevalência da idéia de guerra assimétrica é matizada por outras dimensões analisadas, como a atribuição causal e o tratamento dado a determinados temas de discussão. Na maioria dos casos a atribuição causal oscila entre mitos já familiares, como opressão causada pela política externa americana e o fanatismo religioso. As

cartas dos leitores não trataram com a mesma facilidade outros fatores discutidos com menor frequência e a cobertura das próprias revistas mostrou uma distribuição também bastante irregular.

A concepção do terrorismo como luta do mais fraco contra o mais forte aparece comumente em discursos que se preocupam em explicar e até mesmo justificar o recurso à violência política e à morte de inocentes como uma reação desesperada em uma luta desigual. Não é esse, entretanto, o sentido que a guerra assimétrica ganhou na amostra analisada.

Embora a política externa americana e a prepotência do governo russo sejam apontadas como causas do terrorismo¹⁰, a guerra assimétrica é tratada não como uma forma de guerra justa, mas sim como uma declaração de guerra de países e grupos militarmente inferiores contra a maior potência do planeta.

Talvez o fato de que essa guerra tenha sido declarada contra uma potência e não contra qualquer outro país fortaleça a tendência a enxergar no problema subjacente ao terrorismo um conflito ideológico bipolar nos moldes da Guerra Fria. Apesar de que as revistas observadas não se pronunciem com muita frequência em defesa da tese do conflito ideológico bipolar e nem da tão criticada tese do choque de civilizações, o cômputo geral mostra que os grandes traços que se destacam são justamente o de um enfrentamento entre a promessa de liberdade e prosperidade e a resistência arcaica e oportunista de um mundo social e politicamente atrasado.

O número de peças que exploraram em profundidade a opinião especializada (entrevistas e artigos de especialistas) foi muito pequeno, mas representativo em termos qualitativos, representando um peso significativo em termos de valor comunicacional. A escolha do entrevistado como fonte especializada de interpretação do problema mostra diferença substancial entre as revistas no que diz respeito à concepção que se faz do terrorismo, do problema em pauta e de como enfrenta-lo.

¹⁰ As peças que indicam a prepotência do governo russo no enfrentamento dos conflitos do Cáucaso como causas do terrorismo chechênio foram classificadas sob o item política externa por analogia.

Em entrevista fornecida à revista Veja em 19/09/2001, o especialista em combate ao terrorismo Ian O. Lesser oferece uma perspectiva que situa o terrorismo na categoria Hiperterrorismo:

Provavelmente, esses ataques não têm um objetivo político preciso. É mais uma motivação contra o sistema. Nada a ver com a independência de um país ou com a intenção de fazer uma chantagem política específica. É uma expressão de fúria. Por isso, a tática usada e as consequências são diferentes. (LESSER, 2001)

Outra entrevista também publicada na revista Veja no período de cobertura dos atentados de 11 de setembro traz à luz a opinião de Paul Johnson, historiador. Segundo o publicado na Veja, Paul Johnson identifica a causa do problema no antiamericanismo inerente ao Islã, que descreve como uma religião imperialista que não cultiva a paz no coração de sua doutrina. Johnson qualifica os atentados como atos de guerra e sugere que sejam tratados como tal:

O país está de acordo em que o ataque foi um ato de guerra e deverá ser respondido como tal. Também há consenso sobre a idéia de que uma nação que abriga terroristas é, ela mesma, terrorista e deve sofrer as consequências. A questão é onde, como e quando as medidas de guerra terão lugar. (JOHNSON, 2001.)

Nesse mesmo período a revista Isto É optou pela publicação de uma entrevista com o cientista político Clóvis Brigagão, que oferece uma perspectiva fundamentada nas relações internacionais crítica em relação à atuação das potências no mundo. Segundo Brigagão, o terrorismo é a negação da política, um novo tipo de guerra caracterizado pelo confronto entre grupos terroristas e o Estado. A causa do problema, para Brigagão, está principalmente na política externa americana.

Desde o início do governo de George W. Bush há uma escalada na direção do enfrentamento dos Estados Unidos em relação ao mundo, às instituições internacionais. Toda a agenda dos regimes internacionais, quer na área de desarmamento, de não-proliferação, de direitos humanos, da questão do racismo, tiveram dos Estados Unidos uma postura não só de isolacionismo, mas de unilateralismo. O isolacionismo é quando você se fecha, fica dentro da sua casa e não quer saber de ninguém. O unilateralismo é mais do que isso, impõe ao resto do mundo padrões e valores que são naturais da sua casa. Isso distingue o governo Bill Clinton e os governos democratas do governo Bush, que também tem base fundamentalista. Nós, que também condenamos o fundamentalismo islâmico e o terrorismo, devemos ser críticos em relação a essa postura americana. Na medida em que os Estados Unidos se fecham e impõem suas regras de uma maneira superior, fica difícil para o resto do mundo. (BRIGAGÃO, 2001)

Apesar de destacar a hipertrofia do terrorismo contemporâneo e de descrevê-lo como um novo tipo de terrorismo sem precedentes, o problema é tratado de forma geral como uma declaração de guerra de fundo ideológico.

Sobre as abordagens teóricas adotadas

Os estudos sobre terrorismo concentram-se, tradicionalmente, na análise de grupos específicos, no questionamento das suas motivações ou na observação das técnicas e métodos empregados. Esse trabalho de atomização necessário para a construção do conhecimento sistemático sobre a violência política pode ser complementado por abordagens holísticas preocupadas pelas relações que se estabelecem entre os elementos envolvidos no problema.

A Comunicação Política como um campo disciplinar da comunicação proporciona uma perspectiva de grande utilidade e ainda pouco explorada para o estudo do terrorismo contemporâneo no processo político, colocando à disposição do estudioso instrumentos adequados para a observação de um dos fatores que vem despertando a atenção dos especialistas em violência política: o uso dos meios de comunicação, das novas mídias aos tradicionais meios de comunicação de massas.

Entender a permeabilidade do sistema de trocas entre as esferas que compõem o sistema de comunicação política nas sociedades democráticas e o processo através do qual desse sistema emerge uma rede de relações multidirecionais e multideterminadas entre diferentes campos sociais com interesses conflitantes abre possibilidades de explicar por que o terrorismo precisa do ambiente democrático para exercer impacto sistemático no processo político, algo difícil de conseguir nos regimes ditatoriais e totalitários, que amordaçam a expressão de correntes sociais contrárias à estrutura de poder vigente.

Nesse sistema assimétrico e imperfeito, a acomodação resulta de relações de tensões orientadas a interesses específicos. O terrorismo emerge nesse sistema como um recurso à visibilidade pública, um recurso para projetar pela força suas demandas e personagens em um sistema de negociações onde se concorre, em última instância, pela atenção dos públicos de diferentes esferas sociais, seja para a imposição do significado

de um conflito, para a negociação nas mesas políticas ou para o recrutamento de militantes e captação de financiamento. Nesse mecanismo, é justamente a permeabilidade dos meios de comunicação aos acontecimentos surpreendentes e de grande impacto que possibilita ao terrorismo sua projeção sistemática às agendas públicas.

As discussões normativas sobre o papel que a mídia deveria exercer na cobertura do terrorismo não oferecem conclusões satisfatórias sobre a maneira ideal de informar a sociedade sem dar ao terrorismo o oxigênio da publicidade. Além do mais, na atualidade é necessário considerar também o papel das tecnologias digitais, cada vez mais acessíveis tanto do ponto de vista técnico quanto econômico. As novas tecnologias possibilitam a produção e distribuição de peças de comunicação às grandes redações e pelas redes digitais, bem como a formação e articulação de células militantes em redes de públicos que transcendem os tradicionais limites geográficos.

Tudo isso abre novas frentes de estudo úteis para o entendimento do funcionamento e da hipertrofia do terrorismo contemporâneo através da observação de seus mecanismos e macrotendências, ultrapassando assim os limites da especificidade da pesquisa tradicional.

A comunicação política pode contribuir ao estudo do terrorismo com a apresentação de um modelo integrador capaz de dar conta das relações que se estabelecem entre os campos que o compõem, que são a esfera de decisão (o governo), a esfera dos públicos (opinião pública e grupos sociais) e a esfera de visibilidade pública (meios de comunicação). Nesse modelo de relações de associação e conflito podem-se observar diferentes mecanismos de penetração do terrorismo nas agendas políticas, bem como mecanismos de projeção midiática. Esse modelo pode ainda ser enriquecido pela abordagem fenomenológica e construtivista, que permitem observar o terrorismo político como um fenômeno que possui uma dimensão comunicacional e que, portanto, é fonte de elaboração de sentidos.

A perspectiva construtivista pode ser aplicada tanto à análise da construção e partilha de sentidos quanto ao estudo dos processos de exacerbação das disputas subjacentes ao terrorismo e à mediação de conflitos. A mídia, a quem tradicionalmente atribui-se o papel de mediadora dos debates públicos e que idealmente persegue os

ideais de objetividade e imparcialidade apesar dos interesses corporativos e do inevitável enquadramento adotado pelo jornalista, pode contribuir para a polarização do conflito mais do que para sua solução, como mostram os resultados do material analisado neste estudo.

Essa contribuição para o distanciamento e não para a aproximação das partes advém do fato, conforme observado neste estudo, de que o modelo de mediação de debate apresentado pela mídia reflete as tradições realista e racionalista, fundamentadas respectivamente na suposta existência de uma única verdade objetiva e na suposição de que a discussão sobre um problema dado deve se desenvolver de maneira argumentativa, apresentando-se os diferentes argumentos defendidos com o fim de se conseguir apoio das diferentes parcelas dos públicos e a cristalização de uma das versões em jogo como significado dominante.

A objetividade e a imparcialidade em si só não são suficientes nessa mediação, principalmente porque a mídia desempenha, no final das contas, um papel de mediatizadora (e não mediadora) da realidade. Isso significa que os meios de comunicação não são um espelho fiel do que ocorre na sociedade. O que oferecem é a própria realidade da maneira como ela se apresenta para todos os seus públicos, do homem comum ao decisor político e à opinião especializada.

Eis o risco de se articular a cobertura de um assunto tão complexo e grave quanto o terrorismo contemporâneo contrastando as diferenças entre os oponentes até o ponto de se contrapor blocos tão grandes e diversos em seu próprio seio quanto o Ocidente e o mundo islâmico, privilegiando a atribuição de responsabilidades ao desmascaramento dos mecanismos e tendências que o problema em si apresenta, e sem contar com um trabalho interpretativo verdadeiramente informado.

Em estudos futuros, poderia ser interessante explorar em profundidade as relações entre o terrorismo e os meios de comunicação, assim como analisar o debate publicado não apenas sob a perspectiva do enquadramento, mas também à luz da perspectiva construtivista da mediação de conflitos. Outros caminhos também necessários e ainda carentes de estudos, seja pela novidade da abordagem ou pela dificuldade inerente à observação de campo, são o estudo de comunidades virtuais de grupos radicais e a perspectiva do próprio terrorista sobre os meios de comunicação.

Referências bibliográficas

AL QAEDA TRAINING MANUAL, United States Department of Justice. Disponível em <<http://www.usdoj.gov/ag/trainingmanual.htm>>. Acesso em: 20/01/2004.

APFELBAUM, Erika. Relaciones de dominación y movimientos de liberación. Un análisis del poder entre los grupos. In: MORALES, F. e HUICI, C. **Lecturas de Psicología Social**. Cuadernos de la uned. Madri: UNED, 1994. p. 261-295

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BERMAN, Paul. Terror and liberalism. In: **The American Prospect**. Vol. 12. Issue 18. 22/10/2001. Disponível em: <http://www.prospect.org/print/V12/18/berman-p.html>. Acesso em: 11/11/2004.

BERTALANFFY, Ludwig. **General System Theory: Foundations, Development, Applications**. Nova Iorque: George Braziller. s/d.

BRETON, P. e PROULX, S. Alternativa para pensar os media. In: **A explosão da comunicação**. BIZANCIO.

BRIGAGÃO, Clóvis. **Uma nova guerra**. O cientista político Clóvis Brigagão afirma que os atentados nos EUA transformaram o terrorismo numa outra forma de conflito internacional. Veja. 19/09/2001. Entrevista concedida a Francisco Alves Filho.

BROAND, W. e MILLER, J. **Germes: armas biológicas e a guerra secreta da América**. São Paulo: Prestígio, 2002. 492-p.

CARR, Caleb. **A assustadora história do terrorismo**. São Paulo: Prestígio, 2003. 288-p.

CARRAGEE, Kevin M. e ROEFS, Wim. The neglect of power in recent framing research. In: **International Communication Association**, 2004. p. 214-233

CARTA, Mino. Irados comunicadores nativos. Editorialistas, colunistas...Só falta pegarem em armas e partirem para a cruzada antiterrorismo. **Carta Capital**. 26 de setembro de 2001. Editorial.

Castañon, Gustavo A. Construtivismo e ciências humanas. **Ciências & Cognição**. Ano 02, Vol 05. Disponível em <www.cienciasecognicao.org>. Acesso em: 19/09/2005.

CHOMSKY, Noam. **Piratas y emperadores**. Barcelona: B.S.A., 2002. 300-p.

COMUNICADO íntegro de Abu Hafs-Al Masri – ‘¿Quién os protegerá de nosotros?’. 12 de marzo de 2004. Disponível em: <<http://www.elmundo.es/elmundo/2004/03/12/espana/1079048160.html>>. Acesso em: 02/12/2004.

- CORSI, Jerome R. Terrorism as a Desperate Game: Fear, Bargaining, and Communication in the Terrorism Event. **The Journal of Conflict Resolution**. Vol 25, nº 1. Março de 1981. p. 47-85.
- COSTAS, Ruth. Com trinta anos de atraso. Finalmente a ONU decide encarar o terrorismo pelo que é: um crime contra a humanidade. **Veja**. São Paulo. 30 de março de 2005. Internacional. p. 94-95.
- CRESPI, Irving. **El proceso de opinión pública: cómo habla la gente**. Barcelona: Ariel, 2000. 255-p.
- DEMANT, Peter. **O mundo muçulmano**. São Paulo: Contexto, 2004. 428-p.
- DEFLEUR, Melvin e BALL-ROKEACH, Sandra. **Teorias da comunicação de massa**. São Paulo: Jorge Zahar, 1997.
- DOLNIK, Adam. Die and Let Die: Exploring Links Between Suicide Terrorism and Terrorist Use of Chemical, Biological, Radiological, and Nuclear Weapons. In: **Studies in Conflict & Terrorism**. Taylor & Francis, 26, 2003. p. 17-35.
- EL HAYEK, Samir. **Alcorão Sagrado**. São Paulo: Tangará. 1975.
- EMITIDO por la cadena de TV Al Yazira, Bin Laden amenaza a España en un nuevo mensaje atribuido al líder de la red terrorista Al Qaeda. 19 de octubre de 2003.
Disponível em:
<<http://www.elmundo.es/elmundo/2003/10/18/internacional/1066492554.html>>. Acesso em: 02/12/2004.
- ENTMAN, Robert M. Framing: Toward Clarification of a Fractured Paradigm. **Journal of Communication**, 43, 4, Autumn 1993. p. 51-58
- ESCOLAS de terror. **Revista Veja**. São Paulo. 19 de setembro de 2001. Especial.
- ESTEVES, João Pissarra. **Espaço público e democracia: comunicação, processo de sentido e identidadesocial**. Editora Unisinos, 2003.
- FERRANDIZ, Alejandra. **Lecturas de historia de la psicología**. 1ª edição. Madrid: UNED, 2001. 356-p.
- FERRY, Jean-Marc. Las transformaciones de la publicidad política. In: FERRY, J. M. e WOLTON, D. e outros, **El nuevo espacio público**, Col. El Mamífero Parlante, Barcelona: Gedisa Editorial, 1998. p. 13-27
- FIGUEIREDO, R. e CERVELLINI, S. Contribuições para o conceito de opinião pública. In: **Opinião Pública**, Vol. III nº 3, Campinas. CESOP/UNICAMP. p. 97-127.
- FONTES DE GRACIA, Sofía. **Diseños de investigación en psicología**, 1ª edição. Madri: UNED, 2001. 592-p.

FREEDMAN, Lawrence. The Coming War on Terrorism. In: **The Political Quarterly Publishing Co. Ltd.**. Blackwell Publishing, 2002. p. 40-56

GEARSON, John. The Nature of Modern Terrorism. In : **The Political Quarterly Publishing Co. Ltd.** Blackwell Publishing, 2002. p 7-24.

GERGEN, Kenneth J. Rumo a um vocabulário do diálogo transformador, in SCHNITMAN, Dora e LITTLEJOHN, Stephen. **Novos paradigmas em mediação**. Artmed, 1999. p. 29-45

GIBBS, J. P. Conceptualization of Terrorism. In: **American Sociological Review**, Vol. 54 - nº 3, jun. 1989. p. 329-340

GOMES, Wilson. Opinião pública política hoje: uma investigação preliminar. In: **COMPÓS. 2000**. Porto Alegre (RS). Disponível em: <<http://www.unb.br/fac/comunicacaoepolitica/Wilson2000.pdf>>. Acesso em: 21/09/2005.

GOMES, Wilson. **Transformações da política na era da comunicação de massa**. São Paulo: Paulus, 2004. 451 p.

GRAHAM, Donald E.; SULZBERGER, Arthur O. Statement by papers' publishers. **The Washington Post**. 19/09/1995. p. A07. Disponível em: <http://www.washingtonpost.com/wp>>. Acesso em: 15/07/2005

HOBBSAWN, Eric J. **A era dos extremos: o breve século XX- 1914 - 1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. 598-p.

HOFFMAN, Bruce. **Inside terrorism**. Nova Iorque: Columbia University Press, 1998. 296-p.

HUNTINGTON, Samuel. The clash of civilizations. In: **Foreign Affairs**. Summer 1993, v72, n3. p. 22-28

INSTITUTE FOR AMERICAN VALUES. What are we fighting for: a letter from America. 12/02/2002. Disponível em: <http://www.americanvalues.org/html/wwff.html>. Acesso em: 11/11/2004

JOHNSON, Paul. Entrevista: Paul Johnson. O Islã na mira. **Revista Veja**. 26 de setembro de 2001. Entrevista concedida a Carlos Graieb..

LAKATOS, E. e MARCONI, M. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas. 1987

LAQUEUR, Walter. **La guerra sin fin: El terrorismo en el siglo XXI**. Barcelona: Ediciones Destino, 2003. 383-p.

LAQUEUR, Walter. **Guerra sem limites**. Megaterror está a caminho, diz analista. **Folha de São Paulo**. 22 de agosto de 2004. Mundo. p. A 20. Entrevista concedida a Fernando Canzian.

LAQUEUR, Walter. The Terrorism to Come. In: **Policy Review** nº 126, August & September 2004. Hoover Institution. Disponível em: <<http://www.policyreview.org/aug04/laqueur.html>>. Acesso em: 19/09/2005

LAQUEUR, Walter. **Una historia del terrorismo**. Barcelona: Paidós. 2003. 351-p.

LEAHEY, Thomas H. **Historia de la psicología**. 4ª edição. Madrid: Prentice Hall, 2000. 563-p.

LESSER, Ian O. **O novo terrorismo**. Especialista americano em atentados diz que o estilo dos seqüestros mudou e nem o Brasil agora está imune. Veja. 19/09/2001. Entrevista concedida a Eduardo Salgado.

LEWIS, Bernard. **Os Assassinos: Os primórdios do terrorismo no Islã**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2003. 182-p.

LOS 11 mensajes de Bin Laden. Cronología de los vídeos difundidos por Al Qaeda. 12 de septiembre de 2003. Disponível em: <<http://www.elmundo.es/elmundo/2003/09/11/internacional/1063244034.html>>. Acesso em: 02/12/2004.

McQUAIL, Denis. **Media Performance: Mass Communication and the Public Interest**. Londres: Sage Publications, 1998. 496-p.;

MEDICAL Management Guidelines for Nerve Agents, Agency for Toxic Substances and Disease Registry (ATSDR). Disponível em: <<http://www.atsdr.cdc.gov/MHMI/mmg166.html>>. Acesso em: 11/07/2005.

MONTELEONE, Roque. **A biologia a serviço da guerra: entrevista com Roque Monteleone**. In: Ser Médico, ABR/MAI/JUN 98. Disponível em: <<http://www.unifesp.br/dis/bibliotecas/artigos/armasbio.htm>>. Acesso em: 29/01/2004.

MONZÓN, Cándido. **Opinión pública, comunicación y política: La formación del espacio público**. Madri: Tecnos, 1996.

MORALES, J. e HUICI, C. (org.) **Psicología social**. Madrid: UNED McGraw-Hill, 2000. 339-p.

MORATÓ, Javier R. **Democracia y posmodernidad: teoría general de la información y comunicación política**. Madri: Editorial Complutense, 1996.

NACOS, Brigitte L. **Mass-Mediated Terrorism: The central role of the media in terrorism and counterterrorism**. Maryland: Rowman & Littlefield Publishers Inc., 2002 - 217-p.

NACOS, Brigitte L. **Terrorism & the Media: From the Iran Hostage Crisis to the Oklahoma City Bombing**. Nova Iorque: Columbia University Press, 1994. 214-p.

NACOS, Brigitte L. The Terrorist Calculus behind 9-11: A Model for Future Terrorism?, In: **Studies in Conflict & Terrorism**. Taylor & Francis, 26, 2003, p. 1-16.

NACOS, Brigitte L. **Covering Terrorism**. A Series of Two E-Seminars. In: Columbia Interactive Seminars. Disponível em:

http://ci.columbia.edu/ci/eseminars/1342s_detail.html. Acesso em: 12/2003.

NOËLLE-NEUMANN, Elizabeth. La espiral del silencio: una teoría de la opinión pública. In: *Journal of Communication*, vol. 24. 1974, p. 43-54, tradução ao espanhol publicada em FERRY, J. M. e WOLTON, D. e outros, **El nuevo espacio público**, Col. El Mamífero Parlante. Barcelona: Gedisa Editorial. 1998. p. 200-209.

OFRECE una tregua a Europa en una cinta Bin Laden: 'El 11-M es la respuesta a las acciones de España en Irak, Afganistán y Palestina'. 17 de abril de 2004. Disponível em: <<http://www.elmundo.es/elmundo/2004/04/15/enespecial/1082009222.html>>.

Acesso em: 02/12/2004.

PALETZ, David L.; BOINEY, John. Researchers' Perspectives. In: PALETZ, David L; .SCHMID, Alex P. **Terrorism and the Media: How researchers, terrorists, government, press, public, victims view and use the media**. London: Sage Publications. 1992. p. 6-28.

QUTB, Sayyid. Marcos miliários. In: **Ma'alim fi al-tariq**. Beirut (?): Dar al-Shuruq, n.d., tradução inglesa em

<http://www.youngmuslims.ca/online_library/books/milestones/>. Acesso em:

19/09/2005.

RAPOPORT, David. Editorial: The Media and Terrorism; Implications of the Unabomber Case. In: **Terrorism and Political Violence**, vol 8, nº 1. Spring 1996. p. viii.

RIFFE, Daniel; AUST Charles F; LACY, Stephen R. The effectiveness of random, consecutive day and constructed week sampling in newspaper content analysis. In: **Journalism Quarterly**, Vol 70, No. 1. p.133-139, 1993.

SAID, Edward W. e SOARES, Pedro M. **Reflexões sobre o exílio e outros ensaios**. Companhia das Letras, 2003. 352-p.

SAMPEDRO BLANCO, Víctor. Efectos de los medios de comunicación sobre la opinión pública: los paradigmas sobre el poder del público. In **Revista Comunicação & Política**, Vol. VI, m.1 jan – abril 99. p. 129–155.

SCHEUFELE, Dietram A. Framing as a theory of media effects. In: **Journal of Communication**. Winter 1999. 49, 1; ABI/INFORM Global p. 103.

SILVA, Luis Jacintho. Guerra biológica, bioterrorismo e saúde pública. In: **Cad. Saúde Pública**. Rio de Janeiro. 17(6):1519-1523, nov-dez. 2001.

SLOVIC, Paul. Terrorism as Hazard: A New Species of Trouble. In: **Risk Analysis**. Vol. 22, Nº 3, 2002, p. 425-426.

SPLICHAL, Slavko. **Public Opinion**. Developments and Controversies in the Twentieth Century. Maryland: Rowman & Littlefield Publishers, Inc. 1999. 313-p.

- STERN, Jessica. **Terror em nome de Deus**. São Paulo: Barcarolla, 2004. 344-p.
- SUN TZU. El arte de la guerra: **Los trece artículos**. Palma de Mallorca: José J. de Olañeta, 2001. 176 p.
- SUSSKIND, Lawrence. **Em crise com a opinião pública**: o diálogo como técnica fundamental para solucionar disputas. São Paulo: Futura, 1997. p. 129-176.
- THE Unabomber Trial: The Manifesto. **The Washington Post**. 1995. Disponível em: <<http://www.washingtonpost.com/wp-srv/national/longterm/unabomber/manifesto.text.htm>>. Acesso em: 15/07/2005
- TRANSCRIPCIÓN del discurso de Bin Laden. ‘Cuando ustedes minan nuestra seguridad, nosotros minamos la suya’. El Mundo, 02 de noviembre de 2004. Disponível em: <<http://www.elmundo.es/elmundo/2004/10/30/internacional/1099107421.html>> Acesso em: 02/12/2004.
- TRANSCRIPCIÓN – Texto íntegro en español del vídeo de Bin Laden. 13 de diciembre de 2001. Disponível em: <<http://www.elmundo.es/elmundo/2001/12/13/enespecial/1008277343.html>>. Acesso em: 01/12/2004.
- TRAQUINA, Nelson. **O estudo do jornalismo no século XX**, Rio Grande do Sul: Unisinos, 2004. 219-p.
- TUMULTO em ato xiita mata 965 em Bagdá. Tragédia deixou quase 500 feridos e começou com boato de que homem-bomba ameaçava multidão. **Folha de São Paulo**. Folha Mundo. 01/09/2005. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft0109200501.htm>>. Acesso em: 22/09/2005.
- TURNER, John.C. El campo de la Psicología social. In: MORALES, J.F. e HUICI, C. **Psicología Social**. Madrid: UNED McGrawHill. 2000. 339-p.
- UNITED STATES DEPARTMENT OF STATE. Patterns of Global Terrorism. 2001. Maio 2002. Disponível em: <http://www.state.gov/s/ct/rls/pgtrpt/2001/pdf/>. Acesso em: 20/09/2003.
- VIDEO emitido en la televisión Al Yazira, Bin Laden entra en campaña y dice a EEUU que su seguridad ‘no está en las manos ni de Kerry ni de Bush’. 30 de octubre de 2004. Disponível em: <<http://www.elmundo.es/elmundo/2004/10/29/internacional/1099080656.html>>. Acesso em 02/12/2004.
- WAINBERG, Jacques A. **Mídia e terror**: comunicação e violência política. 1ª edição. São Paulo: Paulus, 2005. 202-p.
- WILKINSON, Paul. The Media and Terrorism: A Reassessment. In: **Terrorism and Political Violence**. London: Frank Cass, Vol.9, nº 2 (Summer 1997), p. 51-64.

WILKINSON, Paul. The Strategic Implications of Terrorism. In: **Terrorism & Political Violence**, livro editado por Prof. M.L. Sondhi. Indian Council of Social Science Research. India: Har-anand Publications, 2000.

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. Lisboa: Presença, 1987.

WOLTON, Dominique. La comunicación política: construcción de un modelo. In: FERRY, J. M. e WOLTON, D. e outros. **El nuevo espacio público**. Col. El Mamífero Parlante. Barcelona: Gedisa Editorial, 1998. p. 28-46.

WRIGHT, Robert. **A real war on terrorism**. Disponível em: <http://slate.msn.com/id/2070210/entry/2070211/>. Acesso em: 05/12/2004

YASSIN, Ahmad. **ENTREVISTA com Ahmad Yassin**. 13 de março de 2002. ano VIII. nº 180, Disponível em: <http://cartacapital.terra.com.br/site/antigo/180/index.htm>>. Acesso em: 19/04/2005.

Anexo 1 - Autores destacados

Berman, Paul

Membro sênior do World Policy Institute e especialista em política externa americana, é autor de *Terror and Liberalism*, trabalho no qual discute as origens do totalitarismo moderno e a guerra ao terror como uma guerra ideológica.

Hoffman, Bruce

Diretor RAND Corporation em Washington D.C. e chefe da unidade de pesquisas sobre terrorismo. Foi diretor do Centro de Estudos sobre Terrorismo e Violência Política na Escócia, é atualmente editor-chefe da revista *Studies in Conflict and Terrorism*.

Huntington, Samuel

Professor na Albert J. Weatherhead III University e presidente da Harvard Academy of International and Area Studies, Huntington é conhecido por seu polêmico ensaio “Choque de civilizações”, publicado em 1993.

Laqueur, Walter

Historiador alemão, considerado o precursor da pesquisa sistemática em terrorismo. Laqueur é atualmente co-presidente do International Research Council, setor do Center for Strategic and International Studies, de Washington.

Nacos, Brigitte L.

Brigitte L. Nacos leciona ciências políticas na Universidade de Columbia. É autora de vários livros e artigos sobre terrorismo e mídia, com ênfase na comunicação política.

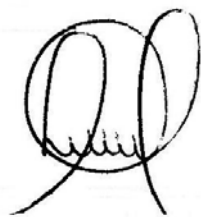
Wilkinson, Paul

Paul Wilkinson é professor de Relações Internacionais e Presidente do Centro de Estudos em Terrorismo e Violência Política da Universidade de St. Andrews, Escócia. É também editor do periódico acadêmico *Terrorism and Political Violence* desde sua criação em 1989.

Autorização para reprodução/divulgação deste documento

Autorizo a reprodução total e/ou parcial deste trabalho desde que citada a fonte.

São Paulo, 04 de outubro de 2007.

A handwritten signature in black ink, consisting of several loops and a wavy line at the bottom, representing the name Luciana Moretti Fernández.

Luciana Moretti Fernández

Endereço eletrônico para contato: morettif.luciana@gmail.com

Índice remissivo

I

11 de março · 109, 149, 163, 186, 216
11 de setembro · 9, 42, 45, 46, 63, 64, 78, 87, 89, 91,
92, 93, 110, 114, 115, 124, 146, 149, 150, 152,
161, 162, 163, 164, 170, 191, 198, 212, 228, 230

A

acessibilidade
 tecnologias da informação · 39
adaga · Consulte Assassinos, Consulte Assassinos
agendamento · 55, 107, 110, 142, 143, 227
agentes biológicos · 69, 77, 87, 89, 91
Al Qaeda · 9, 22, 48, 72, 106, 109, 123, 132, 148,
149, 174, 176, 214, 215, 216, 224, 228
Alcorão · 108, 215, 227
anarquismo · 18, 24
apocalipse · 70, 71
área cinzenta
 fenômeno · 128
armas biológicas · 69, 70, 89, 235
 antraz · 9, 63, 64, 87, 89, 91, 114, 124, 149, 164,
169, 171, 172, 186
 curare · 69
 salmonela · 77, 92
 toxinas de anfíbios · 69
 varíola · 63, 77, 87
armas de destruição em massa
 gás dos nervos · 70
 sarin · 9, 70, 71, 92, 224
Assassinos · 75, 83, 131
ataques suicidas · 27, 72
atentados suicidas · 28, 75, 165
Aum Shinrikyo · 22, 70, 71

B

Bin Laden · 11, 45, 48, 64, 108, 109, 152, 161, 164,
214, 216, 223, 224, 225, 226, 227, 228
bioterrorismo · 10, 86, 114, 149, 150, 151, 239
Brigada Vermelha · 25

C

campanhas monotemáticas · 21, 72, 106, 210
Carlos o Chacal · 115
cartas-bomba · 65
comunicação política · 9, 10, 13, 41, 102, 104, 115,
116, 117, 118, 123, 128, 129, 139, 141, 143, 227,
232, 233
 acesso · 119, 120
 sistema · 118, 120
 triângulo · 122

construção social da realidade · 142, 143
crime organizado · 28, 58, 61, 76, 117, 121
crise
 cobertura midiática · 58

Ch

Chizuo Matsumoto · 70

D

destruição em massa · 9, 15, 16, 37, 45, 69, 71, 72,
84, 89, 91, 145, 146, 161, 171, 183, 208
 acessibilidade · 37
 acesso · 39
 armas · 23, 33, 38, 43, 45, 51, 77, 80, 82, 86, 151,
209, 210, 225
dinamite · 10, 33, 208

E

El Al · 31, 32, 34
enquadramento · 58, 116, 125, 140, 141, 142, 143,
144, 145, 146, 147, 148, 151, 164, 209, 217, 218,
226, 228, 229, 234
espaço público · 10, 15, 20, 97, 98, 100, 101, 102,
103, 104, 106, 107, 108, 110, 115, 116, 117, 118,
119, 120, 122, 127, 131, 132, 133, 208, 226
 acesso · 103
 ágora · 97
 extensão · 103
 projeção · 120, 121, 124
estados hostis · 28, 33, 82
estrutura reticular
 públicos · 108
ETA · 18, 21, 25, 34, 76, 109, 123
Exército Vermelho Alemão · 27
explosivos · 32, 33, 37, 54, 74, 78, 149, 161, 208, 217

F

Facção do Exército Vermelho · 25
fanatismo · 9, 22, 34, 35, 39, 42, 43, 44, 61, 69, 72,
73, 75, 85, 132, 142, 146, 174, 176, 177, 178, 180,
183, 184, 187, 188, 189, 198, 199, 200, 201, 204,
205, 209, 210, 225, 229
fatwa · 108
financiamento · 19, 28, 34, 54, 73, 79, 127, 209, 232
FLQ · 25
framing analysis · Consulte enquadramento
freedom fighter · 25
Frente Popular para Libertação da Palestina
 FLP · 31
fundamentalismo religioso · 21, 31, 37

G

Grupo Islâmico Armado
GIA · 39
guerra assimétrica · 15, 28, 38, 142, 152, 182, 184,
187, 201, 229, 230
guerra ideológica · 42, 47, 48, 229
guerra psicológica · 41, 60, 207

H

Herri Batasuna · 63, 109, 124
higiene social · 21, 24
hiperterrorismo · 10, 15, 22, 23, 38, 40, 44, 46, 54,
69, 70, 73, 74, 89, 91, 92, 146, 147, 148, 151, 152,
187, 200, 201, 202, 228
hipertrofia · 15, 37, 40, 74, 145, 184, 189, 200, 201,
202, 204, 207, 231, 233
homens-bomba · 18, 27, 28, 33, 37, 77, 83

I

identidade · 21, 23, 26, 40, 73, 74, 100, 102, 103,
104, 105, 110, 117, 119, 132, 175, 178, 179, 200,
210, 211, 212, 224, 227
crise · 110
IRA · 18, 21, 27, 34, 109, 123
islamismo · 9, 22, 27, 28, 39, 43, 46, 48, 73, 108, 109,
176, 182, 189, 198, 200, 227

J

jihad · 30, 108

K

kamikazes · 28

L

legitimidade · 24, 25, 59, 60, 64, 109, 117, 120, 121,
123, 130, 133, 216
ameaça · 121
liberalismo · 46, 47, 48, 49, 151, 182, 186, 189, 212,
224, 229
lugares públicos · 74, 76, 80, 83, 130

M

manifesto
Manifesto do Unabomber · 9, 56, 65, 66, 108, 152,
215, 224
maniqueísta · Consulte maniqueísmo, Consulte
maniqueísmo, Consulte maniqueísmo, Consulte
maniqueísmo, Consulte maniqueísmo, Consulte
maniqueísmo, Consulte maniqueísmo, Consulte

maniqueísmo, Consulte maniqueísmo, Consulte
maniqueísmo
martírio · Consulte ataques suicidas, Consulte ataques
suicidas, Consulte ataques suicidas, Consulte
terrorismo suicida, Consulte atentados suicidas
massa · 99
psicologia · 98
sociedade · 98, 99
sociologia · 99
mediatização · 100, 116
meta terrorista
atenção · 121
existir na vida pública · 120
legitimidade · 120
publicidade · 120, 121
metas terroristas
negociação · 123
transnacionais · 123
mídia · 61
efeitos · 15, 41, 53, 55, 59, 83, 85, 86, 99, 111,
112, 114, 132, 140, 142, 143
relação simbiótica · 61, 66
simbiose com o terrorismo · 51, 106, 113
monolitismo · 48
Movimento dos Guerreiros Santos
HUM · 39
movimentos de libertação · 25, 26

N

narcotráfico · 28, 76, 117
Narodnaya Volya · 24, 131
notoriedade · 21, 37, 64, 79, 117, 121

O

olimpíadas de Munique · 63, 114
ONU · 16, 18, 236
opinador · 109
opinião pública · 16, 38, 45, 57, 60, 81, 98, 99, 103,
104, 105, 107, 110, 111, 112, 116, 118, 120, 122,
123, 130, 133, 141, 142, 162, 213, 233, 236, 239
elitismo institucional · 110, 111, 112
internacional · 124
opinião publicada · 107, 108, 151
produção · 108
Organização para a Libertação da Palestina
OLP · 31

P

Pablo Escobar · 117
Palácio da Cultura
seqüestro · 76
paradigma institucional
opinião pública · 111
paradigma jurídico · 18, 20, 122
Partido dos Trabalhadores do Curdistão · 72
partidos políticos · 79, 109, 123, 216
patrocínio estatal · 10, 28, 35, 69
Piscane · 23, 24
porta-voz · 100, 109, 117, 226
porta-vozes · 109, 119

publicidade · 24, 51, 52, 59, 66, 79, 106, 107, 116,
117, 216, 225, 232
públicos
 estrutura · 105

Q

Qutb, Sayyid · 30, 152

R

rajneeshs · 77
reconhecimento · 32, 52, 60, 85, 108, 109, 110, 113,
117, 120, 130, 185, 208, 216, 217, 218, 219, 226
rede
 espaço público · 101, 103
redes · 15, 27, 47, 61, 71, 73, 78, 87, 89, 97, 101, 105,
120, 128, 176, 209, 210, 215, 226, 232
 comunicação · 104, 106
 terroristas · 105, 106
reféns · 32, 53, 54, 76, 80, 81, 82, 114, 147, 149
Revolução Científica · 29
Revolução Francesa · 17, 23, 29
Revolução Industrial · 23, 29, 33
risco · 92
 amplificação · 93
 cálculo · 92
 percepção · 93, 114, 117, 120

S

separatistas
 grupos armados · 123
seqüestro · 27, 31, 34, 76, 81, 114, 124, 147, 163,
178, 186, 198
 vãos comerciais · 27, 31, 34
Setembro Negro · 63, 114, 124
Shoko Asahara · 70, 71
sica · Consulte sicários, Consulte sicários
sicários · 75
Sicários · 131
Sinn Fein · 63, 109, 123
Sun Tzu · 83

T

tabula rasa · 111
tecnologias da informação · 9, 39, 74, 146
terror · 17, 20, 23, 24, 26, 37, 63, 66, 83, 85, 91, 114,
120, 131, 142, 151, 164, 168, 185, 186, 207
terrorismo
 campanhas monotemáticas · 22
 causas · 26, 40, 131, 153, 166, 169, 174, 175, 176,
177, 178, 179, 180, 199, 200, 212, 230
 centralizado na mídia · 41, 63, 115, 117

de Estado · 24
de expressão · 132
de expressão · 17, 64
ideológico · 21
internacionalização · 122
mensagem · 10, 15, 30, 41, 80, 88, 89, 114, 120,
121, 130, 208, 216, 223, 226, 227
nacionalista · 21
novo · 10, 31, 32, 35, 39, 41, 42, 71, 74, 239
político-religioso · 22
suicida · 10, 28, 83, 84, 85, 151
velho · 10, 16, 23, 25, 35
terrorismo a granel · 20
terrorismo de Estado · 20, 54
terrorismo internacional · 20, 39, 54, 78, 139, 148,
149, 151, 161, 164, 180, 182, 188, 198, 216, 218
Theodor Kaczynski · Consulte Unabomber, Consulte
Unabomber, Consulte Unabomber, Consulte
Unabomber, Consulte Unabomber, Consulte
Unabomber, Consulte Unabomber, Consulte
Unabomber, Consulte Unabomber
Tigres de Libertação do Eelam Tamil
 LTTE · 28, 72
tipologias · 20, 21
tiras de teste · 77
turismo · 76
TWA
 seqüestro · 76, 81

U

Unabomber · Consulte Theodor Kaczynski, Consulte
Theodor Kaczynski, Consulte Theodor Kaczynski,
Consulte Theodor Kaczynski, Consulte Theodor
Kaczynski, Consulte Theodor Kaczynski,
Consulte Theodor Kaczynski, Consulte Theodor
Kaczynski, Consulte Theodor Kaczynski,
Consulte Theodor Kaczynski, Consulte Theodor
Kaczynski, Consulte Theodor Kaczynski,
Consulte Theodor Kaczynski, Consulte Theodor
Kaczynski, Consulte Theodor Kaczynski,
Consulte Theodor Kaczynski, Consulte Theodor
Kaczynski, Consulte Theodor Kaczynski,
Consulte Theodor Kaczynski, Consulte Theodor
Kaczynski

V

Verdade Suprema · 70, 132
vulnerabilidade
 cidades · 37

Z

zelotes · 75, 80
zona cinzenta · 28, 61, 77, 127